



0990
Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

Folha n.º 02	do proc.
N.º 990	de 2016
(a)	R

Estado de São Paulo

Ofício G.P. N° 065/2016

Processo N°: 16.147/2014

A(S) COMISSÃO(ÕES) DE:
Justiça e Redação e de
Finanças e Orçamento
08/08/2016

PRESIDENTE

São Caetano do Sul, 08 de março de 2016.

Senhor Presidente,

Temos a honra de encaminhar à elevada consideração de Vossas Excelências, a fim de ser submetido à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei que **“INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL – PMDE 2016-2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

Cumpre destacar aos Nobres Edis, que o presente Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de São Caetano do Sul – PMDE para o período de 2016-2025 dispõe sobre princípios, diretrizes, objetivos, metas e métodos de acompanhamento e controle de implantação de esforços para promoção do desenvolvimento econômico do município, em conformidade com o estabelecido na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Plano Diretor Estratégico Municipal.

Vale ressaltar que a construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de São Caetano do Sul – PMDE levou em conta os seguintes aspectos: Geração de crescimento econômico superior ao crescimento da população; Estruturante, realizando mudanças positivas nas estruturas da cidade; Melhorias para a geração presente sem comprometer as gerações futuras;



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

Estado de São Paulo

Comunidade local como sujeito ativo da transformação social e Promoção da qualidade de vida da população de forma direta e indireta.

Portanto, ao submeter o presente Projeto de Lei à apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, estamos certos de que os Excelentíssimos Senhores Vereadores saberão reconhecer o grau de prioridade à sua aprovação.

São estas, em síntese, as justificativas para o projeto em comento, aguardando o seu pleno acolhimento pelos ilustres Membros do Poder Legislativo, ao mesmo tempo em que solicitamos ocorra sua apreciação em regime de urgência nos termos do artigo 46 da Lei Orgânica do Município.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência e nobres pares nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PAULO NUNES FINHEIRO

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Dr. PAULO HIGINO BOTTURA RAMOS

DD. Presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul

Nesta



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

Estado de São Paulo

Processo Nº: 16.147/2014

PROJETO DE LEI

LEI Nº DE DE DE

**“INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO
MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL –
PMDE 2016-2025, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS”.**

PAULO NUNES PINHEIRO, Prefeito Municipal de São Caetano do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 69, inciso XI, da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de São Caetano do Sul -, PMDE para o período de 2016 a 2025, nos termos do Anexo I, parte integrante desta Lei, dispondo sobre princípios, diretrizes, objetivos, metas e métodos de acompanhamento e controle de implantação de esforços para promoção do desenvolvimento econômico do município, em conformidade com o



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

Estado de São Paulo

estabelecido na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Plano Diretor Estratégico Municipal.

Artigo 2º - Para suporte a implantação e monitoramento do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de São Caetano do Sul, fica criado o Grupo Especial de Trabalho, vinculado ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo, com a seguinte composição:

- I - 02 membros da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Relações de Trabalho – SEDERT, para coordenação e organização dos trabalhos do Grupo;
- II - 01 membro do Gabinete do Prefeito – GP;
- III - 01 membro da Secretaria Municipal de Governo – SEGOV;
- IV - 01 membro da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEPLAG;
- V - 01 membro da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ;
- VI - 01 membro da Procuradoria Geral do Município – PGM.

§ 1º - Os membros deste grupo serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo através de Portaria específica.

§ 2º - O exercício da função de membro de que trata este artigo, não será remunerada, sendo considerado relevante serviço público.

§ 3º - O Grupo Especial de Trabalho elaborará seu Regimento Interno, o qual definirá a dinâmica dos trabalhos relacionados ao Plano Municipal de Desenvolvimento



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

Estado de São Paulo

Econômico do Município de São Caetano do Sul, para posterior publicação no Diário Oficial do Município pelo Chefe do Poder Executivo.

Artigo 3º - Os recursos necessários à execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de São Caetano do Sul serão consignados nos instrumentos orçamentários, observado o cronograma geral elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Relações de Trabalho e a Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Relações de Trabalho - SEDERT manterá sistema de monitoramento das metas, ações e indicadores do Plano aprovado nesta Lei, bem como dará ampla publicidade aos resultados alcançados mediante comunicação institucional permanente.

Art. 5º - O Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de São Caetano do Sul será objeto de atualizações, sempre que se fizer necessário, a serem aprovadas pela Câmara Municipal, após apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - COMDEC, precedida de consulta pública.

Parágrafo Único. As atualizações ocorrerão mediante consulta pública definida em conjunto entre Grupo Especial de Trabalho, criado nos termos desta Lei, e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - COMDEC, especialmente em 2019, ano que precede a elaboração do Plano Plurianual do Município.

Artigo 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua publicação.



Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

Estado de São Paulo

Artigo 7º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Artigo 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Artigo 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul,, 139º da fundação da cidade e 68º de sua emancipação Político-Administrativa.


PAULO NUNES PINHEIRO

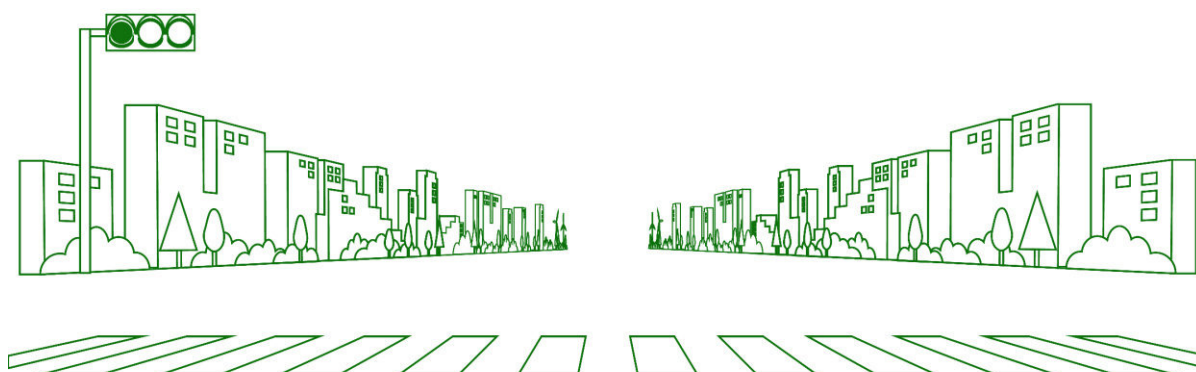
Prefeito Municipal

07
R

ANEXO I

PMDE 2016 / 2025

Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico
São Caetano do Sul



Secretaria Municipal
de **Desenvolvimento**
Econômico e
Relações de Trabalho



COMDEC
CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

FICHA TÉCNICA

Prefeito Municipal
Paulo Nunes Pinheiro

COORDENAÇÃO GERAL
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO CAETANO DO SUL
COMDEC

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RELAÇÕES DO TRABALHO
SEDERT

REVISÃO E VALIDAÇÃO TÉCNICA
ASSESSORIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
Avenida Fernando Simonsen, 566 – Bairro Cerâmica
CEP: 09540-230 – São Caetano do Sul – Tel: (11) 4233-7373

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RELAÇÕES DO TRABALHO
Rua Major Carlo Del Prete, 651 – Bairro Centro
CEP: 09530-000 – São Caetano do Sul – Tel: (11) 4227-7662

SUMÁRIO

CONCEITOS, FUNDAMENTOS E METODOLOGIA

1. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO	9
1.1 – O que é o Desenvolvimento Econômico Sustentável	9
1.2 – O papel e a compreensão do governo municipal	11
1.3 - A Necessidade da Construção do PMDE.....	11
1.4 - Os limites de alcance do PMDE	12
1.5 - Amparo Legal	12
1.5.1 – Amparo Legal nos termos da Legislação Municipal	15
1.5.2 – Outros temas relacionados à Construção do PMDE	16
1.6 - Metodologia.....	21
1.6.1 – Metodologia para concepção e desenvolvimento do PMDE.....	21
1.6.2 – Metodologia para concepção e desenvolvimento dos programas e projetos	26
1.6 - Participação da Sociedade Civil	32

ANÁLISE HISTÓRICA COMO CHEGAMOS AO HOJE

2. ANÁLISE HISTÓRICA DA CIDADE - COMO CHEGAMOS AO HOJE	37
2.1 – Ciclo das atividades de subsistência	37
2.1 – Incipiência industrial - Ciclo das Olarias.....	38
2.2 – Ciclo da Industrialização.....	38
2.3 – Ciclo da ascensão das atividades de serviços	41

CENÁRIO ATUAL

3. CENÁRIO ATUAL DA CIDADE DE SÃO CAETANO DO SUL	44
3.1 - Demografia e fatores socioeconômicos principais	44
3.2 - Infraestruturas urbanas que impactam atividade empresarial.....	50
3.3 - Mão de obra e emprego	52
3.4 - Perfil das empresas instaladas.....	55
3.4.1 - Perfil das atividades industriais	61

3.4.2 - Perfil das atividades de serviço.....	65
3.4.3 - Perfil das atividades comerciais.....	69
3.5 - Investimentos Previstos de impacto na economia.....	74
3.6 - Fatores institucionais.....	76
3.6.1 - Incentivos Fiscais	76
3.6.2 - ISSQN – Imposto sobre Serviços	76
3.6.3 - Taxas de Licenciamento e Registro.....	77
3.6.4 - Taxas de licença de Obras.....	77
3.6.5 - Taxas de licença para instalação de cabos e dutos.....	78
3.6.6 - Código de Obras.....	79
3.6.7 - Via Rápida Empresa	79
3.6.8 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho (SEDERT)	80
3.6.9 - Espaço Investe São Caetano	81
3.6.10 - Portal Investe São Caetano.....	82
3.6.11 - Atende Fácil	82
3.6.12 - Nota Fiscal Eletrônica de Serviços	84

DIAGNÓSTICOS

4. DIAGNÓSTICO SÃO CAETANO DO SUL.....	86
4.1 - Potencialidades.....	86
4.1.1 - Qualidade de Vida (estruturas instaladas).....	86
4.1.2 - Localização	86
4.1.3 - Mercado Consumidor	87
4.1.4 - Formação de Mão de Obra qualificada	87
4.1.5 - Integração Trem / Metrô	87
4.1.6 - Complexo empresarial instalado	88
4.1.7 - Espaço Cerâmica	88
4.1.8 - Registro e abertura de empresas.....	88
4.1.9 - Infraestrutura Instalada	89
4.1.10 - Apoio à atividade empresarial.....	89
4.2 – Riscos, Estrangulamentos ou Ameaças.....	89

4.2.1 - Capacidade financeira da Prefeitura.....	89
4.2.2 - Altíssima concentração da receita municipal em poucas empresas	92
4.2.3 – Inexistência de Planejamento de longo prazo para o Desenvolvimento Econômico	95
4.2.4 - Pressão Imobiliária residencial	96
4.2.5 –Zoneamento Urbano e o Desenvolvimento Econômico	96
4.2.6 - Código de Obras e o Desenvolvimento Econômico	97
4.2.7 - Tamanho	97
4.2.8 - Envelhecimento da população.....	98
4.2.9 - Infraestruturas para o Desenvolvimento Econômico	98
4.2.10 - Fiscalização das Atividades Empresariais e o Desenvolvimento Econômico.....	98
4.2.11 - Movimento pendular da população	99

CONDICIONANTES EXTERNOS

5 - CONDICIONANTES EXTERNOS.....	101
5.1 - Condicionantes Internacionais	101
5.1.1 - Emergência e convergência das novas tecnologias: biotecnologia, nanotecnologia, ciências cognitivas e tecnologia da informação;	101
5.1.2 - Concorrência com Indústria de países orientais - China.....	103
5.1.3 - Consolidação da “sociedade do conhecimento” / “Economia criativa”	105
5.1.4 - Sustentabilidade Ambiental – novas matrizes energéticas	106
5.1.5 - Demanda nacional e mundial de commodities	107
5.1.6 - Fortalecimento dos Organismos Internacionais.....	108
5.1.7 - América Latina - Processos de Integração e contexto mundial	109
5.1.8 - Outros fatores de Condicionantes Internacionais	110
5.2 - Condicionantes Nacionais e Estaduais.....	110
5.2.1 - Potencial perda de receitas da Petrobrás.....	111
5.2.2 - Reconfiguração econômica e espacial - desindustrialização	112
5.2.3 - Aumento da relevância das Empresas de Serviços.....	114
5.2.4 - Capacidade de investimentos setor público	114
5.2.5 - Universalização das telecomunicações, massificação dos computadores, da Internet e da conectividade.....	116
5.2.6 - Expansão dos serviços de educação e de Ciência & Tecnologia e Inovação	118

5.2.7 - Aumento da relevância da questão ambiental.....	119
5.2.8 - Amadurecimento político da sociedade e modernização pública.....	120
5.2.9 - Outros fatores de Condicionantes Nacionais e Estaduais	121
5.3 - Condicionantes Regionais	121
5.3.1 - Mobilidade Urbana regional e Gargalos logísticos	121
5.3.2 - Consórcio Intermunicipal e Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC.....	123
5.3.3 - Violência urbana – Entorno da cidade.....	124
5.3.4 - Adensamento das cadeias produtivas e Parque Tecnológico ABC.....	126
5.3.5 - Expansão das atividades dos setores de petróleo e gás.....	127
5.3.6 - Expansão das atividades de fornecimento para forças armadas	128
5.3.7 - Expansão do sistema de transporte metro/ CPTM.....	129
5.3.8 - Combate às enchentes.....	131
5.3.9 - Disparidades no desenvolvimento econômico e social do entorno.....	132
5.3.10 - Outros fatores de Condicionantes Regionais	134

ESTRUTURA DO PLANO

6 – A ESTRUTURA.....	136
-----------------------------	------------

MACRO OBJETIVOS “ONDE QUEREMOS CHEGAR”

7 – ONDE QUEREMOS CHEGAR - MACRO OBJETIVOS	145
7.1 - Macro Objetivo 01	147
Tornar-se uma referência nacional em tecnologia, inovação, conectividade e sustentabilidade.	147
7.2 - Macro Objetivo 02	150
Desenvolver uma economia local forte, dinâmica, competitiva e altamente atrativa a empresas com alto valor agregado.	150
7.3 - Macro Objetivo 03	153
Modernizar, dar eficiência, transparência e capacidade gerencial e de investimento a administração .	153

DISPOSIÇÕES PARA VIABILIZAÇÃO E OPERAÇÃO

8 – VIABILIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PMDE.....	156
8.1 - O Grupo Especial de Trabalho.....	156

8.2 – Definição de RESULTADOS ESPERADOS e respectivos PRAZOS na implementação das DIRETRIZES ESTRATÉGICAS.....	157
8.3.1 – Da <i>Pesquisa de Linha de Base de Indicadores do PMDE</i>	159
8.3.2 – Dos Projetos, Programas e iniciativas decorrentes dos Pontos de Intervenção.	159
8.4 – Revisão dos Macro Objetivos, Diretrizes Estratégicas, Eixos e Pontos de Intervenção – Participação Cidadã	160
8.5 – Execução e Monitoramento.....	161
8.5.1 – O papel do COMDEC	161
8.5.2 – O papel da SEDERT	162
8.5.3 – Do sistema de Gestão do PMDE.....	164
8.6 – Instrumentos Financeiros	164
SUMÁRIO DE FIGURAS	166
SUMÁRIO DE GRÁFICOS	166
SUMÁRIO DE TABELAS	168

CONCEITOS, FUNDAMENTOS E METODOLOGIA

1. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO

Este capítulo tem por objetivo demonstrar como se desenvolveu a concepção, o planejamento, o desenvolvimento e a validação do documento Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico – PMDE ou simplesmente PLANO.

1.1 – O que é o Desenvolvimento Econômico Sustentável

A ideia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura.

Isto é, tem que atender “às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades”.

O termo “desenvolvimento econômico sustentável” é base para o desenvolvimento deste trabalho, portanto é imprescindível realizar o detalhamento do conceito.

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

Segundo Sandroni (1994) o desenvolvimento econômico pode ser considerado como crescimento econômico (incrementos positivos no produto)

acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Para ele, o desenvolvimento depende das características de cada país ou região. Isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem. Para Milone (1998) diz que para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB e PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Quanto à compreensão do conceito em tempos mais modernos, foi introduzida a questão da sustentabilidade. A ideia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura. Isto é, tem que atender “às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, 1991, p.46).

Sachs (1993) aponta cinco dimensões de sustentabilidade:

- Social _ melhorar a distribuição de renda para diminuir a exclusão social e a distância de separação entre as classes;
- Econômica _ eficiência na alocação de recursos e na sua gestão;
- Ecológica _ preservação do meio ambiente sem comprometer a oferta dos recursos naturais;
- Espacial _ tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana;
- Cultural _ alteração nos modos de pensar e agir na sociedade para uma consciência ambiental que provoque redução no consumo de produtos causadores de impactos ambientais.

Outro aspecto recente das teorias ligadas ao desenvolvimento econômico é a questão da territorialidade e da integração de atores sociais, que foi tratada fortemente nos conceitos de desenvolvimento econômico local. Os pontos centrais desta abordagem são: (i) território como unidade de análise do processo de desenvolvimento; (ii) as relações de interdependência no interior do território - entre empresas e entre setores de atividades; (iii) a participação da esfera local de governo e o envolvimento da sociedade civil. Nesta nova perspectiva, é proposto um estilo de desenvolvimento de baixo para cima, de forma que as comunidades locais são vistas não como objeto das intervenções, mas como sujeitos ativos no processo de transformação da realidade em que vivem.

Desta forma, a construção do PMDE levou em conta estes aspectos do desenvolvimento econômico:

- Geração de crescimento econômico superior ao crescimento da população;
- Ser estruturante, realizando mudanças positivas nas estruturas da cidade;
- Gere melhorias para a geração presente sem comprometer as gerações futuras;
- Comunidade local como sujeito ativo da transformação social;
- Promoção da qualidade de vida da população de forma direta e indireta.

Vale uma consideração importante sobre o aspecto de promoção indireta da qualidade de vida em São Caetano do Sul. Este PLANO possui limitações de atuação, pois não irá entrar em todos os aspectos inerentes ao desenvolvimento, como saúde, educação e outros (tais espectros de limites do PMDE estão detalhados no capítulo "Os limites de alcance do PMDE").

Contudo, um dos objetivos do PMDE é, além da geração de emprego para prover renda à população, busca-se como resultado do crescimento econômico proporcionar receitas financeiras para a administração municipal, resultante dos tributos, para que esta tenha condições de realizar os investimentos necessários nestas áreas que impactam na melhoria da qualidade de vida da população (promoção indireta da qualidade de vida).

1.2 – O papel e a compreensão do governo municipal

“A responsabilidade das esferas locais de governo trouxe o poder público local para a discussão da estratégia de desenvolvimento, o que significou uma alteração radical no papel do Estado. Em primeiro lugar, é faceta do Estado, principalmente nas esferas municipais, estar próxima das demandas e problemas da população, à qual deve e tem que oferecer diretamente respostas concretas e eficazes. Em segundo lugar, não se trata mais de oferecer incentivos ou condições financeiras privilegiadas, mas de propiciar as condições para a emergência do desenvolvimento. Neste âmbito, ao poder local cabe a sua responsabilidade pela infraestrutura urbana e transporte, pela infraestrutura educacional e, de modo especial, pela criação de espaços estimuladores da sociedade civil” (INPES/ USCS 2011) ¹.

A participação da sociedade civil introduz a prática da “gestão compartilhada do processo de desenvolvimento econômico”, cujo caráter inovador reside em não se basear somente em diretrizes emanadas do setor público ou do mercado. A prática do desenvolvimento passa a ser concebida coletivamente, assentada na capacidade de expressão da sociedade organizada e na sua responsabilidade por ações que conformam um projeto (ALBUQUERQUE, 2004).

Neste contexto participativo, o papel dos governos municipais passa a ser muito significativo, pois este possui capacidade institucional e política para conduzir o processo em conjunto os demais parceiros públicos e privados que compõem a realidade social da cidade. Através desta aproximação e articulação entre os atores, é possível chegar à resultados satisfatórios quanto à criação de um ambiente favorável aos negócios, que resultarão em consequente prosperidade econômica e, no segundo momento, a melhoria da qualidade de vida.

A administração municipal de São Caetano do Sul compreende este papel, e buscou através da concepção de um documento de planejamento a longo prazo, produzido em conjunto com a sociedade civil, direcionar o desenvolvimento econômico do município, que pretende fomentar a geração de empregos para garantia de renda para os cidadãos, e o crescimento econômico para a geração de tributos para a própria administração. Receita esta que irá garantir a prestação dos serviços públicos que revertem em qualidade de vida para os cidadãos.

1.3 - A Necessidade da Construção do PMDE

Uma ação efetiva para orientar o curso da realidade rumo ao futuro desejado será tanto mais eficaz quanto menos improvisada for. Assim, planejar o futuro é necessário. E, mesmo diante de todas as incertezas a ele inerentes, podemos reduzi-las e administrá-las com o auxílio de cenários e desenhar estratégias proativas para alcançar esse futuro.

¹ Estudo “Proposta de intervenção pública para desburocratização: uma alternativa de modelo de desenvolvimento econômico local” – estudo realizado no âmbito do “Programa de Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul”.

É exatamente esta a motivação do PMDE – Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico de São Caetano do Sul: construir uma visão de futuro compartilhada para o município neste horizonte e, mesmo em face das incertezas, indicar as iniciativas e ações necessárias para torná-la uma realidade nos próximos 10 anos. O futuro pode ser construído, e o planejamento e a gestão estratégica são as ferramentas da sociedade e do governo para fazê-lo acontecer.

... construir uma visão de futuro compartilhada para o município neste horizonte e, mesmo em face das incertezas, indicar as iniciativas e ações necessárias para torná-la uma realidade nos próximos 10 anos.

O PMDE constitui uma resposta consistente a pelo menos duas questões centrais: (i) Que visão de futuro desejamos realizar? (ii) O que fazer para alcançar o futuro desejado, em condições de incerteza e de restrição de meios (normalmente escassos)? A definição de uma estratégia pressupõe, portanto, um grande sentido de prioridade e seletividade de ações, otimizando os recursos e focando os segmentos de maior poder transformador e estruturador do futuro.

Os problemas da cidade e os cenários de futuro que indicam com dados estatísticos a necessidade da construção do PMDE serão apresentados nos capítulos subseqüentes do documento.

1.4 - Os limites de alcance do PMDE

Sendo o termo “Desenvolvimento Econômico Sustentável” muito amplo, principalmente por impactar nas condicionantes de qualidade de vida das sociedades, faz-se necessário dimensionar com maior precisão os limites pretendidos pelo PMDE.

Portanto, o PMDE não pretende direcionar as ações para:

- O desenvolvimento dos sistemas de saúde e assistência social aos moradores;
- O desenvolvimento dos sistemas de segurança como um todo (apesar de ter algumas ações que impactam neste quesito);
- O desenvolvimento da educação básica e superior (apesar de ter algumas ações que impactam neste quesito);
- Outros aspectos que fogem do âmbito do desenvolvimento produtivo e econômico do município (apesar do resultado do PMDE gerar recursos para subsidiar estas ações).

1.5 - Amparo Legal

Com a finalidade de evitar que as decisões políticas em matéria econômica sejam tomadas de maneira aleatória e sem um mínimo de previsão surgiu a necessidade da realização de planejamento econômico.

Com objetivos previamente estabelecidos e racionalmente dispostos é possível transformar a realidade existente e promover o desenvolvimento de um Município.

Os planos de desenvolvimento são verdadeiras diretrizes para a implementação da política econômica destinada a proporcionar o desenvolvimento. Por meio deles é possível estabelecer objetivos e diretrizes norteadoras para o desenvolvimento do Município.

Demonstrando a relevância desses instrumentos jurídicos de organização, a Carta Magna de 1988 contém dispositivos relativos aos planos de desenvolvimento. O artigo 174, caput, da Constituição Federal de 1988 afirma que:

“Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.”

Ressalte-se que o fato de ser determinante para o setor público e indicativo para o setor privado não significa que este possa descumprir os planos de desenvolvimento sem que haja qualquer sanção para isso. O plano é elaborado de maneira a incentivar o setor privado a pautar suas condutas conforme as diretrizes por ele traçadas. Isso não significa que a iniciativa privada tenha necessariamente que cumprir as diretrizes do plano, porém, se houver cumprimento deste, haverá menos problemas jurídicos para o setor privado, pois as condutas contrárias serão certamente mais dificultadas e até dispendiosas, conforme o caso, de acordo com a política econômica adotada pelo plano.

A nossa Constituição estruturou um Estado Democrático de Direito com a previsão da realização de planejamento na ordem econômica.

Os planos de desenvolvimento são verdadeiras diretrizes para a implementação da política econômica destinada a proporcionar o desenvolvimento.

Por meio deles é possível estabelecer objetivos e diretrizes norteadoras para o desenvolvimento do Município.

Para que seja realizado o interesse público, o Estado precisa de um mínimo de organização econômica planejada e isso é saudável desde que se faça de maneira democrática, através da participação popular, ainda que indiretamente, através de seus parlamentares.

Aliás, por meio do planejamento, estabelecem-se, além de outras indicações, metas a serem alcançadas, o que proporciona uma maior organização da economia do Estado.

Temos, ainda, que a importância e a necessidade do planejamento das ações governamentais são tão significativas que diversas normas que regem a Administração Pública dedicaram-lhe atenção especial, inclusive a Constituição Federal.

A Constituição Brasileira de 1988 deu ênfase à função de planejamento, quando introduziu significativamente mudanças na forma de condução do processo orçamentário, pois aliou o orçamento

público ao planejamento. Além disso, a Carta Magna tratou de evidenciar a integração dos instrumentos de planejamento: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O primeiro instrumento, o PPA, é o plano de governo que expressa o planejamento de médio prazo. Evidencia os programas de trabalho do governo para um período de quatro anos especificados em diretrizes, objetivos, metas da administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada. O PPA permite à sociedade dimensionar suas pretensões diante ao estado de suas finanças.

O segundo instrumento é a LDO, a qual cabe anualmente orientar a elaboração e a execução do orçamento. A partir desse instrumento, o poder Legislativo passa a ter poderes para de fato interferir no decurso da elaboração da peça orçamentária e a condução as finanças públicas, pois, ao aprovar a LDO, estará aprovada a regra para a elaboração do orçamento e para gestão financeira do Município. Assim, a LDO tem entre outras funções a de selecionar, dentre os programas e ações incluídas no PPA, quais terão prioridade na execução orçamentária.

O terceiro instrumento é a LOA, o qual viabiliza o plano de governo, permitindo a realização anual dos programas mediante a alocação de recursos para as ações orçamentárias (projetos, atividades e operações especiais).

Além dos instrumentos já citados, corroborando o processo de planejamento municipal, a Constituição definiu as regras básicas da política urbana, destacando a necessidade de elaboração e aprovação do Plano Diretor, que é o instrumento norteador da política de desenvolvimento e expansão urbana. Mais recentemente a Constituição Federal dispõe sobre o Estatuto da Cidade, que visa alinhar os municípios em seu crescimento econômico, populacional e territorial. Planejar o futuro da cidade, incorporando todos os setores sociais, econômicos e políticos que a compõem, de forma a construir um compromisso entre cidadãos e governo na direção de um projeto que inclua todos, é o desafio do Estatuto da Cidade.

Como os planos de desenvolvimento são veiculados em normas jurídicas, traduzindo decisões políticas de caráter macroeconômico e visando ao interesse público, tais normas assumem a natureza de direito econômico, os planos de desenvolvimento são, por conseguinte, normas de direito econômico. Assim, é o direito econômico que estuda e orienta os planejamentos econômicos sob o aspecto jurídico. A própria Constituição tem vários dispositivos relativos aos planos de desenvolvimento. O direito econômico encarrega-se de estudá-los e extrair dos mesmos os princípios indispensáveis à elaboração desses planos.

O artigo 30, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988, também menciona o planejamento, só que no âmbito Municipal:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.”

Os planos de desenvolvimento abrangem tanto o âmbito nacional como o regional e o setorial.

Pelo exposto, vários são os dispositivos constitucionais que se referem aos planos de desenvolvimento, o que demonstra a importância do planejamento para o desenvolvimento econômico.

1.5.1 – Amparo Legal nos termos da Legislação Municipal

A Lei Orgânica Municipal sulsancaetanense assegura a todo habitante do município o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, à habitação, ao transporte, ao meio ambiente equilibrado e ao saneamento básico, promovendo uma sociedade fraterna e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna, com a solução pacífica das controvérsias.

Estabelece, ainda, que por meio de Lei disciplinará a realização, a discussão pública, o acompanhamento da implantação, a revisão e a atualização de planos integrantes do processo de planejamento, fazendo parte deste processo, os **Planos Específicos, referidos a campos de realidade ou da problemática municipal.**

Em atendimento à Lei Orgânica, o Plano Diretor Estratégico de São Caetano do Sul possui como objetivos gerais:

- i. Garantir a gestão democrática de suas proposituras por meio da participação popular cidadã organizada em seus segmentos representativos, implantando um processo permanente e efetivo de Planejamento Urbano local, regional e metropolitano;
- ii. Ordenar e disciplinar o desenvolvimento urbano, econômica, social e administrativo de modo a propiciar o bem estar da comunidade;
- iii. Disciplinar o uso, ocupação e fiscalização do solo no território municipal a partir dos instrumentos legais necessários para sua implantação;
- iv. Valorizar, preservar e ampliar o patrimônio ambiental, histórico e cultural do município;
- v. Incentivar atividades produtivas como bases econômicas do município, promovendo a melhoria dos padrões de qualidade de suas redes de infraestrutura e superestrutura em padrões compatíveis às necessidades da população.

Como ressaltado, os incisos I, II, III e V do Plano Diretor Estratégico 2016-2025 estão de acordo com as diretrizes propostas pelo presente PLANO.

1.5.2 – Outros temas relacionados à Construção do PMDE

A construção de um Plano de Desenvolvimento Econômico, por sua abrangência, envolve diversas áreas de atuação dentro da Administração Pública Municipal e da Iniciativa Privada. Por este motivo, vale a pena discorrer sobre o impacto do PMDE nas demais áreas atingidas com a sua aplicação.

Assim, apresentaremos a correlação do PMDE com os seguintes temas:

- a) Meio Ambiente
- b) Resíduos Sólidos
- c) Mobilidade Urbana
- d) Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

a) Meio Ambiente

A definição de Meio Ambiente segundo o Art. 3º, inciso I, da Lei 6.938/81, é: “o conjunto de condições, leis, influências e infraestrutura de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.”

A preservação do meio ambiente encontra-se explícita no Diploma Maior brasileiro, como sendo uma responsabilidade do Poder Público e da coletividade e, também, um direito a ser exercido não mais plenamente e sim, mediante limitação.

A Constituição Federal, determina a possibilidade de exercer, por intermédio do Judiciário, o direito de ação, encontrando-se no Art. 5º, inciso XXXV a garantia necessária ao efetivo exercício da proteção ao meio ambiente, resguardando o presente e o futuro da humanidade.

O tema tem merecido especial atenção das mais diversas áreas de conhecimento. Da cultura à ciência, da economia à saúde. A noção de meio ambiente e todas as suas peculiaridades, vem desempenhando papel de fundamental importância para um conjunto cada vez mais expressivo de interesses em todos os segmentos da sociedade.

Ao tratar do meio ambiente, o Art. 225 da Constituição Federal, o determina, com clareza cristalina, como sendo um bem jurídico que a todos pertence, e, por conta de exercer plenamente tal propriedade, todos devem preservá-lo, dele se utilizando e usufruindo de forma limitada, respeitando os demais interessados. O exercício pleno da propriedade é limitado pelos interesses de toda a comunidade.

A atuação econômica não se encontra independente da preservação ambiental, embora o desequilíbrio esteja, ainda, evidente para todos. É imprescindível que o Homem alcance um modelo de desenvolvimento compatível e equilibrado com as necessidades impostas pela natureza. A degradação ambiental, que por vezes acompanha o crescimento econômico, passa a

ser coibida pelo Direito, resultando em um princípio basilar do Direito Ambiental, o Princípio da Precaução, ou seja, esse princípio é fundamentado na Lei 6.938/ 81, mais precisamente no Art. 4º, nos incisos I e IV, que expressa a necessidade de haver um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a utilização, de forma racional, dos recursos naturais, inserindo também a avaliação do impacto ambiental.

b) Resíduos Sólidos

A Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabelece os pilares para a gestão de serviços de saneamento indicando alternativas de arranjos institucionais para os serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem das águas pluviais, manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana. A lei aponta para a necessidade de reformas institucionais, envolvendo governos, prestadores de serviço e sociedade.

Um primeiro ponto importante estabelecido pela lei é o compromisso com a universalização do saneamento básico, entendido como direito humano fundamental. Outros princípios são a integralidade, isto é, tem de ser considerado o conjunto dos serviços; e o controle social, como parte integrante do planejamento e gestão das políticas públicas no setor.

Temos, ainda, que a lei estende a responsabilidade sobre a destinação de resíduos sólidos para todos os geradores, como indústrias, empresas de construção civil, hospitais, portos e aeroportos.

Em 10 de agosto de 2010 foi aprovada no plenário da Câmara dos Deputados a Política Nacional de Resíduos Sólidos, uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, dispoendo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público, e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

A Política Nacional trata da responsabilidade ambiental sobre os resíduos e estabelece ao gerador a responsabilidade pela disposição final. Define, também, obrigações e deveres de cada setor e cada cidadão.

Considerando que faz parte da Política Nacional a construção de planos estaduais, microrregionais, metropolitanos e intermunicipais de resíduos sólidos, a lei prevê que a elaboração de um instrumento de desenvolvimento econômico seja caracterizada por conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

A cidade de São Caetano do Sul regulamentou, através da Lei Municipal 5.162 de 04 de dezembro de 2013, seu Plano de Resíduos Sólidos. A gestão de resíduos faz parte do sistema econômico do município e, portanto, está embutido no contexto de planejamento deste PMDE.

c) Mobilidade Urbana

O Estatuto da Cidade regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, fixando princípios para a definição da função social da cidade e da propriedade urbana. Cabe ao poder público municipal, por meio dos Planos Diretores e de seus instrumentos complementares, a definição do equilíbrio entre os interesses público e privado no território urbano, indicando parâmetros para verificação deste princípio.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável define mobilidade como: “um atributo associado às pessoas e aos bens; corresponde às diferentes respostas dadas por indivíduos e agentes econômicos às suas necessidades de deslocamento, consideradas as dimensões do espaço urbano e a complexidade das atividades nele desenvolvidas”, ou, mais especificamente: “a mobilidade urbana é um atributo das cidades e se refere à facilidade de deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano.” Tais deslocamentos são feitos através de veículos, vias e toda a infraestrutura (vias, calçadas etc.). É o resultado da interação entre os deslocamentos de pessoas e bens com a cidade.

A gestão da política de mobilidade afeta interesses pessoais, corporativos ou de setores da sociedade, muitas vezes conflitantes: desde a definição das suas diretrizes mais estratégicas, como é o caso da destinação prioritária do sistema viário para o transporte coletivo ou para o individual, até problemas na gestão cotidiana, como a mudança de direção de uma via, o controle do uso indevido de um benefício tarifário, a regulamentação de horários para carga e descarga ou a localização de um simples ponto de ônibus.

A mobilidade é um fator essencial para todas as atividades urbanas, decisões afetas a ela podem trazer grandes benefícios ou prejuízos para os indivíduos, para as atividades econômicas ou para regiões inteiras da cidade. A gestão de um tema complexo como a mobilidade urbana implica em decisões e ações que têm forte impacto no cotidiano da cidade, e é muito comum que as soluções possíveis não permitam atender simultaneamente a todos os interesses, mesmo quando todos eles são legítimos.

Entre esses conflitos difusos, presentes potencialmente em todos os momentos da administração da circulação urbana, emergem com especial relevância os inerentes à gestão dos serviços de transporte público, com maior atenção para o transporte coletivo urbano.

Muitas cidades apresentam uma condição particular que determina comportamentos e padrões específicos para a mobilidade urbana. Cidades industriais, municípios dormitório, cidades litorâneas com atratividade turística, cidades históricas, são situações em parte determinadas pelas condições naturais, mas derivam, principalmente, da forma como as atividades humanas se distribuíram no território.

As cidades industriais geram tráfego pesado, com forte impacto ambiental, na qualidade de vida e na segurança da circulação. O planejamento da mobilidade deve procurar organizar estes fluxos por meio de infraestrutura adequada e de regulamentação da circulação.

Normalmente inseridos em regiões metropolitanas ou outra áreas com elevado grau de conurbação, alguns municípios apresentam característica de cidades-dormitório, concentram quase que exclusivamente uso residencial e de pequenos serviços de influência local.

A gestão da mobilidade precisa atender às necessidades de deslocamento da população que, nestes casos, dependem por definição de serviços intermunicipais, fora da competência de gestão da prefeitura. Da melhor forma possível, a Administração Municipal precisa intervir no planejamento regional, na busca de soluções para as suas demandas. No âmbito municipal, o desenvolvimento dos meios não motorizados e sua integração aos sistemas de transporte local e a integração física, operacional e tarifária destes aos intermunicipais, pode melhorar as condições de oferta e o custo dos deslocamentos.

Sob esta perspectiva o município já vem trabalhando fortemente no desenvolvimento de um Plano Municipal de Mobilidade Urbana, que pretende consolidar estratégias de deslocamento aderentes às necessidades da cidade e do contexto regional, objetivo melhorar a eficiência dos deslocamentos locais e regionais.

A mobilidade urbana é ao mesmo tempo causa e consequência do desenvolvimento econômico, da expansão urbana e da distribuição espacial das atividades. Além disso, deve-se considerar a íntima relação entre infraestrutura, transporte motorizado e o meio ambiente. O deslocamento de pessoas e mercadorias influencia fortemente os aspectos sociais e econômicos do desenvolvimento urbano, sendo a maior ou menor necessidade de deslocamentos definida pela localização das atividades na área urbana.

Existe uma relação causa e efeito entre as condições sociais da população com a sua necessidade e sua capacidade de deslocamento na busca das oportunidades que as cidades oferecem para trabalho, educação, serviços e lazer. Questões como renda, idade, gênero, entre outros, interferem na mobilidade da população incluindo-as ou excluindo-as do acesso a estas oportunidades.

Como já mencionado, o Plano Municipal de Mobilidade vem sendo desenvolvido para atender à esta complexidade, e o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico possui aderência e complementariedade a esta temática.

d) Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

A Lei Geral, conhecida como Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. Instituída pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, vem estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos dos artigos 146, 170 e 179 da Constituição Federal.

Os principais benefícios previstos na Lei Geral:

- a) regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive com simplificação das obrigações fiscais acessórias;
- b) desoneração tributária das receitas de exportação e substituição tributária;
- c) dispensa do cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- d) simplificação do processo de abertura, alteração e encerramento das MPEs;
- e) facilitação do acesso ao crédito e ao mercado;
- f) preferência nas compras públicas;
- g) estímulo à inovação tecnológica;
- h) incentivo ao associativismo na formação de consórcios para fomentação de negócios;
- i) incentivo à formação de consórcios para acesso a serviços de segurança e medicina do trabalho;
- j) regulamentação da figura do pequeno empresário, criando condições para sua formalização;
- k) parcelamento de dívidas tributárias para adesão ao Simples Nacional.

A Lei Geral surgiu com o objetivo de potencializar o desenvolvimento e a competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte no Brasil, como estratégia de crescimento econômico e social. Através da Lei Geral, foi instituído o regime tributário específico para o segmento, com redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento, que é o Simples Nacional. Além disto, a Lei prevê benefícios para as pequenas empresas em diversos aspectos, como a simplificação e desburocratização, as facilidades para acesso ao mercado, ao crédito e a justiça, o estímulo à inovação e à exportação.

Pelo alcance de sua atuação, os pequenos negócios são de grande importância para a atividade produtiva nacional. Ao criar condições para a evolução desse setor, a Lei Geral acaba por se voltar, portanto, na direção de um Brasil melhor, nação que ainda vive na sombra de uma gigantesca desigualdade social e à procura de instrumentos que possam assegurar um contínuo desenvolvimento econômico.

Nos Municípios onde os empreendedores são estimulados a abrir e formalizar o seu negócio, o resultado natural é o aumento da base de contribuintes, levando ao aumento da arrecadação de impostos diretos e indiretos. O aumento da arrecadação de tributos possibilita mais investimentos públicos, visando à melhoria da infraestrutura local e da qualidade de vida das pessoas.

Além dos aspectos destacados acima, os empreendimentos de pequeno porte fortalecidos contribuem para:

- Reduzir a necessidade de atrair médias e grandes empresas para gerar emprego;
- Diminuir o êxodo de empreendedores para outras cidades;
- Manter os recursos financeiros girando na economia local;

- Gerar investimentos duradouros e com forte identidade cultural.

Os gestores públicos têm um papel fundamental na criação de um ambiente favorável aos pequenos empreendimentos.

A mensagem de que o desenvolvimento do Município passa pelo fortalecimento das micro e pequenas empresas é de fácil entendimento e aceitação. A Lei Municipal 4.660 de 25 de junho de 2008 e suas alterações (Lei 4972/2010) regulamenta o Tratamento Diferenciado e Favorecido proposto pela Lei Complementar Federal 123/2006. Com isso, o gestor público sulsancaetanense possui um instrumento capaz de proporcionar um ambiente favorável para o desenvolvimento econômico do Município.

1.6 - Metodologia

Tendo em vista que a implementação do PMDE gera a necessidade do desenvolvimento de uma série de projetos e esforços, o próprio PMDE apresenta a metodologia que foi aplicada para o desenvolvimento deste documento, assim como a metodologia indicada para o planejamento e execução dos projetos que serão oriundos deste trabalho.

1.6.1 – Metodologia para concepção e desenvolvimento do PMDE

O PMDE foi desenvolvido através das boas práticas para a promoção do Desenvolvimento Econômico Local estabelecidas pelo Banco Mundial, sistematizadas pelo Manual “Desenvolvimento Econômico Local: um Manual para a Implementação de Estratégias para o Desenvolvimento Econômico Local e Planos de Ação” (2006). Este manual foi elaborado pela equipe técnica da Unidade de Desenvolvimento Urbano (Urban Development Unit) do Banco Mundial, através de informações obtidas no trabalho “Local Economic Development: Good Practices from the European Union and Beyond. Foram responsáveis pela viabilização destas boas práticas, além do Banco Mundial, o organismo internacional “Cities of Change” e o “Bertelsmann Stiftung”.

Segundo as boas práticas estabelecidas por este manual do Banco Mundial, o processo de planejamento estratégico de desenvolvimento econômico local é composto de cinco estágios. Embora esses estágios sejam considerados em separado para sua apresentação didática, na realidade é um processo bastante flexível. Um estágio pode continuar em paralelo com o outro, em consonância com as necessidades locais. Problemas detectados durante um dos estágios podem não ser resultado do trabalho daquele estágio, mas da adequação do estágio anterior. Estágios anteriores e posteriores podem precisar ser refinados ou retrabalhados para resolver os problemas. A estratégia é um elemento vivo, e deve ser modificada quando as circunstâncias assim demandarem.

Na sequência serão apresentados os 05 estágios para consolidar o planejamento estratégico do desenvolvimento econômico local refletidos neste PMDE:

Estágio 1: Organização dos esforços

Para organizar uma estratégia bem sucedida, é necessário acertar os acordos institucionais e o envolvimento dos *stakeholders* em um estágio preliminar ao processo de planejamento. Para tanto, em São Caetano do Sul foi necessário estabelecer uma equipe (Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - COMDEC, composta pela sociedade civil, e Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho - SEDERT), para gerenciar inicialmente o processo de planejamento estratégico.

As boas práticas do Banco Mundial indicam que o desenvolvimento econômico local bem sucedido requer o esforço colaborativo dos setores público (governamental), privado (empresarial) e não governamental (ONGs, sindicatos, social, civil e religioso). Desta forma, o processo de planejamento estratégico começou pela identificação das pessoas, instituições públicas, empresários, organizações civis, organizações profissionais, *think-tanks*, instituições de treinamento e de outros grupos que constituem ou que produzem impacto na economia local. Este processo teve como resultado a reativação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - COMDEC, com a institucionalização da participação destes membros estratégicos através de Portaria Municipal.

Além da participação no próprio conselho, uma série de outros atores se inter-relacionam com a Secretaria SEDERT, produzindo assim um ambiente de troca constante de informações e grande potencial para produção de conhecimento.

As habilidades, experiências e os recursos que o grupo de *stakeholders* traz contribuem para o processo de planejamento estratégico como um todo. O estabelecimento de relações de trabalho sólidas e de estruturas organizacionais para apoiar o processo de planejamento estratégico traz benefícios de longo prazo para as parcerias públicas, privadas e para as não governamentais. Essas relações de trabalho foram estabelecidas através do COMDEC, com a realização de reuniões ordinárias mensais e reuniões extraordinárias trimestrais. Nas reuniões ordinárias foram debatidos os temas que propuseram este PMDE e nas reuniões extraordinárias, com a participação do Prefeito da cidade e dos grandes atores econômicos estabelecidos no município, as propostas foram validadas e algumas diretrizes sobre a estratégia de sua implantação estabelecidas.

Estágio 2: Avaliação da economia local

O conhecimento das características da economia local é crítico para que os *stakeholders* identifiquem uma estratégia de Desenvolvimento Econômico Local (DEL) realista, prática e

exequível. Na cidade de São Caetano do Sul, para obter informações importantes sobre a comunidade local e subsidiar o trabalho do COMDEC e da SEDERT foram realizadas uma série de estudos e análises pelo Centro de Informações Econômicas da SEDERT. Com esta base foi possível aos membros do COMDEC compreender a realidade da cidade, e assim propor alternativas mais realistas e assertivas para as necessidades do município.

Como resultado, a avaliação da economia local utilizada pelo COMDEC e refletida neste PMDE tem caráter qualitativa e quantitativa, e demonstra as estruturas existentes e as tendências no desenvolvimento dos negócios, da produção, geração de empregos, capacitação e outras informações que ajudam a identificar a direção estratégica da economia local. A avaliação não se limitou por uma jurisdição administrativa ou fronteira, sendo que as influências regionais, nacionais e internacionais foram levadas em consideração.

Como primeiro passo foram determinadas quais as informações que eram pertinentes, necessárias e quais dados estariam disponíveis para a realização das pesquisas. Além disso, foi necessário identificar os dados que são imprecisos, os que foram perdidos ou que são inexistentes e que deveriam ser obtidos por esforço próprio. Depois desta fase foi realizada a análise e interpretação dos dados

Segundo determinado pelo manual de boas práticas para promoção do desenvolvimento econômico local do Banco Mundial utilizado como referência para constituição do PMDE, esta fase de avaliação da economia local foi usada para:

- Identificar recursos públicos, privados e não governamentais;
- Coletar e analisar informações qualitativas e quantitativas já existentes ou novas;
- Estabelecer sistemas de gerenciamento de dados para futura utilização em monitoramento e avaliação.

O nível e a complexidade dos dados coletados foram determinados pela disponibilidade, orçamento e natureza da economia. Foram utilizadas como fonte de dados principalmente os estudos produzidos pelos principais institutos e órgãos de pesquisa Nacionais (IBGE, MTE/CAGED), Estaduais (SEADE, JUCESP) e Municipais (INPES/ USCS, Centro de Informações Econômicas da SEDERT). As análises qualitativas, como já apontado, foram realizadas pelos técnicos da SEDERT e *'stakeholders'* partícipes do COMDEC, e pela posterior participação da sociedade civil para validação e legitimação do PMDE.

Estágio 3: Criação das estratégias

Assim como se faz no planejamento estratégico integrado de uma cidade, as boas práticas estabelecidas pelo Banco Mundial impõem o alcance de uma abordagem integrada para o planejamento estratégico do desenvolvimento econômico local.

Na elaboração das estratégias, os executores no governo municipal (SEDERT) e os principais grupos de *stakeholders* representados no COMDEC buscaram equilibrar o desenvolvimento econômico pretendido para os próximos 10 anos com as necessidades ambientais e sociais da realidade do município. Desta forma, as estratégias produzidas pelos *stakeholders* e apresentadas neste PMDE possuem os seguintes componentes característicos:

- **Cenário** – Descrição sobre o consenso dos *stakeholders* em relação ao futuro econômico desejado para a cidade;
- **Macro Objetivos** – Sintetizam a essência do PMDE em termos estratégicos. Eles estão conectados ao tempo e são mensuráveis;
- **Metas e Indicadores** – Metas baseadas nos Macro Objetivos e nos resultados específicos desejados para o horizonte futuro, bem como indicadores para possibilitar o monitoramento constante de resultados e, conseqüentemente, da eficiência do PMDE;
- **Programas** – Conjunto de abordagens para alcançar metas realistas de desenvolvimento econômico. Elas estão conectadas ao tempo e são mensuráveis;
- **Projetos e Planos de Ação** – Esforços necessários para implementar componentes específicos do programa. Eles foram priorizados, agrupados e sistematizados. Eles estão conectados ao tempo e são mensuráveis.

Estágio 4: Estratégia de implementação

Conforme estipulado pelo Banco Mundial, uma estratégia de desenvolvimento econômico é um plano geral que possui metas e ações de curto, médio e longo prazo e estabelece como elas serão alcançadas. Desta forma, este PMDE estabelece uma agenda para promover e desenvolver os pontos fortes nas áreas econômicas, físicas, sociais e ambientais de São Caetano do Sul, abordando os desafios e as oportunidades.

Mas não apresenta os detalhamentos de implementação de Metas e Indicadores, Programas, Projetos e Planos de Ação, que serão estabelecidos de acordo com as necessidades orçamentárias e de recursos humanos, com as implicações institucionais e com os procedimentos para implementação, ressalvadas contudo as prioridades contidas nos Macro Objetivos, que não poderão ser prejudicadas em função de carências específicas eventualmente identificadas.

Tais detalhamentos serão desenvolvidos na fase de implantação do PMDE, através de documentos técnicos e conceituais detalhados. A forma de construção será detalhada nos capítulos subsequentes.

Estágio 5: Revisão da estratégia

Segundo as boas práticas estabelecidas pelo Banco Mundial, a implementação das estratégias de desenvolvimento econômico devem ser submetidas a uma rigorosa avaliação anual. Essa revisão deve considerar os recursos disponíveis, para a operacionalização da estratégia e incluir indicadores de monitoramento e de avaliação da economia local, previamente estabelecidos e acordados. Desta forma, a revisão do PMDE irá incluir, sempre que possível, os investimentos realizados, produtos, resultados e impactos e também o processo de implementação, e o nível e a extensão da participação dos *stakeholders*.

Em consonância com a revisão da estratégia, serão levados em conta os dados oriundos das ferramentas de monitoramento do PMDE. O monitoramento permitirá a tomada de decisões quanto aos ajustes necessários à estratégia. À medida que os programas e projetos forem sendo concluídos ou considerados inapropriados, outros novos poderão ser identificados.

O sistema de monitoramento deste PLANO, que irá embasar as potenciais revisões e mudanças nas estratégias, será detalhado no capítulo referente a gestão e monitoramento do PMDE, constante neste PLANO.

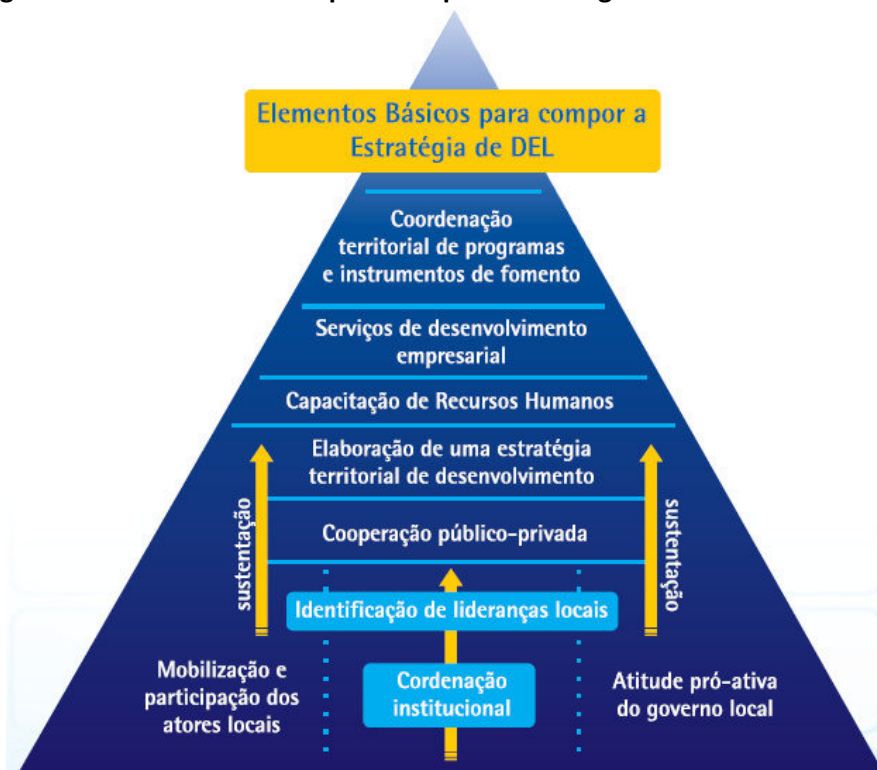
Figura 1 - Esquema geral de revisão anual do PMDE



Fonte: Banco Mundial – Consolidado por SEDERT

O Instituto de Pesquisa da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – INPE/ USCS desenvolveu um gráfico que simplifica toda a esquematização proposta pelo Banco Mundial para amparar a promoção do desenvolvimento econômico local, que foi seguida para a concepção e desenvolvimento do PMDE:

Figura 2 - Elementos básicos para compor a estratégia de DEL no âmbito local



Fonte: USCS- INPE/ PMSCS- SEDERT e BID – FUMIN²

1.6.2 – Metodologia para concepção e desenvolvimento dos programas e projetos

Este PMDE indica que a concepção, planejamento, execução e monitoramento dos programas e projetos oriundos dos apontamentos deste documento sejam realizados através das boas práticas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas – ONU, através do Instituto Latino Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social - ILPES, Comissão Econômica para América Latina e Caribe –CEPAL.

Como referência formal fica estabelecida a Metodologia de Marco Lógico, sistematizada em vários manuais e estudos da entidade, sendo a mais sucinta referência dele o Manual “Metodologia de Marco Lógico para Planejamento, Acompanhamento e Avaliação de Programas e Projetos”, conhecido também como “Manual 42 ILPES”.

Esta “Metodologia” é baseada nas boas práticas estabelecidas pelo Project Management Institute – PMI, a maior referência mundial quanto às técnicas de gestão de projetos, mas adaptada à realidade e complexidade do desenvolvimento de projetos por entidades

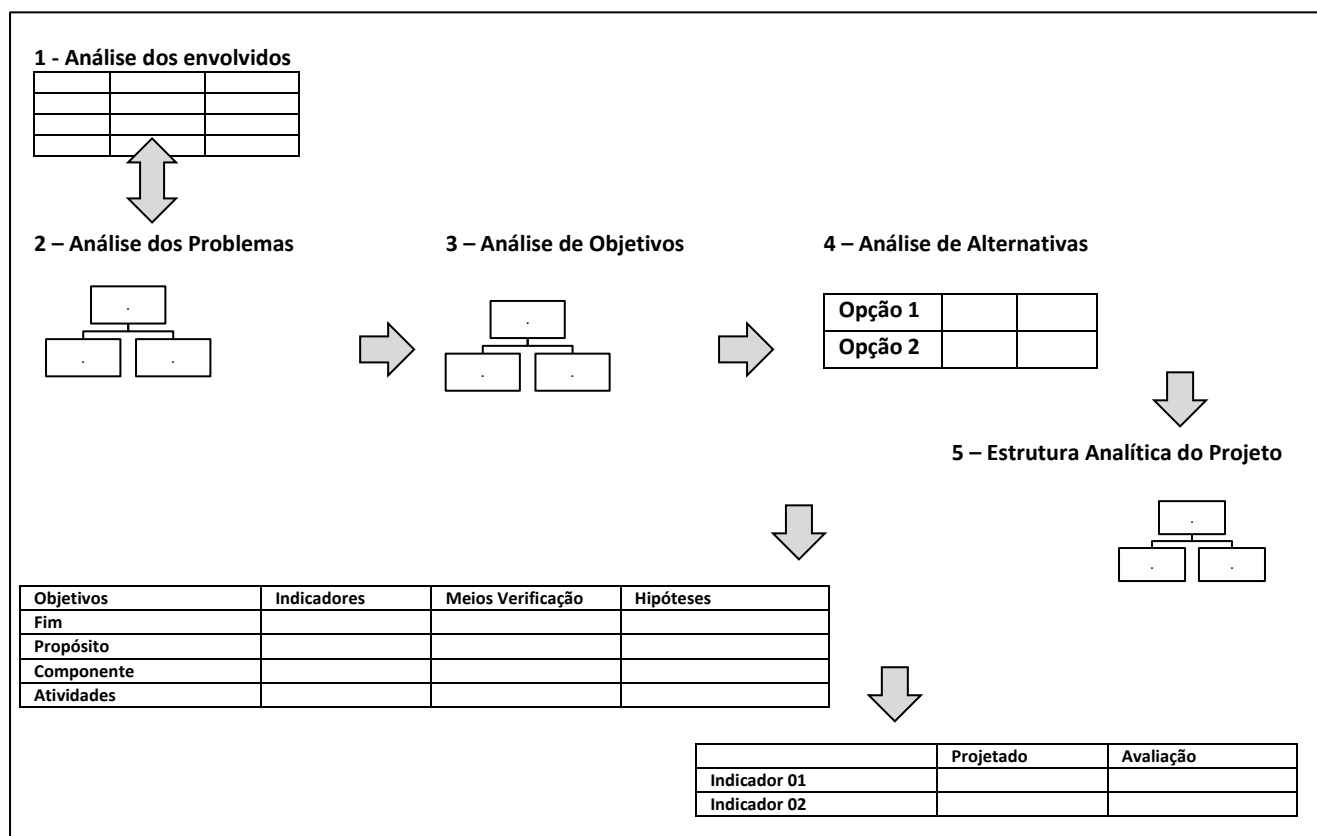
² Proposta de Intervenção pública para desburocratização: uma alternativa de modelo de desenvolvimento econômico local. Estudo realizado no âmbito do programa “Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul” 2011.

governamentais e não governamentais. O ILPES possui larga experiência em desenvolver projetos nestes ambientes, que forneceram à entidade a possibilidade de indicar uma metodologia simples e abrangente o suficiente para indicar o básico para a concepção, planejamento, acompanhamento e avaliação de projetos.

Este capítulo pretende apresentar somente as concepções gerais da metodologia, sendo que os detalhamentos necessários para referenciar a gestão dos programas e projetos indicados por este PMDE estão nos manuais citados anteriormente. Também é importante ressaltar que esta metodologia é apontada como base, mas não única ferramenta para apoiar a gestão dos trabalhos. Incrementos de ferramentas e controles serão sempre bem-vindos, principalmente em decorrência de programas e projetos que as exijam.

Como referencial teórico para avaliar novas necessidades de ferramentas de gestão de projetos, ficam estabelecidas as boas práticas indicadas pelo PMI através do Guia *PMBOK – Project Management Body of Knowledge*. Seguem abaixo as fases de planejamento, execução e monitoramento estabelecidas pelas práticas Matriz de Marco Lógico (MML):

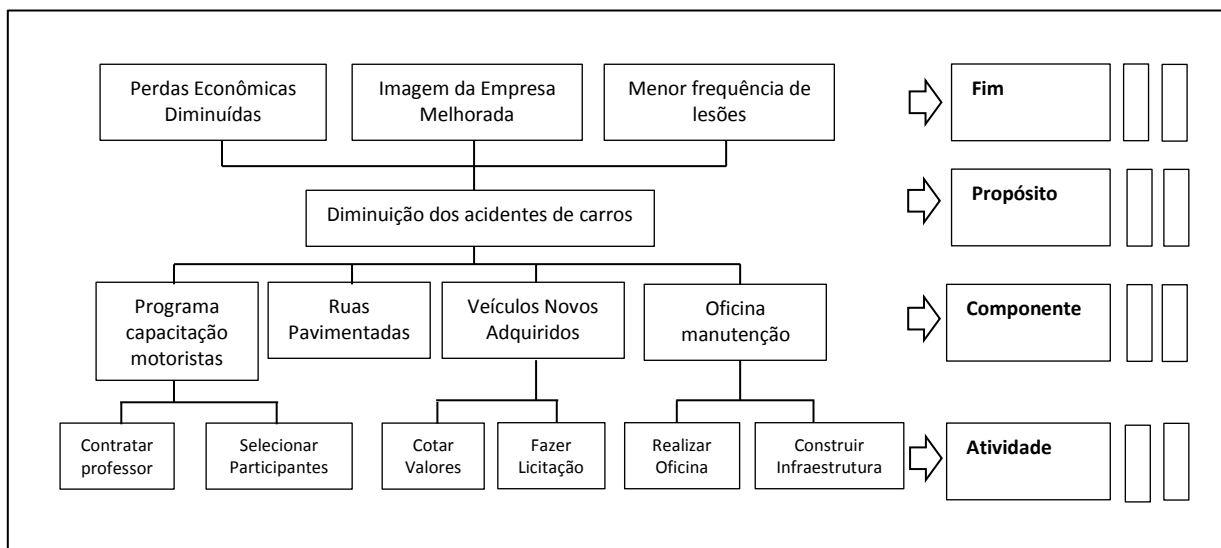
Figura 3 - Fases do projeto segundo práticas da MML



Fonte: Área de Projetos e Planejamento de Investimentos, ILPES

Segue abaixo exemplo de uma EAP que é o resultado final da fase de identificação do problema e alternativas de solução, pela Matriz de Marco Lógico (MML):

Figura 4 - Exemplo de EAP para planejamento de projetos segundo práticas da MML



Fonte: Área de Projetos e Planejamento de Investimentos, ILPES

Este gráfico é resultado dos seguintes levantamentos de dados:

- Análise dos envolvidos;
- Análise do Problema;
- Análise dos Objetivos;
- Identificação das alternativas para solução do problema;
- Seleção da alternativa ótima;
- Estrutura Analítica do Projeto (EAP).

Como principal documento de planejamento das práticas MML está a própria Matriz de Marco Lógico. A Matriz nasce a partir dos seguintes levantamentos prévios:

- Resumo Narrativo dos Objetivos – Finalidade, Propósito, Componentes, Atividades;
- Indicadores – de todos os quesitos;
- Meios de Verificação;
- Premissas.

Segue abaixo exemplo de uma Matriz de Marco Lógico:

**Tabela 1 - Exemplo de Matriz de Marco Lógico
para planejamento de projetos segundo práticas da MML**

Resumen Narrativo	Indicadores	Medios de Verificación	Supuestos
<p>F.1. Contribuir com a melhora das condições de vida das famílias de “Las Margaritas”</p> <p>F.2. Diminuir o risco sanitário em “Las Margaritas”</p>	<p>F.1.1. Ao final do projeto o bairro “Los Andes” ter melhorado seus índices de violência intrafamiliar em 20%.</p> <p>F.1.2. Ao final do projeto o bairro “Los Andes” ter melhorado seu nível de segurança cidadã em 30%.</p> <p>F.1.3. Ao final do projeto o bairro “Los Andes” ter melhorado seus índices de alcoolismo e consumo de drogas em 5%.</p> <p>F.2.1. Ao final do projeto o bairro “Los Andes” ter melhorado seus níveis de superlotação em 20%.</p> <p>F.2.2. Ao final do projeto o bairro “Los Andes” ter melhorado seus níveis de prostituição em 15%.</p>	<p>Registro das oficinas de planejamento do município.</p>	
<p>P. Melhorar as condições habitacionais em “Las Margaritas”</p>	<p>P.1. As condições de superlotação de 68 famílias na unidade “Las Margaritas” ter diminuído ao final do projeto, passando de quatro por habitação para 2 pessoas por habitação.</p> <p>P.2. Ao final do projeto 80% das famílias beneficiadas promovem o projeto e o modelo de Desenvolvimento em diferentes atividades comunitárias.</p> <p>P.3. Ao final do projeto o bairro “Los Andes” ter melhorado o ordenamento e a manutenção de um de seus assentamentos habitacionais para 68 famílias de baixa renda, em concordância com normas ambientais, sanitárias e arquitetônicas vigentes.</p> <p>P.4. Uma vez recebida as residências pelas famílias, estas realizam os pagamentos mínimos respectivos das cotas da residência (1%) do valor total e pelo acesso dos recursos públicos básicos.</p> <p>P.5. Ao final do projeto, 100% das obras públicas construídas e equipadas se encontram em bom estado de funcionamento em concordância com o Plano de Manutenção estabelecido.</p> <p>P.6. No final do projeto ter beneficiado 65% das mulheres que são arrimo de família da comunidade.</p>	<p>MV.1. Registros do projeto.</p> <p>MV.2. Registros da prefeitura de das organizações comunitárias sobre eventos da comunidade.</p> <p>MV.3. Registros das oficinas de planejamento da prefeitura.</p> <p>MV.4 Registros da prefeitura e das oficinas dos serviços públicos do município.</p> <p>MV.5. Registros do projeto sobre a manutenção de obras, registro nas oficinas de obras públicas do município.</p> <p>MV.6. Registros do projeto sobre gênero.</p>	<p>Os padrões comunitários da comunidade facilitam a troca para aceleração do modelo habitacional como uma alternativa para melhoria das condições de vida.</p>
<p>C.1. REsidências unifamiliares construídas e entregues à população objeto do projeto.</p> <p>C.2. Campanha de informação, capacitação e sensibilização executado.</p> <p>C.3. Plano de sensibilização implantado.</p>	<p>C.1.1. 2042 m2 de ruas e calçadas construídas ao final do projeto, de acordo com as normas de construção de “Min Vivienda”.</p> <p>C.2.1. 68 redes de serviços públicos domiciliares instalados em concordância com as normas vigentes.</p> <p>C.2.2. Ao final do projeto 68 famílias recebem o título de propriedade de suas respectivas residências, por parte do município.</p> <p>C.2.3. Ao final do projeto 68 famílias recebem o título de propriedade de suas respectivas residências, por parte do município.</p>	<p>MV 1.1-2.4. Registros de inspeção realizados pelo município; permissões e certificados de construção e certificações ambientais expedidas pela respectiva autoridade; planos e desenhos da obra. Certificação do município entregue às empresas construtoras sobre o recebimento e satisfação em relação à obra.</p> <p>MV 2.1. Registro de cada</p>	<p>- Se aplicam as normas e políticas municipais de ordenamento e regularização de assentamentos habitacionais urbanos.</p> <p>- Existe um sistema de subsídios cruzado que garante um consumo mínimo familiar de serviços públicos básicos (sistema de água, eletricidade e esgoto) uma</p>

Resumen Narrativo	Indicadores	Medios de Verificación	Supuestos
	<p>C.2.4. Ao final do projeto cada família beneficiária da residência conta com 92m2 de terreno, significando um incremento de 37m2 em comparação com o terreno que possuíam antes do projeto.</p> <p>C.3.1. Durante os 2 anos do projeto ter realizado ao menos 10 atividades de sensibilização: espaço público, participação cidadã.</p> <p>C.3.2. Durante os 02 anos do projeto ter realizado ao menos 5 eventos comunitários em áreas verdes.</p>	<p>residência expedido pela oficina de cadastro municipal.</p> <p>MV 2.2. Pesquisa número de diagnóstico o projeto (linha de base) e relatórios finais de projeto (dados de execução), registros de propriedades de cada residência expedido pela oficina de cadastro municipal.</p> <p>MV.3.1. Relatórios de execução de atividades de sensibilização do projeto.</p> <p>MV.3.2. Relatórios de execução de eventos sociais em áreas verdes.</p>	<p>vez recebida a residência pelas famílias.</p> <p>- As famílias beneficiadas mantêm as condições econômicas necessárias para realizar os pagamentos correspondentes à cota da residência (1% do valor total) e para o pagamento dos serviços públicos</p>
<p>A.1.1. Instalação de redes de esgoto.</p> <p>A.1.2. Pavimentação de ruas</p> <p>A. 1.3. Instalação de redes elétricas.</p> <p>A.1.4. Instalação de redes de água potável.</p> <p>A.1.5. Outras atividades (honorários fiscalização, controles administrativos, processos de contratação).</p> <p>A.2.1. Aquisição de terreno.</p> <p>A.2.2. Obras prévias.</p> <p>A.2.3. Obras de construção.</p> <p>A. 2.4. Obras de rescisões.</p> <p>A.2.5. Instalações residenciais.</p> <p>A.2.6. Obras complementares.</p> <p>A.2.7. Realocação dos beneficiários.</p> <p>A.3.1. Desenho do plano de sensibilização</p> <p>A.3.2. Execução do plano de sensibilização</p>	<p>4 848 572,00</p> <p>8 223 377,00</p> <p>2 337 184,00</p> <p>3 736 538,00</p> <p>2 367 762,00</p> <p>105 726 400,00</p> <p>15 324 582,00</p> <p>151 033 610,00</p> <p>25 319 749,00</p> <p>15 043 028,00</p> <p>10 940 384,00</p> <p>422 500,00</p> <p>1 216 800,00</p> <p>15 000 000,00</p>	<p>Orçamentos, registros contábeis, Kardex e inventários, informes financeiros de avanço dos projetos.</p>	<p>AS licitações de obras são realizadas segundo os planos de execução do projeto: prazos, qualidade e quantidade. Durante a execução do projeto o número dos beneficiários se mantêm dentro da margem de +/- 10%.</p>

Fonte: Área de Projetos e Planejamento de Investimentos, ILPES

Além das fases de planejamento, destaca-se a importância da fase de monitoramento destes programas e projetos, também observados pelas práticas MML. Vale ressaltar que o monitoramento do PMDE, que será tratado em capítulo específico deste documento, é distinto do monitoramento de cada um dos programas e projetos, o que será tratado na sequência.

Os objetivos do monitoramento dos programas e projetos buscam medir a eficiência e efetividade destes, que são realizados através de:

- Determinar o progresso na execução dos programas e projetos, Os avanços físicos, de custos e o cumprimento dos prazos para realização das atividades são os elementos a serem verificados no período de execução dos esforços;
- Retroalimentar as partes interessadas *stakeholders* sobre o projeto, ou seja, comunicar aos interessados e envolvidos os resultados alcançados dos projetos;
- Recomendar ações corretivas a problemas que afetam os programas e projetos, a fim de melhorar o desempenho e incrementar a possibilidade do projeto alcançar seus objetivos primordiais.

O monitoramento deve ser realizado em todas as fases do projeto, da concepção ao encerramento. Segue um exemplo de matriz de monitoramento dos quesitos chave da execução dos programas e projetos, que vem do acompanhamento da evolução dos indicadores:

Tabela 2 - Exemplo de matriz de monitoramento dos indicadores segundo práticas da MML

Indicador	Projetado (P) / Realizado (R)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano n	Avaliação
1	P R						
2	P R						
3	P R						
4	P R						
5	P R						
6	P R						
7	P R						
8	P R						
9	P R						
10	P R						

Fonte: Área de Projetos e Planejamento de Investimentos, ILPES

Conforme já mencionado, para todos os detalhes quanto à metodologia para o desenvolvimento dos programas e projetos fica estabelecido como referência, conforme já mencionado anteriormente, o “Manual 42 do ILPES”, além de outros manuais de boas práticas para gestão de projetos do ILPES.

Vale ressaltar que a metodologia apresentada é uma referência para as equipes gestoras. Todo e qualquer referencial teórico e técnico de planejamento, execução e encerramento de projetos que contemple as bases conceituais apresentadas neste capítulo são elegíveis para utilização da equipe gestora do PMDE. O fator essencial que o PMDE impõe à equipe gestora é que ela se utilize de referenciais técnicos para a coordenação dos programas e projetos, para uma gestão profissional dos trabalhos a serem desenvolvidos.

1.6 - Participação da Sociedade Civil

A participação da comunidade para a concepção do desenvolvimento econômico de longo prazo das cidades é relacionada como de fundamental importância pelas práticas estabelecidas pelo Banco Mundial. A participação da sociedade civil legitima o planejamento com os anseios dos cidadãos e reforça o sentido de participação de todos a um objetivo comum, conforme observado em outros capítulos do PMDE.

O PMDE teve suas bases concebidas pelo COMDEC - Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, instituição legitimada por Lei (Lei Municipal 3.493/1997 e Lei Municipal 5.201/2014) em que participam representantes do governo, empresas, universidades e organizações sem fins lucrativos. Para debate dos temas e posterior encaminhamento para as tratativas da consolidação do PMDE, foram realizados os seguintes encontros:

Tabela 3 - Reuniões do COMDEC para concepção e planejamento do PMDE – 2013 / 2014 / 2015

Encontro	Data	Resumo
Encontro de Alinhamento inicial	02/08/2013	Encontro do Prefeito com empresários da cidade para a prévia da constituição do COMDEC - Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, com o estabelecimento da estrutura e base de trabalho, bem como das expectativas.
Encontro para Planejamento inicial	08/08/2013	Encontro para esclarecimentos quanto à organização do COMDEC e das Verticais Econômicas que serão estruturadas no município. Preparação para a primeira reunião com as lideranças das Verticais. Estabelecimento do objetivo principal: a elaboração do PMDE – Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, como principal produto do COMDEC.
1º Encontro	16/09/2013	Apresentação da estrutura organizacional do Conselho, estratégia de atuação, apresentação de dados econômicos da cidade e primeiras prioridades – zoneamento, mobilidade, redução de alíquotas, parcerias estratégicas, plano de desenvolvimento econômico, dependência tributária, entre outros.
2º Encontro	14/10/2013	Levantamento das prioridades da atuação do COMDEC, preparação para reunião com Prefeito e Núcleo Estratégico. Apresentados fatores de alavancagem para o desenvolvimento, apresentação do Secretário de Mobilidade de São Caetano quanto aos projetos em planejamento, estratégia para fortalecer as verticais, entre outros temas.
3º Encontro	29/10/2013	Reunião extra para levantamento das prioridades da atuação do COMDEC,

Encontro	Data	Resumo
		preparação para reunião com Prefeito e Núcleo Estratégico. Aprofundamento sobre os temas “áreas vocacionadas” e “mobilidade urbana”, aprovação da agenda para a reunião com o núcleo estratégico
4º Encontro Núcleo Estratégico	04/11/2013	Apresentação do Plano de Prioridades do COMDEC para 2014 - realizações da SEDERT, situação financeira do Município, áreas vocacionadas, escritório de Projetos, Condomínio Tecnológico, entre outros pontos.
5º Encontro	16/12/2013	Definição e início do planejamento das prioridades para 2014 – debate sobre temas variados (aproximação empresas alta tecnologia, implantação de infraestruturas de alta tecnologia, necessidade de formar grupo de trabalho para estudar legislação ultrapassada, etc.), planejamento e aprovação da agenda de 2014
6º Encontro	13/01/2014	Apresentação do texto do Regimento Interno, para aprovação dos membros, proposta para criação de duas novas verticais para apoiar a construção de projetos para reforme do zoneamento (construtores e arquitetos/ engenheiros), avanços das verticais econômicas e outros encaminhamentos.
7º Encontro	03/02/2014	Definição dos quesitos: Reforma da Lei de Zoneamento e do Código de Obras do Município, Escritório de Projetos Municipal, projeto de mobilidade urbana e projeto de capital humano. Aprovação do Regimento Interno e produção de documento solicitando ao executivo a alteração da Lei que regulamenta o COMDEC, para inclusão de novos membros.
8º Encontro (extraordinário)	13/02/2014	Apresentação do projeto detalhado da viabilidade de implantação do projeto VLT (veículo leve sobre trilhos) e fechamento da pauta para reunião de Março.
9º Encontro Núcleo Estratégico	10/03/2014	Apresentadas e aprovadas pelos membros: 05 propostas para explorar ao máximo as vantagens competitivas, 03 propostas para organismo para a formalização e gestão de projetos, 04 propostas para sociedade civil organizada e participativa, 02 propostas de áreas vocacionadas e 02 propostas para política de mobilidade adequada e compatível.
10º Encontro	14/04/2014	Apresentados novos estudos da cidade de São Caetano do Sul, focados na questão tributária (arrecadação das empresas). Realizada apresentação do Secretário da Saúde da cidade, demonstrando o plano de 10 anos para a Saúde do município.
11º Encontro	12/05/2014	Apresentada a versão inicial do PMDE. Proposta agenda para formalização.
12º Encontro	02/06/2014	Apresentação das ações prioritárias para ação do COMDEC – os temas foram priorizados, identificados os seus representantes e os prazos para respostas/ encaminhamentos. Os temas mais urgentes foram levados ao Prefeito, para apoiar a condução dos temas dentro da administração municipal.
13º Encontro	14/07/2014	Apresentado prospecto do PMDE, com a estrutura metodológica do documento, todos os eixos estratégicos e pontos de intervenção. Material será analisado, complementado e validado pelos membros, para a próxima reunião.
14º Encontro	11/08/2014	Revisão da apresentação do PMDE. Formulada estratégia para apresentação do Plano para a reunião do Núcleo Estratégico do COMDEC, com participação do Prefeito.
15º Encontro	01/09/2014	Apresentação das justificativas e aspectos do Plano de Desenvolvimento Econômico (PMDE) para o Núcleo Estratégico. Foi solicitada apresentação para o Prefeito e Secretariado, a fim de dar continuidade aos trabalhos.
Reunião Extraordinária	26/09/2014	Apresentação do PMDE para os Secretários Municipais, para envolvimento e contribuições.
16º Encontro	06/10/2014	PMDE: Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico e as estratégias de encaminhamento junto ao executivo e legislativo.
17º Encontro	03/11/2014	PMDE: Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico e as estratégias de

Encontro	Data	Resumo
		encaminhamento para os temas prioritários.
18º Encontro	01/12/2014	PMDE: Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico - Apresentação das propostas enviadas pelas Secretarias.
19º Encontro	27/01/2015	Homologação do PMDE pelo COMDEC.
20º Encontro	24/02/2015	Aprovação do PMDE pelo COMDEC.
21º Encontro	04/03/2015	Apresentação dos Macro Objetivos para diversos secretários municipais.
22º Encontro	13/04/2015	Início do Alinhamento do PMDE 2016/2025 com o PDE 2016/2025. Revisão da estratégia de encaminhamento e aprovação legal do PMDE. Início da revisão do documento pelo Executivo Municipal. Fechamento da Agenda Oficial para entrega do PMDE.
23º Encontro	27/04/2015	Apresentação do I PMDE Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico para o período de 2015 a 2025 (10 anos) para os executivos das 20 maiores empresas, que respondem por 28% da arrecadação do município.
24º Encontro	18/05/2015	Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, Apresentação do Planejamento para o Município 2015 e 2016.
25º Encontro	08/07/2015	Apresentação das revisões sendo realizadas pelo Executivo Municipal da redação do PMDE, para viabilização legal
26º Encontro	10/08/2015	Aprovação final do documento pelo COMDEC e pelo Executivo Municipal
27º Encontro AUDIÊNCIA PÚBLICA	10/08/2015	Audiência pública (CECAPE)
28º Encontro Retornos Audiência e Documento Final	19/08/2015	Prazo final para entrega de sugestões para modificação do PMDE (decorrente da audiência pública) e confecção da versão final do documento pelo COMDEC.

ANÁLISE HISTÓRICA COMO CHEGAMOS AO HOJE



2. ANÁLISE HISTÓRICA DA CIDADE - COMO CHEGAMOS AO HOJE

Neste capítulo serão apresentados os históricos dos ciclos econômicos mais relevantes de São Caetano do Sul. Foram identificados 04 grandes ciclos, categorizados como:

- Ciclo das atividades de subsistência;
- Incipiência industrial – ciclo das olarias;
- Ciclo da industrialização;
- Ciclo da ascensão das atividades de serviço.

Por questões de falta de dados estatísticos sobre algumas das épocas estudadas, muitas das informações foram trazidas através de fontes de relatos e impressões de pessoas e historiadores que realizaram pesquisa sobre estes períodos. Este PMDE considera que a falta de dados objetivos não torna imprecisa a percepção geral sobre os ciclos econômicos da cidade, e de como eles são impactantes e importantes para o entendimento da realidade atual de São Caetano do Sul.

2.1 – Ciclo das atividades de subsistência

Podemos considerar o ciclo das atividades de subsistência o período dos primórdios da ocupação do território onde hoje está São Caetano do Sul até o ano de 1867. As terras que hoje é a cidade de São Caetano do Sul era uma porção de terra doada a monges Beneditinos, que anteriormente pertenciam a Fernando Dias Paes Leme, Duarte Machado e sua esposa. Os beneditinos organizaram as terras, denominaram-na Fazenda de São Caetano no ano de 1631 e por aqui permaneceram até que esta fazenda fosse adquirida pelo Governo Imperial, para se transformar em núcleo agrícola de imigração europeia, principalmente italiana. Há registros que a Fazenda São Caetano, além das atividades de subsistência e religiosas voltadas à ordem dos beneditinos, possuía uma olaria que produzia telhas e tijolos, que contava com três fornos e que tinha como mão de obra escravos. Os produtos fabricados eram transportados em barcos pelo rio Tamanduateí e desembarcados no local antes conhecido como Porto Geral, próximo à Rua 25 de Março.

Quando o Governo Imperial adquiriu as terras estas atividades já estavam em declínio no território. O projeto dos núcleos agrícolas do Governo Imperial foi uma alternativa das grandes dificuldades de mão de obra agrária enfrentadas pelo Brasil, tendo em vista a queda do tráfico de escravos e a perspectiva próxima da abolição. O país precisava de colonos, e a imigração foi a solução encontrada, sendo os Núcleos Agrícolas os pontos de chegada desta nova mão de obra que se consolidaria no país.

Em 1867 é o ano da abertura da Estrada de Ferro São Paulo Raiwail, cortando o território da região. A estrada de ferro deu um novo impulso aos locais próximos à ferrovia, e motivou o Império para a instalação do Núcleo Colonial no que hoje é o território da cidade de São Caetano do Sul. A Estrada possibilitava a movimentação mais rápida dos imigrantes e a possibilidade de escoamento da produção alternativo aos fluviais, por isto ela é considerada como um marco que fecha um ciclo de subsistência na economia local.

2.1 – Incipiência industrial - Ciclo das Olarias

O Ciclo das Olarias se deu através de dois alicerces: as propriedades do solo e o trabalho dos imigrantes.

A qualidade do solo para finalidades agrícolas fora questionado mesmo antes da chegada dos imigrantes, mas sabe-se que, com muito esforço, conseguiram plantar alguns produtos. A chegada dos primeiros imigrantes ocorreu em 1877, em que “quando aqui chegaram (...) de trem, tudo que encontraram foi uma pequena Igreja, algumas casinhas ao seu redor, alguns escravos deixados pelos beneditinos, funcionários da Estrada de Ferro (...). Nisto se resumia São Caetano, na chegada dos imigrantes”.³

Por conta do tipo de solo, logo os Italianos transferiram seus interesses para as atividades ligadas à utilização das terras argilosas, abrindo as primeiras olarias. Esta atividade foi o início da industrialização da cidade.

Com o crescimento urbano da cidade de São Paulo, o território que hoje é São Caetano do Sul, distante apenas 11 km do centro da capital, teve rápida e progressiva valorização dos seus terrenos, desestimulando as finalidades agrícolas. Passaram os antigos colonos a vender seus terrenos por preços compensadores, mudando o aspecto da economia local ao propiciar o aparecimento de pequenas indústrias, olarias e pontos comerciais diversos como açougues, padarias, barbearias, entre outros.

Em 1894 a Fábrica Pamplona de velas, graxas e óleos lubrificantes transferiu-se de São Paulo para o território que hoje é São Caetano do Sul, em um terreno de 40.000 m² ao lado do Rio dos Meninos, tornando-se um indicador para uma fase que irá se iniciar muito em breve, de um grande impulso industrial ao longo dos Rios dos Meninos e Rio Tamandateí, que se fortalecerá no início da primeira década do século XX.

Podemos considerar que este ciclo se encerra quando o território se coloca legalmente como um distrito industrial, através de uma lei municipal de incentivo à instalação de novas empresas na cidade, promulgada pela Prefeitura de São Bernardo do Campo no início da Primeira década do século XX⁴ (nesta época, o território que hoje é São Caetano fazia parte da cidade de São Bernardo do Campo).

2.2 – Ciclo da Industrialização

Antes de ilustrar os aspectos econômicos deste ciclo, vale mencionar as questões políticas institucionais e da formação do território, haja vista que todas as mudanças institucionais da cidade ocorreram dentro deste ciclo econômico. São Caetano viveu sob as vestes de distrito fiscal (1905), distrito de Paz (1916) e Segunda zona do Distrito de Santo André (1938), até conseguir sua emancipação política, em 1948, e a instalação de sua Comarca, em 1953. A cidade se viu autônoma sem nenhum tipo de planejamento

³ Almeida, Nelson Martins. Isto é São Caetano do Sul, 1952.

⁴ SOMÔES, Rosemeire Bento – O Bairro Prosperidade e sua Identidade, Raízes julho 2005

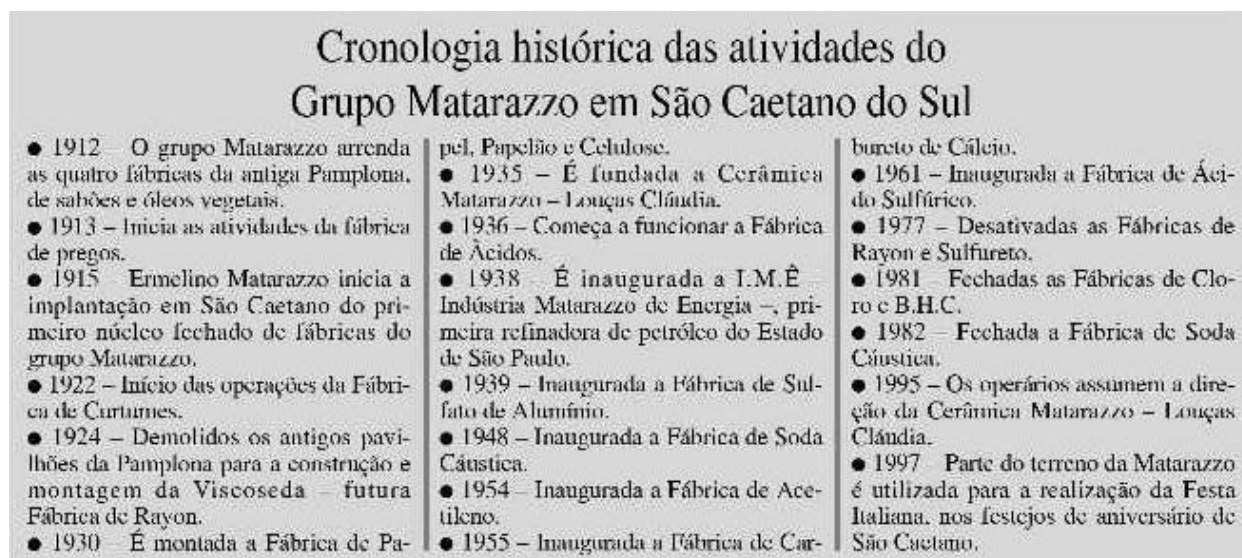
urbanístico, sem sistemas de água e esgoto, em uma mescla complexa de residentes e empresas, sendo muitas delas de alto impacto ambiental.

Voltando ao início do período, o ciclo da industrialização se viabiliza através de 04 grandes bases: a Lei de Incentivo para instalação de novas indústrias, proximidade com a cidade de São Paulo, a Ferrovia Santos Jundiá e o Rio Tamanduateí (Rolnik, 1988).

Sendo um típico subúrbio, com terrenos baratos (não para agricultura, mas para atividades industriais), com possibilidade de escoamento da produção e com leis de estímulo à implantação de empresas, o território passou por um forte período de industrialização, de atividades dos mais diversos tipos.

Um dos marcos desta fase foi em 1914, em que é criada a Cerâmica São Caetano, que vai ocupar uma área significativa de 400.000 m², uma referência na produção de tijolos, telhas, ladrilhos e refratários da época. Em 1915 a cidade recebe as primeiras linhas de energia elétrica, o que acelera ainda mais o aparecimento de indústrias. As indústrias Matarazzo tornam-se uma referência na economia da cidade, atuando nas mais diversas atividades econômicas, influenciando de forma decisiva o que a cidade é hoje.

Figura 5 - Cronologia histórica das atividades do Grupo Matarazzo em São Caetano do Sul



Fonte: Revista Raízes nº 25, ano XIII, 2002.

Ainda no início do Século XX, a antiga economia baseada em olarias já está dominada por uma enorme gama de atividades empresariais, podendo-se citar algumas mais relevantes que eram: moinhos de fubá, fábricas de carroças, formicidas, biscoitos, correias, móveis, vidros, fundições, louças, entre outros. Com isto, comparado às demais regiões do ABC, o território em que hoje é São Caetano do Sul passou de sexto lugar em termos de recolhimento de impostos, em 1909, para segundo lugar em 1920: fato este um dos motivadores para a emancipação, que ocorreu na segunda metade do século.

O ápice deste ciclo pode ser marcado por 02 momentos: em 1930 com a Instalação da Fábrica da GM (industrial multinacional de grande porte) e em 1957 a consolidação da Delegacia da CIESP (congregando as pequenas e médias indústrias da cidade).

A General Motors do Brasil iniciou sua operação formalmente na cidade em 12 de Agosto de 1930, como expansão da planta que possuíam instalada no Bairro do Ipiranga, na Avenida Presidente Wilson, desde 1925. Ela foi viabilizada por uma Lei de Incentivo específica para a empresa, e teve as obras iniciadas em 1927.

Após um período de dificuldades, reflexo da crise de 1929 e toda a recessão econômica posterior, a empresa se fortalece e gera mais um fator de atratividade para outras indústrias da região, agora para abastecer a montadora.

Nos anos 50 há um novo impulso de instalação de grandes montadoras na região do Grande ABC, por consequência das políticas do presidente Juscelino Kubitschek com seu lema 50 anos em 05. Isto fortalece ainda mais o perfil industrial do território e da região como um todo, atraindo uma população muito significativa de pequenas e médias indústrias.

Neste ambiente é formada a delegacia da CIESP de São Caetano do Sul, um fator altamente representativo que demonstra que a economia da cidade não era pautada em somente algumas grandes empresas, mas em uma malha de indústrias de menor porte, que se articulavam para ampliar seus interesses, com grande ligação aos interesses locais, diferente do que ocorre com as grandes empresas, cujos interesses são muito mais nacionais e internacionais.

Na década de 50, ano de criação da CIESP São Caetano, os 03 maiores empresas do território eram a Cerâmica São Caetano, as Indústrias Reunidas Matarazzo e a General Motors. O território possuía 95 mil habitantes, 13 km², já estava emancipada como cidade autônoma, mas o Bairro Prosperidade ainda não havia sido incorporado. Possuía aproximadamente 350 indústrias, empregando mais de 20.000 pessoas. A CIESP foi um facilitador para as indústrias instaladas na cidade, que dependiam totalmente das estruturas da cidade de São Paulo. Este período foi o ápice do fenômeno industrial na história econômica na cidade, e o ponto alto do ciclo de industrialização.

Contudo, com a recessão dos anos 80, conhecida também como década perdida, houve um grande impacto negativo na atividade industrial da cidade. Além deste fator, com a vinda de cada vez mais moradores para a cidade, estes empregados das indústrias aqui instaladas ou empregados na cidade de São Paulo, iniciou mais um ciclo de valorização dos terrenos da cidade, além do aumento do conflito de vizinhança, haja visto o território de São Caetano do Sul ser uma antiga zona industrial, com atividades das mais diversos tipos, incluindo as de impacto ambiental.

Como resultado destes efeitos, além de algumas outras pressões sociais da cidade e da própria região metropolitana, as indústrias começaram a procurar novos locais para se instalar, principalmente no interior do Estado ou em cidades do ABC ainda não tão povoadas. Com isto, São Caetano do Sul começou a sofrer efeitos de perda de receita tributária, que mantinham os serviços públicos prestados pela Prefeitura, que já alcançavam bons resultados sociais.

2.3 – Ciclo da ascensão das atividades de serviços

Como forma de atrair atividades empresariais para o município, na década de 90 é publicada a primeira lei de incentivos para atração de atividades de serviços, um marco institucional que demonstra a mudança do perfil que se pretende para o município, e o fechamento de uma fase de crescimento industrial para o início de uma fase que se pautou nas atividades econômicas de serviços.

Com o crescimento da população de São Caetano do Sul, a convivência com as indústrias foi se tornando cada vez mais complexa. Como a cidade foi um distrito industrial por muitos anos, não teve um planejamento urbano que criasse zonas específicas para indústrias e para moradores. Com isso foi crescendo sem ordenação, inclusive com uma enorme quantidade de cortiços e sub moradias.

Com a maior politização dos moradores, os conflitos de vizinhança cresceram. A qualidade de vida alcançada pela cidade, medida pelo índice da ONU através do IDH, também atraiu os olhares para a atração de novos moradores, que geraram um encarecimento dos terrenos e com isto uma motivação para a saída de empresas, que se capitalizaram com a venda de terrenos na cidade e a reinstalação em locais mais barato e que ofereciam incentivos à instalação de indústrias.

Desta forma, pelas características geográficas da cidade, com uma estrutura urbana e serviços públicos que foram bem estruturados, proximidade com o grande mercado consumidor da cidade de São Paulo, a cidade começou a atrair empresas ligadas à área de serviços, que utilizam pouco espaço físico, mas demandam proximidade com seus clientes e fornecedores, além de mão de obra e infraestruturas instaladas.

Para cristalizar este fenômeno e marcar o novo posicionamento da cidade, no ano de 1990 foi promulgada a primeira legislação que reduziu drasticamente 99 alíquotas de ISS do município. A Lei Municipal 3.041/1990 chegou a estabelecer alíquotas de 0,25% para mais de 52 atividades. Esta Lei, somada à Lei Municipal 3.344/1993, que reduziu mais 08 alíquotas de ISS, em sua maioria ligada aos ramos financeiros (consórcios, assessoria, corretagem, administração de bens de terceiros, entre outras) e gerou um efeito positivo nos tributos da cidade, compensando em partes as perdas de ICMS gerada pela saída das indústrias.

Contudo, este fenômeno de redução de alíquotas não era isolado em São Caetano. Estabeleceu-se uma guerra fiscal entre os municípios em todo o país, o que gerou grande prejuízo tributário para as administrações municipais e acabou forçando o governo Federal a reformar a Constituição através da Emenda Constitucional nº 37 de 12 de junho de 2002, que estabeleceu piso e teto para as alíquotas de ISS. Com a implementação desta alteração, São Caetano do Sul perdeu as vantagens competitivas das alíquotas de ISS, e com isto se igualou às demais cidades quanto à atrativos financeiros para atração de atividades de serviço.

Nos dias atuais estamos vivendo este ciclo, mas já em um período emblemático. Assim como ocorreu nos ciclos anteriores, observamos que o atual ciclo de serviços necessita de ações e incentivos para se estabelecer e se consolidar. Observamos que no histórico da cidade estes impulsos foram geralmente determinados pelos governos, com leis de incentivo, os Núcleos Coloniais do Império e o próprio

movimento autonomista para emancipação política da cidade. Atualmente São Caetano do Sul possui muitas atividades de serviços, mas com os atrativos atuais não conseguem mais atrair empresas de alto valor agregado, que geram grandes somas de receitas tributárias, como ocorreu com a migração de várias empresas do setor financeiro atraídas pela baixa alíquota de ISS. Além disso, a cidade já perdeu parte daquelas empresas, que em razão da isonomia tributária definida pela Emenda Constitucional nº 37 de 12 de junho de 2002, foram buscar cidades mais atraentes para seus negócios, que oferecessem, em contrapartida à isonomia, outros incentivos e atrativos.

As consequências dessa realidade serão analisadas no capítulo CENÁRIO ATUAL.

CENÁRIO ATUAL

3. CENÁRIO ATUAL DA CIDADE DE SÃO CAETANO DO SUL

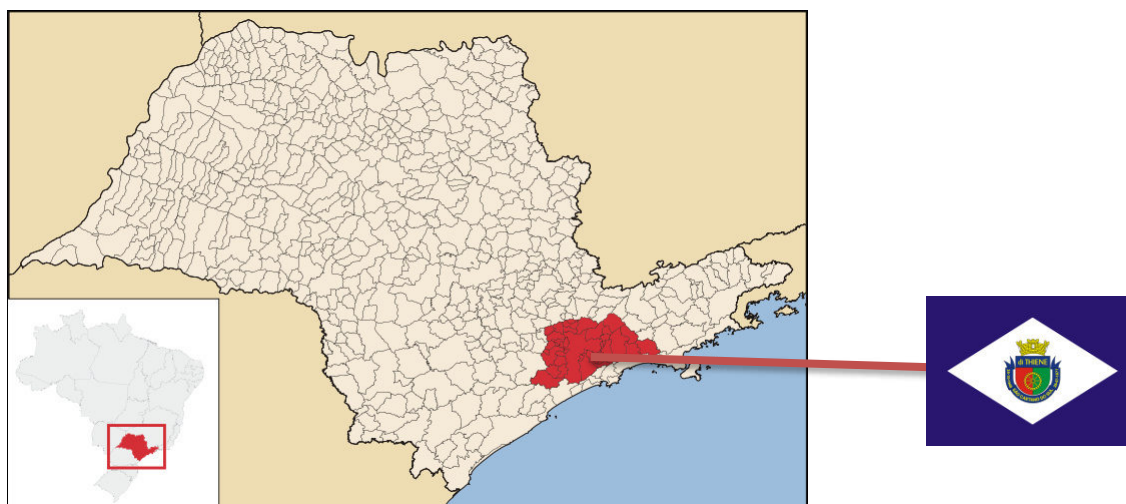
Neste capítulo serão apresentados os dados sociais e econômicos mais relevantes de São Caetano do Sul. Estes foram divididos em 09 categorias:

- Demografia e fatores socioeconômicos principais;
- Infraestruturas Urbanas que impactam atividade empresarial;
- Mão de Obra e emprego;
- Perfil das empresas instaladas;
- Perfil das atividades industriais;
- Perfil das atividades de serviço;
- Perfil das atividades comerciais;
- Investimentos previstos de impacto na economia;
- Fatores institucionais.

3.1 - Demografia e fatores socioeconômicos principais

O município de São Caetano do Sul está localizado no Estado de São Paulo, dentro da Região Metropolitana de São Paulo, e pertence à sub-região conhecida como Grande ABC. Tem como cidades limítrofes: ao norte, São Paulo; ao sul, Santo André e São Bernardo do Campo; a leste, Santo André e a oeste, São Paulo e São Bernardo do Campo.

Figura 6 - Localização da Região Metropolitana situada no Estado de São Paulo



Fonte: Elaboração SEDERT e COMDEC.

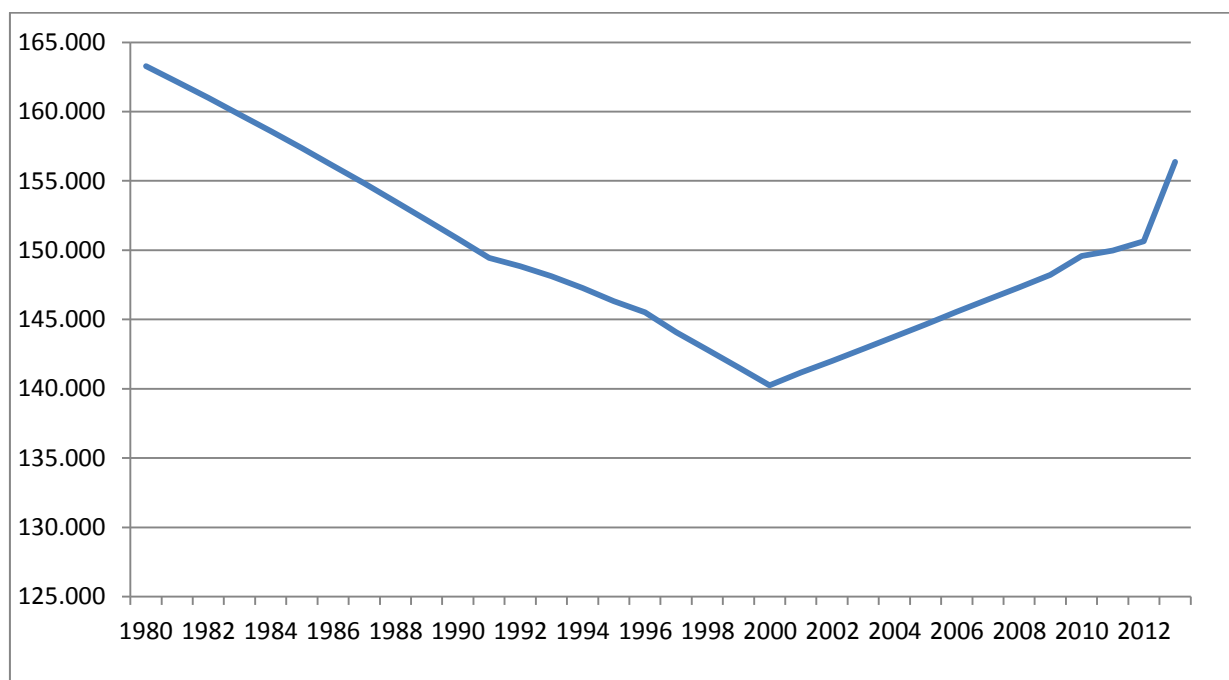
Na região em que está estabelecida a cidade de São Caetano do Sul, em comparação com as demais localidades do país é um território considerado como de elevado desenvolvimento socioeconômico e

dotado de ampla infraestrutura nas áreas de saúde, educação, saneamento, energia elétrica, segurança, lazer e transporte.

A cidade de São Caetano do Sul está inserida pelo IBGE no grupo denominado “Industriais complexos”. Ou seja, é classificada como um município industrial cuja dinâmica econômica está associada à presença de serviços voltados à produção, e que por esse motivo possuem relevância relativa na indústria, no comércio e nos serviços em relação ao Estado de São Paulo.

Segundo dados do censo do IBGE, a população estimada de São Caetano do Sul para 2013 é de 156.362 habitantes e segundo o Tribunal Regional Eleitoral, possui um total de 122.285 eleitores aptos (TRE 2013). Segue abaixo histórico populacional de São Caetano do Sul:

Gráfico 1 - População de São Caetano do Sul – 1980 a 2013



Fonte: IBGE. Consolidado SEDERT e COMDEC

São Caetano do Sul possui uma elevada expectativa de vida da população, que segundo levantamento disponibilizado pelo SEADE é de 78 anos, mais elevada que as cidades vizinhas: Santo André 70 anos, São Bernardo do Campo 72 anos e São Paulo 71 anos (Fundação SEADE 2010).

A taxa de fecundidade é baixa, de 1,3 filhos por mulher (Atlas Brasil, 2010), demonstrando um padrão de cidade desenvolvida. Observando a tabela abaixo, nota-se que a grande concentração da população do município está na faixa etária dos 20 até 60 anos (59,04%), demonstrando aí a forte capacidade de oferta de mão-de-obra em com boas perspectivas futuras, já que a população mais jovem também é representativa (20,88%). A população acima de 60 anos possui praticamente a mesma representatividade da população mais jovem, (20,7%) (Fundação SEADE 2013).

Tabela 4 - População Residente por Faixa Etária e Sexo - 2013 (em número de habitantes)

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4	3.850	3.649	7.499
5 a 9	3.623	3.406	7.029
10 a 14	4.008	3.817	7.825
15 a 19	4.565	4.421	8.986
20 a 29	10.848	11.039	21.887
30 a 39	11.026	12.505	23.531
40 a 49	10.053	11.840	21.893
50 a 59	9.588	11.683	21.271
60 a 69	6.455	8.677	15.132
70 a 74	2.091	3.249	5.340
75 e +	3.264	6.378	9.642
Ignorada	-	-	-
Total	69.371	80.664	150.035

Fonte: Fundação SEADE, 2013

Quanto ao crescimento populacional, segundo dados do IBGE, a taxa média anual entre 2010 e 2013 foi de 0,19%. A cidade também já apresenta uma grande porção da população com idade superior a 60 anos, maior que a média da região do Grande ABC, ocupando a 27ª posição no Estado de São Paulo, conforme se observa na tabela abaixo:

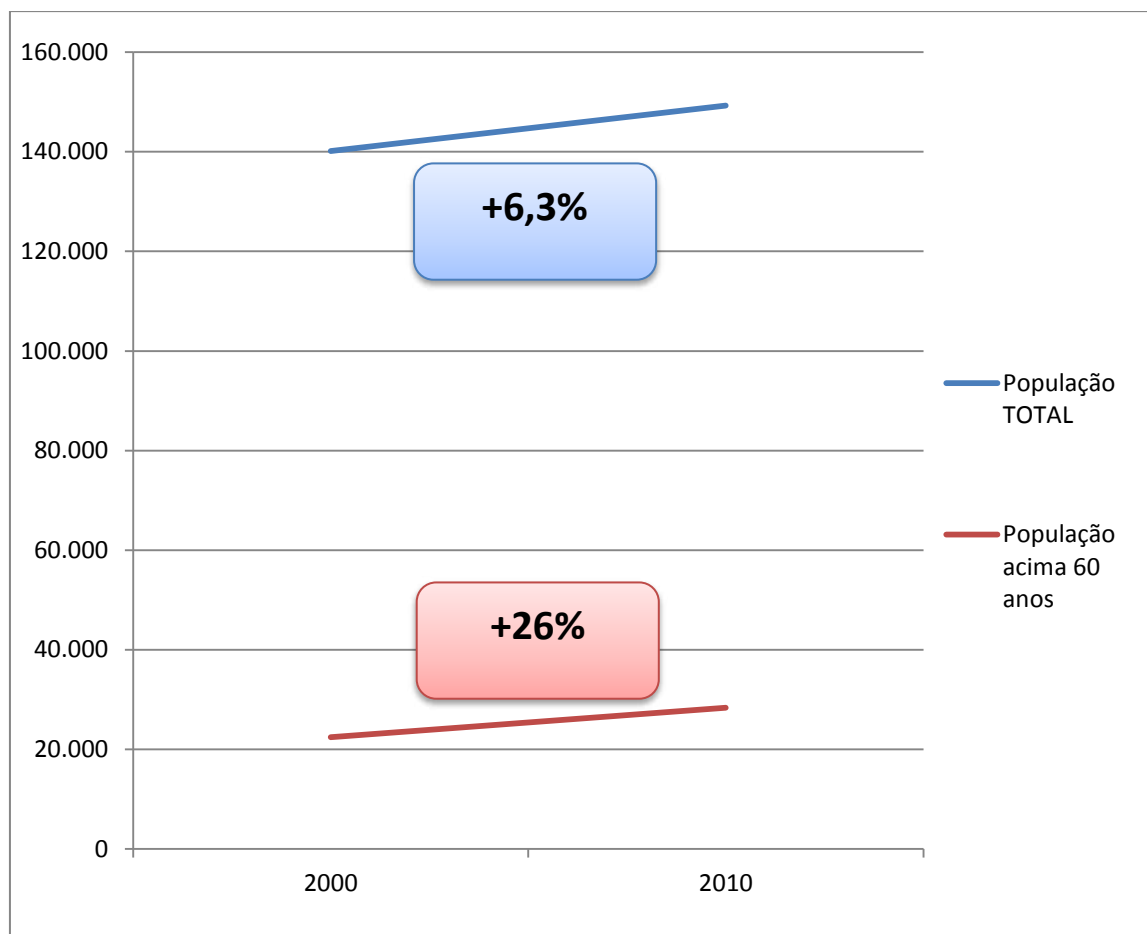
Tabela 5 - Proporção população idosa - 2010 (proporção em relação ao número de habitantes)

Colocação	Cidade	(%)
1º	Águas de São Pedro	24,90
2º	Flora Rica	22,60
3º	Floreal	22,50
4º	Murutinga do Sul	22,40
27º	São Caetano do Sul	19,10
308º	Santo André	13,50
501º	Ribeirão Pires	10,90
543º	São Bernardo do Campo	10,20
606º	Mauá	8,30
621º	Rio Grande da Serra	7,80
623º	Diadema	7,70
644º	Jandira	6,30
645º	Itaquaquecetuba	6,20

Fonte: IBGE 2010

Mesmo com taxa já elevada de população idosa, a cidade ainda apresenta uma taxa de aumento desta fatia da população, que cresce mais do que a população de outras faixas etárias, identificando o envelhecimento da população residente na cidade, conforme se observa abaixo:

Gráfico 2 - Evolução histórica da população acima de 60 anos de São Caetano do Sul



Fonte: IBGE 2010. Consolidado SEDERT.

O PIB bruto da cidade, a preços correntes, no último ano disponível, foi de R\$ 11.762,74 milhões (Fundação SEADE 2011). No tocante ao PIB per capita, o valor apresentado por São Caetano foi de R\$ 78.697,40 (Fundação SEADE 2011).

São Caetano também possui uma divisão de classes diferenciada em relação às demais cidades do país, com preponderância da classe A e B, conforme se observa no gráfico abaixo:

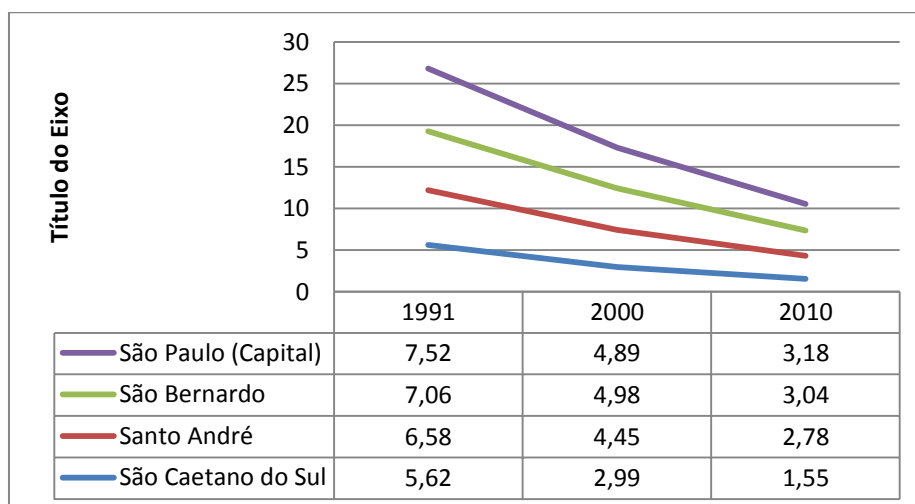
Tabela 6 - Divisão de Classe São Caetano do Sul - Critério Brasil

Cidades	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D/E	Não Informado
Grande ABC	5%	50%	40%	4%	1%
São Caetano do Sul	11%	63%	23%	2%	1%
Santo André	6%	63%	28%	2%	1%
São Bernardo do Campo	9%	56%	33%	1%	1%
Diadema	1%	32%	60%	8%	-
Mauá	-	40%	53%	7%	-
Ribeirão Pires	4%	38%	48%	10%	-
Rio Grande da Serra	-	23%	63%	14%	-

Fonte: Pesquisa socioeconômica USCS/ INPE 2011

A taxa de alfabetização do município de São Caetano do Sul é de praticamente 100% (taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais é de exatos 98,45% - Fundação SEADE 2010), sendo o analfabetismo quase nulo na cidade, um índice bastante diferenciado se comparado aos municípios vizinhos, que já possuem índices baixos de analfabetismo, conforme se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Taxa de Analfabetismo da população de 15 anos ou mais (em %)



Fonte: Fundação SEADE 2014. Consolidado SEDERT.

Quanto à qualidade de vida, há vinte anos São Caetano do Sul é o município com o melhor IDH Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD/2010). Se fosse um país, a cidade estaria mais bem posicionada no ranking mundial que Portugal, país pertencente ao chamado primeiro mundo.

Os índices de São Caetano de IDH são:

- (IDH-M): 0,862
- IDH-M Renda: 0,896
- IDH-M Longevidade: 0,886
- IDH-M Educação: 0,975

Para referência, segue tabela com as cidades mais bem colocadas no índice de IDH da ONU:

Tabela 7 - Os 15 primeiros colocados do Estado de São Paulo (IDH-M)

Posição	Município	IDH
1	São Caetano do Sul	0, 862
2	Águas de São Pedro	0, 854
3	Florianópolis	0, 847
4	Vitória	0, 845
5	Balneário Camboriú	0, 845
6	Santos	0, 840
7	Niterói	0, 837
8	Joaçaba	0, 827
9	Brasília	0, 824
10	Curitiba	0, 823
11	Jundiaí	0, 822
12	Valinhos	0, 819
13	Vinhedo	0, 817
14	Araraquara	0, 815
15	Santo André	0, 815

Fonte: PNUD 2010

3.2 - Infraestruturas urbanas que impactam atividade empresarial

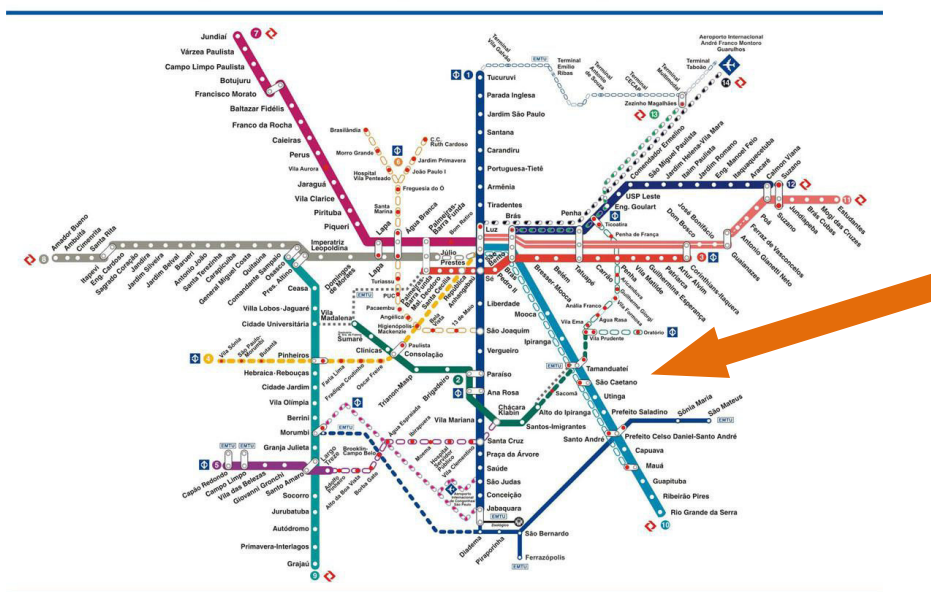
São Caetano do Sul é uma cidade considerada como bem estruturada, se comparada com os demais municípios do país. Dados mais recentes apontam que o município de São Caetano do Sul possui praticamente 100% de infraestrutura de água e esgoto instalados, sendo uma referência no país. O município também possui 100% do lixo comum produzido na cidade coletado, além de coleta seletiva de porta em porta também em 100% da cidade. Seguem abaixo os índices exatos dos critérios mencionados (Fundação SEADE 2010):

- Elétrica: 100%
- Coleta de lixo: 100%
- Abastecimento de água: 99,96%
- Esgoto sanitário: 99,85%

Quanto às questões que refletem na mobilidade urbana, a cidade possui 100% das ruas asfaltadas, além, de sistemas semafóricos espalhados por toda a cidade, sendo alguns destes integrados aos municípios fronteiriços.

Em relação ao transporte público de massa, a cidade é servida pelo transporte ferroviário com uma estação de trem (Estação São Caetano), localizada no Centro da cidade. A Estação atende a linha 10 da CPTM, facilitando o transporte tanto para a capital São Paulo (Estação Brás é a primeira da linha) quanto para cidades vizinhas que fazem parte do Grande ABC, como Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (última estação da linha).

Figura 7 - Mapa Transporte Metropolitano de São Paulo 2014 – destaque Estação CPTM de São Caetano do Sul
Mapa do Transporte Metropolitano



Fonte: CPTM 2014

O sistema metropolitano de transporte composto pelos trens da CPTM e pelo metrô é interligado por baldeações gratuitas e, portanto, com uma única passagem o usuário pode se deslocar grandes distâncias. Este fator é um grande diferencial para empresas que atuam no centro da cidade de São Caetano do Sul, aumentando o potencial de mão de obra sem impactar no valor dos pagamentos do vale transporte.

Quanto ao transporte coletivo por ônibus, a estação localizada no Centro de São Caetano do Sul integra as linhas municipais e intermunicipais do transporte urbano, linhas de transporte por ônibus executivos, que integram a cidade a outros municípios mais distantes e aos aeroportos mais próximos, e a estação ferroviária. Desta forma, em um único local são integrados diferentes modais de transporte de pessoas, facilitando assim a mobilidade e o acesso para entrada e saída da cidade.

Quanto ao transporte individual, São Caetano do Sul, assim como as demais cidades da região, realiza grande parte de sua mobilidade de pessoas através deste modal. A frota total de veículos no município de São Caetano do Sul em 2013 somou 136 mil unidades, entre automóveis, ônibus, caminhões e motocicletas, segundo dados da Fundação Seade.

A cidade tem uma característica de população que impacta altamente na questão de mobilidade urbana: indivíduos que moram na cidade e trabalham fora. A cidade possuía em 2011 um índice de 42% de moradores que trabalhavam fora do município, um índice mais elevado que outras cidades vizinhas, conforme observamos na tabela abaixo:

Tabela 8 - Índice de Indivíduos residentes que trabalham em outro município – Comparativo Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

Município	Índice
Santo André	37%
São Bernardo do Campo	29%
São Caetano do Sul	42%

Fonte: Pesquisa socioeconômica USCS/ INPE 2011

Além disso, a cidade é utilizada como corredor viário para os indivíduos de Santo André e São Bernardo do Campo, para alcançar a capital São Paulo.

Quanto aos deslocamentos, segundo a Pesquisa de Origem e Destino realizada pela Companhia Metropolitana de São Paulo, a cidade de São Caetano do Sul produzia no ano de 2007 uma média de 277 deslocamentos por km², muito superior aos 47 deslocamentos produzidos por km² na Grande São Paulo. Esta pesquisa também constatou que mais de 47% dos deslocamentos produzidos e atraídos para a cidade de São Caetano do Sul eram realizados através de veículos motorizados.

Tabela 9 - Deslocamentos produzidos e atraídos pela cidade de São Caetano do Sul 2007

Deslocamentos	TOTAL	Motorizado	Deslocamentos gerados por km ² SCS	Deslocamentos gerados por km ² GSP
Produzidos	639.994	47,174%	277	47

Fonte: Pesquisa Origem e Destino 2007 / Companhia do Metropolitano de São Paulo. Consolidado SEDERT.

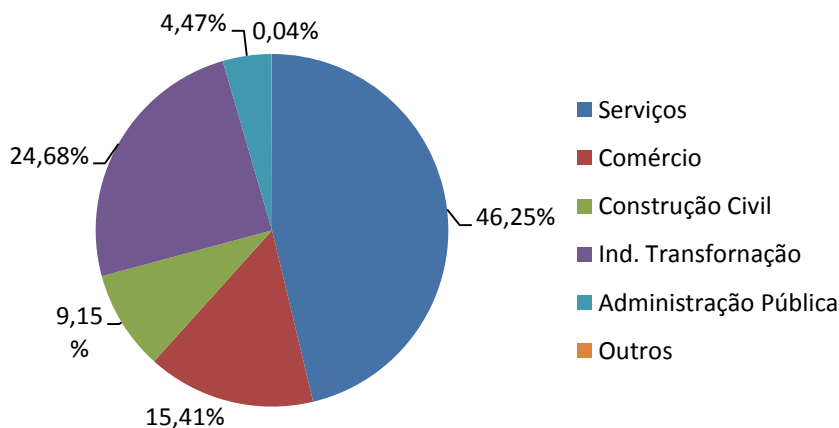
Quanto a quesitos de iluminação pública, a cidade de São Caetano do Sul foi a primeira, na área de concessão da AES Eletropaulo, a trocar 100% do parque de iluminação pública (lâmpadas, luminárias, reatores, ignitores e braços). Os cabos de alimentação, antigamente de cobre agora são de alumínio duplex, mais leves e isolados. Nas ruas de baixo fluxo de pessoas, as lâmpadas têm entre 250 watts e 400 watts, enquanto nas avenidas, a potência sobe para até 600 watts. O município de São Caetano do Sul conta com a AES Eletropaulo como responsável pelo fornecimento de energia para o município.

3.3 - Mão de obra e emprego

De acordo com informações do Ministério do Trabalho, em janeiro de 2014 o município de São Caetano do Sul possuía um total de 114.054 empregos formais⁵.

O principal setor empregador no município foi o de serviços, que sozinho respondia por mais de 46% do total de ocupações formais. Em seguida vem o setor de indústria da transformação, com participação de 22,1% do total e o setor de comércio, com 15,8%.

Gráfico 4 - Distribuição dos Empregos Formais por Atividade (em % - jan/ 2014)

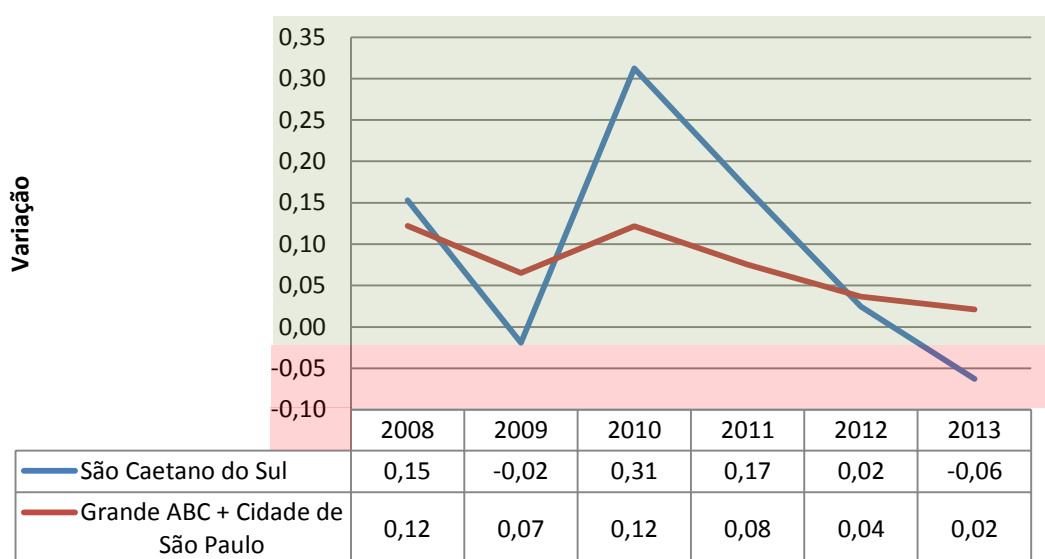


Fonte: MTE CAGED 2014. Consolidado SEDERT.

⁵ Vale ressaltar que este número é devido às diversas empresas de terceirização de mão de obra operando na cidade, que registram seus empregados no município.

Observamos no gráfico abaixo que a cidade de São Caetano do Sul, nos últimos 05 anos, tem uma tendência a seguir a dinâmica de criação de vagas de trabalho em relação ao Grande ABC + Cidade de São Paulo, contudo de uma forma muito mais intensa. Através deste fenômeno, podemos considerar que a economia da cidade é altamente suscetível às pressões econômicas regionais: quanto há crescimento na região, a cidade cresce mais em número de empregos gerados, e quando a problemas, a cidade perde mais empregos que a região.

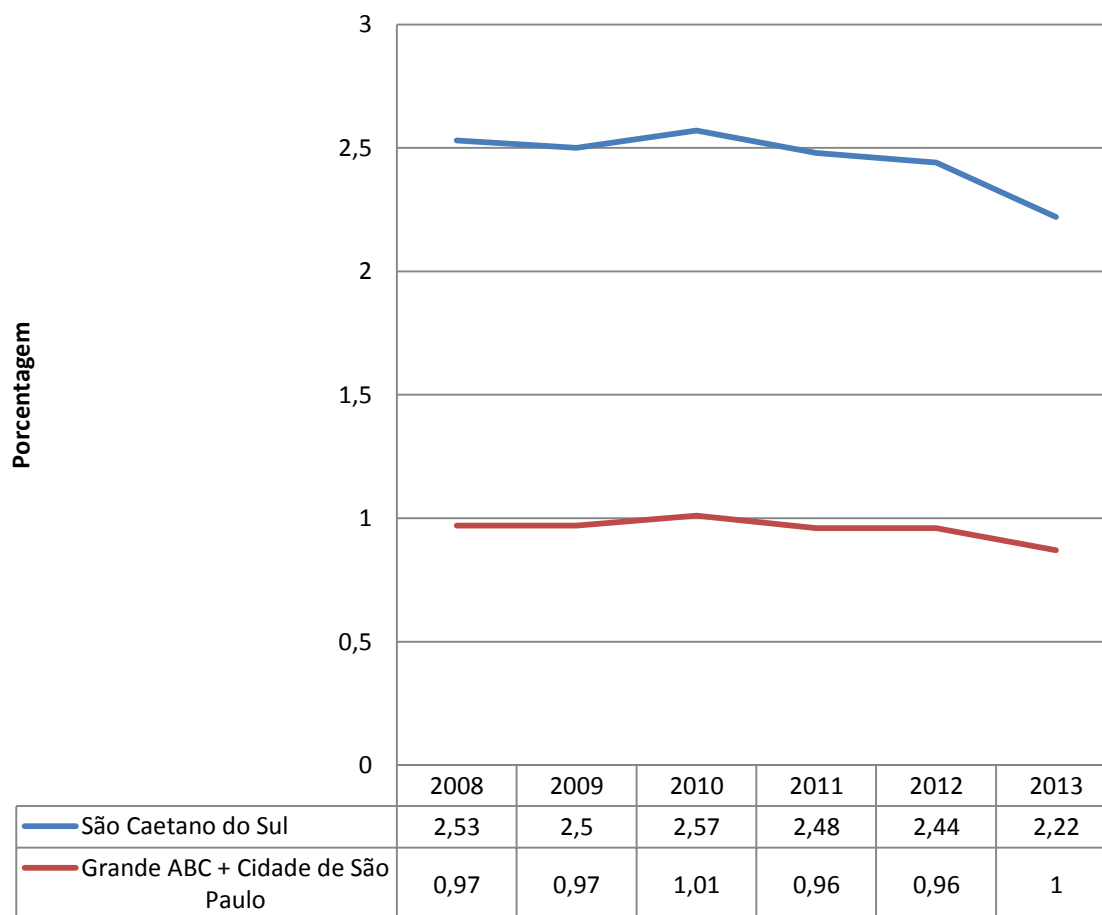
Gráfico 5 - Variação do Saldo de Empregos (admitidos menos demitidos) sobre o total de pessoas empregadas



Fonte: MTE CAGED 2014. Consolidado SEDERT.

A cidade também tem um fenômeno de alta rotatividade no emprego, ou seja, muitas pessoas são contratadas e em contrapartida muitas pessoas também são demitidas. Comparado com a região do Grande ABC + São Paulo, em 2012 as empresa de São Caetano do Sul admitiram 2,22% do total de empregos da cidade, enquanto a região admitiu 1%, em um ano em que ambas tiveram uma variação entre os admitidos e os demitidos muito próximas. Tal fator aponta que a cidade possui uma quantidade elevada de empresas que são suscetíveis a pressões econômicas, não tem tradição na manutenção do emprego em momentos de maior dificuldade, e pode ser um dos motivos que explica o forte impacto que a economia regional provoca na economia da cidade.

Gráfico 6 - Porcentagem de admitidos em relação ao total de pessoas empregadas



Fonte: MTE CAGED 2014. Consolidado SEDERT.

Quanto à remuneração média dos empregos formais da cidade, o último levantamento realizado pela Fundação SEADE em 2012 constatou um salário médio de R\$ 2.341,64.

Tabela 10 - Remuneração Média dos Empregos Formais (2012)

Tipo	Valor
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Indústria	R\$ 4.046,93
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Construção	R\$ 2.330,67
Rendimento Médio dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	R\$ 2.117,58

Tipo	Valor
Rendimento Médio dos Empregos Formais dos Serviços	R\$ 1.734,72
Média das Atividades	R\$ 2.341,64

Fonte: Fundação SEADE 2012

Quanto à formação da mão de obra especializada, o mercado de ensino superior em São Caetano é bastante variado, composto por entidades de ensino privadas e públicas, superiores e técnicos.

Mesmo havendo um grande número de entidades de ensino superior concentradas na reduzida área de 15 km² de São Caetano do Sul, as cidades vizinhas também oferecem uma série de opções, nas mais diversas modalidades, havendo grande fluxo de populações entre as cidades para frequentarem tais escolas.

3.4 - Perfil das empresas instaladas

No que tange o perfil das empresas instaladas no município de São Caetano do Sul, vale destacar que são de características bastante diversificadas. São muitos os segmentos empresariais presentes na cidade e também nas cidades vizinhas, muitos deles altamente relevantes no contexto nacional e internacional.

Dividindo a economia da cidade em verticais econômicas, ou seja, empresas do mesmo segmento aglomeradas em uma sistemática que permite entender com mais propriedade o perfil do município, verifica-se que o setor de petróleo, metal mecânico, serviços empresariais, lojas de departamento e tecnologia da informação e comunicação são os ramos de maior representatividade na cidade quanto à representatividade de tributos pagos para a Prefeitura (tabela abaixo).

Vale ressaltar a questão da vertical petróleo, que apesar de significar grande recolhimento de tributos, é concentrada na atuação de 02 empresas, e portanto não representa uma cadeia empresarial consolidada no município.

Tabela 11 - Arrecadação ISS/ ICMS e nº de empresas por vertical econômica São Caetano do Sul

RK	Vertical Econômica	Representatividade do Valor de recolhimento ISS + ICMS ⁶ em relação ao total da contribuição destes impostos	Nº de Empresas
1	Petróleo ⁷	27,6%	49

⁶ Dados de ICMS – Estimativa de repasse para o município de acordo com o Valor Adicionado da Empresa

⁷ O elevado valor desta vertical é devido à presença do Centro de Distribuição da Petrobrás/ Transpetro localizado na cidade

RK	Vertical Econômica	Representatividade do Valor de recolhimento ISS + ICMS ⁶ em relação ao total da contribuição destes impostos	Nº de Empresas
2	Metal Mecânico/Plástico/Borracha	25,5%	892
3	Serviços Empresariais	9,8%	2528
4	LOJAS de DEPARTAMENTO	7,0%	203
5	TI&C	4,6%	1073
6	Serviços Automotivos	2,6%	729
7	Eleto Eletrônica	2,4%	747
8	Alimentos	2,1%	1208
9	Móveis e Decoração	2,1%	457
10	Saúde	2,0%	731
11	Financeiro	1,6%	243
12	Vestuários Calçados e Afins	1,3%	634
13	Embalagem e Impressão	1,2%	425
14	Turismo e Entretenimento	1,1%	811
15	Educação	1,0%	458
16	Empreiteiras e Construtoras	1,0%	212
17	Transporte	0,7%	352
18	Química	0,7%	60
19	Comunicação	0,6%	302
20	Serviços e Acessórios Estéticos	0,4%	688
21	Instrumentação e Medição	0,3%	36
22	Outros	0,3%	211
23	Outros Ramos da Construção	0,2%	307
24	Segurança	0,2%	63
25	Imobiliárias	0,1%	68
26	Contabilidade	0,1%	115
27	Limpeza	0,1%	206
28	Engenharia e Arquitetura	0,1%	66
29	Call Centers	0,04%	48
30	Pets	0,03%	123
31	Elétrica, Gás, Água e Esgoto	0,01%	5
-	Outros sem Categorização	3,2%	962

Fonte: SEDERT - Centro de Informações Econômicas – Prefeitura de SCS 2013:

Vale notar que as 50 maiores empresas de São Caetano do Sul (referência 2013), em termos de geração de tributos para a cidade, representaram 73,2% dos tributos recolhidos em ICMS e ISS pela Prefeitura em 2013 (32,8% da receita total da Prefeitura).

Quanto à informalidade na atividade econômica, como é sabido há uma grande dificuldade na apuração deste dado. Contudo, foi realizada uma pesquisa pela USCS/ INPE, em que foi possível estabelecer uma estimativa aproximada, comprovando que o índice na cidade segue as médias da região.

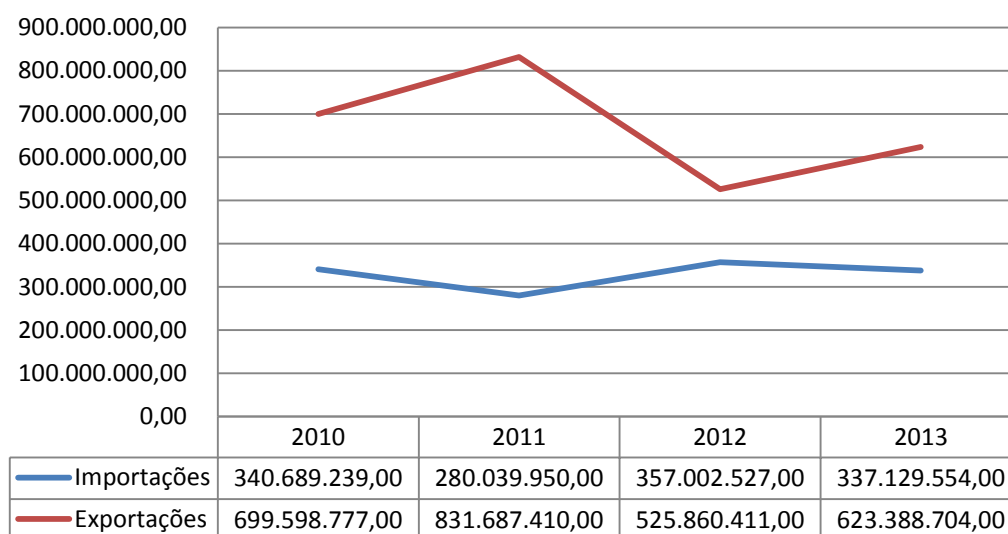
Tabela 12 - Informalidade empresas São Caetano do Sul (2011)

Cidade/ Região	Índice (em relação às empresas registradas)
Grande ABC	35%
São Caetano do Sul	35%
Santo André	38%
São Bernardo do Campo	32%
Diadema	35%
Mauá	39%
Ribeirão Pires	24%
Rio Grande da Serra	41%

Fonte: Pesquisa MPE's São Caetano do Sul - USCS/ INPE 2011

As empresas operando em São Caetano do Sul têm como característica o fato de serem mais exportadoras que importadoras. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o município de São Caetano do Sul apresentou no ano de 2013 um superávit comercial FOB de US\$ 286,2 milhões (SECEX 2013).

Gráfico 7 - Balança Comercial de São Caetano (em US\$ FOB milhões)



Fonte: SECEX 2013. Consolidado SEDERT.

Quanto à planejamento urbano direcionado às empresas, a cidade não possui distritos industriais ou empresariais estabelecido, mas possui uma área com planejamento urbano destinado à atividade empresarial ordenada com moradias, denominada Espaço Cerâmica.

Figura 8 – Ilustração de vista aérea do Espaço Cerâmica - Planejamento

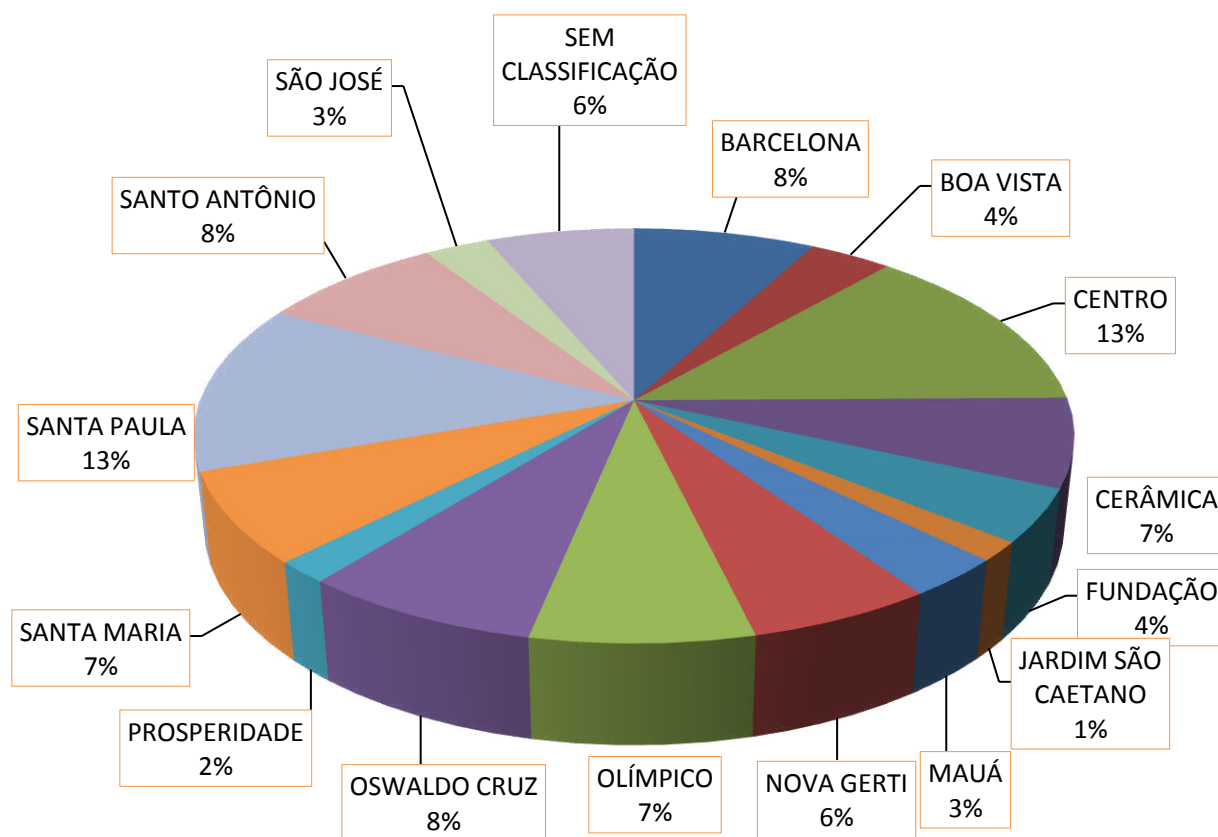


Fonte: SOBLOCO

Quanto à distribuição das empresas pela cidade, São Caetano do Sul abriga salas e prédios comerciais espalhadas pelo município, com maior concentração no Centro, com fácil acesso para quem vem de São Paulo, de outras cidades do Grande ABC e também da Baixada Santista. Os prédios construídos mais recentemente foram construídos adaptados às novas demandas tecnológicas e de sustentabilidade. Nesses prédios existe uma concentração de empresas de segmentos diversos, com destaque para as pertencentes ao setor de serviços.

Para além do centro, existe uma grande concentração no Bairro Santa Paula, próximo ao Centro, especialmente de pequenas e médias empresas da área de comércio e serviços. A cidade possui um bairro com características voltadas para a Indústria (Bairro Prosperidade), e um único bairro cujo zoneamento é estritamente residencial (Jardim São Caetano). Portanto, a cidade como um todo tem empresas e residências convivendo lado a lado.

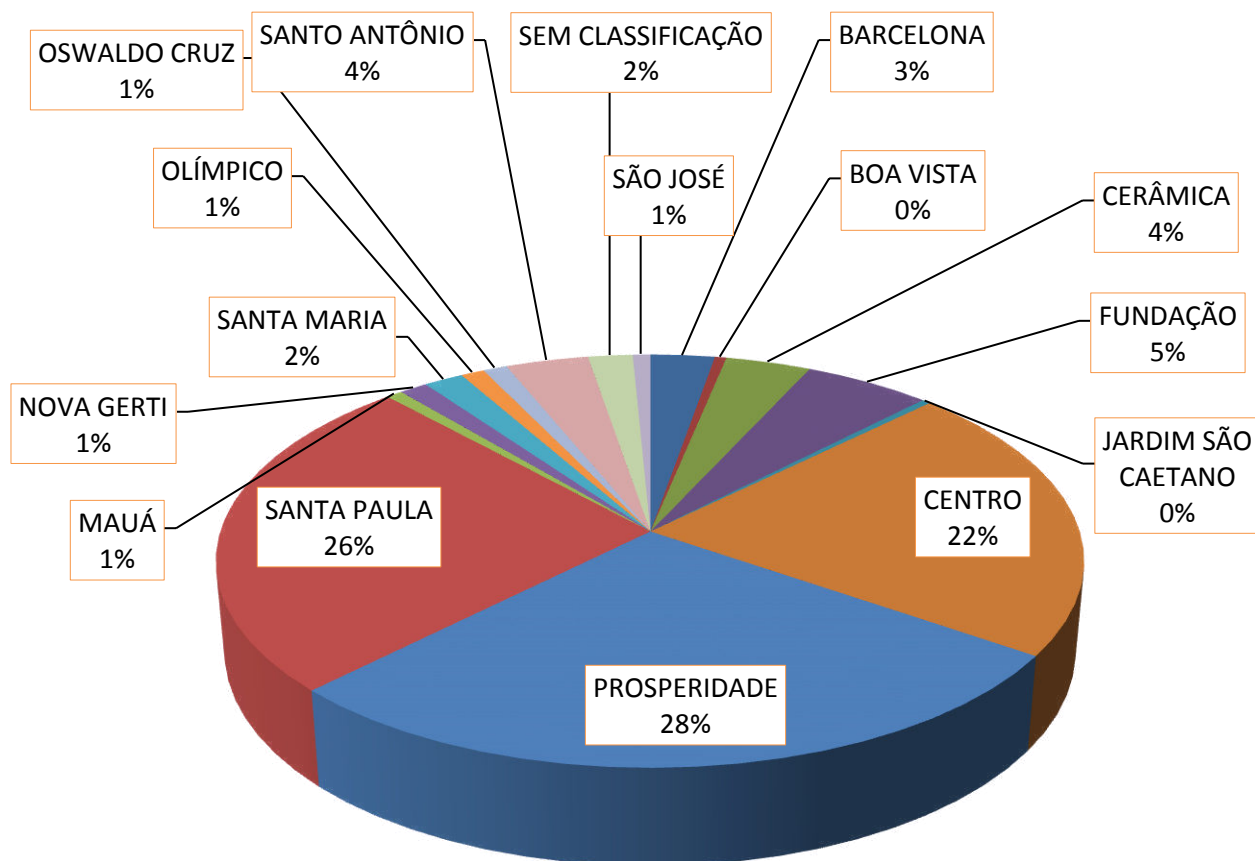
Gráfico 8 - Número de Empresas de São Caetano do Sul por Bairro 2013 (total 15.012 empresas)



Fonte: GISS Online, DIPAM, SmartTB. Consolidação: SEDERT - Centro Infs Econômicas SEDERT

Quanto à distribuição dos tributos de ISS e ICMS recolhidos por bairro, o gráfico de distribuição é amplamente alterado devido às grandes indústrias que atuam no Bairro Prosperidade e Santa Paula, conforme se observa no gráfico abaixo:

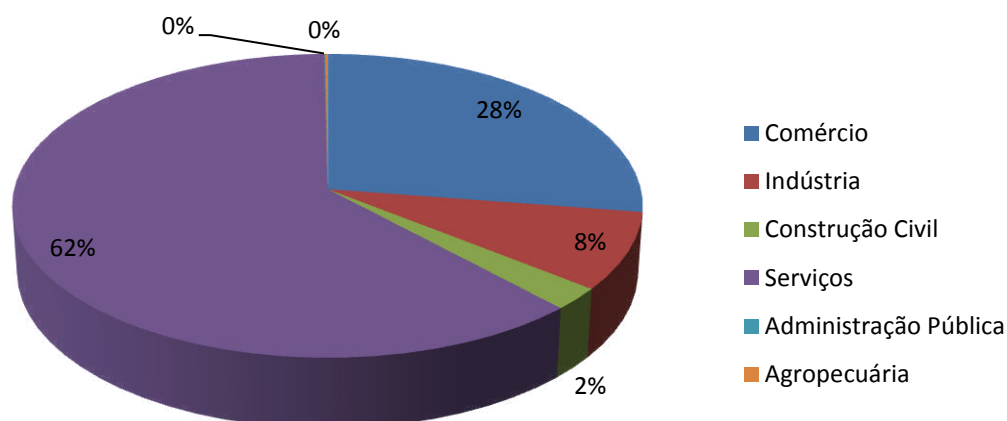
Gráfico 9 - Arrecadação Empresarial (ISS+ICMS) SCS por Bairros 2013 - Valor Total: R\$ 382.343.172,40



Fonte: GISS Online, DIPAM, SmarTB. Consolidação: SEDERT - Centro Infs Econômicas SEDERT

Quanto à categoria das empresas em operação na cidade, observa-se um maior volume de empresas no ramo de serviços. Nos últimos anos houve um aumento expressivo da concentração de empresas na atividade de serviços, que ocorreu em decorrência da formalização de microempresários através do Microempreendedor Individual (MEI), uma categoria jurídica especial para pessoas com atividades de pequeno porte, tendo formalização, tributação e contabilidade simplificada, para atividades com rendimento anual inferior a R\$ 60 mil.

**Gráfico 10 - Divisão da economia por setor empresarial São Caetano do Sul 2014
(em número de empresas)**



Fonte: CAGED 2014. Consolidado SEDERT

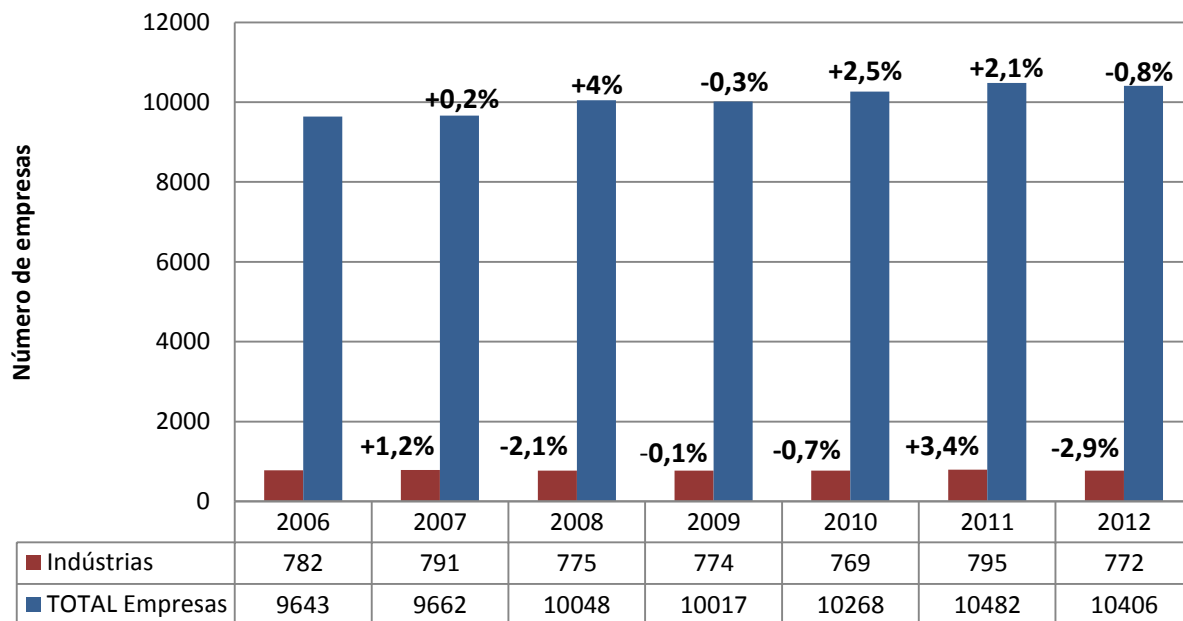
3.4.1 - Perfil das atividades industriais

Segundo dados do IBGE, em 2012 a cidade possuía 772 indústrias instaladas, em um total de 10.406 empresas em operação na cidade, o que corresponde a 7,4%⁸ (IBGE 2012).

Pela análise histórica, observamos no gráfico abaixo que a atividade não acompanha o crescimento do número de empresas na cidade e, ao contrário, vem se retraindo no município, em uma variação negativa de 1,2% em 07 anos de análise.

⁸ Para este levantamento foram utilizados dados do IBGE pois a Prefeitura não possui histórico do número de empresas em anos anteriores, com divisão de categoria empresarial indústria, comércio e serviços. A base de dados do CAGED, utilizada anteriormente, também não possibilita a consulta do histórico de estabelecimentos. A variação entre os institutos de pesquisa são por decorrência das fontes de dados consultadas.

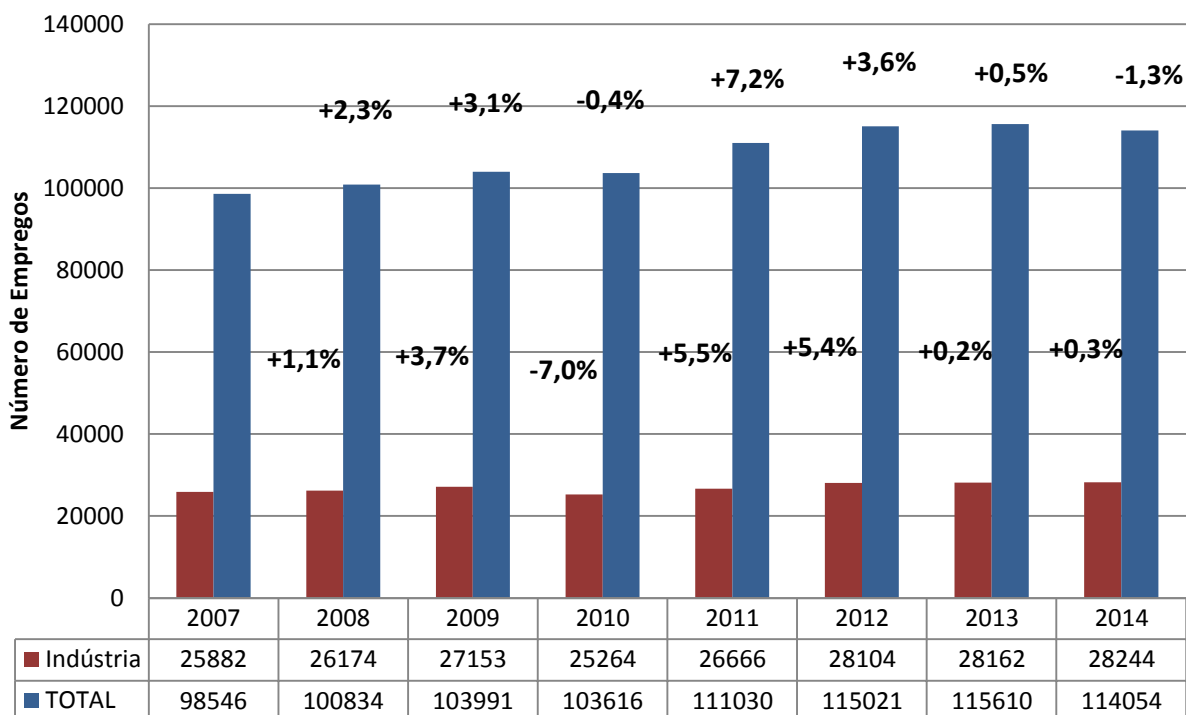
Gráfico 11 - Evolução histórica do total de empresas e do total de indústrias de São Caetano do Sul 2006 a 2012



Fonte: IBGE 2014. Consolidado SEDERT

Quanto à geração de emprego pela indústria, observamos na análise histórica do gráfico abaixo que a variação da indústria acompanha o padrão das variações dos outros setores econômicos, mas com alguns comportamentos distintos, como a elevada queda em 2009 e o saldo positivo observado em 2012, que não acompanhou a variação negativa da economia da cidade como um todo. Verifica-se também que a indústria gera um elevado número de empregos se comparado com a quantidade de estabelecimentos industriais, gerando, na média histórica, aproximadamente ¼ dos empregos de toda a cidade.

Gráfico 12 - Evolução da geração de empregos comparativo total e indústrias de São Caetano do Sul 2006 a 2012



Fonte: MTE/ CAGED 2014. Consolidado SEDERT

Observa-se no gráfico abaixo que a indústria da cidade tende a acompanhar o padrão dos movimentos de geração de empregos do restante da Região (Grande ABC mais cidade de São Paulo), mas com índices muitas vezes bastante diferentes. Nos últimos dois anos, no entanto, observa-se que a indústria da região está com variação negativa, e a indústria da cidade continua criando postos de trabalhos, mesmo que em menor volume que anteriormente. Os números de 2006 a 2013 estão apresentados no gráfico abaixo:

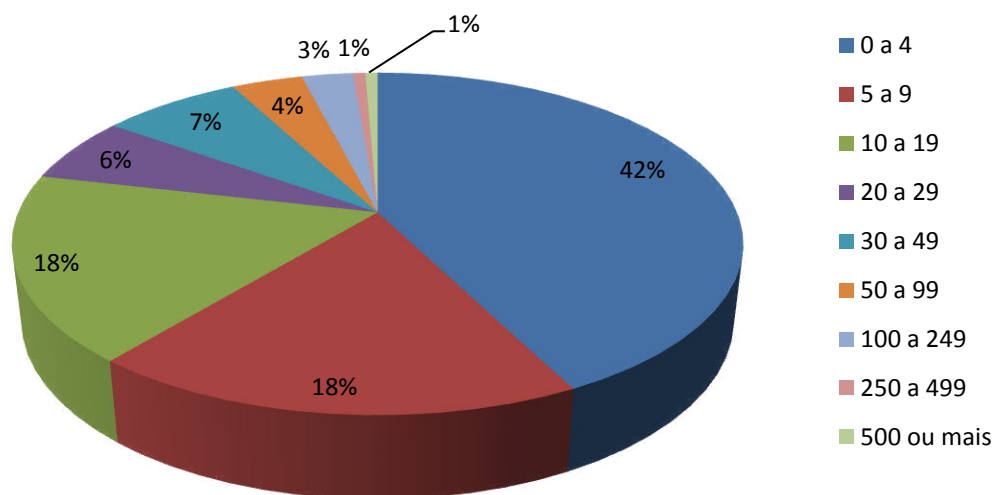
Gráfico 13 - Evolução histórica da variação do número de empregos no setor da indústria Comparativo São Caetano do Sul e Micro Região ABC (ABC + SP)



Fonte: MTE/ CAGED 2014. Consolidado SEDERT

Em relação ao porte das indústrias, observamos uma grande preponderância das atividades industriais de pequeno porte. Indústrias com até 05 funcionários representam cerca de 78% do total de empresa. Também é interessante observar a presença de indústrias com mais de 500 funcionários, que representa 1% do total, o que representa exatamente 05 empresas, conforme se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 14 - Indústrias de São Caetano do Sul por porte – Número de empregados - 2012



Total: 772 indústrias

Fonte: IBGE 2014. Consolidado SEDERT.

As atividades industriais são as responsáveis pela geração de recolhimento de ICMS, a maior arrecadação que compõe a receita da cidade (aproximadamente 30% em 2013 – SEDERT 2014).

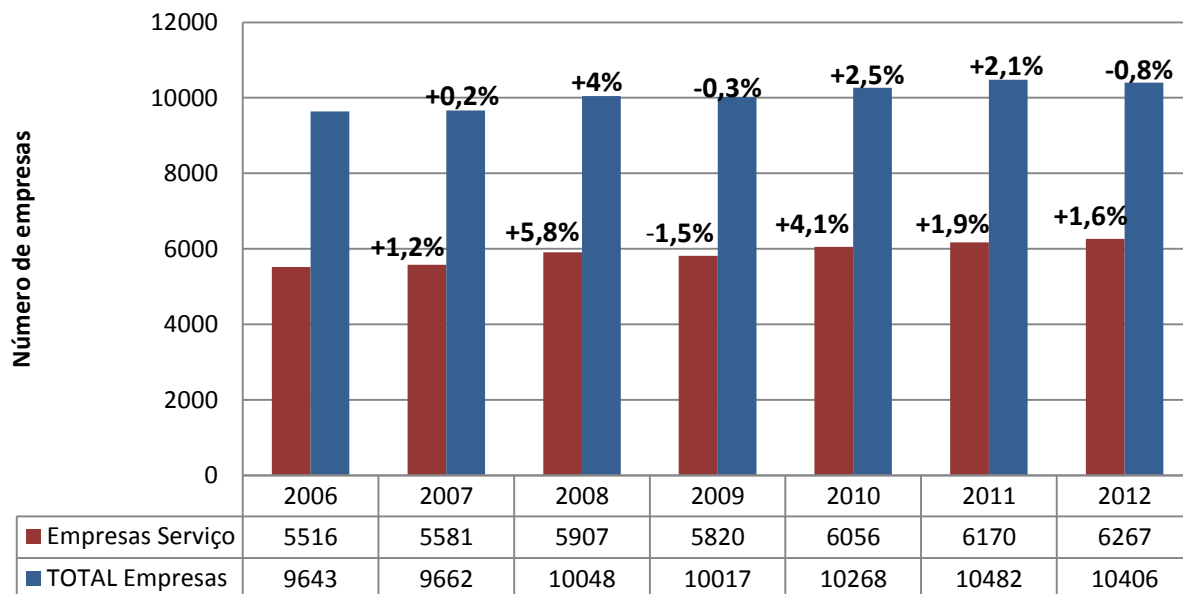
3.4.2 - Perfil das atividades de serviço

Segundo dados do IBGE, em 2012 a cidade possuía 6.267 empresas da área de serviços instaladas, em um total de 10.406 empresas em operação na cidade, o que corresponde a 60,2%⁹ (IBGE 2014).

Pela análise histórica, observamos no gráfico abaixo que a atividade acompanha o crescimento do número de empresas na cidade, geralmente colaborando com os índices positivos do total de empresas. No ano de 2012 há uma exceção, em que houve retração do número total de empresas, mas uma elevação do número de empresas da área de serviços, conforme se observa no gráfico abaixo:

⁹ Para este levantamento foram utilizados dados do IBGE pois a Prefeitura não possui histórico do número de empresas em anos anteriores, com divisão de categoria empresarial Indústria, comércio e serviços. A base de dados do CAGED, utilizada anteriormente, também não possibilita a consulta do histórico de estabelecimentos. A variação entre os institutos de pesquisa são por decorrência das fontes de dados consultadas.

Gráfico 15 - Evolução histórica do total de empresas e do total de empresas de serviço de São Caetano do Sul 2006 a 2012

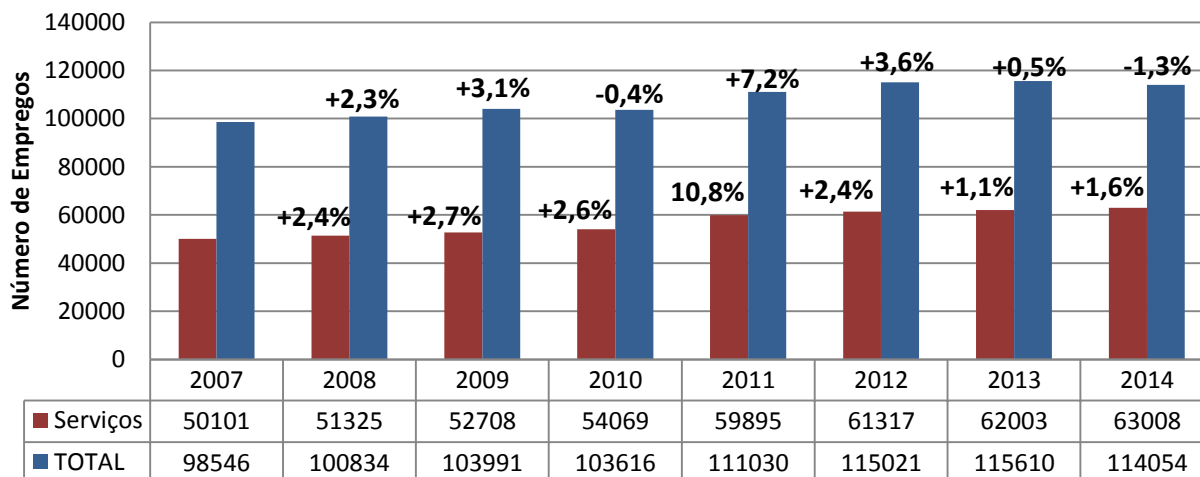


Fonte: IBGE 2014. Consolidado SEDERT.

Quanto à geração de emprego pelas empresas do setor de serviços, observamos na análise histórica realizada pelo gráfico abaixo que a variação foi sempre positiva, mesmo que a soma dos demais setores econômicos apresentaram números negativos. Além disso, em alguns anos que a cidade teve um bom crescimento no número de empregos, o setor de serviços foi um dos que alavancou o índice geral.¹⁰

¹⁰ Conforme já apresentado acima, vale ressaltar que este número é devido às diversas empresas de terceirização de mão de obra operando na cidade, que registram seus empregados no município.

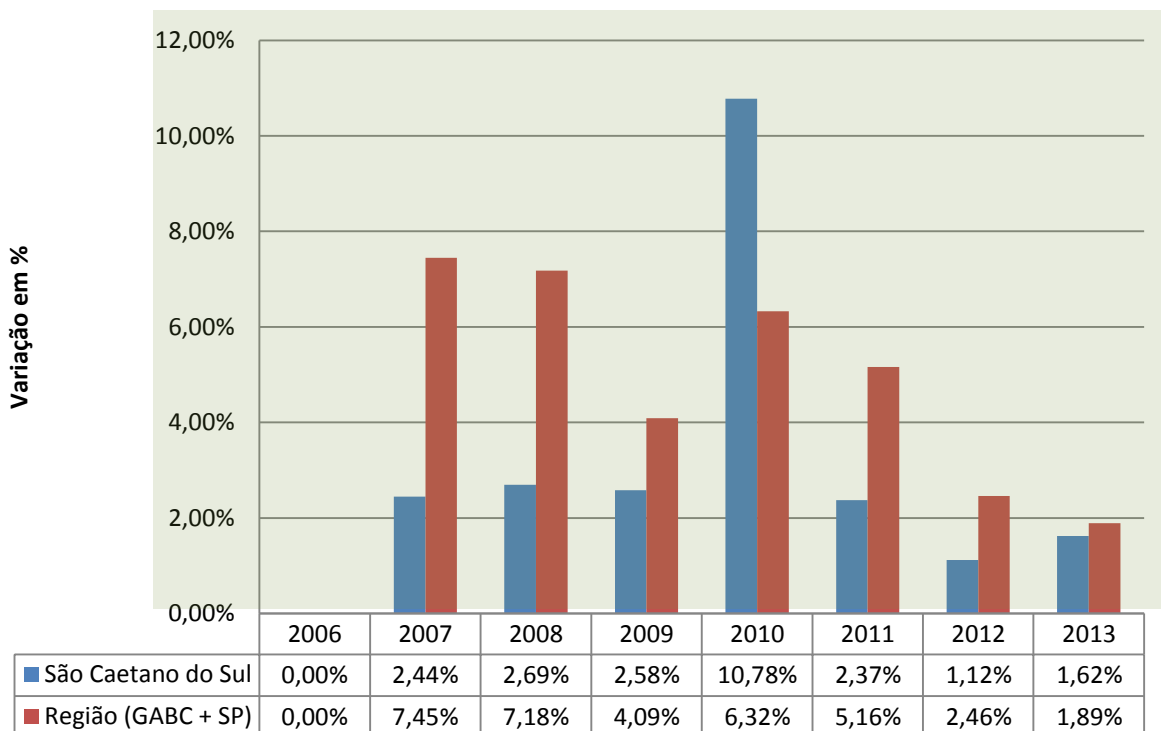
Gráfico 16 - Evolução da geração de empregos comparativo total e empresas de serviços de São Caetano do Sul 2006 a 2012



Fonte: MTE/ CAGED 2014. Consolidado SEDERT.

Observa-se no gráfico abaixo que o crescimento do setor de serviços da cidade tende a acompanhar o padrão dos movimentos de geração de empregos do restante da Região (Grande ABC mais cidade de São Paulo), mas geralmente em valores menos positivos. Com exceção a 2010, em que a cidade superou o crescimento da região, em todos os outros anos analisados a cidade teve um crescimento do número de empregos gerados pelo setor de serviços aquém do da região. Os números de 2006 a 2013 estão apresentados no gráfico abaixo:

Gráfico 17 - Evolução histórica da variação do número de empregos no setor de serviços Comparativo São Caetano do Sul e Micro Região ABC (ABC + SP)

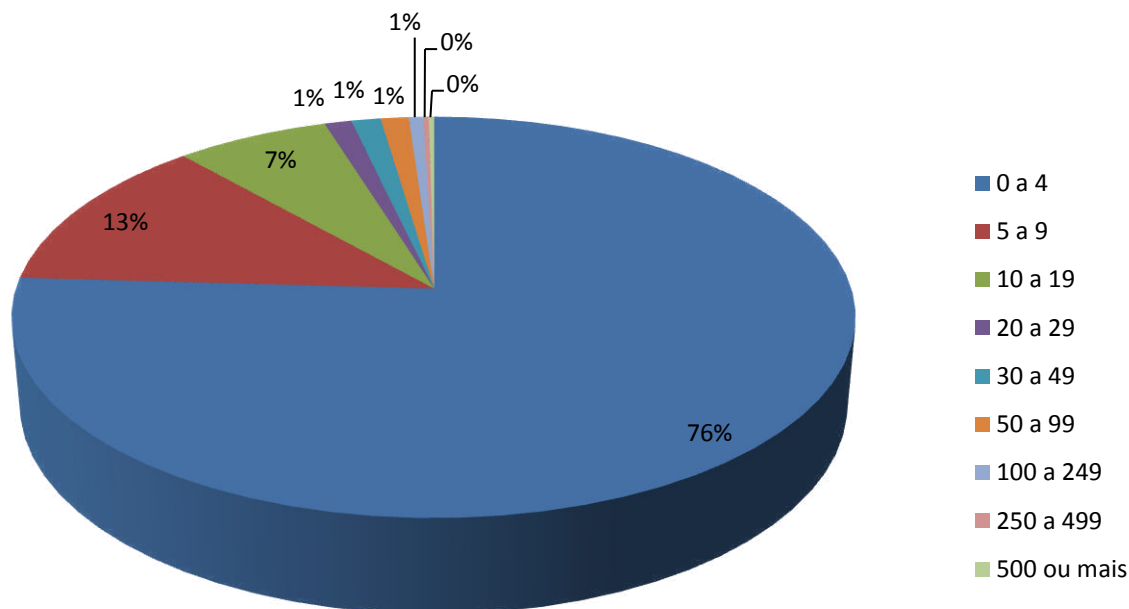


Fonte: MTE/ CAGED 2014. Consolidado SEDERT.

Em relação ao porte das empresas de serviços, observamos uma grande preponderância das micro empresas. Estes pequenos negócios, que empregam até 04 funcionários, representam aproximadamente $\frac{1}{4}$ do total de empresas. Aproximadamente 90% das empresas deste setor instaladas em São Caetano do Sul empregam até 10 funcionários.

Contudo, é interessante observar que mesmo em porcentagem o valor sendo reduzido, foram identificadas em São Caetano 70 empresas que empregam mais de 100 funcionários, e destas, 15 empresas da área de serviços que empregam mais de 500 colaboradores, conforme observado no gráfico abaixo. Vale ressaltar que a cidade possui empresas de terceirização de mão de obra, que contratam funcionários que atuam nas mais diversas localizações do país, mas possuem o registro de emprego em São Caetano. Este é um dos fatores que distorcem, em certa medida, as estatísticas de emprego na cidade, e que dificultam a interpretação dos dados.

Gráfico 18 - Setor de Serviços de São Caetano do Sul por porte Número de empregados - 2012



Total 6.267 empresas de serviço

Fonte: IBGE 2014. Consolidado SEDERT.

As atividades de serviços são as responsáveis pela geração de recolhimento de ISS, um imposto fundamental para a cidade já que cai diretamente nos cofres da administração pública municipal (aproximadamente 18% das receitas da Prefeitura em 2013 – SEDERT 2014).

3.4.3 - Perfil das atividades comerciais

O Setor de Comércio é voltado para o mercado interno e regional, focado no comércio varejista, concentrado em 03 centros comerciais de rua (Avenida Visconde de Inhaúma, Rua Taipas e Bairro Centro), e o centro Comercial do ParkShopping São Caetano (tratado no final do capítulo), localizado dentro do Espaço Cerâmica.

Figura 9 - Distribuição dos Centros Comerciais Varejistas em São Caetano do Sul 2014



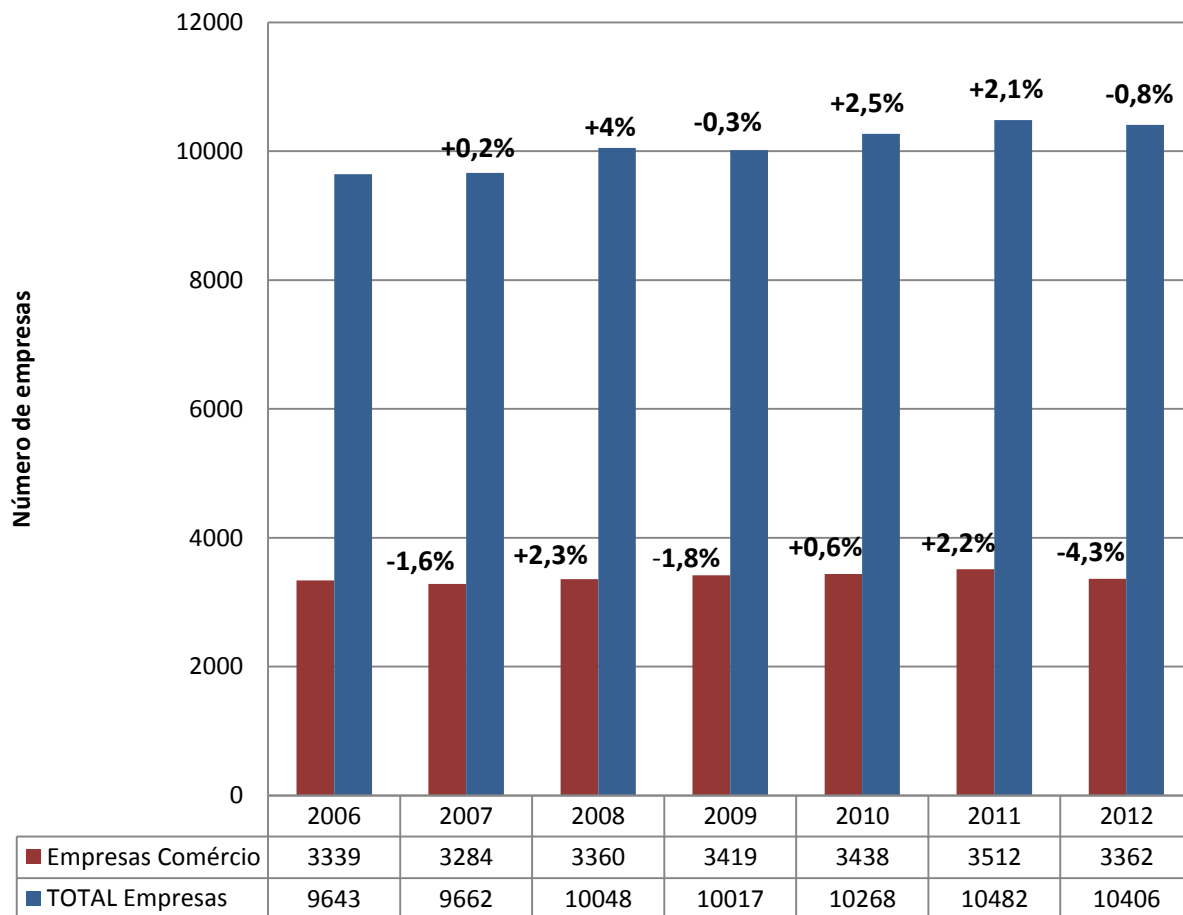
Fonte: PMSCS. Consolidado SEDERT.

Segundo dados do IBGE, em 2012 a cidade possuía 3.362 empresas da área de comércio, em um total de 10.406 empresas instaladas, o que corresponde a 32,3%¹¹ (IBGE 2014).

Pela análise histórica, observamos no gráfico abaixo que a atividade tende a ser mais negativa do que o conjunto de setores da economia, ou seja, se há crescimento do número de empresas o do setor de comércio é a que menos cresce, e se há retração do número de empresas, o do setor de comércio tem o índice ainda mais negativo. A única exceção é a do ano de 2012, em que o índice do comércio acompanhou o índice geral de número de empresas da cidade.

¹¹ Para este levantamento foram utilizados dados do IBGE pois a Prefeitura não possui histórico do número de empresas em anos anteriores, com divisão de categoria empresarial Indústria, comércio e serviços. A base de dados do CAGED, utilizada anteriormente, também não possibilita a consulta do histórico de estabelecimentos. A variação entre os institutos de pesquisa são por decorrência das fontes de dados consultadas.

Gráfico 19 - Evolução histórica do total de empresas e do total de empresas de comércio de São Caetano do Sul 2006 a 2012

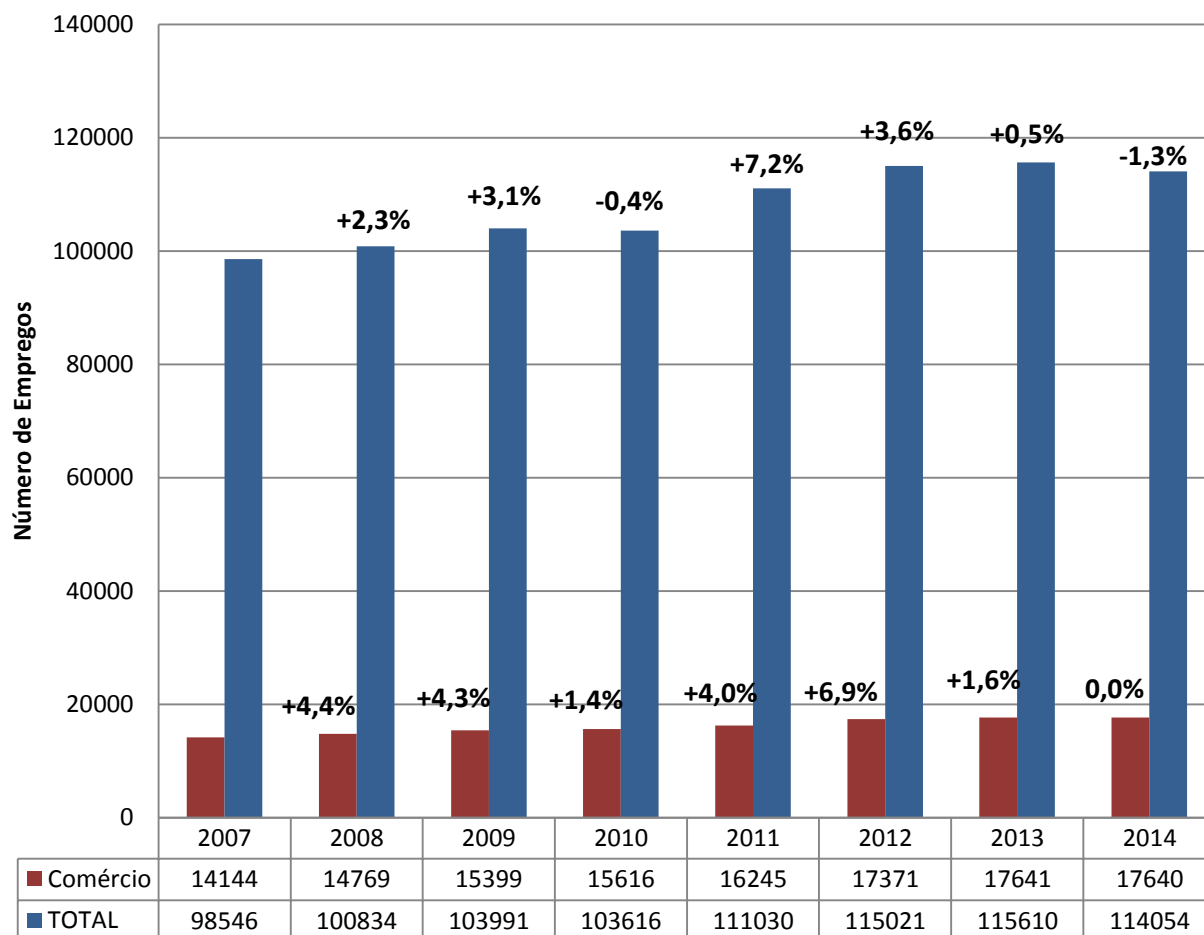


Fonte: IBGE 2014. Consolidado SEDERT.

Quanto à geração de emprego pelas empresas do setor de comércio, ao contrário do que ocorre quanto ao número de estabelecimentos, observamos na análise histórica realizada pelo gráfico abaixo que a variação foi sempre mais positiva do que os dados dos demais setores econômicos.

Mesmo em anos que a cidade teve crescimento negativo do número de empregos gerados, o setor de comércio teve variações positivas ou não houve variações, e em alguns anos que a cidade teve um bom crescimento no número de empregos, o setor do comércio foi um dos que alavancou o índice geral.

Gráfico 20 - Evolução da geração de empregos comparativo total e empresas de comércio de São Caetano do Sul 2006 a 2012

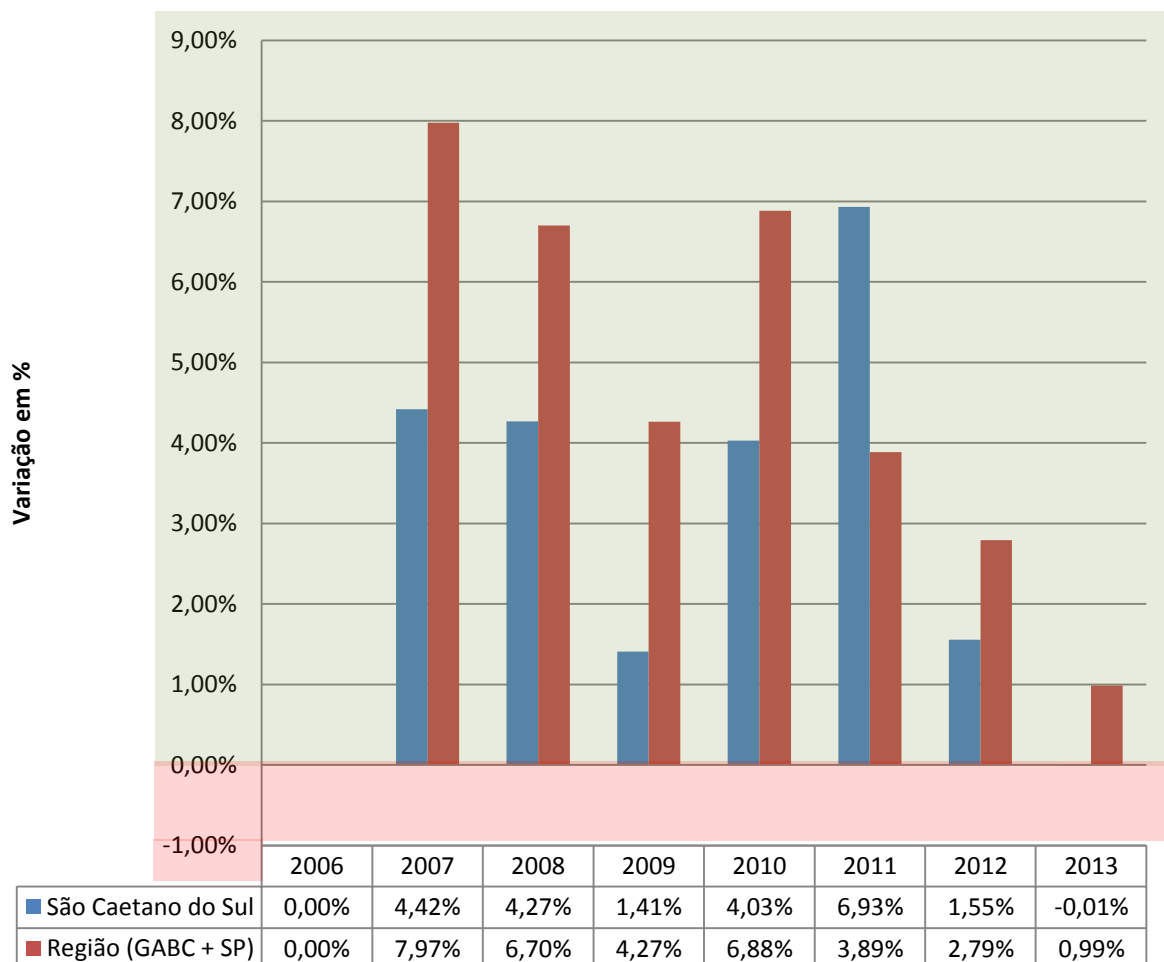


Fonte: MTE/ CAGED 2014. Consolidado SEDERT.

Observa-se no gráfico abaixo que o crescimento do setor do comércio da cidade tende a acompanhar o padrão dos movimentos de geração de empregos do restante da Região (Grande ABC mais cidade de São Paulo), mas geralmente em valores menos positivos.

Com exceção a 2011, em que a cidade superou o crescimento da região, em todos os outros anos analisados a cidade teve uma taxa de crescimento do número de empregos gerados pelo setor de serviços aquém do da região.

Gráfico 21 - Evolução histórica da variação do número de empregos no comércio Comparativo São Caetano do Sul e Micro Região ABC (ABC + SP)

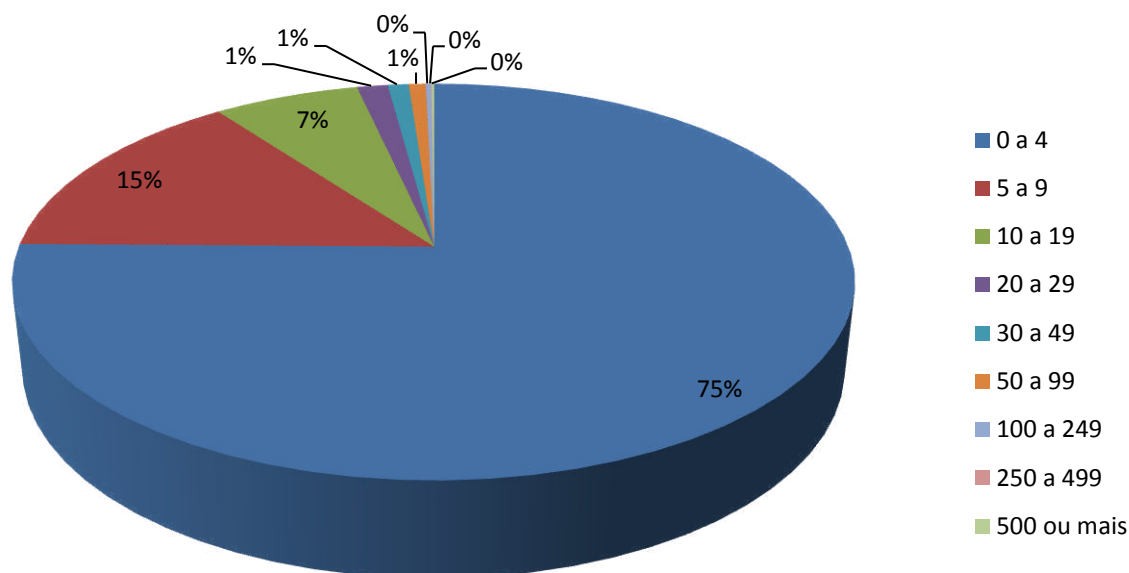


Fonte: MTE/ CAGED 2014. Consolidado SEDERT.

Em relação ao porte das empresas de comércio, observamos no gráfico abaixo uma grande preponderância das micro empresas. Estes pequenos negócios, com menos de 04 empregados, representam aproximadamente $\frac{1}{4}$ do total de empresas. Aproximadamente 90% das empresas deste setor instaladas em São Caetano do Sul empregam até 10 funcionários.

Contudo, é interessante observar que mesmo em porcentagem o valor sendo reduzido, foram identificadas em São Caetano 04 empresas de comércio que empregam mais de 500 colaboradores, o que pode ser um fator semelhante ao observado nas empresas de Serviço, que possuem empregados registrados das filiais na matriz da empresa que está instalada em São Caetano do Sul.

Gráfico 22 - Comércio de São Caetano do Sul por porte – número de empregados - 2012



Total: 5.516 empresas de serviço

Fonte: IBGE 2014. Consolidado SEDERT.

As atividades do comércio são as responsáveis pela geração de recolhimento de ICMS, a maior arrecadação que compõe a receita da cidade (aproximadamente 30% da receita total da Prefeitura em 2013 – SEDERT 2014).

3.5 - Investimentos Previstos de impacto na economia

Nesta seção serão apresentados os três principais investimentos previstos para o intervalo de vigência deste PMDE, que possuem impacto no desenvolvimento econômico da cidade.

Monotrilho Linha Bronze

A implantação Monotrilho, um veículo semelhante ao metrô que se utiliza de vias aéreas para se deslocar, ligará o centro da cidade de São Bernardo do Campo à Estação Tamanduateí da CPTM, passando por toda a extensão de São Caetano do Sul, com 05 Estações. A interligação à CPTM permitirá que os passageiros tenham acesso à Linha 2 do Metrô, através da Estação Tamanduateí, no bairro do Ipiranga. A previsão é de que 600 mil passageiros sejam beneficiados diariamente. A contratação de serviços básicos começou no segundo semestre de 2011, e as obras tem previsão de início em 2014.

Figura 10 - Arte do Monotrilho São Caetano na faixa da Avenida Guido Aliberti



Fonte: METRO 2013

A Linha que receberá o nome de 18-Bronze atenderá os polos industriais e de serviços da Região Metropolitana de São Paulo, os municípios de São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Santo André. A obra também ligará importantes polos educacionais, com destaque para o Instituto Mauá de Tecnologia, UNIBAN, Faculdade de Medicina de Santo André, Faculdade de Engenharia Industrial - FEI, Fundação Santo André e a Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Além de possibilitar um deslocamento mais rápido para a população, o novo projeto de transporte também incentivará o maior uso do transporte público, buscando reduzir a utilização do automóvel e melhorando a mobilidade urbana na região.

Integração Anchieta e Anel Viário ABC

A conturbação urbana das cidades do Grande ABC e a capital São Paulo demanda ações para adequar a mobilidade urbana às novas realidades. Com isto, uma série de obras viárias estão sendo planejadas para aliviar o tráfego interno das cidades, com a criação de linhas expressas para o tráfego de veículos, criando um anel viário nas cidades do ABC e na capital paulista.

Uma destas obras é a duplicação, nas cidades de São Paulo e São Bernardo do Campo, da avenida paralela à Via Guido Aliberti, importante conexão entre São Bernardo do Campo, Santo André, Capital São Paulo e São Caetano do Sul. Também estão previstos obras que facilitam o acesso de São Caetano do Sul à Rodovia Anchieta, importante via de escoamento produtivo das empresas instaladas na cidade.

Hospital São Luiz

Através de uma lei de incentivo específica, a cidade de São Caetano do Sul viabilizou, em 2013, a instalação de uma unidade do Hospital São Luiz. A obra foi iniciada em 2014 e estará estabelecida na privilegiada área do Espaço Cerâmica. O início da operação está previsto para 2016.

Com a operação de um hospital de referência, para além dos já existentes na cidade e todas as demais atividades empresariais ligadas às áreas da saúde (clínicas, laboratórios, dentistas, etc.), o município passa a ter um potencial de se tornar um centro de referência em saúde na região.

Com a capacidade de consumo dos moradores e por ser uma cidade muito agradável para com os visitantes, São Caetano do Sul tende a ser impactada pelo crescimento desta vertical econômica.

3.6 - Fatores institucionais

Nesta seção serão apresentados os 12 principais fatores institucionais que geram impacto às atividades econômicas de São Caetano do Sul.

3.6.1 - Incentivos Fiscais

A cidade de São Caetano do Sul possui uma única lei de incentivos fiscais gerais, voltada para as atividades industriais e de turismo e entretenimento (Lei 3.599/1997). Contudo, as empresas da cidade não se utilizaram deste recurso legal para realização de seus investimentos.

Contudo, São Caetano do Sul praticou também, em tempos anteriores, algumas Leis de incentivo fiscais que foram aplicadas em casos de grande interesse social e de retorno financeiro que a atividade geraria para a cidade. O exemplo mais recente foi o incentivo para a construção do Hospital São Luiz, que se realizará no espaço Cerâmica.

3.6.2 - ISSQN – Imposto sobre Serviços

O ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, tem como fato gerador a prestação de serviços (por empresa ou profissional autônomo), sendo de competência municipal.

A cobrança se dá em respeito à Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2.002, que definiu o percentual como alíquota mínima de 2%, para acabar com a guerra fiscal entre municípios brasileiros. A alíquota de ISS que parte de 2% se estende até 5%, de acordo com o ramo de atuação da empresa. Em São Caetano do Sul a maioria das alíquotas de serviço já está no piso legal de 2%.

3.6.3 - Taxas de Licenciamento e Registro

As taxas de licenciamentos são tributos cobrados pela prefeitura para a realização de fiscalização e deferimento de pedidos de licenças de funcionamento para as empresas. Ela geralmente é cobrada no pedido da licença e tem uma incidência anual.

Em São Caetano do Sul, como parte do processo de desburocratização e estímulo à atração de empresas, a cidade não cobra taxa para o licenciamento inicial ou qualquer taxa para atualização cadastral da empresa, sendo que atualmente para a empresa se registrar na cidade ela somente paga as taxas estaduais e federais, o que gera um gasto de cerca de R\$ 75,00 para o empresário (valores aproximados do ano de 2013).

Além das taxas de início de atividades, as empresas estabelecidas no município pagam um imposto anual denominado ISS Fixo, dividido em 04 parcelas, para manutenção do cadastro municipal.

Contudo, as empresas não pagam nenhuma taxa de manutenção do licenciamento/ alvará da empresa.

Para a realização de obras é necessário solicitar licença junto ao setor SEOHAB (Secretaria de Obras e Habitação), solicitação esta que incide em taxa. Para a realização de obras e reformas é necessário seguir legislação específica, além de recolher os impostos inerentes à atividade (ISS Construção).

3.6.4 - Taxas de licença de Obras

As taxas de licenciamentos são tributos cobrados pela prefeitura para a realização de fiscalização e deferimento de pedidos de licenças e alvarás para obras.

A taxa é regulamentada pela Lei Municipal 2454 de 17 de outubro de 1977, através de sua tabela V. A Legislação já passou por modificações várias, sendo a principal através do Decreto Municipal 7.881 de 30 de dezembro de 1998. Vale também a citação ao Decreto 5.056 de 16 de dezembro de 2011, que estabeleceu critérios para utilização dos logradouros e espaços de domínio públicos, inclusive subsolos e espaços aéreos.

De todos os serviços possíveis de serem prestados (exames de verificação, reformas com alterações nas plantas principais, construções funerárias), o que correspondem a 20 itens no total, vale destacar:

- Alvarás de “habite-se” residencial e apartamentos (para efeito de cobrança do habite-se, serão cobradas isoladamente, cada casa e apartamento): 52,03 UFIRs
- Alvarás de “habite-se” comércio e indústria: 52,03 UFIRs

3.6.5 - Taxas de licença para instalação de cabos e dutos

São Caetano do Sul possui a Lei Municipal 5.056/2011, que regulamenta as normas e preços para instalação de cabos e dutos.

Cada intervenção ao espaço público requer a emissão e um documento, denominado “Alvará de Instalação de Equipamentos de Infraestrutura Urbana”, cuja responsabilidade de análise dos pedidos e liberação é da Secretaria Municipal de Obras e Habitação. Quanto ao custo, existe uma tabela completa com os preços públicos cobrados pelo município, e para exemplificar seguem os 03 tipos de impostos mais relevantes:

- Alvará de Instalação de equipamentos de infraestruturas urbanas
- Alvará de Manutenção de equipamentos de infraestruturas urbanas
- Alvará para instalações subterrâneas de tubos ou cabos em vias ou logradouros públicos por metro linear.

Foram realizadas algumas contestações referentes ao custo do metro linear para instalações subterrâneas, e a matéria foi levada a uma solução pela administração municipal por meio do Decreto 10811/2014. A solução foi desenvolvida para equacionar as questões que envolviam a instalação de infraestruturas no novo Espaço Cerâmica.

Mesmo com a solução encontrada pela administração municipal para equacionar a questão que se impôs à época, ainda há grande espaço para a modernização das legislações que regulamentam esta matéria. Uma legislação moderna deve estimular a concorrência entre as operadoras, promovendo a diminuição de preços para os consumidores finais. A concorrência é garantida através da facilidade e agilidade para aprovação de novas instalações para tais infraestruturas na cidade.

O aumento da concorrência e da facilidade de instalação tem o potencial de aumentar também a qualidade dos serviços prestados, fazendo com que as operadoras se sintam incentivadas a utilizar materiais e tecnologias de última geração, para que a cidade possua as estruturas mais modernas disponíveis, em benefício das empresas aqui instaladas e também do cidadão residente.

3.6.6 - Código de Obras

Código de obras é o conjunto de leis Municipais que controla o uso do solo urbano, é um instrumento básico que permite à Administração Municipal exercer adequadamente o controle e a fiscalização do espaço construído e cada Município tem seu Código de Obras.

Esses códigos têm por objetivos, entre outros, é de coordenar o crescimento urbano, regular o uso do solo, controlar a densidade do ambiente edificado, proteger o meio ambiente e valorizar e ampliar o patrimônio histórico, cultural e ambiental.

São Caetano do Sul aprovou, em dezembro de 2015, um novo Plano Diretor Estratégico 2016/2025, que contempla com propriedade todos estes critérios, categorizando-os em proposições referentes à sustentabilidade, desenvolvimento social e habitacional, mobilidade urbana, desenvolvimento produtivo e regionalidade e infraestrutura (artigos 8º, 9º, 10º, 11º, 12º e 13º)

O Plano Diretor visa modernizar o atual Código de Obras da cidade, conforme claramente estabelecido em seu artigo 5º. O Plano Diretor Estratégico, em conjunto com o PMDE, direcionam para a consolidação de um código de obras moderno, que deve estabelecer critérios bem definidos para as questões de acessibilidade, sustentabilidade ambiental através de utilização de materiais ambientalmente corretos e fomento à construção de estruturas inteligentes, dentre outras diretrizes que são apontadas por estes planos estruturantes.

3.6.7 - Via Rápida Empresa

São Caetano do Sul é referência nacional na melhoria dos processos de desburocratização para facilitar a formalização das empresas. A cidade participa desde 2008 do Programa Estadual de Desburocratização do Estado de São Paulo, esteve no grupo das primeiras cidades do Estado a implantar o Sistema Integrado de Licenciamento, e em 2013 foi uma das cinco cidades selecionadas pelo Governo do Estado via JUCESP, para implantação do programa denominado Via Rápida Empresa.

No processo atual, todos os protocolos de documento para registro mercantil da empresa (contrato social/ NIRE) e liberação das inscrições tributárias federais (CNPJ), Estaduais (Inscrição Estadual) e Municipais (Inscrição Municipal) são realizados em um único local físico, no Atende-Fácil (Complexo de atendimento de serviços municipais, estaduais e federais da Prefeitura de São Caetano do Sul), com uma entrada de dados eletrônicos, através do portal Via Rápida Empresa. A Prefeitura acompanha eletronicamente este procedimento fornecendo a viabilidade legal da atividade, indicando que a Lei de Zoneamento permite a instalação da empresa no local pretendido, garantindo que a empresa não incorrerá em investir em local não permitido para sua atividade.

Após os deferimentos tributários e cadastrais inicia-se o processo integrado de licenciamento, em que na mesma entrada eletrônica de dados é realizado o licenciamento da Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Meio Ambiente. O processo é totalmente eletrônico nos casos em que a atividade é de baixo risco. Já nos casos de empresas com atividades mais complexas, é exigido atendimento presencial para o quesito de maior risco, sendo o usuário orientado pelo próprio sistema dos passos que deve cumprir.

Através deste processo, uma empresa nascendo que execute atividades de baixo risco pode iniciar sua operação em no máximo 05 dias, da emissão do CNPJ e registro do contrato ao alvará de licenciamento da empresa.

3.6.8 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho (SEDERT)

O município de São Caetano do Sul conta com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho (SEDERT). O setor está localizado no Atende-Fácil, no local denominado “Espaço Investe São Caetano”. Além dos serviços prestados (Sala do Empreendedor, cursos e palestras, formalização e atendimento ao MEI, intermediação de mão de obra, Via Rápida Empresa, entre outros), desenvolve projetos que visam contribuir com o desenvolvimento econômico da cidade, atrair novas atividades empresariais para a cidade e no intuito de melhorar a competitividade das empresas em operação em São Caetano do Sul.

A atuação da SEDERT é regulamentada pela Lei Municipal 4.727/2008, que estabelece como atribuições da pasta:

- desenvolver, propor e operacionalizar a política e projetos visando o planejamento da infraestrutura do Município, especialmente voltados para o incremento da atividade econômica;
- desenvolver, propor e operacionalizar planos de infraestrutura viária e de transportes, em conjunto com a Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana, no âmbito do Município;
- desenvolver, propor e operacionalizar planos de infraestrutura tecnológica, energética, ambiental e de comunicação no Município;
- desenvolver, propor e operacionalizar planos de capacitação empresarial e profissional, destinados a empreendedores e à mão-de-obra;
- fomentar a atração de empresas de acordo com a política industrial, comercial e de serviços do Município e, por consequência, a oferta de emprego aos Municípios;
- promover a desburocratização administrativa, em conjunto com a Secretaria Municipal da Fazenda e demais Secretarias Municipais, visando à facilitação da abertura de empresas novas e a manutenção das existentes;

- fomentar, através de convênios e parcerias com os Governos Estadual e Federal, o acesso ao crédito para o micro e pequeno empresário
- promover, através de convênios e parcerias público privadas, a criação de centros de excelência nos campos da saúde, da educação e de tecnologia;
- levantar, manter atualizada e concentrar todas as informações socioeconômicas do Município;
- executar outras atividades correlatas, por determinação do Prefeito

3.6.9 - Espaço Investe São Caetano

O Espaço Investe São Caetano do Sul é o centro de atendimento especializado voltado para atender os empresários e empreendedores do município. Localizado dentro do Atende-Fácil, é gerenciado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho, e disponibiliza para a cidade uma série de serviços especializados voltados para atração de investimentos e ao desenvolvimento empresarial e econômico do município de São Caetano do Sul.

A Estrutura do espaço é composta por:

- **Sala do Empreendedor** - A sala do Empreendedor é um ponto de orientação ao empreendedor ou empresário de São Caetano do Sul, que busca se formalizar ou fortalecer seus negócios.
- **Sala de Plantões** – A sala de Plantões recebe entidades parceiras para o fornecimento de serviços especializados ao empreendedor ou empresário de São Caetano do Sul. Atualmente fazem parte das entidades parceiras: SEBRAE, ACISCS (Núcleo de Contadores), CIESP São Caetano do Sul e SESCON-SP.
- **Sala de Reunião** – Espaço para realização de reuniões e encontros institucionais da Secretaria.
- **Salas Administrativas e Sala do Secretário** – Salas para atuação da equipe da Secretaria, equipe de apoio do Espaço Investe São Caetano do Sul (o que inclui o pessoal de gestão do Portal Investe São Caetano do Sul) e da equipe do Centro Municipal de Emprego e qualificação – CEMEQ.

Um dos objetivos principais do Espaço Investe São Caetano é ser o ponto focal de contato entre potenciais investidores, nacionais e internacionais, que desejam se instalar em São Caetano do Sul. Desta forma, produz materiais, estudos, intermedia contatos empresariais e atua como facilitador para que investimentos privados sejam aplicados na cidade.

O Espaço Investe São Caetano possui pessoal capacitado para recepcionar delegações nacionais e internacionais, com pessoal técnico com fluência em Inglês.

3.6.10 - Portal Investe São Caetano

O Portal Investe São Caetano – www.investesaocaetano.com.br – é o portal virtual administrado pelo Espaço Investe São Caetano, que é o centro de referência virtual para o empresário instalado na cidade e para aqueles que pretendem investir no município.

Neste website empresários nacionais e internacionais encontram um ponto em que necessidades de serviços e informações relacionadas à sua atividade podem ser satisfeitas. Tudo isto agregado à possibilidade de geração de negócios pela simples participação do empresário no portal.

Figura 11 - Página Inicial do Portal Investe São Caetano do Sul



Fonte: Portal Investe São Caetano – www.investesaocaetano.com.br

3.6.11 - Atende Fácil

O município de São Caetano do Sul dispõe de um espaço moderno, bem localizado e adaptado às necessidades das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, onde vários tipos de

serviços de órgãos federais, estaduais e municipais são prestados, voltado tanto à pessoa física quanto jurídica: o Atende-Fácil.

Figura 12 - Fachada do complexo Atende-Fácil São Caetano do Sul



Fonte: Portal Investe São Caetano – www.investesaocaetano.com.br

O Espaço Investe São Caetano é um exemplo de órgão municipal de atendimento ao empresariado que atua dentro do Atende-Fácil. Todos os processos de registro e legalização da empresa também são recepcionados e executados dentro da lógica de atendimento do Atende-Fácil. Centraliza os seguintes departamentos e instâncias:

- Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt IIRGD (Órgão estadual de emissão de RG, antecedentes criminais, entre outros serviços);
- Ministério do Trabalho;
- Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT (intermediação de mão de obra, seguro desemprego, emissão de carteira de trabalho, entre outros);
- PROCON – Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (reclamações, denúncias, entre outros)
- Polícia Federal do Brasil (emissão de passaportes, entre outros);
- CIRETRAN (emplacamento de veículos, emissão da CNH, entre outros);
- Serviços e Secretarias Municipais, que comportam as seguintes instâncias municipais:
 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho;
 - Centro Municipal de Emprego e Qualificação – CEMEQ;
 - Departamento de Água e Esgoto;
 - Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos;
 - Secretaria Municipal da Cultura;
 - Secretaria Municipal da Educação
 - Secretaria Municipal de Esporte e Turismo;
 - Secretaria Municipal da Fazenda;
 - Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão;

- Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária;
- Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;
- Secretaria Municipal de Mobilidade;
- Secretaria Municipal de Obras e Habitação;

Além disso, possui estacionamento, lan para acesso gratuito à Internet lanchonete, fotocopadora, enfermaria, caixas eletrônicos dos maiores bancos e uma agência do Banco Santander, para recebimento das taxas para pagamento dos serviços prestados no Atende-Fácil.

3.6.12 - Nota Fiscal Eletrônica de Serviços

A Prefeitura oferece os serviços de emissão de Nota Fiscal Eletrônica de serviços (NFS-e). O Estado de São Paulo oferece a nota eletrônica para o ICMS, e a Prefeitura a Nota eletrônica para o ISS. Desta forma, o empresário de São Caetano possui acesso ao formato eletrônico para emissão de qualquer modalidade de nota fiscal.

Entre as vantagens aos prestadores de serviço estão a maior segurança e agilidade no processo de emissão da NFS-e, a diminuição de custos com papel e impressão e envio de documentos e o incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias. No momento da emissão, a NFS-e é automaticamente enviada ao e-mail do tomador de serviços, havendo total garantia de que o documento seja emitido de acordo com as exigências legais.

O sistema utilizado na cidade para nota de serviços também atende ao padrão do SPED Fiscal Nacional e já realiza a escrituração automática do livro digital do prestador, consolidando todas as informações. As NFS-e também já ficam na área de aceite do tomador de serviços e o sistema prevê que, uma vez emitida a NFS-e a um tomador estabelecido em São Caetano, a nota ficará disponível automaticamente para que o tomador tenha conhecimento deste serviço, podendo ser aceita ou rejeitada.

DIAGNÓSTICOS

4. DIAGNÓSTICO SÃO CAETANO DO SUL

O Planejamento de uma estratégia de desenvolvimento econômico visa construir uma visão de futuro, e atua sobre as condições internas da cidade que se traduzem em potencialidades e estrangulamentos ou ameaças, que são os fatores internos à cidade frente aos quais devem ser formuladas ações estratégicas, para potencializar os pontos positivos e minimizar os negativos.

4.1 - Potencialidades

As potencialidades expressam as características internas da cidade, como um diferencial ou vantagem competitiva no contexto local e nacional, em que devidamente exploradas potencializam os resultados pretendidos para o desenvolvimento econômico sustentável do município. Foram identificadas 10 potencialidades principais de São Caetano do Sul, que serão apresentadas nas subseções na sequência deste capítulo.

4.1.1 - Qualidade de Vida (estruturas instaladas)

Conforme apresentado em capítulos anteriores, a cidade de São Caetano do Sul a mais de 20 anos conserva uma posição privilegiada em relação às conquistas de qualidade de vida da população.

Isto significa que a cidade possui estruturas de saúde, educação, saneamento e outros serviços e estruturas implantadas e em operação que são consideradas satisfatórias em comparação com os padrões de IDH estabelecidos pela ONU. Além disso, possui moradores com padrão de renda que garantem acesso a outros serviços privados, o que configura um território com boas condições para a vida.

Este fator é altamente relevante à medida que a cidade pode se especializar em operar empresas de alto valor agregado, com funcionários que buscam um local para se estabelecer como moradores, junto com suas famílias, que apresente boas condições de vida. Nas dificuldades atuais de mobilidade urbana da Grande São Paulo, residir com qualidade próximo ao local de trabalho torna-se um ganho de qualidade de vida, e São Caetano do Sul tem o potencial de oferecer este ganho para os funcionários das empresas aqui estabelecidas.

4.1.2 - Localização

Conforme apresentado no capítulo 03, a cidade de São Caetano do Sul tem uma localização privilegiada, por estar próximo à:

- Centros econômicos da cidade de São Paulo;
- Mercados consumidores (pessoas físicas e jurídicas);
- Complexos e cadeias empresariais diversas;
- Aeroportos;
- Porto de Santos;
- Acesso às principais Rodovias.

A localização tem potencial de impulsionar a expansão econômica do município, pois é determinante para a decisão de escolha de investimentos das empresas.

4.1.3 - Mercado Consumidor

Conforme apresentado no capítulo 03, além da proximidade com mercados consumidores locais, a cidade de São Caetano do Sul possui também mercado consumidor de relevância.

Como consequência do alto nível de poupança dos moradores, assim como os níveis de renda da população predominantemente nas classes A e B, a cidade proporciona um ambiente propenso para o exercício de atividades econômicas e realização de investimentos privados.

4.1.4 - Formação de Mão de Obra qualificada

Conforme apresentado no capítulo 03, a cidade de São Caetano do Sul possui uma série de entidades de ensino superior e técnica, que suprem a demanda das empresas para mão de obra qualificada. Além das instituições de ensino estabelecidas na cidade, toda a região do Grande ABC oferece uma enorme oferta de possibilidades, nas mais diversas áreas do conhecimento.

Segundo levantamento da Revista Exame 2014, realizado pela consultoria Urban Systems, a cidade de São Caetano do Sul é a 3ª melhor cidade do país e a 1ª do Estado de São Paulo em capital humano como diferencial para investimentos, o que a colocou a cidade como a 7ª melhor cidade do país e a 2ª do Estado de São Paulo para se investir (EXAME, Urban Systems, 214). Tal fator potencializa as ações para geração de uma economia sustentável e dinâmica para a cidade.

4.1.5 - Integração Trem / Metrô

Conforme apresentado em capítulos anteriores, a integração da cidade ao sistema de transporte CPTM/Metrô, tanto a atualmente estabelecida como a expansão prevista, garante um fluxo

facilitado em transporte público eficiente e moderno de mão de obra tanto para saída como para entrada na cidade.

Para a economia, garanta que a mão de obra das empresas possa ser selecionada de uma região ampliada, com custo de transporte semelhante. Isto é muito importante para um município pequeno como São Caetano do Sul, que não tem condições de oferecer toda a variedade de mão de obra exigida por economias mais complexas.

4.1.6 - Complexo empresarial instalado

Conforme apresentado em capítulos anteriores, a cidade possui uma estrutura empresarial bastante diversificada e estabelecida.

Este complexo permite que as ações de fomento ao desenvolvimento econômico não precisem “começar do zero”, já que existe uma estrutura consistente para dar suporte aos esforços que podem ser realizados.

4.1.7 - Espaço Cerâmica

Conforme apresentado em capítulos anteriores, a cidade possui um espaço reurbanizado, inspirado em padrões modernos e avançados de planejamento urbano e com pouquíssimas similaridades no Brasil, denominado Espaço Cerâmica.

Este local amplia a capacidade da cidade em atrair empresas e investimentos, além de posicionar o município no contexto regional com um local diferenciado em planejamento urbano.

4.1.8 - Registro e abertura de empresas

Conforme apresentado em capítulos anteriores, os processos de registro e licenciamento das empresas em São Caetano do Sul são um diferencial em relação ao restante do país, pois consegue realizar todo o processo com baixo custo (aproximadamente R\$ 140,00 – dados do ano 2013) e rapidez (em até 05 dias úteis).

Sendo a burocracia um dos maiores entraves do desenvolvimento econômico, e a cidade já possuir este quesito solucionado em um de seus aspectos mais impactantes às empresas, faz com que a cidade esteja preparada para galgar avanços ainda maiores nesta área.

4.1.9 - Infraestrutura Instalada

Conforme apresentado em capítulos anteriores, a cidade possui infraestrutura de suporte às atividades empresariais instaladas e operando. Sistemas de água, esgoto, coleta de lixo, reciclagem e telecomunicações estão disponíveis em toda a cidade.

A cidade já possuindo cobertura destas estruturas permite que ela avance para a próxima fase, que consiste na melhoria e modernização do que já existe, com um custo muito menor caso fosse necessário iniciar “do zero”.

4.1.10 - Apoio à atividade empresarial

Conforme apresentado em capítulos anteriores, a cidade possui estruturas institucionais de suporte ao empresário que estão em plena operação.

Este canal de comunicação entre poder público e empresariado garante a troca de informações e conhecimento entre os setores, com o potencial de fortalecer os esforços de promoção ao desenvolvimento econômico sustentável.

4.2 – Riscos, Estrangulamentos ou Ameaças

Os Riscos, estrangulamentos ou ameaças são condições ou situações internas à cidade indesejadas e que atrapalham ou impedem o desenvolvimento econômico sustentável, se não forem devidamente equacionadas e solucionadas. Foram identificados 11 estrangulamentos principais na cidade de São Caetano do Sul, que serão apresentadas nas subseções na sequência deste capítulo.

4.2.1 - Capacidade financeira da Prefeitura

As Prefeituras brasileiras cada vez mais são responsáveis por prover os serviços básicos para a população, sendo que o modelo de distribuição de tributos do federativo brasileiro não realizou uma reforma a fim de subsidiar as administrações municipais com incremento de receitas para cumprir satisfatoriamente com estas novas responsabilidades.

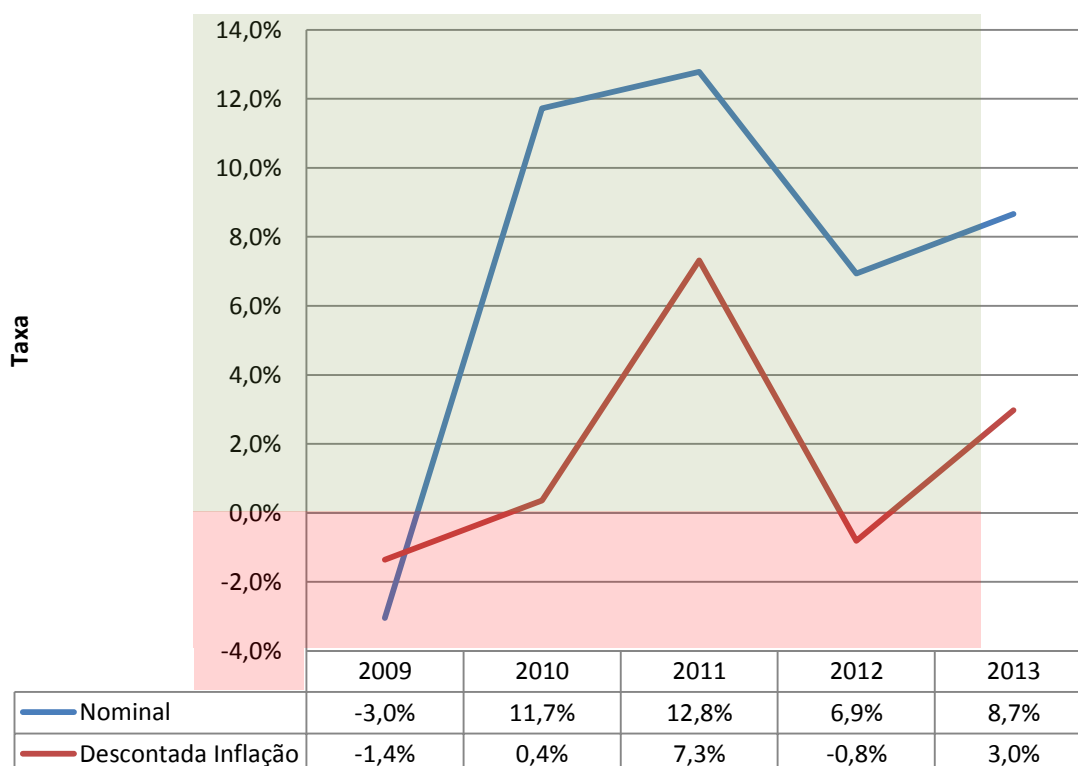
Como afirmam os estudiosos do modelo federativo e do desenvolvimento, os municípios que pretendem promover melhoria dos serviços devem aumentar sua capacidade de geração de receitas próprias.

São Caetano do Sul passa pela mesma pressão. Com uma população que demanda cada vez mais serviços da cidade, a capacidade de pagamentos e investimentos da Prefeitura passa a ser vital para a promoção ou manutenção da qualidade de vida dos seus habitantes.

Na cidade de São Caetano do Sul, esta capacidade não vem crescendo: na verdade, ela vem diminuindo com o tempo. Do período de 2008 a 2013 a cidade teve um crescimento médio de suas receitas nominais em torno de 7,42% ao ano, mas quando descontamos a inflação do período, este valor cai para somente 1,7% ao ano.

Comparando com o crescimento populacional, neste mesmo período de 05 anos a cidade teve um aumento populacional de 1,1% ao ano (Estimativa IBGE 2009: 148.223 a 2013: 156.362) com um aumento real de receitas de somente 1,7%. Isto significa que a administração pública, nos últimos anos, teve um aumento relativo muito baixo de suas receitas reais per capita, de apenas 0,6%, indicando uma quase estagnação em relação ao crescimento populacional, conforme se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 23 - Evolução histórica receitas Prefeitura de São Caetano do Sul - Aumento Real vs. Aumento nominal – 2009 -2013

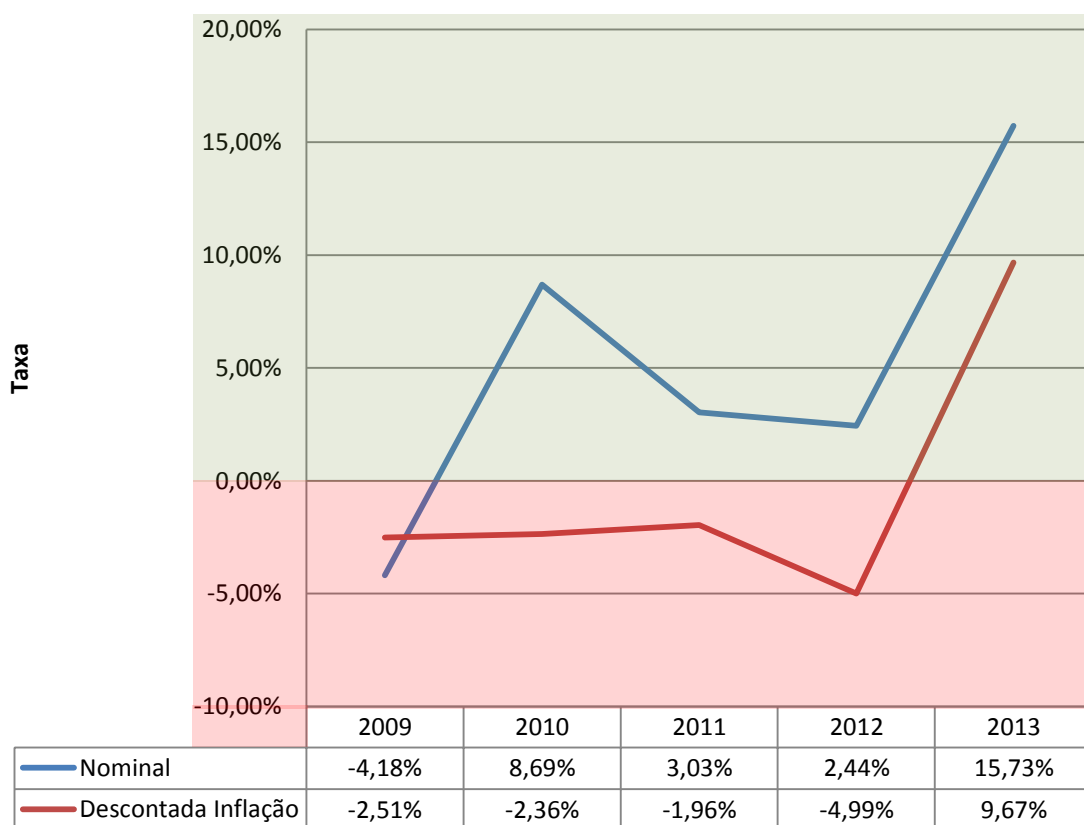


Fonte: SmarCP / IBGE 2014. Consolidado SEDERT - Centro de Informações Econômicas SCS.

Das receitas totais da Prefeitura, que são compostas por uma série de fontes diferentes, tomando somente as receitas próprias mais significativas oriundas das atividades empresariais (ISS e repasse ICMS), no período de 2008 a 2013 a cidade teve um crescimento médio de suas receitas nominais em torno de 5,14% ao ano.

Contudo, quando descontamos a inflação do período, este valor torna-se negativo, indicando que a nos últimos 05 anos a cidade sofreu uma redução destes tributos na ordem de -0,5% ao ano, sendo que no período de 2008 a 2013, 04 tiveram crescimento negativo. Conforme observamos no gráfico abaixo, mesmo não considerando o aumento populacional que impacta nos valores percapita, a cidade apresentou uma queda quanto ao recolhimento destes tributos.

Gráfico 24 - Evolução histórica receitas de ISS e ICMS da Prefeitura de São Caetano do Sul - Aumento Real vs. Aumento nominal – 2009 -2013



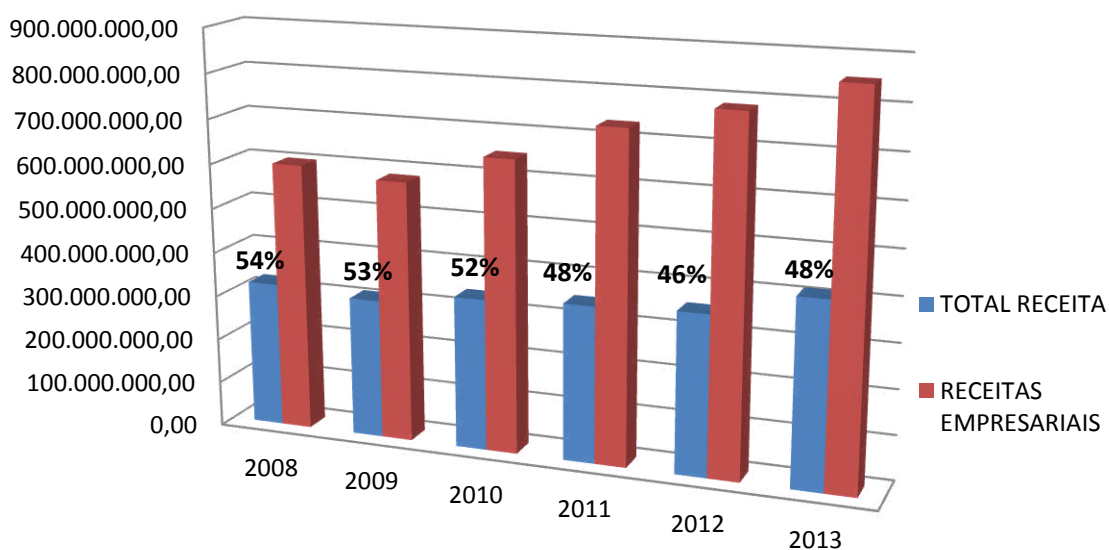
Fonte: DIPAM/ SmatCP/ GISS Online / IBGE 2014.

Consolidado SEDERT - Centro de Informações Econômicas SCS.

A queda da arrecadação das empresas, identificada pelo ISS e ICMS descontadas na inflação, impacta na representatividade deste recolhimento em relação às demais fontes de receita da Prefeitura de São Caetano do Sul. Em cinco anos analisados, houve uma queda de 6 pontos

percentuais da representatividade do recolhimento destes impostos na receita total da Prefeitura, conforme se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 25 - Representatividade tributos de Empresas (ICMS e ISS) em relação à receita total da Prefeitura de São Caetano do Sul – 2008 -2013



Fonte: DIPAM/ SmatCP/ GISS Online / IBGE 2014.
Consolidado SEDERT - Centro de Informações Econômicas SCS.

Vale ressaltar que este fenômeno é inverso ao que ocorre nas cidades que passam por um processo de intensificação do desenvolvimento econômico, já que o dinamismo da economia gera aumento do recolhimento de impostos ISS e ICMS em relação às demais fontes de receitas da Prefeitura.

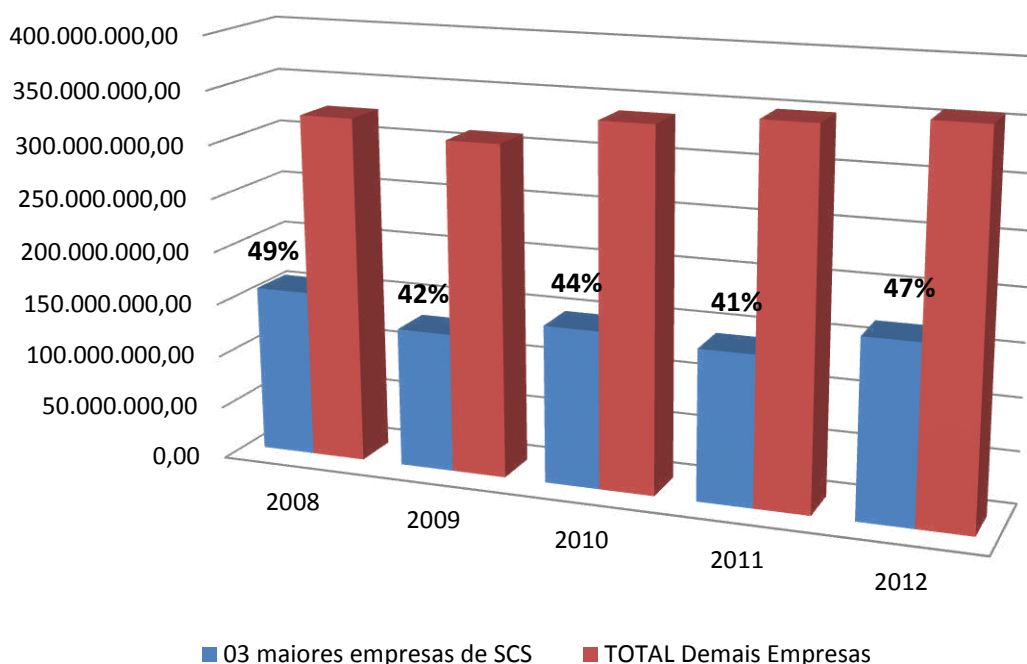
Portanto, pode-se considerar pela comprovação dos dados das receitas municipais, que a cidade de São Caetano do Sul passa por um processo de aumento de sua vulnerabilidade fiscal, regredindo quanto à capacidade de geração e receitas próprias.

4.2.2 - Altíssima concentração da receita municipal em poucas empresas

São Caetano do Sul possui 03 empresas de grande porte, que são extremamente significativas no montante de recolhimentos de tributos empresariais do município (ISS + ICMS).

Na análise do período de 2008 a 2012, estas 03 empresas significaram sozinhas entre 41 e 49% de todo o recolhimento de ISS e ICMS, demonstrando um efeito de concentração de tributos empresariais.

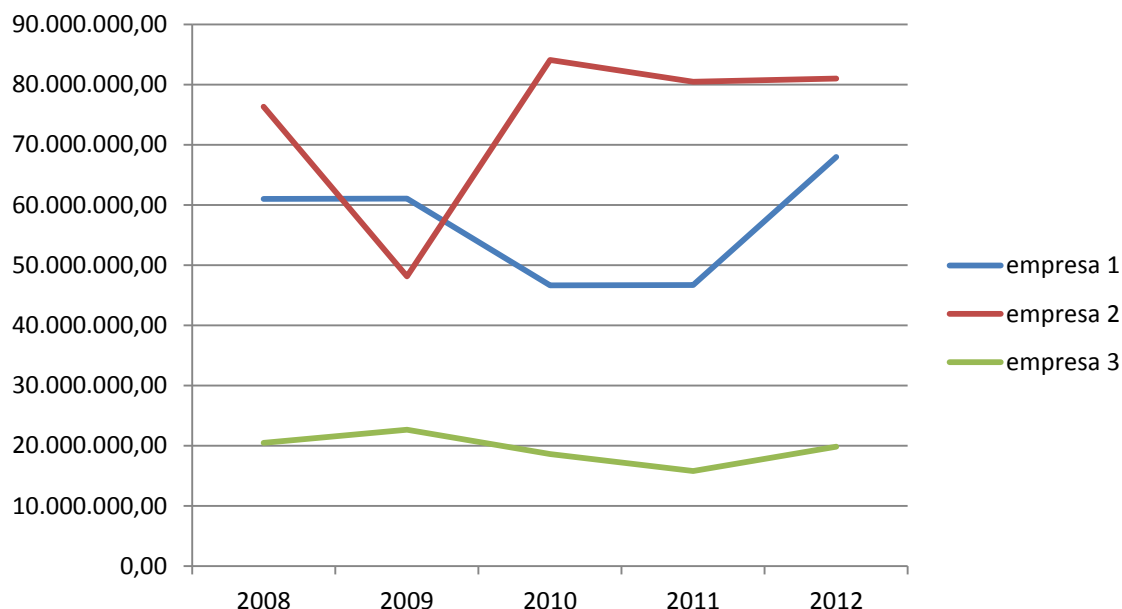
Gráfico 26 - Representatividade dos tributos das 03 maiores empresas em relação ao ICMS e ISS de São Caetano do Sul - 2008 -2012



Fonte: DIPAM/ GISS Online / IBGE 2014. Consolidado SEDERT - Centro de Informações Econômicas SCS.

No gráfico seguinte verifica-se que estas 03 empresas tem um comportamento, em termos de recolhimento de tributos ISS e ICMS para a Prefeitura de São Caetano do Sul, que não segue uma correlação entre elas, assim como não seguem correlação com o crescimento da receita da cidade em si.

Gráfico 27 - Evolução dos recolhimentos das 03 maiores empresas comparativo total ISS e ICMS - São Caetano do Sul - 2008 -2012



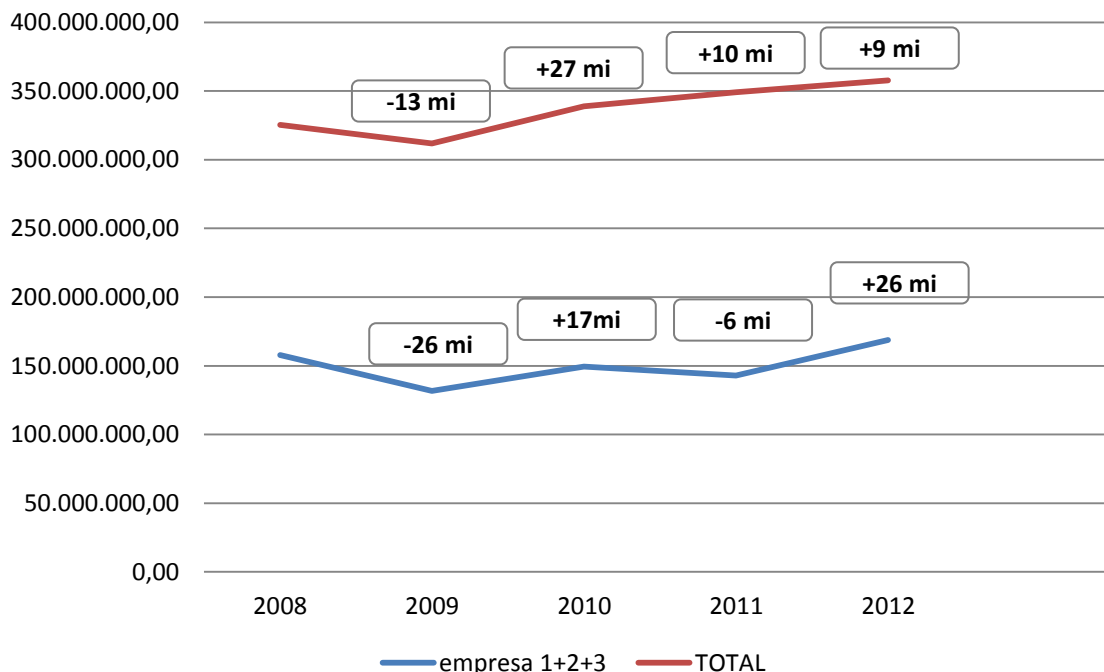
Fonte: DIPAM/ GISS Online / IBGE 2014. Consolidado SEDERT - Centro de Informações Econômicas SCS.

Observa-se que o comportamento do recolhimento tributário destas empresas é determinante para o comportamento da movimentação de ganhos ou perda de receita, pelo elevado montante que tais empresas representam.

Contudo, observamos que em anos como 2009 e 2012, estas empresas foram responsáveis por “puxar” os valores da receita, em 2009 negativamente e em 2012 positivamente. Já no ano de 2010 ela contribuiu com parte do crescimento das receitas de ISS e ICMS, e o restante foi oriundo das demais empresas da cidade. Já em 2011 as 03 empresas apresentaram redução do recolhimento de tributos, e o crescimento das receitas de ISS e ICMS observados são oriundos das demais empresas da cidade, que absorveram as perdas e ainda puxaram o indicador para cima.

Portanto, na análise das 04 variações, em 02 oportunidades as receitas municipais foram “puxadas” pelas 03 empresas, e as outras 02 variações as demais empresas de menor porte que sustentaram a receita.

Gráfico 28 - Evolução dos recolhimentos das 03 maiores empresas somadas, comparativo total ISS e ICMS - São Caetano do Sul - 2008 -2012



Fonte: DIPAM/ GISS Online / IBGE 2014. Consolidado SEDERT - Centro de Informações Econômicas SCS.

Vale ressaltar que neste levantamento não estão outros impostos diretamente pagos pelas empresas à Prefeitura, como IPTU e repasses de IPI, que impactam ainda mais a representatividade destas 03 empresas no contexto tributário de São Caetano do Sul.

4.2.3 – Inexistência de Planejamento de longo prazo para o Desenvolvimento Econômico

A cidade de São Caetano do Sul não possui planejamento de longo prazo para a área de desenvolvimento econômico.

Com isto, novos temas inerentes à complexidade da sociedade moderna e da economia atual não estão sistematizados em uma documentação ampla e institucionalizada. As ações não deixam de ser realizadas por conta da ausência deste referencial, contudo, para a prática adequada da aplicação de políticas públicas, faz-se necessária a confecção e institucionalização desta sistematização, que será realizada a partir do PMDE.

4.2.4 - Pressão Imobiliária residencial

A cidade de São Caetano do Sul, por decorrência dos altos índices de Desenvolvimento Humano alcançados nos últimos 30 anos, e pela popularização atual deste índice, se tornou uma área de grande interesse para novos moradores.

O setor imobiliário compreendeu este fenômeno e investiu fortemente no município, com a divulgação da cidade e na construção de inúmeros imóveis residenciais.

Com a demanda por moradias crescendo, os preços dos imóveis e terrenos passaram por um forte crescimento, e como a cidade praticamente não possui áreas vocacionadas, as atividades econômicas se viram pressionadas por esta valorização. Desta forma, alguns fenômenos tendem a ocorrer neste cenário:

- Por decorrência da valorização do imóvel, empresas instaladas na cidade vendem seus locais, se capitalizam e migram para locais mais baratos.
- Empresas tem dificuldade de adquirir ou alugar imóveis na cidade, pelo elevado custo cobrado pelo metro quadrado do município
- O crescimento da densidade de imóveis residenciais próximos à empresas gera pressões sobre a atividade empresarial, caso ela tenha impactos na vizinhança. Considera-se impacto à vizinhança circulação de caminhões, emissão de odores, trânsito de pessoas, e qualquer outro fator inerente à atividade empresarial que possa causar algum tipo de incômodo aos residentes.

4.2.5 –Zoneamento Urbano e o Desenvolvimento Econômico

A legislação de Zoneamento Urbano é um instrumento fundamental para a promoção de políticas públicas urbanas modernas que atendam às constantes demandas do dinamismo da economia moderna e os anseios para manutenção da qualidade de vida da sociedade civil do município.

São Caetano do Sul aprovou, em dezembro de 2015, um novo Plano Diretor Estratégico 2016/2025, que estabelece processos de modernização para as atuais legislações de zoneamento Urbano. O Plano Diretor Estratégico, em conjunto com o PMDE, direcionam para a consolidação de um código de zoneamento moderno, a fim de promover a realização de investimentos privados e públicos de forma orientada à vocação do município e dos bairros.

Os códigos de zoneamento possuem um perfil fragmentado historicamente herdado, e sua modernização exige uma consolidação legal que garanta a simplificação de consulta. Especificamente para o caso do desenvolvimento econômico, demanda também a integração desta com as demais legislações que tratam das questões de registro e licenciamento de empresas, a fim de harmonizar tais legislações e permitir o desenvolvimento de sistemas

informatizados mais eficientes e que promovam a desburocratização de consultas e procedimentos.

O primeiro passo para o processo de melhoria do código já foi dado, através do Plano Diretor Estratégico 2016/2025. O passo seguinte são as diretrizes do PMDE institucionalizadas, para então se realizarem as modificações que se fazem necessárias.

4.2.6 - Código de Obras e o Desenvolvimento Econômico

O Código de obras é um instrumento fundamental para a promoção de políticas públicas urbanas modernas que atendam às constantes demandas do dinamismo da economia moderna e os anseios para manutenção da qualidade de vida da sociedade civil do município.

São Caetano do Sul aprovou, em dezembro de 2015, um novo Plano Diretor Estratégico 2016/2025, que estabelece processos de modernização para as atuais legislações de obras, que necessita de um processo de modernização, a fim de promover os novos temas ambientais e de eficiência na construção no ambiente urbano da cidade.

Os códigos de obras da cidade possuem um perfil fragmentado historicamente herdado, e sua modernização exige uma consolidação legal que garanta a simplificação de consulta.

O primeiro passo para o processo de melhoria do código já foi dado, através do Plano Diretor Estratégico 2016/2025. O passo seguinte são as diretrizes do PMDE institucionalizadas, para então se realizarem as modificações que se fazem necessárias.

4.2.7 - Tamanho

A cidade de São Caetano do Sul possui somente 15 km², já densamente povoados por mais de 150 mil habitantes e mais de 10 mil empresas. Isto impede o município para realizar uma estratégia de expansão de grandes plantas industriais, algo potencialmente muito interessante haja vista os atrativos do município.

Portanto, as estratégias para promoção do desenvolvimento econômico sustentável são reduzidas, e a expansão da economia é somente possível através da expansão de atividades econômicas passíveis de serem desenvolvidas com reduzida utilização de área.

4.2.8 - Envelhecimento da população

A cidade já possui uma grande parcela de população idosa, com tendência ao crescimento. São inúmeras as consequências apontadas pelas teorias econômicas quanto ao envelhecimento das populações, já tão percebida em países Europeus. O que se pode apontar de forma simplificada é o impacto na capacidade da cidade ofertar mão de obra para as empresas, e a geração de gastos do poder público para o atendimento e assistência a este público.

4.2.9 - Infraestruturas para o Desenvolvimento Econômico

A cidade possui uma infraestrutura já instalada de telecomunicações. Contudo é uma estrutura antiga e, em decorrência de legislação atual, há uma grande dificuldade de modernizar a ampliar sua oferta.

Para qualquer ação para promoção de desenvolvimento econômico, devemos considerar como básica e fundamental necessidade a infraestrutura de telecomunicações, especialmente internet de alta velocidade. E isso se torna ainda mais importante se considerarmos que a vocação da cidade é a atração de empresas de alta tecnologia e de elevada geração de valor agregado.

4.2.10 - Fiscalização das Atividades Empresariais e o Desenvolvimento Econômico

A cidade possui um elevado número de atividades empresariais instaladas, dos mais diversos ramos. Destas empresas são exigidas uma série de adequações e posturas, em um número crescente com o passar dos anos, para possibilitar uma operação segura no município.

Desta forma, os setores de fiscalização devem ser totalmente estruturados, desburocratizados, moderno, proativos e capacitados, em uma postura fiscalizatória orientadora, eficiente, ágil e que facilitem a adequação às normas. Tal estrutura deve ser aprimorada no âmbito da administração municipal, por vezes ainda carente de modernização e padronização dos procedimentos fiscalizadores e reguladores.

Quanto maior for a clareza e a eficiência dos procedimentos, maior a possibilidade de estimular a atração de investimentos, tanto para empresas já instaladas no município como para novas empresas.

4.2.11 - Movimento pendular da população

A cidade de São Caetano do Sul sofre por um movimento pendular bastante acentuado, de residentes que trabalham fora da cidade, e não residentes que atuam no município.

Tal fator gera grande impacto principalmente nas questões de mobilidade, mas também pressiona o custo da mão de obra das empresas instaladas na cidade, que tem dificuldades de preencher suas vagas com pessoas que residem próximo do local de operação da atividade.

A qualidade de vida também é afetada pelo prejuízo à mobilidade urbana, que gera trânsito excessivo em horários de pico, além da produção de poluentes, tendo em vista que grande parcela da população utiliza transporte motorizado para seus deslocamentos.

CONDICIONANTES EXTERNOS

5 - CONDICIONANTES EXTERNOS

O planejamento da estratégia de desenvolvimento econômico sustentável deve prever todas as pressões que o entorno irá causar no território em que se planeja atuar. Como se tratam de pressões futuras, é necessário realizar a leitura dos fatores atuais e quais as tendências para os próximos anos, assim como qual a forma que tal fator pode impactar no município.

Para efeito didático, este mapeamento está dividido através de condicionantes internacionais, nacionais e estaduais e regionais, de acordo com a importância e impactos destas condicionantes no contexto da cidade de São Caetano do Sul.

5.1 - Condicionantes Internacionais

As condicionantes internacionais expressam as perspectivas para o cenário internacional no período dos próximos 10 anos, em cenário moderado, otimista e pessimista.

A análise dos três cenários dentro das perspectivas da cidade de São Caetano do Sul geram uma conclusão, que seria o caminho mais oportuno para a condução estratégica de São Caetano do Sul no período, de acordo com os cenários estimados.

5.1.1 - Emergência e convergência das novas tecnologias: biotecnologia, nanotecnologia, ciências cognitivas e tecnologia da informação;

A economia mundial está passando por grandes transformações, decorrentes, em grande parte, de intensas inovações tecnológicas em processos e produtos que alteram as condições de competitividade entre as nações. A disputa competitiva em escala internacional concentra-se, basicamente, no domínio do conhecimento e da tecnologia, e no diferencial da capacidade dos recursos humanos. Como a capacidade científica e tecnológica é bastante desigual, tendem a se consolidar e mesmo aprofundar as desigualdades entre as nações.

Entretanto, existem vários espaços para os países emergentes e de menor desenvolvimento que criaram uma base mínima de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, como o Brasil. O País conta, comparativamente com seus pares de países em desenvolvimento, com alta competência em algumas áreas de conhecimento fundamentais para a disputa competitiva futura.

Este deslocamento é aderente à noção de sociedade do conhecimento, já que tais economias necessitam de mão de obra intensiva e altamente qualificada, além de estruturas tecnológicas altamente desenvolvidas, girando uma cadeia produtiva de ponta que movimenta grande volume de capital.

Seguem algumas notícias que referenciam o potencial de tais setores na economia brasileira:

Biotecnologia (Fonte: A Gazeta – CUIABA – (MT) – 18/03/2013)

O Brasil ocupa o segundo lugar no ranking de área plantada com transgênicos. Em 2012 a agricultura brasileira foi a que mais impulsionou o crescimento mundial da área plantada com variedades geneticamente modificadas, com ampliação de 21% na comparação com 2011.

A Biotecnologia está em alta. De acordo relatório do sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) publicado no final de 2012, quem trabalha na área está em uma das 11 carreiras da indústria criativa cujos salários estão acima da média nacional. O mercado formal do núcleo de biotecnologia tem rendimento mensal médio de R\$ 4.258, duas vezes e meia maior da média nacional (R\$ 1.733) e o quinto maior entre setores da Indústria Criativa.

O Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil mostra que o setor de Biotecnologia é formado por quase 13 mil empresas e aproximadamente 160 mil profissionais. Destes, 23 mil ocupam posições dentro do núcleo criativo do setor, sendo que apenas os biólogos representam 65% deste número. Dentre as diversas carreiras que uma pessoa pode seguir na área, os biotecnologistas são os que mais se destacam dos demais, com salário médio de R\$8.701.

Nanotecnologia: (Fonte: MCTI – Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação e Guia do estudante Abril)

A tecnologia da manipulação de matéria em nível molecular já afeta ou afetará, em um futuro próximo, setores tão diversos como medicina, agronegócio e energia. O governo brasileiro dá mostras de querer investir no setor, que deve atingir 1,5 trilhão de dólares até 2015, segundo a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. Em agosto de 2013, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação lançou um programa que prevê o investimento de R\$ 450 milhões em dois anos para estimular a união entre universidades e empresas na área da nanotecnologia.

Dados recentes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e empresas de consultoria indicam que o mercado de produtos nanotecnológicos movimentará cerca de US\$ 350 bilhões e, em 2020, estima-se que esse valor será superior a US\$ 3 trilhões.

Tecnologia da Informação: (Fonte: Notícia Site Correio Brasiliense)

O ritmo acelerado de crescimento do setor é consequência da invasão da Tecnologia da Informação (TI) em todas as áreas, desde dispositivos pessoais, como smartphones e tablets, até soluções para grandes corporações, afirma o presidente do Sindicato das Indústrias de Informação e Comunicação do Distrito Federal (DF), Jeovani Salomão. “Nosso mercado passou

de sétimo para sexto maior do planeta. Por isso, as gigantes do setor estão investindo aqui, muito mais do que as empresas nacionais no seu próprio negócio”, observa.

A Microsoft anunciou o novo datacenter da plataforma de serviços Windows Azure, voltada para a infraestrutura de computação em nuvem da companhia em São Paulo, com operação prevista para o primeiro semestre de 2014. Esse é um dos carros-chefes dos negócios da gigante norte-americana na área de serviços e vem registrando crescimento duas vezes acima da média de mercado. A empresa não revela quanto vai aplicar no Brasil, mas os investimentos mundiais na tecnologia somam US\$ 1 bilhão.

O presidente da Microsoft do Brasil, Mariano de Beer, demonstra otimismo com o país, apesar do crescimento inferior à média dos emergentes, da América Latina e do resto do mundo. “Estamos pensando a longo prazo. O mercado brasileiro será um dos maiores na área de tecnologia da informação. Para a Microsoft, já é um dos 10 principais”, revela.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

O desenvolvimento de atividades econômicas de ponta pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.1.2 - Concorrência com Indústria de países orientais - China

As mudanças dos padrões de competitividade e a intensificação do comércio internacional favorecem alguns poucos países com amplo mercado interno e grandes diferenciais competitivos, como os chamados emergentes, que ocupam espaços crescentes na economia internacional. Entre os emergentes (normalmente são citados China, Índia, Rússia e Brasil), a estrela ascendente é a economia chinesa, com acelerada modernização e alto dinamismo.

Ainda conhecida como exportadores de bens de consumo de baixa qualidade, apoiada nos baixíssimos custos da mão de obra, a China investe pesado em tecnologia, copia com competência os processos e produtos do ocidente, e já muda a sua pauta de exportação para produtos de maior complexidade e valor agregado. Para isso se apoia nos investimentos das empresas multinacionais, que transferem parte da sua produção para o país de menor custo de produção do mundo. A expansão da economia chinesa gera pressão sobre os preços internacionais: empurra para baixo os preços dos produtos industrializados de consumo, pela oferta barata e em larga escala, e provoca o aumento dos preços das matérias primas, especialmente petróleo, pelas aceleradas importações.

Segundo o FMI, a expansão da economia chinesa está mudando a estrutura da economia mundial. Isto será reforçado com a emergência da Índia, e passa também por forte integração e modernização. A economia da República Popular da China é a segunda maior do mundo, superada somente pelos Estados Unidos. Seu produto interno bruto (PIB) nominal é estimado em US\$8,2 trilhões (dados de 2012), enquanto seu poder de compra foi calculado em 2012 em pouco mais de US\$12,4 trilhões, mais do que qualquer outro país no mundo, com exceção apenas dos Estados Unidos.

A China é a nação com o maior crescimento econômico dos últimos 25 anos no mundo, com a média do crescimento do PIB em torno de 10% por ano. A renda per capita da China tem crescido cerca de 8% ao ano em média nos últimos 30 anos e mais 15 em média aos 25 anos de exportação. Segundo o portal de notícias G1, o Produto Interno Bruto (PIB) da região, que inclui a China, Tailândia, Vietnã, Indonésia, Malásia, Filipinas e Camboja, cresceu entre 7 e 9% de 2011 a 2014, e chegou a crescer quase 10% em 2010, segundo as estimativas do Banco Mundial (BM), com sede em Washington.

A indústria e a construção representam 48% do PIB chinês. Cerca de 8% de todos os produtos manufaturados do mundo são fabricados na China. A China está na terceira posição dos países que têm maior produção industrial. Entre as grandes indústrias chinesas encontram-se as indústrias de mineração e de beneficiamento de minérios, de ferro e aço, alumínio, carvão mineral, a indústria de maquinaria, a indústria bélica, a indústria têxtil, e de vestuário, a indústria petroquímica, a indústria química, incluindo fertilizantes, a indústria alimentícia, a indústria automotiva e de outros meios de transporte, incluindo a ferroviária, a marítima e a aérea, a indústria de bens de consumo, tais como as indústrias de calçados, brinquedos e eletrônicos, a indústria de telecomunicação e de tecnologia de informação.

O comércio exterior total da China excedeu 2,4 trilhões de dólares em 2008. O comércio chinês quebrou a marca dos 100 bilhões de dólares pela primeira vez em 1988, a marca dos 200 bilhões de dólares em 1994, e de um trilhão em 2004.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

Estimular o fortalecimento das atividades econômicas de ponta pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.1.3 - Consolidação da “sociedade do conhecimento” / “Economia criativa”

“Economia Criativa” é uma expressão de uso relativamente recente. Grande parte dos estudos e publicações sobre o tema, muitas vezes empregado como “Economia do Conhecimento”, datam dos últimos 5 anos.

Durante o processo econômico mundial, tivemos a evolução de uma economia essencialmente agrícola para a industrial. Atualmente, podemos dizer que, além da industrial, temos a “economia do conhecimento”, pois a sociedade que tem acesso à informação pode tanto dominar setores como desenvolvê-los (Andriani & Zomer, 2002). Define-se, então, que a sociedade do conhecimento tem como ponto central o “saber”.

A nova economia, ou economia baseada em conhecimento, não se refere somente às indústrias de software, computação ou biotecnologia, ou a tecnologias da informação e a internet. Trata-se também de novas fontes de vantagens competitivas como a capacidade de inovar e criar novos produtos, explorar novos mercados através da intensificação dos processos de globalização e aumento dos fluxos de negócios em serviços e comércio.

A economia baseada em conhecimento desloca o eixo da riqueza e do desenvolvimento de setores industriais tradicionais – intensivos em mão-de-obra, matéria-prima e capital – para setores cujos produtos, processos e serviços são intensivos em tecnologia e conhecimento.

No âmbito da “Economia Criativa” ou “Sociedade do Conhecimento”, ideias, imaginação, criatividade e inovação aplicam-se a quaisquer segmentos da economia, ou seja, a qualquer atividade econômica. Portanto, este envolve obrigatoriamente todos os serviços relacionados ao conhecimento e à capacidade intelectual, não se limitando, apenas, às chamadas “Indústrias Criativas” ou “Indústrias Culturais”, mas abrangendo diversos outros ramos como o da educação, atividades científicas, pesquisa e desenvolvimento, além dos conceitos originais de Direitos Autorais, Patentes, Marcas Comerciais e Design.

Para efeito demonstrativo da crescente importância da consolidação deste modelo de sociedade para as economias, o comércio dos bens intangíveis (habilidades, capacidades, saber, software, patentes, etc.) representa quase um terço do comércio internacional e tem aumentado a uma velocidade bem mais rápida que o comércio de bens tangíveis (carros, aviões, eletrodomésticos, computadores) – (Goldfinger, C., “L’utile et le futile – L’économie de l’immatériel”, Editions Odile Jacob, Paris, 1994).

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

O desenvolvimento de atividades econômicas de ponta pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.1.4 - Sustentabilidade Ambiental – novas matrizes energéticas

A modificação das fontes energéticas da população mundial certamente sofrerá alterações nos próximos 10 anos. Se as mudanças não ocorrerem dentro deste período, certamente as diretrizes para as mudanças se darão. Com as mudanças climáticas já sentidas pela população, a pressão sobre os governos impulsiona o debate e força as situações de mudanças.

Além disso, o próprio mercado de combustíveis fósseis tem problemas internos complexos, que envolvem governos ditatoriais, dificuldade de acessar as reservas ainda existentes, expansão da demanda e carteis internacionais. Isto se reflete em um mercado com previsibilidade de curto prazo, volatilidade dos preços e ameaças de desabastecimento. Como exemplo, em apenas dois anos a cotação do barril de petróleo saltou de cerca de US\$ 24,84 dólares, em 2002, para quase US\$ 70 dólares em 2004. Os altos preços de petróleo provocam pressão inflacionária nos grandes consumidores, especialmente Estados Unidos e Europa, que podem interromper o ciclo de crescimento devido a movimentos de retração da economia.

As novas matrizes energéticas já vem ganhando força nos contextos econômicos. Já existem financiamentos direcionados a estes mercados, e a legislação vem se adaptando à nova realidade.

Um exemplo emblemático é a questão dos créditos de carbono. O Protocolo de Kyoto criou um sistema, chamado de MDL- Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, através do qual os países podem comprar direitos de emissão a países em desenvolvimento e emergentes que realizem uma redução da emissão ou retirada de gás da atmosfera através de projetos ambientais. O tamanho dessa redução ou retirada de gás constitui “créditos de carbono” que podem ser negociados amplamente num mercado mundial. Este mercado cresce bastante nos últimos anos e mesmo empresas de países não signatários do Protocolo, como os Estados Unidos, estão comprando créditos de emissão. Em 2004 teriam sido negociados US\$ 600 milhões de créditos. Embora não sejam muito imprecisas, estimativas indicam um movimento anual de título de crédito de carbono flutuando entre US\$ 5 e US\$ 17 bilhões de dólares, a partir de 2010, podendo saltar para US\$ 20 bilhões por ano, quando os mecanismos estiverem devidamente definidos e aceitos.

Atualmente, cerca de 20% da energia gerada e consumida no mundo são provenientes de fontes limpas (dados de 2011), sendo que este número tende a crescer, através de iniciativas como da cidade de Munique. A terceira maior cidade da Alemanha, Munique, pretende suprir, até 2025, a demanda de eletricidade totalmente com energia renovável. Serão produzidos cerca de 7,5 bi de quilowatts hora de energia renovável para atender a população de mais de um milhão de habitantes existente na cidade.

Como exemplo de energia renovável, de acordo com o Instituto Alemão de Energia Eólica, até 2012 as instalações dessa forma de geração de eletricidade devem praticamente triplicar no mundo todo.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

O desenvolvimento de atividades econômicas de ponta para energias renováveis pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.1.5 - Demanda nacional e mundial de commodities

Sendo o Brasil um grande exportador de commodities mundial (alimentos, minerais e combustíveis), com matriz econômica fortemente fundada na produção e exportação deste tipo de produto, variações do mercado externo de demanda destas commodities tem alto potencial de afetar fortemente o que hoje é sustentáculo da economia brasileira. Certamente as variações deste mercado refletem em alterações em toda a cadeia econômica nacional, podendo afetar positivamente ou negativamente microeconomias como a de São Caetano do Sul.

O fator das commodities deve ser considerado em qualquer análise pois com a inserção ao capitalismo de milhares de pessoas no eixo oriental do planeta (em especial China e Índia), que passam por um processo acelerado de êxodo rural e aumento do consumo de alimentos e recursos minerais e energéticos, o papel das commodities continuará a ser central. Além disso, estes países iniciam um movimento de influência sobre países da África, para serem fornecedores destes materiais, e assim a preponderância do Brasil neste mercado pode passar por alterações significativas.

Segundo a Organização Mundial do Comércio, o Brasil registrou em 2010 o maior crescimento, entre as maiores economias, das exportações de recursos naturais na década, apesar das promessas de políticas para garantir um aumento no valor agregado das vendas nacionais. O País já o quinto maior fornecedor de produtos primários para a China e avançou mais que qualquer outra economia no setor.

A OMC constatou que o comércio de recursos naturais volta a dominar um quarto do fluxo internacional de bens, taxa que não era vista desde 1950. No caso do Brasil, o país é o 29º colocado entre os maiores exportadores de recursos naturais do mundo em 2010. Mas ampliou suas vendas em 23,7% em média ao ano na década, a maior taxa entre as 30 principais economias. Só em 2008, aumentou suas vendas em 32% e totalizou US\$ 51 bilhões em vendas. Em 2010, 26% das exportações nacionais foram de bens primários, sendo 12% no setor de minérios.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

O desenvolvimento de atividades econômicas de ponta pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.1.6 - Fortalecimento dos Organismos Internacionais

São vários os organismos internacionais atualmente existentes, que a cada ano vem tendo papel mais diferenciado no contexto internacional, e por consequência afetando as economias e instituições internas dos países.

A participação nestas entidades garante o exercício de influência internacional e, em muitos casos, fazer valer os interesses nacionais no contexto internacional. Podemos citar como potenciais resultados na participação ativa nestas entidades: participação em programas e projetos internacionais (dos mais diversos tipos), promover e receber missões comerciais e institucionais, estar em contato com novas informações e conhecimentos e potencial em receber investimentos diretos.

Várias organizações internacionais, como a ONU e todas suas ramificações, tem uma atuação focada nas questões de desenvolvimento dos países. Já outras, como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização Mundial do Comércio tratam das questões mais direcionadas às economias, mas sempre com vias de promoção do desenvolvimento. Portanto, percebemos uma grande aderência de temas que tratam várias organizações internacionais em relação aos temas tratados por este PLANO, e que possuem grande capacidade de influenciar o contexto econômico da cidade de São Caetano do Sul.

Seguem Organizações Internacionais de inserção internacional das cidades:

- United Cities and Local Governments - UCLG
- Rede de Mercocidades
- Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais
- International Union of Local Authorities - IULA

Seguem Organizações Internacionais que promovem o desenvolvimento econômico através de realização de investimentos (empréstimos, fundo perdido, entre outras modalidades), que podem ser exploradas por cidades com perfil como a de São Caetano do Sul:

- Banco Mundial – BIRD
- Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
- United States Trade and Development Agency - USTDA
- Corporação Andina de Fomento/ Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF
- Global Environment Facility – GEF
- Japan Bank for International Cooperation – JBIC
- Kreditanstalt Für Wiederaufbau – KfW
- Agência Francesa De Desenvolvimento – AFD

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

Ter uma participação ativa no contexto internacional pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.1.7 - América Latina - Processos de Integração e contexto mundial

A integração comercial regional apresentou avanços iniciais, com a formação do MERCOSUL, reunindo um pequeno número de países vizinhos, mas com ambição de constituir um mercado comum. Apesar de estagnado e mesmo com alguns retrocessos importantes, o MERCOSUL ainda representa um acordo coletivo regional de livre comércio com entendimentos para avançar na direção da união aduaneira. Dificuldades internas em alguns países membros e, principalmente, diferença de política macroeconômica e desnível de competitividade entre os sócios, ameaça até mesmo os entendimentos de livre comércio.

O continente já passou pela possibilidade de integração através da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. A proposta da ALCA envolveu grande número de países e o mais amplo mercado do mundo na atualidade, o norte-americano, e tratou apenas de liberação comercial. A proposta foi negada mas indicou uma vontade, de setores econômicos destes países, de aumentarem a integração econômica.

Na ausência de acordos abrangentes como a ALCA, tem havido uma tendência de vários países assinarem acordos bilaterais. À medida que avançam os acordos bilaterais, as negociações globais para formação dos blocos retraem-se, mas a integração econômica se amplia.

Quanto à questão da integração físico-territorial do continente Sul Americano, ela se mostra baixa, com deficiência nos sistemas de transporte entre os países, principalmente do Brasil com os países andinos. Esta desarticulação, que se reflete na limitada relação comercial, é resultado das características geográficas da região, da natureza da articulação mundial das economias, e dos vazios demográficos e econômicos entre os países, que não formam escala para oferta de bens e serviços nas áreas interiores da América do Sul. Nos últimos anos, cresce a preocupação dos países da América do Sul, inclusive o Brasil, com a integração da infraestrutura econômica, como forma de integração econômico-comercial e cultural.

A IIRSA – *“Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana”* - é uma resposta dos países da América do Sul a esta falta de integração, ao identificar e implementar projetos de infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações que promovam o desenvolvimento territorial integrado do subcontinente. Criada em 1997, a IIRSA é um foro de diálogo entre as autoridades dos países da América do Sul para viabilizar os investimentos necessários à integração. Define dez eixos de integração divididos em projetos, e prioriza 31 projetos com investimento total de US\$ 5,2 bilhões. Para o Centro-Oeste, o eixo mais importante é o Interoceânico Central que integra o Pacífico ao Atlântico e se desdobra em cinco agrupamentos de projetos, como mostra o mapa 5, na página seguinte.

A motivação central da IIRSA é a integração econômica e cultural dos países da América do Sul, embora possa ajudar também a viabilizar a saída para o Pacífico, especialmente interessante para o Brasil e para o Centro-Oeste. Em todo caso, considerando os elevados investimentos necessários e os custos de transporte, a exportação pelo Pacífico é viável apenas para produtos

de alto valor agregado; os custos seriam muito altos para transporte de commodities, mesmo com ferrovias, à medida que teria que subir até 4.000 metros.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

A ampliação da integração com estas economias pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.1.8 - Outros fatores de Condicionantes Internacionais

Seguem condicionantes internacionais importantes para os próximos 10 anos, que deverão ser monitoradas a fim de averiguar se deverão ou não receber um plano de respostas da cidade de São Caetano do Sul, tanto para mitigar riscos como para potencializar os benefícios:

- Imprevisibilidades na liquidez do mercado internacional
- Demografia global: forte crescimento populacional nos países subdesenvolvidos, envelhecimento da população nos países desenvolvidos, aumento da população urbana e restrições aos fluxos migratórios
- Pressões antrópicas provenientes dos países emergentes (principalmente China e Índia) e desenvolvidos (EUA), com impacto sobre recursos hídricos e mudanças climáticas
- Redução dos bolsões de pobreza (Ásia) e crescimento das desigualdades (entre os países e internamente nos vários países)
- Consolidação da sociedade de risco: instabilidade financeira e política, economia da contravenção, riscos relacionados a epidemias, acidentes nucleares e ataques terroristas
- Perda de posição relativa da América Latina frente às outras regiões do globo: perda de competitividade, queda do ritmo de crescimento, aumento das desigualdades e tensões sociais.

5.2 - Condicionantes Nacionais e Estaduais

As condicionantes nacionais e estaduais expressam as perspectivas para o Brasil e para o Estado de São Paulo no período dos próximos 10 anos, em cenário moderado, otimista e pessimista.

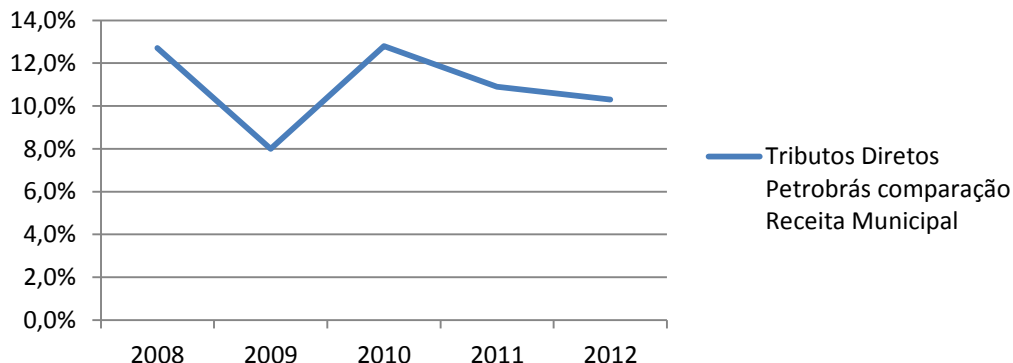
A análise dos três cenários dentro das perspectivas da cidade de São Caetano do Sul geram uma conclusão, que seria o caminho mais oportuno para a condução estratégica de São Caetano do Sul no período, de acordo com os cenários estimados.

5.2.1 - Potencial perda de receitas da Petrobrás

A cidade tem uma importante fonte de receita tributária originária da operação da Petrobrás no município. A Petrobrás tem uma enorme rede de dutos e tubulações de óleo e gás em toda a região, cujo faturamento é todo realizado no município de São Caetano do Sul, gerando uma grande contribuição no Valor Adicionado do município, revertendo assim em maior repasse de ICMS para a cidade. Para uma cidade que tem um crescimento de receitas negativa em comparação com o crescimento da população, a importância destas receitas passa a ser considerada ainda mais relevante.

Segundo a evolução histórica demonstrada no gráfico abaixo, o peso da contribuição da Petrobrás para com o faturamento da cidade é constante, variando entre 8% e 13% em 5 anos de verificação (2008 a 2012).

Gráfico 29 - Tributos recolhidos pela Petrobras comparação Receita Municipal – 2009 a 2012



Fonte: GISS Online, DIPAM, SmarTB. Consolidação: SEDERT - Centro Infs Econômicas SEDERT

**O valor é uma estimativa da contribuição gerada pelo Valor Adicionado da empresa em relação ao repasse do ICMS realizado pelo Governo do Estado de São Paulo*

Tendo em vista o representativo valor gerado pelas receitas da Petrobrás, outros municípios da região que também são caminho dos dutos da Petrobras reclamam pela divisão do imposto entre os municípios. São muitos os argumentos legais que amparam a continuidade do faturamento em São Caetano do Sul e também que clamam por outra divisão deste faturamento entre as cidades. O fato é que nos próximos 10 anos esta questão haverá de ser decidida, com a Prefeitura de São Caetano do Sul correndo o risco de perder uma parcela expressiva de seu faturamento total, o que poderá impactar decisivamente a arrecadação municipal.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

Criar estímulos para a atração de empresas que geram grande contribuição de tributos pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.2.2 - Reconfiguração econômica e espacial - desindustrialização

A reconfiguração econômica são os movimentos realizados pelos investidores, que buscam instalar suas operações em locais mais competitivos e rentáveis aos negócios.

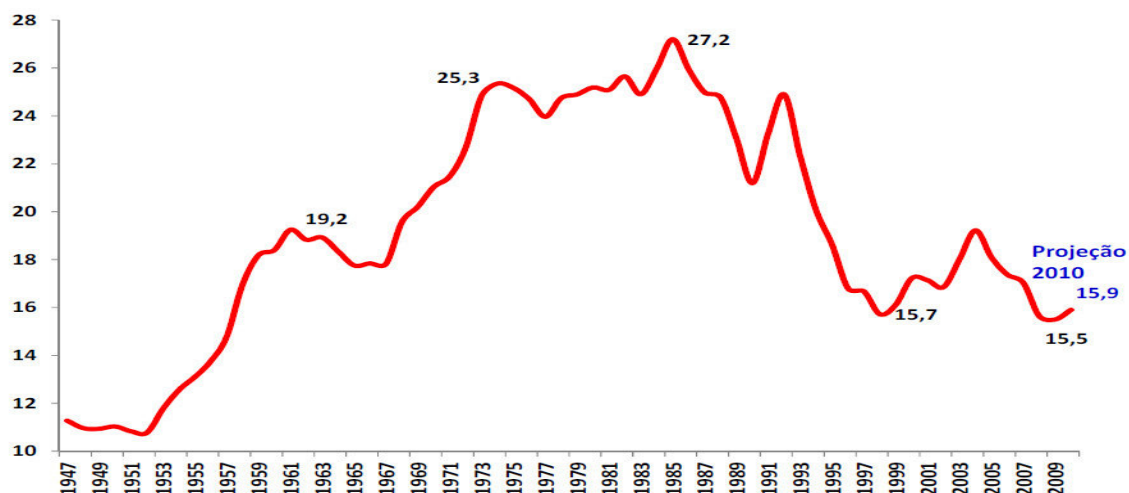
Como três exemplos emblemáticos, podemos citar:

- O Brasil passa por movimentos muito fortes no agronegócio, com a expansão das fronteiras da soja para o Sul e Norte do país,
- O Estado de São Paulo passa por um movimento muito forte na questão industrial, com a ida das indústrias para as cidades do interior do estado ou para outros estados da Federação, assim como a substituição de produtos fabricados no Estado por produtos importados
- As cidades próximas às reservas do Pré-sal estão recebendo um forte movimento do setor imobiliário e de empresas ligadas à cadeia do petróleo e Gás

No contexto da cidade de São Caetano do Sul, o movimento que merece maior atenção é o da desindustrialização da região metropolitana de São Paulo. As pressões para a saída das indústrias nos grandes conglomerados urbanos é enorme, sendo a questão de concorrência de espaços com moradores, dificuldade de escoamento e circulação de caminhões, sindicatos e custos de operação os mais emblemáticos. A estes fatores somam-se a falta de competitividade em relação ao mercado internacional, muito apontada pela questão cambial, que promove a substituição da produção nacional por produtos importados.

Como dados da desindustrialização do país em forma geral, o PIB (Produto Interno Bruto) de 2011 cresceu 2,7%, enquanto o setor industrial cresceu 1,6% e a indústria de transformação vergonhosos 0,1%. O número de empregos nesta área vem caindo: representavam 21,2% em relação ao emprego total em 1992, e baixaram para 18% em 2010.

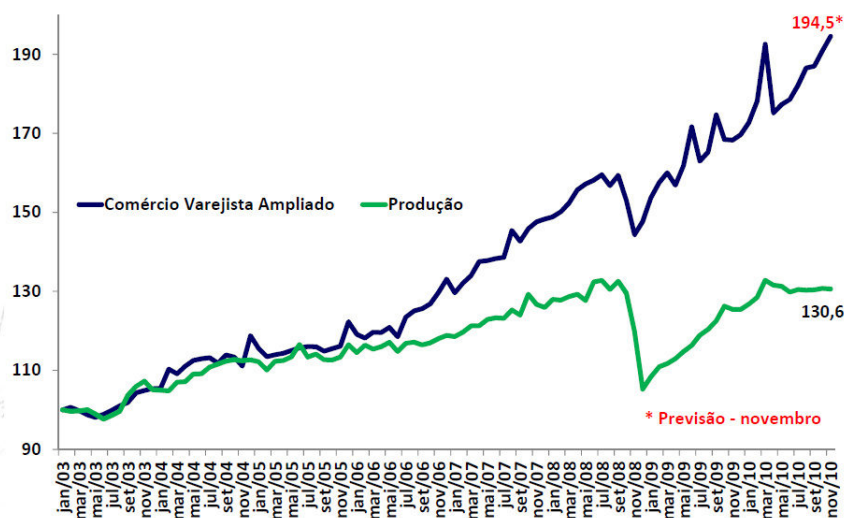
Gráfico 30 - Evolução do Valor Adicionado da Indústria de Transformação sobre o PIB (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: FIESP Depecon

Observa-se também o descompasso entre o comércio e a produção industrial, o que identifica um forte processo de substituição de produtos nacionais por produtos importados.

Gráfico 31 - Índices de Comércio e Produção Industrial – (Quantum janeiro 2003=100)



Fonte: PMC e PIM –PF, IBGE. Elaboração: FIESP Depecon

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

Criar estímulos para manter as indústrias e atrair atividades de alto faturamento pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.2.3 - Aumento da relevância das Empresas de Serviços

O país, nos últimos anos, vem passando por um processo de alto crescimento do setor de serviços. Em relação ao final de 2008 até o início de 2013, o PIB do setor de serviços aumentou 11,6%, enquanto o PIB brasileiro cresceu 9,3% (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI 2013).

Outro fator que demonstra a importância relativa deste setor na economia nacional é a medição do crescimento das empresas classificadas como de “alto crescimento” (aquelas que aumentaram em 20% ao ano o número de empregados, por um período de três anos). Segundo o IBGE, o setor de serviços no país representou 30,7% do valor gerado entre as empresas assim classificadas.

Segundo especialistas, “a especialização do trabalho é tendência mundial e, agora, está mostrando toda a sua força e potencial para gerar mais riqueza, empregos e impostos no Brasil” (Vander Morales, membro do Conselho Deliberativo da Central Brasileira do Setor de Serviços – CEBRASSE).

Os dados e análises disponíveis não demonstram que o país já esteja na curva que determina a mudança do centro produtivo de industrial para o de serviços, como ocorreu em países desenvolvidos. Várias questões estruturais são apontadas para o problema do não crescimento industrial, e este não é objeto desta análise. O fato a ser apontado é que o setor de serviços vem ganhando força nacional, e a estimativa é que mantenha uma tendência de alta no médio e longo prazo.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

A cidade se estruturar para receber empresas de alto valor agregado pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.2.4 - Capacidade de investimentos setor público

Os investimentos são aquém tanto em áreas de infraestruturas de mobilidade (estradas, portos, aeroportos), de comunicação (antenas, satélites, fibra ótica), saúde (hospitais, postos de saúde, médicos), segurança (sistemas de segurança, carros, mão de obra), entre vários outros.

Os investimentos nestas áreas garantem a manutenção dos sistemas, e o não investimento ou sub investimentos promovem o sucateamento das estruturas já instaladas. Desta forma, o

futuro do país e do Estado de São Paulo está muito vinculado à capacidade de investimentos, que irão refletir nos municípios, que são onde estes investimentos se materializam.

Estudo do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos) calcula em R\$ 985,4 bilhões a defasagem entre a infraestrutura de transporte do Brasil e a dos Estados Unidos. O que significa que, investindo R\$ 100 bilhões por ano, o país levaria quase uma década para alcançar o padrão atual americano. Um problema destacado pelo especialista Paulo Fleury, diretor do Ilos, é a grande participação do modal rodoviário na infraestrutura de transporte nacional.

Os gastos vêm caindo nas três últimas décadas. Entre 2001 e 2011, o Brasil investiu, em média, apenas 2,15% do PIB no setor, somando R\$ 595 bilhões. Desse total, 59% foram para o já privatizado setor de telecomunicações. Os modais rodoviário e ferroviário receberam 26% – o que representa R\$ 155,7 bilhões, mais do que os R\$ 133 bilhões do pacote atual –, enquanto portos e aeroportos receberam 3,3%.

Na década encerrada em 2000, a fatia para infraestrutura chegou a 2,29%, um recuo ante os 3,62% entre 1981 e 1989. O auge de aportes ocorreu entre 1971 e 1980 – 5,42% do PIB –, antes da crise financeira e fiscal dos anos 80. Em resumo, há mais de 20 anos a taxa de investimento em infraestrutura oscila de 2% a 2,5% do PIB por ano.

Tabela 13 - Crescimento anual da infraestrutura em setores selecionados 1951 a 2002

Setor	1951-1963	1964-1980	1981-1993	1994-2002
Ferrovias	-0,3	-1,6	1,0	-0,5
Energia Elétrica	9,8	9,8	4,1	3,8
Rodovias Pavimentadas	23,9	16,0	4,9	1,5
Telefonia	6,8	11,2	6,9	22,9

Fonte: BNDES

O Brasil precisaria investir R\$ 2,5 trilhões adicionais nos próximos 25 anos para dobrar o nível de investimentos no setor dos atuais 2% para 4% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo cálculos do economista Cláudio Frischtak, da Inter.B Consultoria.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

Consolidar um corpo especializado para gerenciamento e captação de recursos pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.2.5 - Universalização das telecomunicações, massificação dos computadores, da Internet e da conectividade

Para melhor compreensão deste importante cenário, faz-se necessário problematizar melhor o termo conectividade. O termo pressupõe a existência tanto de um conjunto particular de tecnologias, as TIC (internet e a multiplicidade de infraestruturas de telecomunicação, hardwares e softwares associados), quanto uma determinada configuração do espaço e do hiperespaço social capaz de garantir a produção, a disponibilização e o “consumo/acesso” de informação, conhecimento e ideias, em fluxos livres e transparentes, sem barreiras e em redes abertas de interação e inovação social.

Do ponto de vista do impacto econômico e social que a expansão da conectividade pode gerar, pode-se observar:

“Conectividade de internet já alterou muitos aspectos da vida dos indivíduos nas economias desenvolvidas: criando novas formas de comunicação e socialização, novos modelos de negócios e formas mais eficientes de operação de empresas e resultado de trabalho dos empregados. Inovações como mídias sociais, ferramentas de pesquisa e sites de compra na internet, assim como a convergência destas plataformas com praticamente todas as atividades existentes vem permeando a sociedade e impactando produtividade, crescimento econômico e geração de novos negócios. Estas plataformas também alteraram a forma com a qual serviços públicos como saúde e educação são fornecidos e compartilhados. Muitos governos vem reconhecendo o papel do acesso à internet para viabilização de atividades econômicas e desenvolvimento social, e vem promovendo planos ambiciosos para promover investimentos neste acesso, como por exemplo o Plano Nacional de Banda Larga nos Estados Unidos e a Arena Digital na Europa.”¹²

Além destes pontos: “Permitindo que pessoas e empresas dividam informações sem barreiras, a expansão do acesso à internet pode conduzir para uma avanço fundamental na estrutura das economias ao redor do mundo. Enquanto muitas economias se mantêm dependentes de agricultura e de recursos naturais, a internet pode deslançar uma economia baseada no conhecimento. Pessoas e empresas dos países em desenvolvimento deveriam ter maior acesso à informação, e a habilidade de desenvolver expertise e adotar novos modelos de negócios, também alterando o balanço de empregos dentro da economia”(Idem)

Problematizado o tema conectividade, entremos no centro da questão deste cenário. Os governos (Federal e Estadual) possuem uma série de programas de incentivos para

¹² Valor da conectividade e os benefícios econômicos e sociais na expansão do acesso à internet – tradução livre. Disponível em: <http://www2.deloitte.com/br/pt/pages/technology-media-and-telecommunications/articles/valor-conectividade.html>

modernização das infraestruturas de telecomunicações do país e do Estado de São Paulo. A consolidação destes investimentos possui alto impacto nacional, tanto na eficiência da transmissão de dados como na integração maciça de usuários à estas novas estruturas, com fortes repercussões sobre a formação do capital humano e o processo produtivo.

A região Metropolitana de São Paulo é emblemática quanto à evolução destes investimentos no contexto nacional e estadual, pois nela está a maior concentração populacional do país e trata-se da economia mais preponderante, com destaque nas áreas financeiras, altamente demandantes deste tipo de tecnologia.

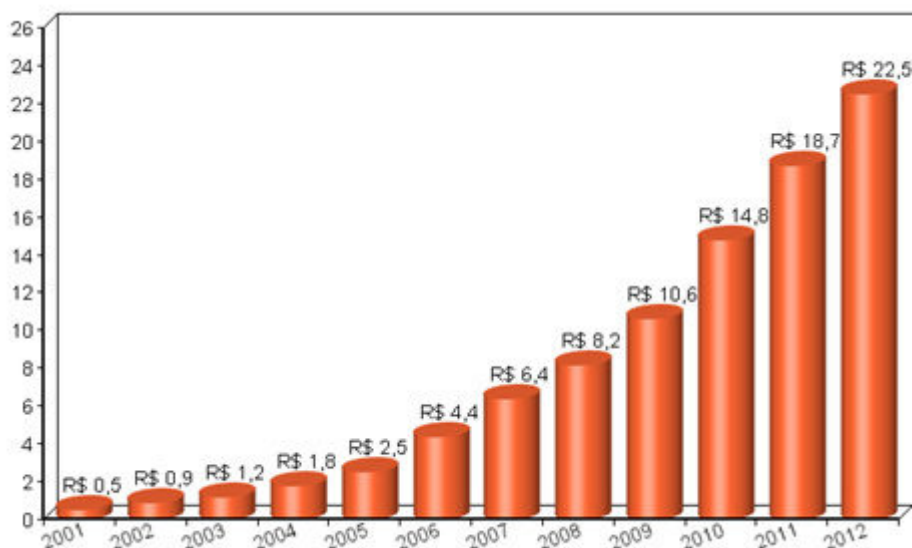
Segundo o Ibope Media, o país possuía em 2013 aproximadamente 105 milhões de internautas, sendo o Brasil o 5º país mais conectado. De acordo com a Fecomércio-RJ/Ipsos, o percentual de brasileiros conectados à internet aumentou de 27% para 48%, entre 2007 e 2011. O principal local de acesso é a lan house (31%), seguido da própria casa (27%) e da casa de parente de amigos, com 25%.

Segundo a mesma pesquisa, em 2013 cerca de 57,2 milhões de usuários acessam regularmente a Internet. 38% das pessoas acessam à web diariamente, 10% de quatro a seis vezes por semana, 21% de duas a três vezes por semana e 18% uma vez por semana. Assim, 87% dos internautas brasileiros entram na internet pelo menos uma vez por semana. Segundo Alexandre Sanches Magalhães, gerente de análise do Ibope/NetRatings, o ritmo de crescimento da internet brasileira é intenso. A entrada da classe C para o clube dos internautas deve continuar a manter esse mesmo compasso forte de aumento no número de usuários residenciais.

Quanto ao tempo médio de navegação, em julho de 2009, o tempo foi de 48 horas e 26 minutos, considerando apenas a navegação em sites. O tempo sobe para 71h30m se considerar o uso de aplicativos on-line (MSN, Emule, Torrent, Skype etc). A última marca aferida foi de 69 horas por pessoa em julho de 2011.

Já em relação ao comércio eletrônico, em 2008 foram gastos R\$ 8,2 bilhões em compras on-line. Em 2009, mesmo com crise, foram gastos R\$ 10,6 bilhões. 2010 fechou com R\$ 14,8 bilhões, atingindo 1/3 de todas as vendas de varejo feitas no Brasil. Em 2012 foram gastos 22,5 bilhões. Ainda assim, apenas 20% dos internautas brasileiros fazem compras na internet. Aqueles que ainda não compram, não o fazem por não considerar a operação segura (69%) ou porque não confiam na qualidade do produto (26%).

Gráfico 32 - Faturamento anual do e-commerce no Brasil (em bilhões)



Fonte: EBIT

Em relação ao acesso à banda larga, em 2008, o Brasil atingiu a meta de 10 milhões de conexões um ano e meio antes do previsto. Em 2013, 27 milhões de usuários já tinham banda larga. A cada 2 segundos, 3 novas conexões são ativadas. Quanto ao volume de dados, o incremento foi de 56 vezes de 2002 até 2007. E a projeção é de um aumento de 8 vezes até 2012. O número de conexões móveis cresceu de 233 mil (em 2007) para 7,2 milhões em 2013. A projeção é de 9,3 milhões em 2014, superando os 15 milhões depois dos Jogos Olímpicos. Segundo pesquisa, 13% dos internautas brasileiros tem uma velocidade de banda larga de 128 a 512 Kbps, 45% tem 512 Kbps a dois Mbps e 27% usa 2 Mbps a 8 Mbps.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

O estímulo para instalação das infraestruturas e projetos de telecomunicação pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.2.6 - Expansão dos serviços de educação e de Ciência & Tecnologia e Inovação

O Brasil possui um deficit educacional muito substancial , assim como investimentos em pesquisa e tecnologia (P&D). Como no país grande parte da pesquisa é realizada dentro de universidades, ambos os setores caminham com grande proximidade.

De acordo com os dados da Pintec, os gastos em atividades internas de P&D alcançaram R\$ 24,24 bilhões em 2011. Parece uma cifra alta, mas é pouco em relação ao volume total do PIB, quesito no qual a evolução é pequena.

Apesar de ter evoluído em relação aos números do ano 2000, quando a cifra era de 0,37%, a participação está quase no mesmo patamar desde 2005, quando chegou a 0,54%, aumentando um pouco para 0,58% em 2008 e 0,59% em 2011.

A título de comparação, nos Estados Unidos a participação do P&D no PIB fica em 1,83% e na Zona do Euro em 1,34%. Na economia americana, a participação caiu de 2008, quando era de 1,97% e na eurolândia a alta foi pequena, de apenas 0,10 ponto percentual.

Contudo, alguns fatores como a exploração do pré-sal e perspectiva de aumento de investimentos para as áreas de educação e P&D, amplia-se a capacidade do país em modernizar sua economia, promovem maior competitividade das empresas nacionais no contexto mundial.

Na diversidade territorial do país e pela caracterização econômica de cada região, há grande possibilidade do desenvolvimento de polos regionais de conhecimento, de acordo com as características de cada região.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

Criar estímulos para ser ou participar com preponderância de polos regionais de conhecimento pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.2.7 - Aumento da relevância da questão ambiental

Esta questão já foi tratada no capítulo de condicionantes internacionais, mas merece atenção também para as dinâmicas nacionais e estaduais.

O Brasil passa por um momento de crescimento da consciência e dos movimentos pró meio ambiente e sustentabilidade, particularmente em torno da poluição e dos recursos hídricos. Parte da solução destas questões passa por investimentos em pesquisa e na produção de novas tecnologias, portanto mesmo locais afastados dos polos de produção podem ter papel preponderante neste processo.

Outra questão fundamental é a sinalização do Brasil quanto à questão do Petróleo – irá investir seus recursos para acessar as fontes do pré-sal, ou irá investir seus recursos para pesquisa e produção de fontes alternativas de energia? Os recursos são limitados, portanto há a expectativa de que não é possível realizar ambas de forma totalmente positiva, portanto há um período de indefinição atual, que certamente nos próximos 10 anos será definida e direcionada.

Tal decisão afeta toda uma cadeia produtiva já instalada que suporta a atividade do petróleo e gás, e também toda uma nova geração de empresas que atuam nos ramos de energia renovável.

Além da questão de combustíveis, entra neste debate as emissões de poluentes e o tratamento de resíduos, em que as regulamentações hoje sendo implantadas já terão exercido seus efeitos nos próximos 10 anos.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

A adaptação às demandas ambientais (emissões, resíduos e energia) pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.2.8 - Amadurecimento político da sociedade e modernização pública

O Brasil pode ser considerado, se comparado aos países desenvolvidos, uma nação ainda jovem, cuja sociedade ainda está construindo e fortalecendo instituições democráticas e republicanas. O amadurecimento da sociedade nestes quesitos gera um novo patamar de participação cívica, através de um monitoramento mais eficiente dos governos e envolvimento ativo nas questões sociais das mais diversas vertentes, o que inclui as questões econômicas.

As administrações públicas também passam por processos de modernização constantes, e legislações como “Lei de Reponsabilidade Fiscal” e “Lei da Transparência” são exemplos de que os governos também passam por mudanças profundas em suas estruturas, a fim de satisfazer as demandas da sociedade que representa.

Reflexo disso são iniciativas de transparência realizadas no próprio município de São Caetano do Sul, que foi o mais bem colocado da região do ABC no Ranking Nacional dos Portais da Transparência (2015), avaliação esta desenvolvida por representantes do MPF, Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), Banco Central, entre outras instituições de controle e fiscalização

Nesta pesquisa, que demonstra de forma efetiva a mudança de paradigma demandada pela sociedade civil, foram avaliadas todas as 5.568 cidades brasileiras, os 26 Estados e o Distrito Federal, sendo que a cidade obteve nota 7,3 (média brasileira de 3,91) e ocupou a 40ª colocação entre os 645 municípios do Estado de São Paulo.

Com o acesso às novas tecnologias pelas administrações públicas, os governos passam a ter maior capacidade de gestão e rastreamento sobre suas administrações, aumentando a eficiência da máquina administrativa, assim como provendo à sociedade maior quantidade de informações em relação à operação das estruturas. A modernização pública demanda tanto novas

tecnologias como uma nova postura do funcionalismo, que deve se adaptar à nova realidade estrutural das instituições.

A própria sociedade, com o amadurecimento que promove o acesso às novas tecnologias e às informações, passa a exigir muito mais das administrações públicas, em um ciclo que pode ser considerado virtuoso: quanto mais acesso e informação, mais é exigido eficiência, para geração de mais acesso e informação. O país ainda é jovem nestes quesitos, mas tais movimentos tem grande potencial de pressionar os governos e administrações públicas para aumentarem a eficiência de suas administrações.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

A modernização da administração pública municipal (eficiência e transparência) pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

Seguem condicionantes nacionais e estaduais importantes para os próximos 10 anos, que deverão ser monitoradas a fim de averiguar se deverão ou não receber um plano de respostas da cidade de São Caetano do Sul, tanto para mitigar riscos como para potencializar os benefícios:

- Transições na demografia nacional: envelhecimento da população, crescimento urbano e dos fluxos migratórios, com mudanças no perfil das demandas sociais, na distribuição territorial e na estrutura do mercado de trabalho;
- Consolidação da estabilidade monetária e da responsabilidade fiscal como valores sociais.

5.3 - Condicionantes Regionais

As condicionantes regionais expressam as perspectivas para a região Metropolitana de São Paulo, em especial a faixa que compreende a região do Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) no período dos próximos 10 anos, em cenário moderado, otimista e pessimista.

A análise dos três cenários dentro das perspectivas da cidade de São Caetano do Sul geram uma conclusão, que seria o caminho mais oportuno para a condução estratégica de São Caetano do Sul no período, de acordo com os cenários estimados.

5.3.1 - Mobilidade Urbana regional e Gargalos logísticos

A mobilidade urbana da região metropolitana de São Paulo já é considerada, pela maioria das cidades que compõe esta conurbação, um dos principais desafios das próximas décadas. Com

um país que historicamente estimulou o transporte individual em detrimento da alternativa de transporte público, a região metropolitana acaba sendo uma das mais impactadas do país em relação à esta escolha, pela enorme concentração populacional de aproximadamente 20 milhões de pessoas (IBGE 2010).

No contexto da região metropolitana, vem sendo realizados investimentos na questão de transporte público, com a expansão das linhas de metrô e de monotrilho, assim como criação de corredores de ônibus. O caráter regional destas políticas começa a ser observado, à medida que o monotrilho começa a ser construído fora da capital (linha bronze) e alguns corredores de ônibus tem alcance em mais de uma cidade.

Na questão do transporte individual, o maior investimento se deu com a construção do Rodoanel Mario Covas, que retirou das cidades da região uma enorme quantidade de caminhões que eram obrigados a cruzar a região para acessar as rodovias.

No contexto microrregional (São Caetano e entorno) também estão sendo realizadas obras, principalmente pela cidade de São Bernardo, que irão impactar na mobilidade entre as cidades, principalmente para o transporte individual.

Já no contexto local com impacto regional, a cidade de São Caetano do Sul está na fase de desenvolvimento de seu “Plano Municipal de Mobilidade Urbana”, um importante instrumento para regulação das questões diretamente ligadas à mobilidade, que vem levando em conta tanto fatores de modernização e melhoria de eficiência dos modais, como questões de sustentabilidade, desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população.

A Caixa Econômica Federal assinou em 2014 Termos de Compromisso para obras selecionadas no PAC Mobilidade Urbana nos seguintes municípios: São Bernardo do Campo (R\$ 97,6 mi), Diadema (R\$ 125 mi), Mauá (R\$ 90 mi), Rio Grande da Serra (R\$ 41 mi). As obras serão:

- São Bernardo do Campo: Corredor Exclusivo de Ônibus - 2,27 Km - construção das avenidas Marginais ao Ribeirão dos Couros – Trecho entre a Favela Naval e Av. São Paulo, inclusive 2 viadutos sobre o Anel Viário Metropolitano e implantação de Tratamento preferencial ao transporte coletivo nas Avenidas Marginais dos Ribeirão dos Couros - trecho I - entre Av. Piraporinha e Av. São Paulo. (Pacto da Mobilidade).
- Diadema: Corredor Exclusivo de Ônibus – 12 Km - implantação de binário com a Av. N. Sra. Dos Navegantes e R. Frei Ambrósio de Oliveira, com tratamento prioritário para o transporte coletivo; prolongamento da Av. Nossa Senhora dos Navegantes para acesso à Av. Pirâmide, com tratamento preferencial ao transporte coletivo; implantação de tratamento preferencial para o transporte coletivo na Rua Rio de Janeiro e Av. Casa Grande; prolongamento da Av. Fundibem até São Bernardo do Campo; Ligação da Av. Casa Grande (Diadema) com a Av. Marechal Castelo Branco (SBC), pela R. Mem de Sá (SBC); construção de Terminal Regional na divisa entre os municípios de S. Bernardo do Campo e Diadema, próximo à Av. Samuel Aizemberg; abertura do cruzamento da Av. Fagundes de Oliveira no Corredor ABD.

- Rio Grande da Serra: Corredor Exclusivo de Ônibus - 15 Km - pavimentação da Rua Guilherme Pinto Monteiro até a Av. Kaethe Richers (Ribeirão Pires); implantação de tratamento preferencial ao transporte coletivo na Av. D. Pedro I, Rua Pref. Carlos José Carlson, Rua Pastor Aquilino Sartori e Rua José Maria Figueiredo; pavimentação e implantação de tratamento preferencial ao transporte coletivo na Rua Prefeito Cido Franco; pavimentação das Av. José Bello, Rua Natal Perilo, Rua José Carlos Pace e Rua Valeriano Carreria Gonçalves.
- Mauá: Corredor Exclusivo de Ônibus - 26 Km - Construção de novo Terminal Central em Mauá; implantação de tratamento preferencial ao transporte coletivo na Av. Itapark; construção de 3 terminais estruturais (Jd. Zaira, Itapark, Guapituba) e reforma de 2 (Central e Itapeva).

Também foi assinado o termo de compromisso com o consórcio ABC no valor de R\$ 31,6 milhões para a elaboração de projetos de mobilidade urbana para os municípios da região do ABC.

O que podemos observar é que a mobilidade urbana será impactada de acordo com o nível de investimentos que irá receber, e também pela escolha do modal de transporte que irá se privilegiar. A escolha do modal será tratada no capítulo “onde queremos chegar”, e nesta seção trataremos da questão do investimento.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

Consolidar um corpo especializado para gerenciamento e captação de recursos pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos.

5.3.2 - Consórcio Intermunicipal e Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC

O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC reúne os sete municípios do Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) para o planejamento, a articulação e definição de ações de caráter regional. O Consórcio foi criado em 1990, desde 8 de fevereiro de 2010, a entidade passou a ser o primeiro consórcio multissetorial de direito público e natureza autárquica do país. Nesta data, os prefeitos dos sete municípios instalaram a Assembleia Geral nos moldes do Contrato de Consórcio Público. A nova constituição jurídica deu poder de execução para a autarquia firmar acordos entre as administrações e abrir processos de licitação para obras em prol dos sete municípios; receber recursos oriundos das esferas federal e estadual, bem como de organismos

internacionais, para dar vida aos projetos regionais oriundos dos Grupos de Trabalho do Consórcio.

A Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC foi criada em outubro de 1998 com a missão de unir as forças de instituições públicas e privadas para promover o desenvolvimento econômico sustentável do Grande ABC. Estabelecida como uma Associação Civil de Direito Privado, com fins não econômicos, a Agência tem em seu quadro de associados o Consórcio Intermunicipal Grande ABC (representando as sete Prefeituras da região), as empresas que compõem o Polo Petroquímico, as principais Instituições de Ensino Superior regionais, as Associações Comerciais e Industriais da região e seis Sindicatos de Trabalhadores.

O sucesso nos próximos 10 anos da atuação destas duas entidades é absolutamente determinante para a análise do contexto regional futuro. As entidades vão se consolidando como ponto de articulação, tanto para alinhar e harmonizar interesses internos quanto para pressionar outros órgãos, como governo Estadual e Governo Federal, para busca dos interesses da região.

As duas entidades demonstram a cada ano uma maior capacidade de atuação, e vem se institucionalizando e trazendo força à sua atuação, como por exemplo o emblemático PPA regional, realizado em 2014.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

Fortalecer a participação nas entidades pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.3.3 - Violência urbana – Entorno da cidade

Sendo este capítulo destinado às questões regionais, o foco da análise e em relação ao entorno e como este gera impacto na violência da própria cidade de São Caetano do Sul.

Parte da violência urbana se encontra ou se concentra em áreas onde o Estado não consegue atuar de forma efetiva. As comunidades consideradas “favelas”, compostas por populações de maior vulnerabilidade social, muitas vezes acabam centralizando a criminalidade, justamente pela não presença efetiva do Estado, em especial das forças policiais do governo do Estado.

São Caetano do Sul não possui favelas em seu território, e investe fortemente na segurança pública, mesmo esta não sendo responsabilidade constitucional dos municípios. Contudo, a presença de comunidades vulneráveis em várias áreas ao redor da cidade, que muitas vezes são utilizadas como refúgio de crimes, geram uma pressão no município e demandam com que os esforços tenham que ser realizados de uma forma ainda mais incisiva pelo município.

Figura 13 - Distribuição das Favelas – entorno de São Caetano do Sul

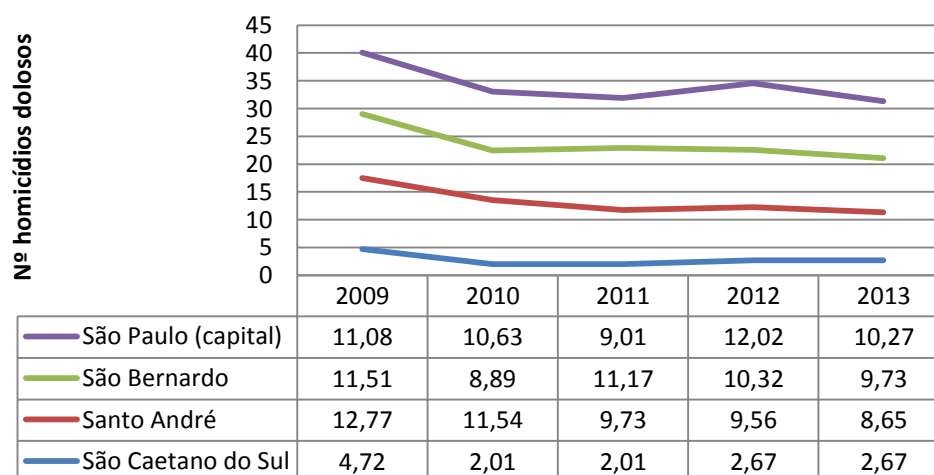


Fonte: Ricos e Pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socio-espacial na metrópole paulistana. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 135-149, Jan./Abr. 2009

Além do problema da violência urbana, a própria mobilidade acaba sendo afetada, sendo que moradores de São Caetano do Sul muitas vezes evitam certas áreas para entrar e sair da cidade, devido a insegurança gerada pelo histórico de eventos de assaltos e crimes que ocorrem em certas localizações no entorno do município.

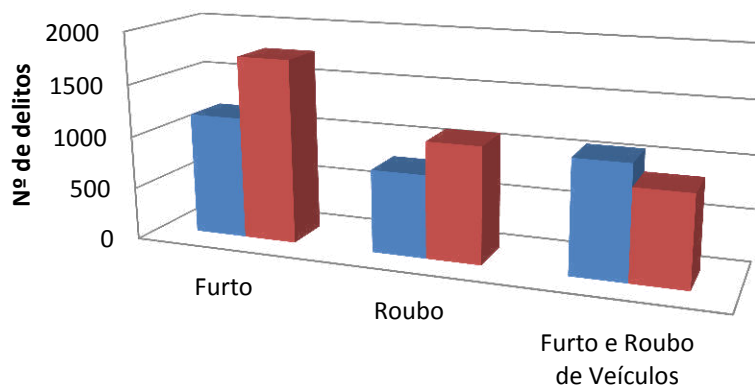
Verifica-se este tipo de crime específico em São Caetano, altamente influenciado pelo entorno, quando comparamos os índices de homicídios aos índices de furtos e roubos de veículos:

Gráfico 33 - Homicídio Doloso (Taxa para cada 100 mil habitantes)



Fonte: RES SSP/SP e Fundação SEADE 2014

Gráfico 34 - Roubos, furtos e roubos e furtos de veículos 2013 (Taxa por cada 100 mil habitantes)



	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículos
■ São Caetano do Sul	1168,39	792,39	1075,75
■ São Paulo (Capital)	1758,69	1105,28	866,57

Fonte: RES SSP/SP e Fundação SEADE 2014

Tendo foco específico nesta questão da violência externa que reflete na violência interna da cidade, nos próximos anos as pressões podem aumentar ou diminuir, dependendo do tratamento que se dará ao tema pela região.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

Criar estruturas de monitoramento e parcerias regionais, se utilizar de tecnologia para monitorar a cidade e o entorno pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos.

5.3.4 - Adensamento das cadeias produtivas e Parque Tecnológico ABC

O adensamento das cadeias produtivas é um esforço realizado nos últimos anos na região do Grande ABC, liderados pela ação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, através da estruturação e consolidação dos Arranjos Produtivos Locais.

Na Região do ABC, os principais APLs são coordenados pela Agência do Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Dentre os projetos em andamento, podemos destacar os dos setores:

- Metalmecânicos
- Plásticos
- TI de São Caetano
- Auto Peças
- Defesa
- Ferramentaria
- Gráficos
- Hotel e Bares
- Moveleira
- Panificação
- Químicos

O adensamento das cadeias proporciona maior competitividade das empresas participantes, garantindo a permanências destas empresas na região e até mesmo estimulando novos investimentos, já que a ação conjunta possibilita maior capacidade de articulação para realização de novas empreitadas. O adensamento das cadeias também passa pelo Parque Tecnológico, debatido a vários anos no âmbito da Agência ABC.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

Fortalecer a participação nas agências regionais, buscando atrair investimentos e realizar esforços para a consolidar os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e o Parque Tecnológico pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos.

5.3.5 - Expansão das atividades dos setores de petróleo e gás

Com a descoberta e início das operações para exploração da Bacia do Pré-Sal, toda uma cadeia industrial e de serviços se faz necessária para viabilizar esta empreitada. Sendo parte desta bacia localizada no litoral do Estado de São Paulo, a região metropolitana está no raio de influência para receber estas atividades econômicas.

O potencial de companhias de todos os portes, no Brasil, que podem atuar nesse segmento é de pelo menos 3.000 indústrias do setor metalmeccânico. Isso sem contar as empresas do ramo

químico e as de serviços, principalmente as relacionadas aos projetos de engenharia e montagem.

Contudo, valem as incertezas internacionais quanto à questão do preço do Petróleo (segundo especialistas da área, um valor do barril abaixo dos 70 dólares inviabilizaria a exploração das reservas) que associadas à situação de instabilidade da Petrobrás, resultam na redução da capacidade de investimento da estatal, podendo inviabilizar os investimentos no pré-sal.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

O desenvolvimento de atividades econômicas de ponta para energias renováveis e para fornecimento da cadeia de petróleo e gás pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos .

5.3.6 - Expansão das atividades de fornecimento para forças armadas

A planta industrial para fabricação dos caças adquiridos pelas Forças Armadas Brasileiras, será na cidade de São Bernardo do Campo. A previsão é que a partir de 2015 seja iniciada a produção de 36 caças supersônicos ao governo.

A região do Grande ABC, incluindo a cidade de São Caetano do Sul, deve se beneficiar com a criação de uma nova tecnologia de Base Industrial de Defesa. As empresas em operação nas cidades da região tendem a investir na diversificação e ampliação de linhas de produção complementares às já existentes, com o potencial de gerar um novo impulso industrial e de serviços na região.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

A cidade se estrutura (infraestrutura, legislação, tributos e desburocratização) para estimular a vinda de empresas pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar.

5.3.7 - Expansão do sistema de transporte metro/ CPTM

Sendo a cidade de São Caetano do Sul integrada à malha de ferrovia e do metrô (através do monotrilho em construção), a expansão da malha impacta diretamente a própria inserção da cidade no contexto da Grande São Paulo.

O mapa lançado pela empresa mostra a rede acrescida das seis novas linhas previstas, em relação ao que existe atualmente, com investimentos de R\$ 45,3 bilhões em oito anos, destes R\$ 4,1 bilhões na linha 18 - bronze. O tamanho da malha irá dos atuais 74 km para mais de 200 km. Parte das linhas tem previsão de entrega total ou parcial em 2016.

Vale ressaltar, no entanto, que as bilionárias obras do metrô envolvem desapropriações, licenciamentos ambientais e fiscalização dos órgãos de controle e sempre sofrem com atrasos de todo tipo, como é regra no país.

Figura 14 - Mapa do Futuro do Metrô de SP – estimativa após conclusão das obras planejadas



Fonte: Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRO

No link <http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/metro-novas-estacoes/> é possível visualizar a evolução na implantação ano a ano, a partir de 2012.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

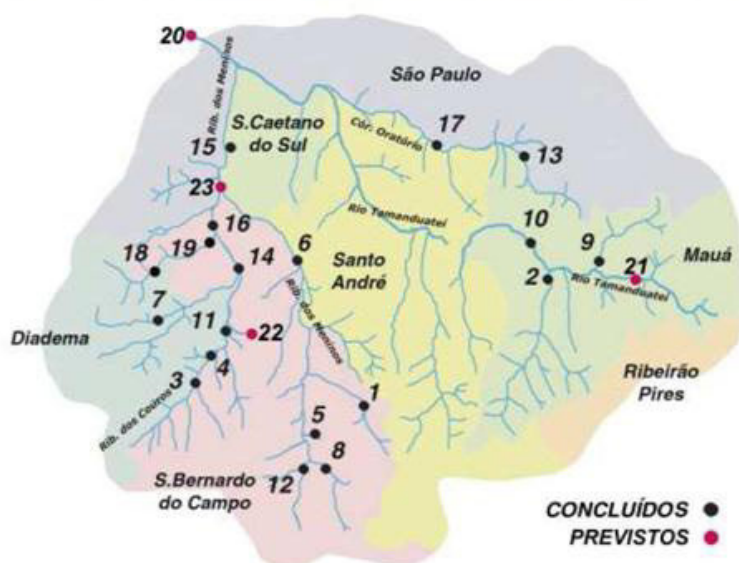
Interação com o Governo do Estado e no Consórcio de cidades do ABC para condução do problema pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos.

5.3.8 - Combate às enchentes

A cidade de São Caetano do Sul está localizada dentro da Bacia hidrográfica do Tamanduateí. O rio Tamanduateí nasce no município de Mauá e drena grande parte da região do ABC, corta a região central da cidade de São Paulo, e deságua no rio Tietê, em frente ao Parque Anhembi, sendo o principal canal de drenagem de toda esta região (DAEE, 2009).

Figura 15 - Piscinões da Bacia do Tamanduateí

Piscinões da Bacia do Alto Tamanduateí



PISCINÃO	MUNICÍPIO	INVESTIMENTO	CAPACIDADE
1 CANARINHOS	S. Bernardo do Campo	R\$ 7,1 milhões	95 mil m ³
2 PAÇO MUNICIPAL	Mauá	R\$ 3,9 milhões	136 mil m ³
3 VILA ROSA	S. Bernardo do Campo	R\$ 7,9 milhões	113 mil m ³
4 PIRAPORINHA	Diadema	R\$ 6,6 milhões	85 mil m ³
5 BOMBEIROS	S. Bernardo do Campo	R\$ 5,6 milhões	34 mil m ³
6 FAC.MEDICINA	Santo André	R\$ 7,5 milhões	120 mil m ³
7 ECOVIAS IMIGRANTES	Diadema	R\$ 7,5 milhões	120 mil m ³
8 CHRYSLER	S. Bernardo do Campo	R\$ 5,6 milhões	190 mil m ³
9 CORUMBÉ	Mauá	R\$ 7,7 milhões	105 mil m ³
10 PETROBRAS	Mauá	R\$ 21,6 milhões	800 mil m ³
11 MERCEDES BENZ	Diadema	R\$ 5,3 milhões	140 mil m ³
12 VOLKS DEMARCHI	S. Bernardo do Campo	R\$ 8,7 milhões	170 mil m ³
13 SÔNIA MARIA	Mauá	R\$ 7,1 milhões	120 mil m ³
14 MERCEDES PAULICÉIA	S. Bernardo do Campo	R\$ 17,1 milhões	380 mil m ³
15 SÃO CAETANO	S. Caetano do Sul	R\$ 8,6 milhões	235 mil m ³
16 FORD TABOÃO	S. Bernardo do Campo	R\$ 17,5 milhões	340 mil m ³
17 ORATÓRIO	Santo André	R\$ 17,7 milhões	320 mil m ³
18 TABOÃO	S. Bernardo do Campo	R\$ 9,2 milhões	180 mil m ³
19 FORD FÁBRICA	S. Bernardo do Campo	R\$ 7,2 milhões	82 mil m ³
SUB TOTAL		R\$ 179,4 milhões	3.765 mil m ³
20 GUAMIRANGA	São Paulo	R\$ 120 milhões	850 mil m ³
21 MIRANDA D'AVIZ	Mauá	R\$ 20 milhões	100 mil m ³
22 PINDORAMA	S. Bernardo do Campo	R\$ 10 milhões	35 mil m ³
23 JABOTICABAL	Diadema	R\$ 76 milhões	900 mil m ³
TOTAL		R\$ 405,4 milhões	5.650 mil m³

OBS.: Piscinões previstos - Guamiranga, Miranda D'Aviz, Pindorama e Jaboticabal

Fonte: Portal Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE 2014

O Rio Tamanduateí possui um trecho canalizado de 16,3 km de extensão e passa pelos municípios de Mauá, Santo André e São Caetano do Sul e deságua no rio Tietê. Nos anos de maior incidência pluviométrica, em São Caetano do Sul existem vários pontos críticos em que incidem enchentes.

Além do Rio Tamanduateí, a cidade é cortada pelo Rio dos Meninos. Ele nasce no Bairro Demarchi, em São Bernardo do Campo, serve como divisa entre os municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul desagua no Rio Tamanduateí. Nos anos de chuva as cercanias do Rio também são afetadas pelas enchentes. Outros córregos também cortam a cidade, e quando apresentam problema de enchentes geralmente é devido ao excesso de águas dos rios já mencionados.

Verifica-se que a questão é estrutural e regional, visto que a bacia do Tamanduateí passa por vários municípios. Com a estrutura atual de piscinões e com os investimentos previstos, estima-se que os problemas de enchentes diminuam na cidade de São Caetano do Sul, fazendo com que áreas antes degradadas possam ser inseridas novamente ao contexto urbano do município.

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

Iteração com o Governo do Estado e no Consórcio de cidades do ABC para condução do problema pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos.

5.3.9 - Disparidades no desenvolvimento econômico e social do entorno

São Caetano do Sul tem índices muito relevantes de qualidade de vida e desenvolvimento urbano. Contudo, para que estes índices sejam sustentáveis e a cidade possa trazer investimentos que acelerem a economia do município, é importante que a região cresça de modo conjunto, reduzindo as disparidades.

Os dados atuais revelam uma discrepância bastante elevada entre os municípios do ABC. O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC tendem a se consolidar como atores importantes nos processos de desenvolvimento da região, em que tais características terão peso nas decisões regionais.

Tabela 14 - Posição das cidades do Grande ABC no Ranking IDH ONU - 2010

Ranking IDHM 2010	Município	IDHM 2010
1 ^o	São Caetano do Sul	0,862
14 ^o	Santo André	0,815
28 ^o	São Bernardo do Campo	0,805
100 ^o	Ribeirão Pires	0,784
274 ^o	Mauá	0,766
420 ^o	Diadema	0,757
562 ^o	Rio Grande da Serra	0,749

Fonte: PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010

Tabela 15 - PIB per capita a preços correntes das cidades do Grande ABC - 2011

Município	IDHM 2010
São Caetano do Sul (SP)	78.438,17
São Bernardo do Campo (SP)	47.175,85
Diadema (SP)	30.332,87
Santo André (SP)	26.035,49
Ribeirão Pires (SP)	17.394,93
Mauá (SP)	18.124,58
Rio Grande da Serra (SP)	11.896,11

Fonte: IBGE

CONCLUSÃO PARA CONDUÇÃO ESTRATÉGICA DE SCSUL:

Fortalecer a participação nas agências regionais, buscando atrair investimentos para a região pode ser solução tanto para mitigar riscos como para potencializar efeitos positivos

5.3.10 - Outros fatores de Condicionantes Regionais

Seguem condicionantes regionais importantes para os próximos 10 anos, que deverão ser monitoradas a fim de averiguar se deverão ou não receber um plano de respostas da cidade de São Caetano do Sul, tanto para mitigar riscos como para potencializar os benefícios:

- Abastecimento de água e agravamento de problemas relacionados a recursos hídricos;
- Desindustrialização;
- Expansão do consumo de energia;
- Expansão das atividades ligadas aos setores militares;
- Sensível aumento da demanda por mão-de-obra qualificada;
- Mudança do perfil da demanda da população: aumento da demanda por saúde, educação, transportes, saneamento básico e habitação;
- Crescimento populacional (muito alto ou muito baixo) e fluxos migratórios

ESTRUTURA DO PLANO

6 – A ESTRUTURA

Construir uma **Visão de Futuro** para a cidade de São Caetano do Sul para os próximos 10 anos tem o propósito de servir como um marco referencial para a construção de uma agenda de projetos estratégicos que contribua para o aumento da competitividade e para o desenvolvimento econômico sustentável do Município. Essa Visão de Futuro está configurada sob a forma de um cenário desejado e, como tal, traz em seu núcleo características de uma conquista estratégica, desafiadora e difícil, porém alcançável no futuro.

*Tais resultados esperados, que podemos considerar os resultados estratégicos, são denominados **Macro Objetivos**.*

*Os **Macro Objetivos** são os resultados estratégicos que precisam ser alcançados e determinam a estrutura de Projetos que precisará ser desenvolvida para que se alcance o cenário desejado ...*

Metodologicamente é importante destacar que existem alguns resultados, dentre todos os resultados desejados, que são estratégicos para que se alcance a visão de futuro desejada. Tais resultados esperados, que podemos considerar os resultados estratégicos, são denominados Macro Objetivos.

Os Macro Objetivos são os resultados estratégicos que precisam ser alcançados e determinam a estrutura de Projetos que precisará ser desenvolvida para que se alcance o cenário desejado para a cidade de São Caetano do Sul.

Os Macro Objetivos são os resultados estratégicos que precisam ser alcançados, e que determinam toda a estrutura de projetos que deverá ser desenvolvida para que se alcance o cenário desejado para a cidade de São Caetano do Sul.

Dentro de cada Macro Objetivo estão definidas as Diretrizes Estratégicas, que são as vertentes de atuação que deverão ser realizadas para a consecução dos Macro Objetivos. As Diretrizes Estratégicas são temas que deverão ser impactados pelos projetos e pelos esforços que serão planejados e operados após a institucionalização do PMDE

Portanto, uma série de Projetos e esforços deverão ser implementados para cada uma das Diretrizes Estratégicas, e a soma destes resultar na consecução dos Macro Objetivos.

Os **Projetos** são a base de atuação para a consecução do PMDE. Contudo, sendo o PMDE um documento de orientação estratégica, não cabe a ele determinar quais os projetos deverão ser executados. Contudo, em decorrência dos estudos e das experiências acumuladas, a Lei de institucionalização do PMDE deverá trazer como material complementar a pauta inicial de trabalho para o grupo de execução, indicando não projetos específicos mas sim quais temas devem ser alvos de projetos para a consecução das diretrizes estratégicas e, em decorrência, dos Macro Objetivos.



Se denominará, para o escopo desse PMDE, como **Ponto de Intervenção**, cada tarefa ou ação de um determinado Projeto que será indicado como Plano de trabalho Inicial do PMDE. Cada Ponto de Intervenção deverá conter formalmente Indicadores mensuráveis de Monitoramento. As metas quantitativas dos indicadores e seus prazos de implementação serão definidos após estudos realizados pelos grupos técnicos responsáveis e serão definidos a cada biênio.

Figura 16 - Matriz de relacionamento Macro Objetivos, Metas e Indicadores e Projetos para o PMDE São Caetano do Sul



Fonte: Elaborado SEDERT e COMDEC

Fica estabelecida uma lógica simples e clara que indica quais os objetivos estratégicos para a cidade, quais as Diretrizes Estratégicas de atuação e quais os pontos devem sofrer intervenção (já com a indicação dos resultados esperados e desejados para cada um deles).

Desta forma, o PLANO está organizado em 03 macroestruturas:

- NO TOPO: MACRO OBJETIVOS – Os pontos estratégicos que devem ser alcançados (proposto neste documento)
- No meio: DIRETRIZES ESTRATÉGICAS – as temáticas que deverão ser tratadas para a consecução dos Macro Objetivos organização destes pontos (proposto neste documento)
- NA BASE: PONTOS DE INTERVENÇÃO – quais os pontos que deverão ser impactados para que a cidade possa alcançar o desenvolvimento conforme estabelecido neste PLANO (complemento do anexo proposto na Lei que institucionaliza este documento)

O monitoramento e as prioridades serão realizadas pelas equipes gestoras, e os efeitos finais do conjunto destes esforços será o alcance dos objetivos deste PMDE, que são os Macro Objetivos, também mensuráveis através de suas Diretrizes Estratégicas.

MACRO OBJETIVOS "ONDE QUEREMOS CHEGAR"

INSPIRAÇÕES:

“Os velhos modelos urbanos não são mais sustentáveis. As cidades inteligentes e os novos modelos que elas estabelecem devem nortear o crescimento nos próximos anos.”

Ryan Chin, pesquisador do MIT - Massachusetts Institute of Technology (USA).

INSPIRAÇÕES:

Enquanto no Brasil a população e as autoridades se debatem com a falta de eficiência do Poder Público e com desafios como tentar diminuir as horas que são perdidas no trânsito ou como evitar as tragédias causadas pelas chuvas, um grupo de cidades no mundo alcançou um patamar bem mais elevado de discussão.

São lugares que estão sendo erguidos do zero ou metrópoles que já implantaram soluções urbanísticas que hoje são referência no tema “cidades do futuro”.

Numa delas, em Songdo, na Coreia do Sul, já é possível “ir” ao médico ou à escola sem sair de casa. Em King Abdullah, na Arábia Saudita, todos os serviços públicos funcionam 24 horas por dia e qualquer processo na Prefeitura não leva mais do que 60 minutos para ser resolvido.

Revista Exame, Nascem as cidade inteligentes, 19.03.2011

INSPIRAÇÕES:

O ponto de partida para uma cidade inteligente começa com a definição da visão! Essa visão deve destacar os objetivos da cidade para um horizonte entre 5 e 10 anos, em termos de eficiência, sustentabilidade e competitividade.

A etapa seguinte é criar um plano passo-a-passo para agregar valor no longo prazo, que deve considerar primeiramente os pontos críticos e oportunidades, gerando **impulso e confiança cívica na visão global**. Deve implementar uma série de iniciativas ao longo de vários anos, cada uma tirando proveito das demais.

Banco Mundial, Estratégias para Implementação do DEL (Desenvolvimento Econômico Local).

INSPIRAÇÕES:

As cidades geralmente implementam iniciativas pontuais e isoladas.

Cada Secretaria segue seus próprios planos, não considerando o potencial de integração ou o gerenciamento integrado das iniciativas.

Conseqüentemente, a maioria das implementações serve apenas para melhorar sistemas individuais, mas perde oportunidades para agregar valor sinérgica e estrategicamente.

Raquel Rolnik, Arquiteta e Professora, Artigo "6 Desafios para Mudar as Cidades", publicado na Folha de São Paulo em 25.08.2014

INSPIRAÇÕES:

“Há quase um consenso no país de que nossas cidades não podem mais continuar como estão e que mudanças são necessárias se quisermos imaginar um futuro menos precário do que temos hoje, enfrentando temas urgentes como mobilidade, habitação e qualidade ambiental.”

O Desafio do Planejamento a Longo Prazo

Transformações urbanas são processos longos, que envolvem no mínimo 15 anos para se consolidar. Entretanto, plano e projetos de longo prazo não resolvem a necessidade de eleger governantes a cada quatro anos, o que implica opções por intervenções que “apareçam” nesse período, mas que não são, em geral, capazes de promover mudanças estruturais.

O Desafio da Construção do que é Público

A vida urbana tem essencialmente uma dimensão pública e, nas cidades, os espaços e serviços públicos deveriam ser elementos estruturadores. Mas, para que isso seja possível, uma mudança é necessária na cultura política dos brasileiros, assumindo o que é público como propriedade coletiva de todos os seus cidadãos.

Raquel Rolnik, Arquiteta e Professora, Artigo “6 Desafios para Mudar as Cidades”, publicado na Folha de São Paulo em 25.08.2014

7 – ONDE QUEREMOS CHEGAR - MACRO OBJETIVOS

7.1 - Os **Macro Objetivos** são os resultados estratégicos a serem alcançados pelo PMDE.

Assim, o PMDE se estrutura em 03 macro objetivos articulados e interdependentes. Cada macro objetivo se desdobra em DIRETRIZES ESTRATÉGICAS. Este conjunto de MACRO OBJETIVOS E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS, por sua vez é detalhado segundo Eixos e Pontos de intervenção, que possuem indicadores que podem ser quantificados e medidos, de modo a permitir o monitoramento da estratégia e indicar o que se pretende alcançar no horizonte dos próximos 10 anos.

Complementarmente, vale ressaltar que as DIRETRIZES ESTRATÉGICAS definem grandes compromissos do PMDE cuja implementação se dará ao longo dos 10 anos de sua vigência. Para que seus resultados finalísticos sejam alcançados, será necessário estabelecer RESULTADOS ESPERADOS em limites de tempo intermediários ao período total de vigência do PMDE. Os RESULTADOS serão representados como um conjunto claro de ações prioritárias, detalhadas e com PRAZOS definidos, que permitam que *gradualmente* tais políticas, programas, outras iniciativas e resultados previstos nas DIRETRIZES ESTRATÉGICAS sejam alcançados, sendo tais RESULTADOS e PRAZOS definidos e monitorados pelo grupo gestor do PMDE.

7.2 – Premissas que garantem o alcance de plenos e exitosos resultados

Os MACRO OBJETIVOS e seus desdobramentos, também indicam que, para além das ações específicas e diretamente vinculadas ao apoio ao empresariado local e a atração de empresas, a indução de um novo ciclo de desenvolvimento da cidade também exige que algumas premissas devam ser cumpridas, entre as quais pode-se destacar:

- Premissas relacionadas à atuação direta do poder público
 - Postura de transparência (fiscal e operacional) do Poder Executivo
 - Compromisso político do Poder Público com desenvolvimento econômico
 - Legislação Municipal voltada para o desenvolvimento econômico
 - Eficiência operacional e financeira do Poder Público
- Premissas relacionadas à infraestrutura e urbanismo
 - Infraestrutura moderna, disponível e tecnologicamente atualizada
 - Organização urbana adequada com a existência de áreas vocacionadas
 - Políticas de mobilidade adequadas e compatíveis
- Premissas relacionadas ao incentivo do capital humano local
 - Existência de organismos para o desenvolvimento organizado, em âmbito municipal e regional, do capital humano e do conhecimento

- Existência de organismos para colaborar na identificação, recrutamento e alocação de profissionais, colaborando estratégica e operacionalmente com as empresas do município

Importante registrar que para o crescimento e desenvolvimento da economia local e o atingimento dos objetivos propostos, será fundamental que todas as premissas sejam cumpridas. Quando falamos em desenvolvimento econômico, de forma geral ações isoladas não trazem resultados significativos.

7.1 - Macro Objetivo 01

Tornar-se uma referência nacional em tecnologia, inovação, conectividade e sustentabilidade.

Tornar a cidade de São Caetano do Sul uma referência nacional para temas ligados à tecnologia de informação e comunicação, interatividade e conectividade, inovação e às práticas ambientais, sustentáveis e inovadoras.

Abrangendo a visão de uma “Cidade Inteligente e criativa” em todas as suas dimensões, deveremos ser uma cidade organicamente integrada, tecnológica, com planejamento e operação sistêmica dos serviços e do desenvolvimento urbanos. Aqui, o conhecimento, o talento e a criatividade, a tecnologia e o estímulo à inovação deverão ser chaves para o desenvolvimento sustentável e perene da cidade.

Ser referência em Tecnologia e deve significar que em todos os setores e atividades desenvolvidas na cidade, se busque mobilizar os recursos, práticas e meios que estejam na fronteira tecnológica, ou seja, representem ao limite, os últimos avanços disponíveis/acessíveis às pessoas e organizações. Empresas e cidadãos devem ser motivados por uma cultura de inovação, que torne a cidade um palco onde o desenvolvimento tecnológico se manifeste como “reflexo/expressão” do movimento gerado pela força inovadora da cidade. Neste sentido, o avanço tecnológico será dado pela capacidade de inovação instalada que, por sua vez, é mobilizada e se manifesta em arranjos sociais, institucionais, produtivos e tecnológicos particulares, que será fundamental a cidade buscar constituir.

Com um ambiente institucional e infraestrutura urbana muito atraente para o desenvolvimento de atividades ligadas a estes ramos, o ambiente e a economia da cidade se consolidariam como referência nacional, em que empresas nacionais e internacionais e outras cidades do Brasil do mundo buscarão inspiração, fornecedores e soluções nestas áreas.

A parceria entre empresas e instituições de ensino precisará ser constante e institucionalizada, com uma produtiva interação e troca de experiência entre estes setores, fazendo com que a cidade tenha grande capacidade para manter seu novo ciclo de desenvolvimento, sustentada pela promoção e retenção do conhecimento altamente qualificado e do talento das pessoas na própria cidade.

O governo precisa se tornar uma referência na administração pública quanto à utilização de ferramentas tecnológicas e práticas ambientais sustentáveis e inovadoras, sendo a própria cidade um enorme “case”, em parceria com as empresas, instituições de ensino e outras entidades ligadas ao tema.

Como um dos aspectos mais importantes para a indução ao cumprimento deste macro objetivo, o Poder público municipal precisará informatizar, sem exceção, todos os serviços públicos, no mais alto grau, tornando *100% online* a relação do cidadão com os serviços públicos, impactando positivamente as atividades econômicas e a qualidade de vida na cidade.

Os cidadãos, por sua vez, precisarão ser incentivados a instalar em suas residências e empresas internet de alta velocidade (em taxas atualizadas anualmente), preparando a cidade para se tornar uma

economia pujante e atrativa para investimentos e preparando o cenário local para o advento da *internet das coisas*, que começa a se tornar realidade ainda em 2015.

A economia da cidade precisará estar estruturada para absorver produtos reciclados e reaproveitados dos resíduos produzidos pela própria cidade e a Prefeitura precisará ser a grande indutora desta cultura, moldando os demais mercados e estimulando a prática do consumo consciente para os cidadãos.

A infraestrutura urbana deve contar com alternativas de transporte coletivo e individual limpas, com base em práticas ambientais sustentáveis e reaproveitamento energético, para garantir o fluxo eficiente e ágil das pessoas. As distâncias para o morador alcançar seu local de trabalho precisam ser reduzidas, aumentando a qualidade de vida do cidadão e do trabalhador. A mobilidade e a integração dos diferentes modais de transporte com as cidades vizinhas precisa ser eficiente, garantindo um fluxo rápido e seguro entre os municípios da região.

Utilizando sistemas inteligentes e integrados para a gestão do trânsito, da segurança e de outras políticas e desafios da cidade, a administração pública municipal precisará promover, em todos os âmbitos de sua atuação, a aplicação de soluções e políticas inteligentes e sustentáveis para que, tanto a economia quanto a qualidade de vida dos cidadãos, sejam positivamente impactados, em um ciclo virtuoso em que o desenvolvimento com sustentabilidade, a modernização tecnológica e a inovação atinjam o dia a dia do cidadão.

São diretrizes deste Macro Objetivo:

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Estabelecer pactos setoriais¹³ que apoiem o alcance dos objetivos do PMDE, entre cidadãos, associações de classe, empresas de diferentes verticais locais e o governo, estabelecendo compromissos voluntários ou vinculantes entre o setor empresarial e a sociedade, através de compromissos construídos de maneira participativa e transparente, estabelecendo medidas práticas e metas, bem como seus instrumentos de monitoramento.

Estabelecer metas, programas e políticas que **estimulem a instalação maciça de redes de internet de alta velocidade** (através de fibra ótica - ou substituto em caso de evolução tecnológica), **sistemas de**

¹³ São Características do Pacto Setorial: (i) atender aos macro objetivos e às diretrizes estratégicas do PMDE; (ii) Ter impacto relevante no setor; (iii) permitir que os impactos sejam mensurados por meio de indicadores quantitativos e/ou qualitativos, a serem elencados pelo próprio setor; (iv) ter metas estabelecidas para o período de vigência do PMDE; (v) ser passível de monitoramento e verificação periódicas; (vi) ter caráter inovador e gerar exemplaridade; (vii) promover mudanças comportamentais e de hábito; (viii) promover mudanças significativas no contexto urbano e social da cidade.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

comunicação e fornecimento de acesso wireless em locais públicos em toda a cidade e para todos os cidadãos e contribuintes.

Estabelecer metas, programas, políticas e pactos de conscientização e **incentivo à construção, consumo e produção sustentáveis, a eficiência energética, descarbonização, geração distribuída de pequeno porte e redução da geração, reuso e reciclagem de resíduos, à captura e utilização de água de reuso**, para todos os cidadãos, contribuintes, cadeias produtivas, na infraestrutura urbana e nos patrimônios públicos.

Estabelecer metas, programas, políticas e pactos de incentivo a um elevado e **diferenciado nível de arborização** da cidade, com monitoramento e gestão das árvores e das áreas verdes.

Estabelecer metas, programas e políticas públicas de **modernização da infraestrutura do sistema de tráfego e de estímulo ao transporte público** e cicloviário, criando novas políticas de mobilidade que redesenhem o transporte público da cidade e promovam sua integração aos modais regionais

Estabelecer metas, programas e políticas de **ocultação de cabamentos aéreos**, assim como controle e **gestão das estruturas de cabos, encanamentos** e outras infraestruturas instaladas em espaços públicos da cidade.

Estabelecer no âmbito da Política Municipal de Educação metas, programas e projetos, com ênfase na tecnologia, no empreendedorismo e na cultura de inovação.

Estabelecer metas, programas e políticas de **incentivo à reurbanização de espaços**, submetendo a aprovação de **novos projetos residenciais a condicionantes**, com a aplicação de contrapartidas financeiras a serem destinadas exclusivamente para os objetivos do Desenvolvimento Local Sustentável, conforme expresso no PMDE, no Plano Diretor Estratégico e demais legislações indutoras e reguladoras do desenvolvimento local, em todas as suas dimensões.

Estabelecer metas, programas e políticas de **modernização tecnológica** e da **eficiência** dos sistemas, recursos e da operação da **segurança pública** no município.

Estabelecer metas, programas e políticas para que a cidade possa ser um **laboratório para projetos inovadores, testes para novas tecnologias e intervenções voltadas para sustentabilidade ambiental e modernização**, dentre outras iniciativas que tenham aderência com os objetivos do PMDE.

7.2 - Macro Objetivo 02

Desenvolver uma economia local forte, dinâmica, competitiva e altamente atrativa a empresas com alto valor agregado.

Apesar da forte participação de poucas grandes empresas na dinâmica econômica da cidade, São Caetano do Sul tem uma economia diversificada e com relevante presença de micro, pequenas e médias empresas locais, nos diversos setores. Fundamentalmente, elas são responsáveis pelo dinamismo econômico das diferentes regiões da cidade e pela inserção produtiva de milhares de cidadãos, conferindo ao processo de desenvolvimento local uma característica inclusiva que é fundamental preservar e fortalecer.

Por outro lado, São Caetano do Sul, em busca de uma nova identidade para um novo ciclo de desenvolvimento, que já está sendo vivido (consultar capítulos anteriores), precisa reduzir a dependência de pouquíssimas empresas que respondem pela maior parte da receita, atraindo investimentos e a instalação de novas empresas, seja em setores onde novas oportunidades podem ser exploradas, seja naqueles setores já existentes, mas em que a competitividade pode ser ampliada pela força da inovação e da modernização tecnológica da base produtiva.

Para isso definiu como seu foco tornar-se fortemente atrativa a empresas de serviços tecnológicos de alto valor agregado e/ou empresas de base tecnológica. Há conceituações diversas sobre esta tipificação. Aqui consideramos empresas de base tecnológica, “aquelas que estão comprometidas com o projeto, desenvolvimento e produção de novos produtos e/ou processos, caracterizando-se, ainda, pela aplicação sistemática de conhecimento técnico-científico. Estas empresas usam tecnologias inovadoras, têm uma alta proporção de gastos com P&D, empregam uma alta proporção de pessoal técnico-científico e de engenharia” ou ainda “situam-se na fronteira tecnológica de seu setor e destacam-se pela criação de benefícios econômicos, sociais, tecnológicos e mercadológicos”. E ainda, conforme definição da FINEP, “Empresa de qualquer porte ou setor que tenha na inovação tecnológica os fundamentos de sua estratégia competitiva”.¹⁴

Isto, contudo, ampliando também as políticas de apoio ao fortalecimento da competitividade das empresas e da base produtiva já instalada, responsável até hoje pela pujança econômica da cidade.

Resta a partir de agora, para cumprir esse macro objetivo, se posicionar efetiva e estrategicamente nesses sentidos prioritários.

São diretrizes deste Macro Objetivo:

¹⁴ Glossário FINEP. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/biblioteca/glossario#indiceE>

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Definir e manter legislações e **políticas tributárias, políticas de zoneamento urbano, código de obras e construção compatíveis** com os objetivos do PMDE e promotoras das atividades econômicas estratégicas para a cidade.

Adequar a legislação municipal, em todos os seus aspectos, transformando-a em uma **ferramenta de incentivo organizado ao desenvolvimento econômico**, conforme objetivos estratégicos da cidade.

Aplicar e Monitorar o PDE – **Plano Diretor Estratégico e o Zoneamento Urbano**, em todos os seus aspectos, para que se materialize como uma ferramenta de incentivo organizado ao desenvolvimento econômico, conforme objetivos estratégicos da cidade.

Estabelecer metas, programas e **políticas para a criação de áreas vocacionadas**, com estímulos direcionados às atividades estratégicas da indústria, comércio e serviços, objetivando oferecer facilidades estratégicas e atender requerimentos de negócio das empresas que a cidade deseja atrair.

Estabelecer metas, programas e **políticas para prover a cidade com novos acessos e requalificar os atuais**, viabilizando a superação dos gargalos logísticos, atualmente fortes inibidores da atração de investimentos.

Estabelecer metas, **programas e políticas para modernização e qualificação da fiscalização e para a desburocratização e simplificação da relação entre empresas e o governo** municipal, alinhando os requisitos da operação dos serviços públicos a potencialização do empreendedorismo e da atração e fixação de investimento produtivo.

Estabelecer metas, programas e **políticas de formação, qualificação e de intermediação de trabalho no município**, aproximando os trabalhadores da oferta local de empregos aberta pelas empresas e adequando as competências do capital humano da cidade às necessidades da economia local.

Operar parcerias com a iniciativa privada e com instituições de ensino da cidade, para a operação de programas e políticas de **incentivo a formação técnico-científica e ao desenvolvimento do conhecimento e do talento do capital humano**, ampliando oportunidades e meios direcionados simultaneamente a máxima realização das potencialidades individuais e a competitividade das empresas.

Estabelecer metas, programas e **políticas que fomentem a sinergia entre empresas, universidades, centros de pesquisas e governo**, promovendo de forma sistêmica o fortalecimento da capacidade de inovação e o suporte à criação de vantagens competitivas para a economia local.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Ser a cidade brasileira com **maior recolhimento proporcional de tributos gerada por empresas de alto valor agregado** e que aplicam alta tecnologia, inovação, pesquisa e desenvolvimento.

Estabelecer metas, programas e políticas para criação local e articulação de estruturas que ampliem o **acesso a instrumentos públicos e privados de financiamento e/ou estímulo a inovação tecnológica e P&D** pelas empresas instaladas na cidade.

Manter **forte integração com as ações regionais** voltadas ao desenvolvimento econômico, em especial no **Consórcio Intermunicipal e Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC**, sendo protagonista e integrando ativamente os interesses da cidade para a consecução de benefícios para o coletivo regional.

Estabelecer metas, programas e políticas de **tratamento diferenciado e favorecido para as micro e pequenas empresas e empreendedores** de São Caetano do Sul, aderentes às novas legislações e posturas nacionais e em consonância com os objetivos do PMDE

7.3 - Macro Objetivo 03

Modernizar, dar eficiência, transparência e capacidade gerencial e de investimento a administração

A administração pública precisa aumentar sua capacidade de investimentos na qualidade de vida dos cidadãos e na melhoria dos serviços públicos prestados. Além disso, precisa disponibilizar recursos para as mudanças necessárias para que a cidade se posicione como polo de atração de empresas de alto valor agregado, com foco nas áreas de tecnologia, inovação e práticas ambientais sustentáveis.

Ao mesmo tempo, a Prefeitura não pode ter dependência de receita de poucas empresas, garantindo uma postura de equilíbrio e sobriedade na gestão financeira e nas decisões políticas da cidade.

São diretrizes deste Macro Objetivo:

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS
Estabelecer metas, programas e políticas para diminuir evolutivamente a atual concentração e consequente dependência das receitas tributárias da Prefeitura em apenas 3 grandes empresas instaladas na cidade
Ter todos os serviços públicos informatizados, integrados, em elevado grau e com transparente interação online com empresas e com os cidadãos, seja como contribuinte, seja como beneficiário, seja como fornecedor, seja como participante de programas e políticas públicas.
Estabelecer metas, programas e políticas para Implantação crescente de mecanismos de transparência fiscal , visando informar detalhada e adequadamente o munícipe quanto à receitas e despesas públicas e demonstrar inequivocamente a lisura e o comprometimento da gestão municipal com os princípios da responsabilidade fiscal.
Ampliar a destinação de investimentos diretos ao fomento ao desenvolvimento econômico da cidade.
Interligar em redes de internet de alta velocidade todos os prédios públicos , de qualquer finalidade, em conjunto com a modernização tecnológica dos locais, de seus sistemas de armazenamento e gestão de dados, materiais e de patrimônio .

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Regulamentar o funcionamento e operar de forma ativa e integrada aos objetivos do PMDE os **Fundos Municipais**, dando efetividade à captação e aplicação de recursos por seu intermédio.

Estabelecer metas, programas e políticas para modernização e melhoria dos **processos de compras públicas e a eficiência operacional na aplicação dos recursos**, possibilitando redução proporcional de gastos com custeio da administração.

Operar de forma organizada o acesso da cidade à verbas e financiamentos públicos em todas as esferas para os projetos que serão demandados no PMDE, a partir da **criação ou operação eficiente de organismos específicos e especializados de captação e gestão destes recursos, aos moldes de comissões centralizadas de planejamento, escritório de desenvolvimento e captação e escritório de projetos.**

Estabelecer programa de Inovação Continuada na gestão pública municipal e na operação dos serviços e políticas públicas, buscando permanentemente formas renovadas de ampliar a eficiência, eficácia e efetividade das políticas municipais.

Estabelecer metas, programas e políticas para o desenvolvimento de estruturas institucionais, legais e administrativas **que promovam o fortalecimento, a articulação e a cooperação das cadeias econômicas locais**, para a articulação de pactos setoriais que promovam a consecução dos objetivos e metas estabelecidas no PMDE.

Implementar na gestão pública municipal **ferramentas analíticas para a tomada de decisão, como BI e Big Data**, para desenvolvimento e operação de políticas públicas baseadas em metas, informações e dados, promovendo a eficiência das políticas por meio de indicadores de gestão.

Aplicar mecanismos **de justiça tributária e progressividade coerentes com as políticas de estímulo ao desenvolvimento**, conforme expressas no PDE, alinhando a arrecadação municipal e as metas de equilíbrio fiscal aos limites de porte e vulnerabilidade dos setores sociais e empresariais contribuintes.

DISPOSIÇÕES PARA VIABILIZAÇÃO E OPERAÇÃO

8 – VIABILIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PMDE

Tão importante quanto o desenvolvimento e formalização do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico de São Caetano do Sul é a sua implantação e monitoramento. Portanto, uma série de instrumentos são indicadas neste documento para facilitar a sua viabilização e a operacionalização.

8.1 - O Grupo Especial de Trabalho

Para execução administrativa, técnica e operacional do PMDE, especialmente dos Projetos relacionados ao PMDE para encaminhamento ao Executivo Municipal, será criado GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO, coordenado pela SEDERT e com a participação de pelo menos 1 representante das seguintes estruturas municipais:

- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria Municipal de Governo (SEGOV);
- Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SEPLAG);
- Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ);
- Procuradoria Geral do Município (PGM).

No caso da existência de Comitê ou Comissões centralizadas de Planejamento da Prefeitura Municipal, estes devem ser parte integrante e essencial do GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO.

Os participantes desse GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO serão indicados pelos respectivos Secretários Municipais e Prefeito Municipal.

Caberá ao GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO indicar, a qualquer tempo, a constituição e composição institucional de GRUPOS TEMÁTICOS, responsáveis pelo gerenciamento direto, bem como pela proposição e implementação de ações necessárias a execução do PMDE, conforme as áreas de incidência sobre as políticas públicas setoriais.

Caberá ainda aos GRUPOS TEMÁTICOS manifestar-se conclusivamente a respeito da implementação e/ou de adequações sugeridas a implementação de metas, programas e projetos incidentes sobre as políticas setoriais, definindo sua pertinência e aplicabilidade em vista dos objetivos e metas orientadoras de cada política setorial.

Serão funções e responsabilidades do GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO, visando zelar pelo cumprimento e alcance das metas do PMDE:

- Produzir Regulamento Interno;
- Definir os resultados parciais esperados para a implementação das Diretrizes Estratégicas do PMDE, em até 240 dias de sua nomeação e a cada biênio;

- Mobilizar e coordenar os atores da administração pública (Secretarias, autarquias, atores políticos e técnicos) para a proposição, implementação, monitoramento e/ou alteração de Projetos, Programas, Metas, Indicadores e Iniciativas necessárias a consecução dos objetivos do PMDE, indicando, a qualquer tempo, a constituição e composição de GRUPOS TEMATICOS;
- Monitorar os indicadores do PMDE, nos níveis ESTRATÉGICO, TÁTICO e OPERACIONAL;
- Operar as informações de gestão e monitoramento do PMDE, centralizando dados e informações referentes aos resultados alcançados pelos órgãos responsáveis pela execução dos projetos e esforços de implantação do PMDE;
- Realizar pesquisas, estudos, análises e levantamentos de dados (conduzir, realizar ou contratar terceiros) para suporte à implantação e monitoramento do PMDE – *Pesquisa de Linha de Base de Indicadores do PMDE* e pesquisas de avaliação bianuais;
- Coordenar os processos de revisão do PMDE, sejam referentes a partes ou a totalidade do Plano;
- Preparar e distribuir informações para a Secretaria de Comunicação e COMDEC, relativas ao alcance de objetivos e resultados do PMDE, visando:
 - mobilização dos atores públicos e privados visando à sustentação do PMDE;
 - mobilização da sociedade em apoio ao projeto;
 - acompanhamento dos resultados Estratégicos e Táticos do PMDE.

8.2 – Definição de RESULTADOS ESPERADOS e respectivos PRAZOS na implementação das DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

As Diretrizes Estratégicas definem grandes compromissos do PMDE cuja implementação se dará ao longo dos 10 anos de sua vigência. Conforme as DIRETRIZES ESTRATÉGICAS propõem, será necessário definir metas, políticas e programas, entre outros instrumentos. Portanto, para que seus resultados finalísticos sejam alcançados, será necessário estabelecer RESULTADOS ESPERADOS em limites de tempo intermediários ao período total de vigência do PMDE. Os RESULTADOS serão representados como um conjunto claro de ações prioritárias a realizar, detalhadas e com limite de PRAZO definido a até 02 (dois) anos, permitindo que *gradualmente* tais políticas, programas e outras iniciativas e resultados finais previstos nas DIRETRIZES ESTRATÉGICAS sejam alcançados.

Em até 240 dias contados a partir de sua nomeação, O GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO definirá estes RESULTADOS intermediários a alcançar no período inicial de 02 (dois) anos. Os RESULTADOS ESPERADOS e seus respectivos PRAZOS deverão ainda ser atualizados a cada ciclo de igual período.

8.3 – Dos PONTOS DE INTERVENÇÃO

Para facilitar a sistematização da informação, os PONTOS DE INTERVENÇÃO estão ordenados segundo Eixos.

Os PONTOS DE INTERVENÇÃO constituem o detalhamento da *agenda referencial de trabalho proposta pelo PMDE* e estão indicados como complemento do anexo da mesma Lei que o institucionaliza. Tem por objetivo apontar, de forma clara e sistematizada os pontos que deverão ser impactados por programas, projetos e iniciativas. Ou seja, projetos, esforços, ações ou iniciativas deverão ser promovidas para que os PONTOS DE INTERVENÇÃO sejam satisfatoriamente impactados, de acordo com as metas que deverão estar claramente estabelecidas em cada um deles, por meio de indicadores mensuráveis.

Os PONTOS DE INTERVENÇÃO indicados como complemento do anexo da Lei descrevem:

- Título do PONTO DE INTERVENÇÃO;
- Objetivos;
- Macro Escopo de Atuação, entendido como o conjunto de princípios e formatos de atuação referencial que deverão ser promovidos prioritariamente. Isoladamente, nenhum dos elementos particulares e específicos que compõem o Macro Escopo de Atuação é de execução obrigatória, apenas referencial;
- Macro Indicadores, entendido como a listagem de indicadores referenciais que serão monitorados e que expressarão em que medida e sob que forma os objetivos do Ponto de Intervenção resultarão em resultados, impactos e efetividade.

Restrições e limites apontados por análises de viabilidade técnica, legal, administrativa, orçamentária e financeira, podem justificar a não atuação em Pontos de Intervenção, ou em elementos do Macro Escopo de Atuação e dos Macro Indicadores propostos em cada Ponto de Intervenção, a critério do GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO.

O atual detalhamento, a validação e as eventuais alterações sugeridas aos Macro Escopos de Atuação e Macro Indicadores, limitam-se ainda aos seguintes condicionantes:

- Os Macro Escopos de Atuação e Macro Indicadores poderão ser alterados pelo GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO, mediante avaliação de pertinência e/ou viabilidade técnica, legal, financeira e orçamentária que assim o justifique. Serão implementados segundo critérios e prioridades dos responsáveis pela execução das políticas setoriais e de acordo com limites de viabilidade técnica, legal, orçamentária e financeira da administração;
- Isoladamente, nenhum dos elementos particulares e específicos que compõem cada Macro Escopo de Atuação é de execução obrigatória, apenas referencial;
- Os Macro Indicadores dos PONTOS DE INTERVENÇÃO, conforme apontados pelo complemento do anexo da Lei, deverão ser devidamente *quantificados e qualificados*, com prazos e metas definidos. Esta quantificação e qualificação ocorrerá mediante a realização de “*Pesquisa de*

Linha de Base de Indicadores do PMDE”, conduzida sob coordenação e responsabilidade do GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO, a partir e dentro da seguinte estrutura:

- Descrição;
- Valor (valor mensurável);
- Prazo;
- Fontes;
- Histórico períodos anteriores;
- Aplicação (uma breve justificativa da aderência do Indicador em relação aos Objetivos do PMDE).

8.3.1 – Da Pesquisa de Linha de Base de Indicadores do PMDE e metas

Visando especificar valores e prazos para os Macro Indicadores, será realizada uma *Pesquisa de Linha de Base de Indicadores do PMDE*, contendo o histórico da evolução dos indicadores que se pretende monitorar.

A Pesquisa de Linha de Base para todos os Macro Indicadores dos Pontos de Intervenção deverá ser concluída em até 240 dias da data de nomeação do GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO.

O histórico de dados do Macro Indicador deverá considerar ao menos 04 (quatro) anos de evolução, sempre que possível, para que se estabeleça uma projeção de resultados desejados futuros compatível com a curva de evolução historicamente observável.

A partir da consolidação da Pesquisa de Linha de Base, o monitoramento e atualização das metas dos Macro Indicadores deverá ser bianual. Ou seja, a cada 02 anos deverá ser realizada uma pesquisa que demonstre a evolução dos indicadores e atualize as metas estipuladas para o período subsequente.

8.3.2 – Dos Projetos, Programas e iniciativas decorrentes dos Pontos de Intervenção.

Os projetos, esforços, ações e iniciativas que serão produzidas em decorrência dos PONTOS DE INTERVENÇÃO poderão ser propostos pelo GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO, Secretarias de Governo e outras organizações, conforme estejam integradas e/ou vinculadas a execução de políticas públicas afeitas aos Objetivos do PMDE. Tais ações deverão ser devidamente monitoradas a fim de verificar se os resultados produzidos estão de acordo com os indicadores apontados nos PONTOS DE INTERVENÇÃO.

Todos os projetos e programas que surgirão a partir da atuação sobre os Pontos de Intervenção (PI's) deverão detalhar:

- Aderência ao PMDE, à LDO, ao Orçamento Municipal e a todas as demais necessidades de enquadramento jurídico, financeiro, orçamentário e/ou técnico da Prefeitura Municipal;

- Referência inicial dos indicadores relacionados no PMDE, trazidos pela pesquisa linha de base;
- Projetos técnicos detalhados, no limite das exigências legais ou normatizações aplicáveis a cada caso;
- Estratégia de avaliação e monitoramento dos resultados;

8.4 – Revisão dos Macro Objetivos, Diretrizes Estratégicas, Eixos e Pontos de Intervenção – Participação Cidadã

Os Macro Objetivos e Diretrizes Estratégicas serão revisados no quinto ano após a promulgação do PMDE, cabendo conjuntamente ao GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO e ao COMDEC estabelecer a forma desta revisão.

A revisão de Macro Objetivos e Diretrizes Estratégicas do PMDE poderá ocorrer também a qualquer tempo, conforme as seguintes fases:

1. Solicitação formal encaminhada pelo GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO ao COMDEC, com embasamento em análises que justifiquem a alteração (qualquer um dos membros do GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO poderá incluir nas pautas de seus encontros a revisão do PMDE, e a continuidade da solicitação deverá ser aprovada por maioria de 2/3);
2. Apreciação da solicitação pelo COMDEC através de suas reuniões com participação do Núcleo Estratégico (aprovação da solicitação por maioria de 2/3);
3. Somente após a apreciação e aprovação pelas duas esferas, a solicitação de revisão deverá passar por consulta pública, garantindo a participação cidadã no processo. O cidadão participe da consulta pública terá toda a transparência de informações garantida pela interface pública do sistema de suporte à gestão do PMDE, conforme descrito nos capítulos de referência;
4. Em seguida, seguirá o fluxo processual adequado e aplicável a alteração da legislação.

A agenda referencial de trabalho definida por meio dos PONTOS DE INTERVENÇÃO não necessita passar pelas mesmas fases indicadas para o processo de validação de alterações dos Macro Objetivos e Diretrizes Estratégicas, conforme descrito acima. Eventuais atualizações e revisões dos PONTOS DE INTERVENÇÃO, seus Macro Escopos de Atuação e Macro Indicadores se darão no âmbito do GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO.

Restrições e limites apontados por análises de pertinência e viabilidade técnica, legal, administrativa, orçamentária e financeira, podem justificar a não atuação e/ou alterações em Pontos de Intervenção ou em elementos do Macro Escopo de Atuação e dos Macro Indicadores propostos em cada Ponto de Intervenção, a critério do GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO.

Em qualquer caso, eventuais atualizações e/ou alterações devem indicar alternativas suficientes para impactar o Ponto de Intervenção, avaliar seus resultados e detalhar seus indicadores.

Atualizações, revisões e alterações deverão ser encaminhadas formalmente ao COMDEC pelo GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO, anexando-se obrigatoriamente justificativas que apoiem as demandas de alteração. As propostas de alteração somente serão consideradas válidas e incorporadas ao PMDE após reunião do COMDEC que registre a ciência e discussão das mesmas.

8.5 – Execução e Monitoramento

Concluída a etapa de formulação, o desafio principal que doravante se coloca para os agentes públicos e privados é fazer este PMDE se tornar uma realidade.

Os principais requisitos para a superação deste desafio são:

- assegurar durabilidade, persistência e sustentabilidade do esforço de implementação, minimizando a vulnerabilidade deste esforço à descontinuidades político-administrativas;
- manter o esforço de mobilização para articular e agregar múltiplos atores e patrocinadores, públicos e privados, durante um longo período para a realização do Plano: agentes do setor privado (entidades de representação empresarial, dirigentes de grandes empresas, mídia e lideranças de grande reconhecimento público, entre outros); agentes do setor público (Executivo Estadual, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Municípios e órgãos federais); e agentes do terceiro setor (ONGs e representantes de movimentos civis ou religiosos, entre outros);
- manter o foco e imprimir um ritmo mais intenso na fase inicial de implantação em virtude da existência de projetos estruturantes que condicionam a execução dos demais ao longo do processo de transformação.

O conceito básico para o monitoramento e execução do PMDE é o da governança compartilhada, entre o Executivo Municipal e a sociedade civil (setor privado, terceiro setor, instituições de ensino e entidades de classe e associativas), representada pelo COMDEC – Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

8.5.1 – O papel do COMDEC

O COMDEC deverá exercer um papel de participação, monitoramento e aconselhamento para a consecução dos objetivos do PMDE. Participação quando atuando no âmbito do GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO, e de monitoramento e aconselhamento quando em suas reuniões ordinárias.

Portanto, o COMDEC terá as seguintes responsabilidades:

- Pelo monitoramento dos Indicadores do PMDE no nível ESTRATÉGICO;
- Solicitar (no âmbito do GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO) e manifestar-se (no âmbito de suas reuniões do Núcleo Estratégico) quanto aos pedidos de revisão do PMDE;
- Por atuar em proximidade com a SEDERT e com o GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO, apontando melhorias, indicando ações e solicitando informações para o acompanhamento e monitoramento da evolução dos resultados dos Projetos;
- Por solicitar à SEDERT e ao GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO estudos e análises que facilitem o monitoramento do PMDE;
- Por mobilizar os atores sociais e institucionais (Secretarias, autarquias, entidades civis, públicas e privadas, atores políticos e técnicos) para o cumprimento e alcance das metas do PMDE;
- Por monitorar os relatório de acompanhamento das Metas e indicadores do PMDE;
- Por sugerir e propor revisões periódicas dos **Macro Objetivos e das Diretrizes Estratégicas do PMDE.**

8.5.2 – O papel da SEDERT

A SEDERT - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho será a Secretaria com o papel de concentração dos esforços, além da coordenação a articulação junto a outros atores (civis, públicos e privados), COMDEC e outras Secretarias Municipais, fundamental para a consecução dos objetivos do PMDE.

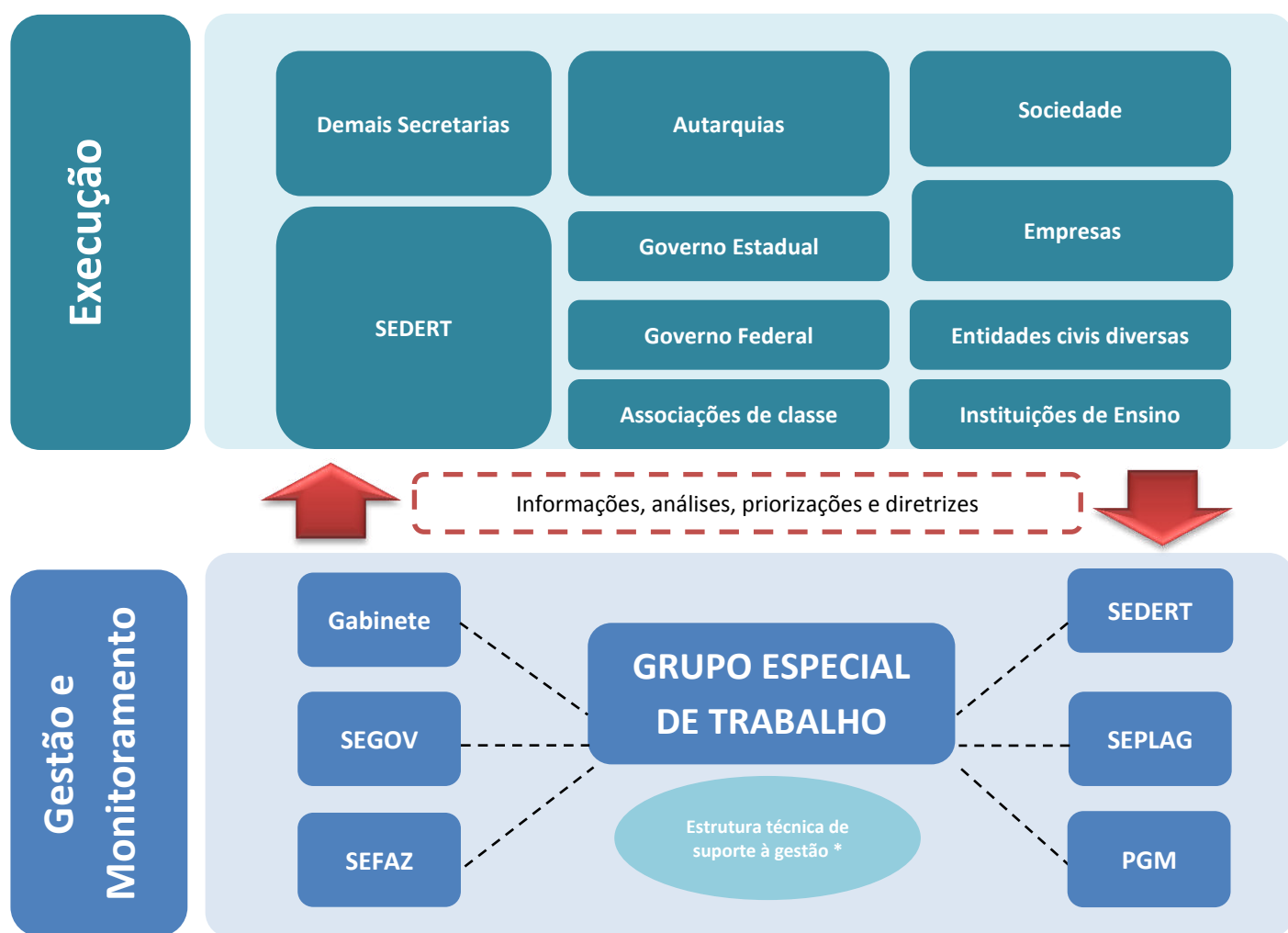
Serão funções e responsabilidade da SEDERT:

- Zelar pelo cumprimento e alcance das metas do PMDE, de forma geral;
- Propor e manifestar-se (no âmbito do GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO) quanto aos pedidos de revisão do PMDE;
- Centralizar todos os dados e informações referentes aos resultados alcançados pelos órgãos responsáveis pela execução dos projetos e esforços, da implantação do PMDE;
- Operar o sistema informatizado de gestão e monitoramento do PMDE, tanto dos recursos de controle internos como os de transparência de dados para o público externo;
- Monitorar os indicadores do PMDE, nos níveis ESTRATÉGICOS, TÁTICOS e OPERACIONAIS;
- Produzir estudos e análises que facilitem o monitoramento do PMDE;
- Gerar informações para o COMDEC para acompanhamento das Metas Estratégicas e Táticas do PMDE;
- Propor ao Executivo Municipal, monitorar, bem como implementar quando afeitos a Política Municipal de Desenvolvimento, os Projetos necessários ao alcance dos Macro Objetivos, das Diretrizes Estratégicas e dos PONTOS DE INTERVENÇÃO, através de seus

indicadores de monitoramento, que possibilitem o adequado acompanhamento da sua implementação e dos resultados obtidos;

- Mobilizar os atores (Secretarias, autarquias, entidades civis, públicas e privadas, atores políticos e técnicos) para a proposição, implementação e monitoramento dos Projetos necessários;
- Operar as informações de gestão e monitoramento do PMDE;
- Realizar pesquisas e levantamentos de dados (conduzir, realizar ou contratar terceiros) para suporte à implantação do PMDE – pesquisa linha de base e pesquisas de avaliação no tempo, bem como apresentar ao COMDEC os resultados e apontamentos das pesquisas;
- Sugerir mudanças nos rumos dos Projetos criados para a implantação do PMDE;
- Preparar e distribuir informações para a Secretaria de Comunicação dos objetivos e resultados do PMDE, para:
 - mobilização dos atores públicos e privados visando à sustentação do PMDE;
 - mobilização da sociedade em apoio ao projeto;
 - divulgações de transparência fiscal.

Figura 17 - Matriz de relacionamento dos atores - monitoramento e execução do PMDE em São Caetano do Sul



Fonte: Elaborado SEDERT e COMDEC.

**Estrutura técnica de suporte à gestão dos projetos e programas aos moldes de um PMO - Escritório de Projetos, independente da denominação a ser dada*

8.5.3 – Do sistema de Gestão do PMDE

Para a execução e monitoramento do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico de São Caetano do Sul, as equipes de execução e monitoramento deverão constituir e se utilizar de um sistema de gestão informatizado, que permita a integração e a sistematização de todos os aspectos que envolvem o monitoramento e execução do PMDE. Um exemplo de ferramenta para esta utilização é o GPWeb.

O sistema deverá também possuir uma interface pública, possibilitando consultas abertas pelo cidadão aos resultados obtidos da implantação do PMDE.

O Sistema informatizado de suporte à gestão do PMDE deverá estar totalmente constituído e operante, com interface aberta ao público com primeiro lote de informações cadastradas, em até 1 ano da nomeação do GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO do PMDE.

8.6 – Instrumentos Financeiros

A implantação dos Projetos necessários ao atingimento das metas do PMDE certamente demandará recursos (públicos e privados), de acordo com características e objetivos de cada Projeto. Os instrumentos financeiros a serem utilizados com essa finalidade, respeitadas as necessidades legais de aprovação em cada caso, estão descritos abaixo como orientação e informação:

- Instrumentos de crédito:
 - Acesso às fontes de crédito, com diferenciação para atividades relevantes adensamento das cadeias produtivas) e de interesse social;
 - Crédito de carbono para projetos com resultados ambientais.

- Instrumentos de financiamento:
 - Fundos sociais federais e estaduais;
 - Financiamento do BNDES;
 - Bancos Nacionais e Internacionais de Fomento.

- Fundos setoriais:
 - Recursos do FUNDEB;
 - Fundos Setoriais de C&T;
 - Financiamentos da Finep;
 - Recursos e bolsas do CNPQ;
 - Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia;

- Fundo Nacional do Meio Ambiente;
- Confederação Nacional da Indústria (CNI).

- Recursos do orçamento público:
 - Recursos do PAC, vinculados a projetos de investimento estruturador;
 - Recursos dos ministérios setoriais;
 - Orçamento Geral da União;
 - Orçamento do Estado de São Paulo;
 - Orçamento municipal;
 - Recursos do Sistema “S”;
 - Orçamento do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.

- Recursos privados:
 - Parcerias público-privadas;
 - Recursos das grandes empresas nacionais (públicas e privadas) e multinacionais atuantes na cidade e região, para pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
 - Investimentos privados em projetos de investimento.

SUMÁRIO DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema geral de revisão anual do PMDE	25
Figura 2 - Elementos básicos para compor a estratégia de DEL no âmbito local	26
Figura 3 - Fases do projeto segundo práticas da MML	27
Figura 4 - Exemplo de EAP para planejamento de projetos segundo práticas da MML.....	28
Figura 5 - Cronologia histórica das atividades do Grupo Matarazzo em São Caetano do Sul	39
Figura 6 - Localização da Região Metropolitana situada no Estado de São Paulo.....	44
Figura 7 - Mapa Transporte Metropolitano de São Paulo 2014 – destaque Estação CPTM de São Caetano do Sul	50
Figura 8 – Ilustração de vista aérea do Espaço Cerâmica - Planejamento	58
Figura 9 - Distribuição dos Centros Comerciais Varejistas em São Caetano do Sul 2014.....	70
Figura 10 - Arte do Monotrilho São Caetano na faixa da Avenida Guido Aliberti	75
Figura 11 - Página Inicial do Portal Investe São Caetano do Sul	82
Figura 12 - Fachada do complexo Atende-Fácil São Caetano do Sul	83
Figura 13 - Distribuição das Favelas – entorno de São Caetano do Sul	125
Figura 14 - Mapa do Futuro do Metrô de SP – estimativa após conclusão das obras planejadas	130
Figura 15 - Piscinões da Bacia do Tamanduateí.....	131
Figura 16 - Matriz de relacionamento Macro Objetivos, Metas e Indicadores e Projetos para o PMDE São Caetano do Sul	
Figura 17 - Matriz de relacionamento dos atores - monitoramento e execução do PMDE em São Caetano do Sul	

SUMÁRIO DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População de São Caetano do Sul – 1980 a 2013	45
Gráfico 2 - Evolução histórica da população acima de 60 anos de São Caetano do Sul.....	47
Gráfico 3 - Taxa de Analfabetismo da população de 15 anos ou mais (em %).....	48
Gráfico 4 - Distribuição dos Empregos Formais por Atividade (em % - jan/ 2014)	52
Gráfico 5 - Variação do Saldo de Empregos (admitidos menos demitidos) sobre o total de pessoas empregadas	53
Gráfico 6 - Porcentagem de admitidos em relação ao total de pessoas empregadas	54
Gráfico 7 - Balança Comercial de São Caetano (em US\$ FOB milhões).....	57
Gráfico 8 - Número de Empresas de São Caetano do Sul por Bairro 2013 (total 15.012 empresas)	59
Gráfico 9 - Arrecadação Empresarial (ISS+ICMS) SCS por Bairros 2013 - Valor Total: R\$ 382.343.172,40	60

Gráfico 10 - Divisão da economia por setor empresarial São Caetano do Sul 2014 (em número de empresas).....	61
Gráfico 11 - Evolução histórica do total de empresas e do total de indústrias de São Caetano do Sul 2006 a 2012.....	62
Gráfico 12 - Evolução da geração de empregos comparativo total e indústrias de São Caetano do Sul 2006 a 2012.....	63
Gráfico 13 - Evolução histórica da variação do número de empregos no setor da indústria Comparativo São Caetano do Sul e Micro Região ABC (ABC + SP)	64
Gráfico 14 - Indústrias de São Caetano do Sul por porte – Número de empregados - 2012	65
Gráfico 15 - Evolução histórica do total de empresas e do total de empresas de serviço de São Caetano do Sul 2006 a 2012.....	66
Gráfico 16 - Evolução da geração de empregos comparativo total e empresas de serviços de São Caetano do Sul 2006 a 2012.....	67
Gráfico 17 - Evolução histórica da variação do número de empregos no setor de serviços Comparativo São Caetano do Sul e Micro Região ABC (ABC + SP)	68
Gráfico 18 - Setor de Serviços de São Caetano do Sul por porte Número de empregados - 2012	69
Gráfico 19 - Evolução histórica do total de empresas e do total de empresas de comércio de São Caetano do Sul 2006 a 2012.....	71
Gráfico 20 - Evolução da geração de empregos comparativo total e empresas de comércio de São Caetano do Sul 2006 a 2012	72
Gráfico 21 - Evolução histórica da variação do número de empregos no comércio Comparativo São Caetano do Sul e Micro Região ABC (ABC + SP).....	73
Gráfico 22 - Comércio de São Caetano do Sul por porte – número de empregados - 2012.....	74
Gráfico 23 - Evolução histórica receitas Prefeitura de São Caetano do Sul - Aumento Real vs. Aumento nominal – 2009 -2013	90
Gráfico 24 - Evolução histórica receitas de ISS e ICMS da Prefeitura de São Caetano do Sul - Aumento Real vs. Aumento nominal – 2009 -2013	91
Gráfico 25 - Representatividade tributos de Empresas (ICMS e ISS) em relação à receita total da Prefeitura de São Caetano do Sul – 2008 -2013	92
Gráfico 26 - Representatividade dos tributos das 03 maiores empresas em relação ao ICMS e ISS de São Caetano do Sul - 2008 -2012.....	93
Gráfico 27 - Evolução dos recolhimentos das 03 maiores empresas comparativo total ISS e ICMS - São Caetano do Sul - 2008 -2012.....	94
Gráfico 28 - Evolução dos recolhimentos das 03 maiores empresas somadas, comparativo total ISS e ICMS - São Caetano do Sul - 2008 -2012.....	95
Gráfico 29 - Tributos recolhidos pela Petrobras comparação Receita Municipal – 2009 a 2012.....	111
Gráfico 30 - Evolução do Valor Adicionado da Indústria de Transformação sobre o PIB (%).....	113
Gráfico 31 - Índices de Comércio e Produção Industrial – (Quantum janeiro 2003=100).....	113
Gráfico 32 - Faturamento anual do e-commerce no Brasil (em bilhões)	118
Gráfico 33 - Homicídio Doloso (Taxa para cada 100 mil habitantes).....	125
Gráfico 34 - Roubos, furtos e roubos e furtos de veículos 2013 (Taxa por cada 100 mil habitantes).....	126

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 1 - Exemplo de Matriz de Marco Lógico para planejamento de projetos segundo práticas da MML	29
Tabela 2 - Exemplo de matriz de monitoramento dos indicadores segundo práticas da MML	31
Tabela 3 - Reuniões do COMDEC para concepção e planejamento do PMDE – 2013 / 2014 / 2015	32
Tabela 4 - População Residente por Faixa Etária e Sexo - 2013 (em número de habitantes)	46
Tabela 5 - Proporção população idosa - 2010 (proporção em relação ao número de habitantes)	46
Tabela 6 - Divisão de Classe São Caetano do Sul - Critério Brasil	48
Tabela 7 - Os 15 primeiros colocados do Estado de São Paulo (IDH-M)	49
Tabela 8 - Índice de Indivíduos residentes que trabalham em outro município – Comparativo Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul	51
Tabela 9 - Deslocamentos produzidos e atraídos pela cidade de São Caetano do Sul 2007	52
Tabela 10 - Remuneração Média dos Empregos Formais (2012)	54
Tabela 11 - Arrecadação ISS/ ICMS e nº de empresas por vertical econômica São Caetano do Sul	55
Tabela 12 - Informalidade empresas São Caetano do Sul (2011)	57
Tabela 13 - Crescimento anual da infraestrutura em setores selecionados 1951 a 2002	115
Tabela 14 - Posição das cidades do Grande ABC no Ranking IDH ONU - 2010	133
Tabela 15 - PIB per capita a preços correntes das cidades do Grande ABC - 2011	133

MATERIAL COMPLEMENTAR

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE
SÃO CAETANO DO SUL

PONTOS DE INTERVENÇÃO



Secretaria Municipal
de **Desenvolvimento**
Econômico e
Relações de Trabalho



SÃO CAETANO DO SUL
PREFEITURA DA CIDADE

Os PONTOS DE INTERVENÇÃO

O Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico de São Caetano do Sul está organizado em 03 macroestruturas:

- **NO TOPO:**

MACRO OBJETIVOS – Os pontos estratégicos que devem ser alcançados (proposto neste documento)

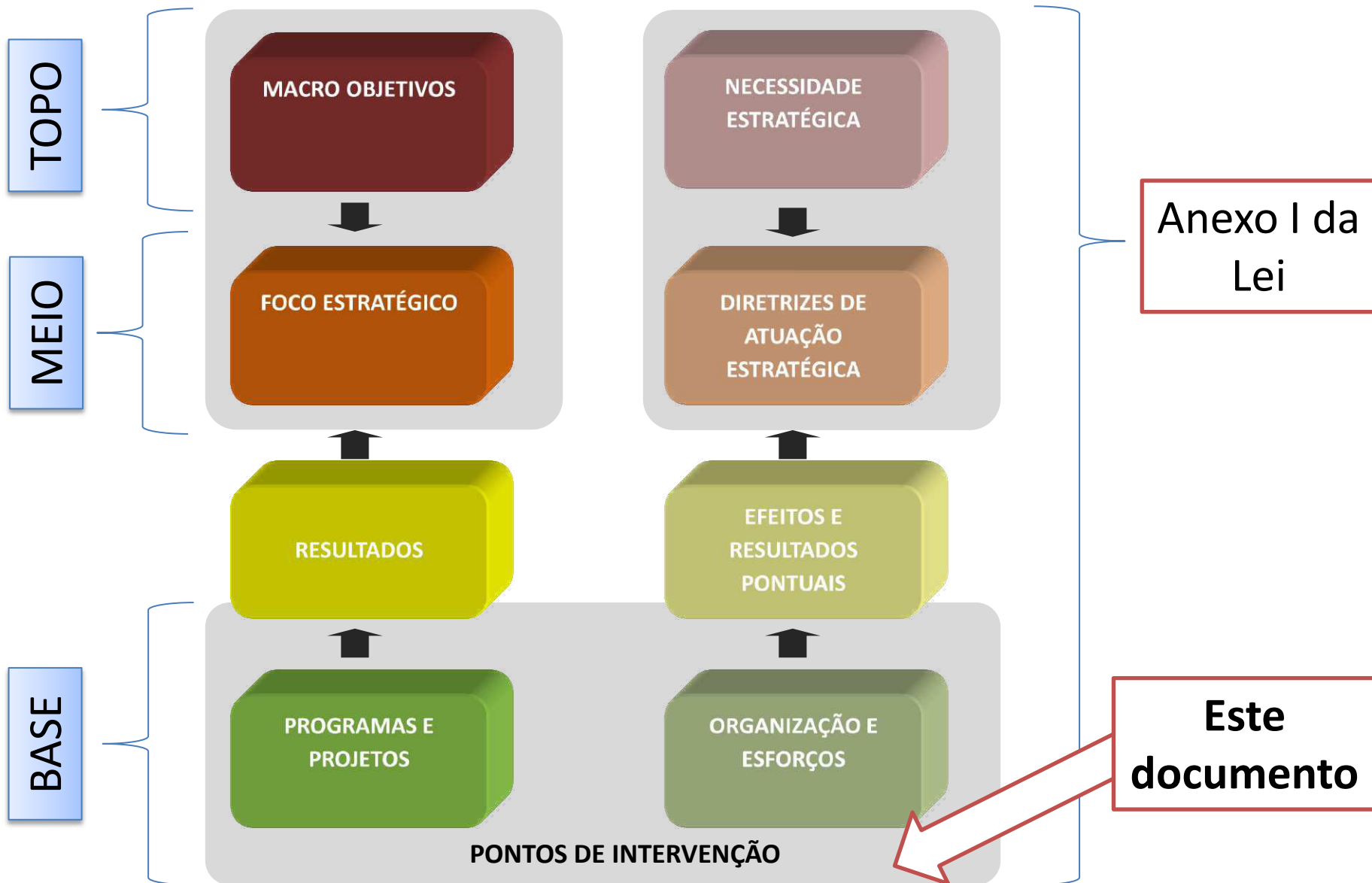
- **NO MEIO**

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS – as temáticas que deverão ser tratadas para a consecução dos Macro Objetivos organização destes pontos (proposto neste documento)

- **NA BASE**

PONTOS DE INTERVENÇÃO – quais os pontos que deverão ser impactados para que a cidade possa alcançar o desenvolvimento conforme estabelecido neste PLANO (complemento do anexo proposto na Lei que institucionaliza o documento)

Estrutura Organizacional do PMDE



Os PONTOS DE INTERVENÇÃO

Fonte: PMDE

Este complemento do anexo I da Lei trata especificamente dos PONTOS DE INTERVENÇÃO.

Os PONTOS DE INTERVENÇÃO têm por objetivo indicar, de forma clara e sistematizada os pontos que deverão ser impactados por programas e projetos.

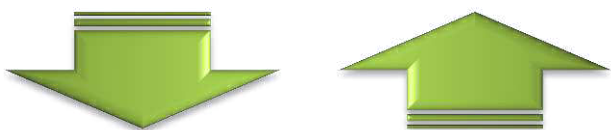
Projetos, esforços, ações ou iniciativas deverão ser promovidas para que os PONTOS DE INTERVENÇÃO sejam satisfatoriamente impactados, de acordo com as metas que deverão estar claramente estabelecidas em cada um deles, através de indicadores mensuráveis.

Os PONTOS DE INTERVENÇÃO deverão conter indicadores mensuráveis de monitoramento. As metas quantitativas dos indicadores e seus prazos de implementação serão definidos pela Comissão Especial de Trabalho após a pesquisa Linha de Base, conforme definido pelo PMDE.

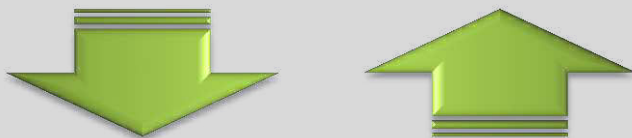
Os PONTOS DE INTERVENÇÃO serão divididos por eixos, para sistematizar a informação e facilitar o monitoramento da execução das ações.

Estrutura Organizacional Simplificada do PMDE

MACRO OBJETIVOS



EIXOS



PROGRAMAS E PROJETOS

Pontos de Intervenção

Anexo I da
Lei

Este
Documento

Os PONTOS DE INTERVENÇÃO

Fonte: PMDE

Os PONTOS DE INTERVENÇÃO apresentados neste documento possuem a seguinte estrutura (conforme exigido pelo texto do PMDE):

Classificação pelo Eixo

Qual o Eixo de classificação que se enquadra o PONTO DE INTERVENÇÃO

Título

Título do PONTO DE INTERVENÇÃO que será alvo de atenção de projetos, ações e esforços, no âmbito do PMDE

Objetivo

Breve resumo de onde se pretende alcançar através de ações realizadas no âmbito do PONTO DE INTERVENÇÃO

Macro Escopo de Atuação

Breve descrição das ações e esforços que deverão ser realizados a fim de se alcançar os objetivos estabelecidos neste PONTO DE INTERVENÇÃO

Macro Indicadores

Indicador que deverá ser acompanhado para monitorar a consecução do objetivo do PONTO DE INTERVENÇÃO. **Os valores e os prazos detalhados deverão ser produzidos pela Comissão Especial de Trabalho baseados nos referenciais apresentados por este documento.**

Os PONTOS DE INTERVENÇÃO

Fonte: PMDE

Após a pesquisa de linha de Base, tomando como referência este documento, conforme determinado pelo PMDE os PONTOS DE INTERVENÇÃO deverão possuir a seguinte estrutura:

Classificação pelo Eixo / Título / Objetivo / Macro Escopo de Atuação (JÁ DESCRITOS)

Indicadores

A partir das bases referenciais deste documento, a Comissão Especial de Trabalho deverá produzir os prazos e os valores quantitativos mensuráveis para cada um dos indicadores já estabelecidos, ou para novos indicadores (caso necessário).

Fontes

Fontes de dados para o monitoramento futuro do indicador

Histórico períodos anteriores

Os valores do indicador nos períodos anteriores ao início do PMDE, indicados pela pesquisa Linha de Base

Aplicação

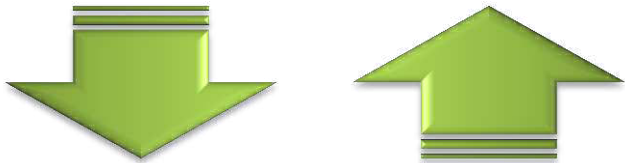
Breve justificativa da aderência do Indicador em relação aos Objetivos do PONTO DE INTERVENÇÃO e do PMDE)

Estrutura Organizacional do PMDE - EIXOS



Estrutura Organizacional do PMDE – EIXOS e PIs

MACRO OBJETIVOS



EIXOS

1
Organização e Participação sociedade Civil

2
Diversificação e Adensamento das Cadeias produtivas (Verticais Econômicas)

3
Criação de infraestrutura urbana e ambiente institucional e legal atraente para atividades empresariais)

4
Modernizar e dar transparência e eficiência à gestão pública

5
Desenvolvimento de Capital Humano e de instrumentos que facilitem o acesso ao emprego e à mão de obra

6
Apoio empresarial para manutenção e atração de empresas para a cidade

(EIXO ESPECIAL)
implantar políticas de estímulo à inovação, desenvolvimento tecnológico e sustentabilidade

PONTOS DE INTERVENÇÃO O – Pí's

↑ ↓
PI 1/1
PI 2/1
PI 3/1
PI 4/1
PI .../1

↑ ↓
PI 1/2
PI 2/2
PI 3/2
PI 4/2
PI .../2

↑ ↓
PI 1/3
PI 2/3
PI 3/3
PI 4/3
PI .../3

↑ ↓
PI 1/4
PI 2/4
PI 3/4
PI 4/4
PI .../4

↑ ↓
PI 1/5
PI 2/5
PI 3/5
PI 4/5
PI .../5

↑ ↓
PI 1/6
PI 2/6
PI 3/6
PI 4/6
PI .../6

↑ ↓
PI 1/E
PI 2/E
PI 3/E
PI 4/E
PI .../E

Estrutura Organizacional do PMDE – EIXOS e PIs



Envolvimento e participação dos atores sociais e econômicos mais relevantes da cidade na construção das definições de visão de médio e longo prazo para o desenvolvimento econômico do município. Monitoramento e acompanhamento dos resultados alcançados.

Ponto de Intervenção 1/1

Grupo institucional permanente de Desenvolvimento Econômico, composto de empresários, empregados, entidades e poder público. (SEDERT, SecGov)

Ponto de Intervenção 2/1

Consultas públicas, fóruns e instrumentos de disseminação e participação aberta da sociedade nas definições do futuro da cidade, em termos de desenvolvimento econômico. (SEDERT, SECOM)

Ponto de Intervenção 3/1

Promover o envolvimento da sociedade civil (empresas, entidades, universidades) no desenvolvimento da cidade. (SEDERT, SECOM)

Ponto de Intervenção 4/1

Grupo institucional permanente de Inovação, Ciência e Tecnologia, composto de empresários, entidades e poder público (EE) (SEDERT, SEPLAG)

Ponto de Intervenção 5/1

Grupo institucional permanente de tratativa de temas de emprego e Relações do Trabalho, composto de representantes dos empregados, dos empregadores e do poder público. (SEDERT, SEAIS)

Ponto de Intervenção 6/1

Grupo institucional permanente de tratativa de temas relacionados à cadeira do turismo (SEDERT, SESEST)

Ponto de Intervenção 1/1

EIXO 01 - ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Grupo institucional permanente de Desenvolvimento Econômico, composto de empresários, empregados, entidades e poder público

OBJETIVO

Garantir a participação da sociedade civil e a articulação das forças sociais e econômicas da cidade no apoio ao poder público para a implantação das políticas de desenvolvimento econômico do presente e do futuro do município

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Envolvimento democrático dos atores sociais e econômicos da cidade no debate de todo e qualquer tema que impacte no desenvolvimento econômico.
- Monitorar e indicar alterações para o PMDE.
- Fornecer orientações e diretrizes para o poder público.
- Integrar à pauta de debates as ações regionais relevantes em relação aos temas tratados.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Legislação que regulamenta o grupo e Regimento Interno aprovado.
- Reuniões ordinárias e reuniões especiais anuais, com participação dos altos escalões das entidades participantes. Reuniões devem produzir ATAs, documentos e lista de presença com os devidos registros das decisões.
- Reuniões anuais de integração e acompanhamento para balanço da implementação do PMDE, com produção de relatório, análises, pareceres e indicação de alterações.
- Organização de verticais econômicas, com dinâmicas de participação empresarial cooperativa estabelecida e com representação formal nos Conselhos e outros fóruns de participação.

Ponto de Intervenção 2/1

EIXO 01 - ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Consultas públicas, fóruns e instrumentos de disseminação e participação aberta da sociedade nas definições do futuro da cidade, em termos de desenvolvimento econômico

OBJETIVO

Garantir o debate público e democrático sobre o presente e o futuro do desenvolvimento econômico da cidade

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Realização de debates públicos sobre temas abrangentes e/ ou específicos de impacto no desenvolvimento econômico da cidade (fóruns, mesas redondas, apresentação de estudos, etc).
- Aproximação com entidades e organizações de ilibado saber, para aprofundamento de temas específicos.
- Recepção e organização das contribuições e solicitações da sociedade civil.
- Manutenção do debate permanente, com utilização de ferramentas eletrônicas.
- Publicidade e transparência das informações públicas.
- Integrar à pauta de debates as ações regionais relevantes em relação aos temas tratados.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Realização de encontros anuais abertos (fóruns, mesas de debate, etc), com participação direta de empresários, universidades, centros de pesquisa, entidades de classe, organizações de ilibado saber, público geral e outros atores de impacto na economia local, para revisão e debate sobre os direcionamentos estratégicos da cidade.
- Sistemática estruturada para recepção das contribuições e sugestões da sociedade civil para a estratégia de desenvolvimento da cidade.
- Estruturas virtuais para disseminação de informações que amparem a avaliação da sociedade civil em relação às políticas aplicadas no município quanto ao desenvolvimento econômico, em pleno funcionamento e com atualizações em determinados períodos.

Ponto de Intervenção 3/1

EIXO 01 - ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Promover o envolvimento da sociedade civil (empresas, entidades, universidades) no desenvolvimento da cidade

OBJETIVO

Garantir o envolvimento efetivo e participativo da sociedade civil no desenvolvimento da máquina pública e da cidade em si, através de contribuições técnicas, doações e outras formas de envolvimento direto

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Publicidade eficiente e democrática das ações e eventos promovidos pela Prefeitura, para participação de entidades privadas (apoio social, patrocínio, parcerias, etc).
- Estimular as empresas a utilizarem as leis de abatimento do Imposto de Renda para ações a serem realizadas e executadas no município (doações, apoio à entidades sociais, etc), para que o imposto fique no município.
- Estimular as empresas a utilizarem as leis de estímulo à cultura e ao esporte, para que o imposto fique efetivamente no município.
- Realizar parceria e projetos com universidades, faculdades e cursos técnicos, para que o conhecimento técnico produzido nas entidades de ensino sejam aproveitados e efetivamente utilizados em benefício da cidade e da população.
- Implementar Pactos Setoriais entre associações representativas de diferentes cadeias do setor produtivo e o Governo local, estabelecendo compromissos voluntários ou vinculantes entre o setor produtivo e a sociedade, visando o alcance dos objetivos do PMDE.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Ações e eventos promovidos pela Prefeitura por ano, realizados com suporte administrativo, técnico ou financeiro de atores privados.
- Doações de empresas em operação na cidade para projetos sociais ou para a administração municipal, com a finalidade de promoção da melhoria dos serviços públicos ou suporte assistencial.
- Projetos da Prefeitura e suas autarquias suportados por estudos, análises e trabalhos desenvolvidos nas universidades, faculdades e instituições técnicas de ensino, sem custos para a administração municipal.
- Pactos setoriais formulados e implantados.

Ponto de Intervenção 4/1

EIXO 01 - ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Grupo institucional permanente de Inovação, Ciência e Tecnologia, composto de empresários, entidades e poder público (EE)

OBJETIVO

Garantir a participação da sociedade civil e a articulação das forças sociais e econômicas da cidade no apoio ao poder público para as políticas de inovação, ciência e tecnologia, amparando as políticas públicas e iniciativas privadas realizadas na cidade sobre este tema

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Grupo para fomentar a vocação do município.
- Envolvimento democrático dos atores sociais e econômicos da cidade.
- Participação das entidades, instituições de ensino e organizações de ilibado saber ligadas à inovação, ciência e tecnologia.
- Monitorar e indicar alterações para o PMDE específicos para inovação, ciência e tecnologia (EIXO ESPECIAL).
- Fornecer orientações e diretrizes para o poder público nos aspectos ligados à inovação, ciência e tecnologia.
- Integrar à pauta de debates as ações regionais relevantes em relação aos temas tratados.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Legislação que regulamenta o grupo e Regimento Interno aprovado em até da aprovação do PMDE.
- Reuniões ordinárias e reuniões especiais anuais, com participação dos altos escalões das entidades participantes. Reuniões devem produzir ATAs, documentos e lista de presença com os devidos registros das decisões.
- Reuniões anuais de integração e acompanhamento para balanço da implementação do PMDE em relação ao tema de Inovação, Ciência e Tecnologia, com produção de relatório, análises, pareceres e indicação de alterações.

Ponto de Intervenção 5/1

EIXO 01 - ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Grupo institucional permanente de tratativa de temas relacionadas ao emprego e Relações do Trabalho, composto por representantes dos empregados, empregadores e poder público

OBJETIVO

Garantir a participação da sociedade civil e a articulação das forças sociais e econômicas da cidade no apoio ao poder público para as políticas de emprego e Relações do Trabalho

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Envolvimento democrático dos atores sociais e econômicos da cidade.
- Participação das entidades, instituições de ensino e organizações de ilibado saber ligadas ao tema de emprego e relações do trabalho.
- Monitorar e indicar alterações para o PMDE específicos para as áreas de emprego e relações do trabalho.
- Fornecer orientações e diretrizes para o poder público nos aspectos ligados à inovação, ciência e tecnologia.
- Estar integrado e sinérgico ao Sistema Público de Emprego (município, estado e federação).
- Integrar à pauta de debates as ações regionais relevantes em relação aos temas tratados.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado
- Legislação que regulamenta o grupo e Regimento Interno aprovado.
- Reuniões ordinárias e reuniões especiais anuais, com participação dos altos escalões das entidades participantes. Reuniões devem produzir ATAs, documentos e lista de presença com os devidos registros das decisões.
- Reuniões anuais de integração e acompanhamento para balanço da implementação do PMDE em relação ao tema de Relações do Trabalho, com produção de relatório, análises, pareceres e indicação de alterações.

Ponto de Intervenção 6/1

EIXO 01 - ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Grupo institucional permanente de tratativa de temas relacionados à cadeia empresarial do turismo - foco turismo de negócios

OBJETIVO

Garantir a participação da sociedade civil e a articulação das forças sociais e econômicas da cidade no apoio ao poder público para as políticas de fomento às cadeias turísticas da cidade, com foco na promoção do turismo de negócios

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Grupo para fomentar a vocação turística do município, conforme já estipulado pela Lei nº 4.401 de 01/06/2006
- Envolvimento democrático dos atores sociais e econômicos da cidade
- Participação das entidades, instituições de ensino e organizações de ilibado saber ligadas ao turismo
- Monitorar e indicar alterações para o PMDE específicos para o turismo
- Fornecer orientações e diretrizes para o poder público nos aspectos ligados ao turismo da cidade
- Integrar à pauta de debates as ações regionais relevantes em relação aos temas tratados

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado
- Legislação que regulamenta o grupo e Regimento Interno aprovado.
- Reuniões ordinárias e reuniões especiais anuais, com participação dos altos escalões das entidades participantes. Reuniões devem produzir ATAs, documentos e lista de presença com os devidos registros das decisões.
- Reuniões anuais de integração e acompanhamento para balanço da implementação do PMDE em relação ao tema de Turismo de Negócios, com produção de relatório, análises, pareceres e indicação de alterações.

Estrutura Organizacional do PMDE – EIXOS e PIs



Ampliação e fortalecimento das cadeias produtivas em operação na cidade, fomentando o relacionamento das empresas de forma organizada e na busca dos interesses mútuos, reduzindo a vulnerabilidade e aumento da competitividade da economia local

Ponto de Intervenção 1/2

Centro de Concentração de Assuntos, Esforços e Projetos de Inovação, Ciência e Tecnologia. (EE) (SEDERT, SEPLAG, SEJUR, SEFAZ, SecGov)

Ponto de Intervenção 2/2

Centro de desenvolvimento de novos negócios tecnológicos/ alto valor agregado – “Incubadora”. (EE) (SEDERT)

Ponto de Intervenção 3/2

Fomento ao turismo de negócios e criação e organização das estruturas para eventos corporativos. (SEDERT, SEOHAB, SEEST, SESURB, SEJUR, SEFAZ)

Ponto de Intervenção 4/2

Consolidação institucional e operacional das cadeias econômicas (Verticais Econômicas) estratégicas locais e regionais. (SEDERT, SECOM)

Ponto de Intervenção 5/2

Estímulo à Economia Solidária para inclusão produtiva de populações com vulnerabilidade social. (SEDERT, SEAIS, SEJUR, DAE)

Ponto de Intervenção 6/2

Fomento à produção artística e cultural para estímulo às cadeias econômicas relacionadas. (SEDERT, SEOHAB, SEEST, SESURB, SEJUR, SECULT)

Ponto de Intervenção 1/2

EIXO 02 - DIVERSIFICAÇÃO E ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS (VERTICAIS ECONÔMICAS)

Centro de Concentração de Assuntos, Esforços e Projetos de Inovação, Ciência e Tecnologia (EE)

OBJETIVO

Implementação de um centro de excelência a fim de vocacionar a cidade de São Caetano do Sul nos ramos de inovação, ciência e tecnologia

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Estudos e justificativas que amparem o formato a ser implantado do centro de concentração de assuntos ligados a inovação, ciência e tecnologia
- Realização de projetos e ações de fomento às empresas destes ramos.
- Realização de projetos e ações na administração pública, a fim de referenciar o governo nestes ramos.
- Parcerias com entidades, empresas e outras organizações de ilibado saber nas áreas de inovação, ciência e tecnologia.
- Implementação e operação da estrutura de forma institucional (devidamente amparada em legislação) e financeiramente sustentável, com instrumentos democráticos de gestão e operação.
- Integração com as ações regionais de fomento ao Parque Tecnológico do ABC e outras iniciativas correlatas.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Realizar encontros, junto à sociedade civil, para validação e legitimação do projeto técnico detalhado.
- Implementação da estrutura administrativa, financeira e legal do Centro de concentração de assuntos de Inovação, Ciência e Tecnologia.
- Empresas beneficiadas em projetos e ações realizadas pelo Centro.
- Crescimento do número de empresas ligadas à inovação, ciência e tecnologia estabelecidas na cidade.

CONTINUA...

CONTINUAÇÃO Ponto de Intervenção 1/2

MACRO INDICADORES (continuação...)

- Crescimento do número de empregos gerados pelas empresas ligadas à inovação, ciência e tecnologia estabelecidas na cidade.
- Crescimento da arrecadação de tributos para a Prefeitura pelas empresas ligadas à inovação, ciência e tecnologia estabelecidas na cidade.

Ponto de Intervenção 2/2

EIXO 02 - DIVERSIFICAÇÃO E ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS (VERTICAIS ECONÔMICAS)

Centro de desenvolvimento de novos negócios tecnológicos/ alto valor agregado – “Incubadora” (EE)

OBJETIVO

Criar estrutura física e institucional de estímulo e suporte para o nascimento e desenvolvimento de empresas Startups de alto valor agregado, com foco nas áreas que se pretende vocacionar a cidade

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Estudos e justificativas que amparem o formato a ser implantado do centro de amparo às empresas de base tecnológica – incubadoras.
- Realização de projetos e ações de fomento às empresas destes ramos.
- Realização de projetos e ações na administração pública, a fim de referenciar o governo nestes ramos.
- Parcerias com entidades, empresas e outras organizações de ilibado saber nas áreas de inovação, ciência e tecnologia.
- Implementação e operação da estrutura de forma institucional (devidamente amparada em legislação) e financeiramente sustentável, com instrumentos democráticos de gestão e operação.
- Integração com a estruturação do centro de concentração de assuntos de inovação, ciência e tecnologia.
- Integração com as ações regionais de fomento ao Parque Tecnológico do ABC e outras iniciativas correlatas.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Incubação de empresas.
- Graduação de empresas.
- Empresas incubadas evoluírem para empresas estruturadas com operação na cidade de São Caetano do Sul.

Ponto de Intervenção 3/2

EIXO ESTRATÉGICO 2 - DIVERSIFICAÇÃO E ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS (VERTICAIS ECONÔMICAS)

Fomento ao turismo de negócios e criação e organização das estruturas para eventos corporativos

OBJETIVO

Estruturar o turismo de negócios na cidade para que se torne uma referência regional, proporcionando o fomento das cadeias empresariais que atuam no ramo e proporcionem o desenvolvimento econômico do município

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Desenvolvimento de plano para fomento do turismo de negócios, bem como estruturação de pesquisas e monitoramento de mercado.
- Fomentar iniciativas para criação e/ou adequação de espaços vislumbrando a disponibilização de Centros de Convenções para realização de eventos empresariais de médio e grande porte.
- Adequação e/ou criação de estruturas institucionais de apoio ao turismo de negócios, realizando estudos, acompanhamentos, iniciando projetos turísticos direcionados entre, outras funções.
- Integração com as ações regionais de turismo e turismo de negócios.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado
- Adaptação do Bureau de Turismo Municipal (estrutura física e mão de obra - de acordo com projeto detalhado) adaptado para as demandas reais da cidade.
- Estruturação de Centros de Convenções para recebimento de médios e grandes eventos, com padrão de qualidade internacional, implantados e organizados entre si (estruturas públicas, privadas, mistos ou outros formatos).
- Adaptação da infraestrutura física, administrativa e institucional de equipamentos públicos da Prefeitura (próprios municipais) para recebimento de eventos de pequeno e médio porte com padrão de qualidade internacional.
- Criação de roteiros turísticos da cidade, para turismo regular, turismo de negócios ou outros formatos a serem indicados pelo Conselho de Turismo, para além dos já indicados nos demais indicadores do PMDE, com a implementação de estrutura de turismo receptivo.
- Criação programas de capacitação permanente às cadeias empresariais e institucionais do turismo.

CONTINUA...

CONTINUAÇÃO Ponto de Intervenção 3/2

MACRO INDICADORES (continuação...)

- Criação de um plano de marketing para o setor objetivando a promoção do destino e a definição de indicadores para monitoramento de desempenho.
- Criação de espaço para atendimento ao turista, em local de grande circulação de pessoas de alta visibilidade para os potenciais usuários.
- Instalação de sinalização turística na cidade de São Caetano do Sul.
- Unificação do calendário de eventos da cidade objetivando fomentar o setor, diminuir a sazonalidade e aumentar o fluxo de turistas.
- Observatório de turismo para monitoramento das informações, realização de pesquisas de demanda e oferta, medição dos impactos da atividade turística e elaboração de sistema de estatísticas do setor.
- Fomento da atividade de turismo industrial agregando ao projeto empresas da cidade.
- Fomento da atividade de eventos esportivos captando anualmente eventos nacionais e internacional.

Ponto de Intervenção 4/2

EIXO 02 - DIVERSIFICAÇÃO E ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS (VERTICAIS ECONÔMICAS)

Consolidação institucional e operacional das cadeias econômicas (Verticais Econômicas) estratégicas locais e regionais

OBJETIVO

Fortalecer as verticais econômicas da cidade, para que potencializem o alcance dos interesses comuns de seus ramos de atividade, aumentando a competitividade das empresas e proporcionando maior desenvolvimento da economia local

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Participação de representantes das verticais nos conselhos municipais que tratam de temas de interesse.
- Levar para o poder público propostas de melhoria para a atuação da cadeia produtiva na cidade.
- Realização, entre as empresas da cadeia, de projetos e ações que beneficiem as empresas, a cidade e a comunidade local.
- Ações do poder público para ampliar a competitividade das cadeias produtivas.
- Integração com os arranjos econômicos regionais.
- Autonomia de decisão em relação ao poder público (municipal, estadual ou federal).
- Realização de projetos e ações de fomento para atração e fortalecimento de nichos comerciais específicos.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Verticais econômicas institucionalmente consolidadas.
- Projetos e ações desenvolvidas, em parceria entre administração municipal e Verticais econômicas (além de outros parceiros).
- Cadeias empresariais da cidade institucionalmente integradas às cadeias regionais de seu setor.
- Ser a cidade brasileira com maior porcentagem do PIB percapta gerada por empresas de serviços intensivos em conhecimento e tecnologia e com alto valor agregado.

EIXO 02 - DIVERSIFICAÇÃO E ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS (VERTICAIS ECONÔMICAS)

Estímulo à Economia Solidária para inclusão produtiva de populações com vulnerabilidade social

OBJETIVO

Inclusão produtiva de populações com vulnerabilidade social, proporcionando geração de renda às famílias

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Apoio para estruturação e desenvolvimento da Cooperativa de Reciclagem em São Caetano do Sul.
- Organização da atividade dos carroceiros, micro e pequenos empreendimentos de transbordo/triagem/destinação de resíduos recicláveis.
- Levantamento de oportunidades e realização de projetos de inclusão produtiva segundo princípios da economia social e solidária.
- Fomentar a inclusão de micro e pequenos negócios, MEI's e Empreendimentos de Economia Solidária locais, na cadeia de fornecedores das empresas.
- Integração com as ações regionais de apoio à Economia Social e Solidária.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Estruturação e operação auto sustentada de cooperativa de triagem de resíduos para apoio à reciclagem da cidade.
- Projetos de inclusão produtiva, segundo princípios da economia solidária, implantados e em operação.
- Incubadora tecnológica de cooperativas populares e empreendimentos de economia solidária implantada.
- Vertical da reciclagem implantada com projetos para organização, orientação e apoio à atividade dos carroceiros *micro e pequenos empreendimentos de transbordo/triagem/destinação de resíduos recicláveis* em operação.

Ponto de Intervenção 6/2

EIXO 02 - DIVERSIFICAÇÃO E ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS (VERTICAIS ECONÔMICAS)

Fomento à produção artística e cultural para estímulo às cadeias econômicas relacionadas

OBJETIVO

Elevar a cidade como referência regional na produção artística e cultural, tornando-se um polo de produção e consumo cultural e artístico, fomentando uma nova cadeia produtiva na cidade

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

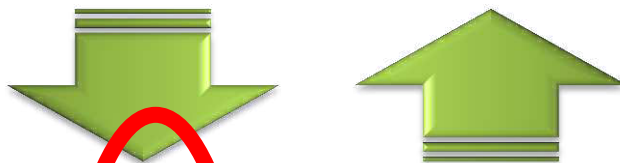
- Estudos e justificativas que amparem o formato de fomento desta cadeia, para que além de render tributos e renda, possa realizar inclusão social e envolvimento dos jovens da cidade.
- Projetos técnicos detalhados.
- Estímulo à participação das empresas da cidade para financiar projetos, individualmente ou em conjunto, através da Lei Rouaet Federal e PROAC/ICMS do Estado de São Paulo.
- Parcerias com entidades, empresas e outras organizações de ilibado saber nos nichos comerciais escolhidos.
- Integração com os esforços regionais de produção e consumo artístico e cultural.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado
- Crescimento do número de empresas estabelecidas na cidade envolvidas nesta cadeia produtiva.
- Empresas em operação na cidade contribuindo com projetos culturais através das Leis de incentivo à cultura (Rouaet e PROAC/ICMS).
- Crescimento da arrecadação de tributos para a Prefeitura pelas empresas estabelecidas na cidade envolvidas nesta cadeia produtiva.

Estrutura Organizacional do PMDE – EIXOS e PIs

MACRO OBJETIVOS



EIXOS

1
Organização e Participação sociedade Civil

2
Diversificação e Adensamento das Cadeias produtivas (Verticais Econômicas)

3
Criação de infraestrutura urbana e ambiente institucional e legal atraente para atividades empresariais

4
Modernizar e dar transparência e eficiência à gestão pública

5
Desenvolvimento de Capital Humano e de instrumentos que facilitem o acesso ao emprego e à mão de obra

6
Apoio empresarial para manutenção e atração de empresas para a cidade

(EIXO ESPECIAL)
implantar políticas de estímulo à inovação, desenvolvimento tecnológico e sustentabilidade

PONTOS DE INTERVENÇÃO O – PIs

↑ ↓
PI 1/1
PI 2/1
PI 3/1
PI 4/1
PI .../1

↑ ↓
PI 1/2
PI 2/2
PI 3/2
PI 4/2
PI .../2

↑ ↓
PI 1/3
PI 2/3
PI 3/3
PI 4/3
PI .../3

↑ ↓
PI 1/4
PI 2/4
PI 3/4
PI 4/4
PI .../4

↑ ↓
PI 1/5
PI 2/5
PI 3/5
PI 4/5
PI .../5

↑ ↓
PI 1/6
PI 2/6
PI 3/6
PI 4/6
PI .../6

↑ ↓
PI 1/E
PI 2/E
PI 3/E
PI 4/E
PI .../E

Modernização da infraestrutura urbana e do ambiente institucional e legal para atração de atividades empresariais

Realização de esforços e implantação de estruturas que impactem positivamente os quesitos que determinam a atração e manutenção de empresas de alto valor agregado no município

Ponto de Intervenção 1/3

Modernização da infraestrutura de comunicação, transmissão de dados e elétrica da cidade. **(EE)** (SEDERT, SEOHAB, SEJUR, SEPLAG, SEFAZ, SESURB)

Ponto de Intervenção 2/3

Obras e intervenções para ampliação do verde e do potencial econômico dos Bairros. **(EE)** (SEDERT, SESURB, SEOHAB, SEFAZ)

Ponto de Intervenção 3/3

Modernização da Mobilidade Urbana. **(EE)** (SEDERT, SEMOB, SEOHAB, SEJUR, SEFAZ)

Ponto de Intervenção 4/3

Modernização dos códigos tributários ligados às atividades empresariais. (SEDERT, SEFAZ, SEJUR, SEOHAB)

Ponto de Intervenção 5/3

Modernização do Zoneamento e Código de Obras. (SEDERT, SEFAZ, SEJUR, SEOHAB)

Ponto de Intervenção 6/3

Modernização do sistema de água e esgoto e utilização sustentável dos recursos. **(EE)** (SEDERT, SEOHAB, DAE)

Ponto de Intervenção 7/3

Modernização tecnológica e intervenções regionais para melhoria da segurança pública. **(EE)** (SEDERT, SEPLAG, SESEG, SEFAZ, SEJUR)

Ponto de Intervenção 8/3

Combater a especulação imobiliária incidente sobre imóveis de uso empresarial. (SEDERT, SEPLAG, SEFAZ)

Ponto de Intervenção 1/3

EIXO E03 - CRIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA E AMBIENTE INSTITUCIONAL E LEGAL ATRAENTE PARA ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Modernização da infraestrutura de comunicação, transmissão de dados e elétrica da cidade (EE)

OBJETIVO

Tornar as infraestruturas das redes de eletricidade e telecomunicações eficiente e organizado, a fim de se tornar um diferencial competitivo da cidade para atração e manutenção de empresas de alto valor agregado

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Criação de instrumentos legais e outros estímulos para tornar as estruturas de fiação subterrâneas e realizar a organização dos sistemas aéreos de transmissão elétrica e de dados – revisão da legislação atual.
- Modernização da fiscalização e do monitoramento das redes.
- Criação de instrumentos legais e outros estímulos para implantação de redes de fibra ótica (ou tecnologia superior já disponível) de alta capacidade em todo o município.
- Implantar um sistema integrado, inteligente, mapeado, com gestão organizada e de alta capacidade de redes de comunicação (obs: as infraestruturas de rede da Prefeitura estão apresentadas no PI 6/4 deste PMDE).
- Integração com as infraestruturas regionais, para criação de um sistema regional organizado e integrado.
- Implantar sistema informatizado e georeferenciado para organização das vias subterrâneas de dutos e linhas de transmissão.
- Disponibilizar, por meio de parcerias com a iniciativa privada e/ou diretamente, wifi em todos os corredores, praças públicas e edifícios públicos, alcançando em fases posteriores a disponibilização de wifi em toda a cidade.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado
- Sistema informatizado e georeferenciado para organização das vias subterrâneas de dutos e vias implantado (em conformidade com o PI 6/3 – Modernização sistema de Água e Esgoto).

CONTINUA...

MACRO INDICADORES (continuação...)

- Implantação de legislação moderna (consolidação e atualização das leis antigas e criação de leis novas) de fomento à modernização das infraestruturas de transmissão de dados e elétrica, para utilização das tecnologias e materiais mais modernos disponíveis.
- Principais vias da cidade com as linhas de transmissão ocultas.
- Cidade com disponibilidade de serviços de transmissão de dados realizados com fibra ótica (ou tecnologia superior já disponível), com custo competitivo.
- Cidade com disponibilidade de serviços de internet wireless, com custo competitivo.
- Espaços públicos com disponibilidade de serviços de internet wireless gratuito.
- Cidade com cobertura de sinal de telefonia móvel, com infraestruturas devidamente regularizadas e em operação.

Ponto de Intervenção 2/3

EIXO 03 - CRIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA E AMBIENTE INSTITUCIONAL E LEGAL ATRAENTE PARA ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Obras e intervenções para ampliação do verde e do potencial econômico dos Bairros (EE)

OBJETIVO

Melhorar as infraestruturas urbanas locais, de acordo com a vocação do bairro, a fim de se tornarem atraentes para a instalação de atividades econômicas e geradoras de mais qualidade de vida nos bairros

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Estudo detalhado de todas as demandas de obras que aumentem o potencial econômico de cada um dos bairros (industrial, centros comerciais, bulevar, etc), de acordo com a vocação do bairro ou região.
- Realização das obras de melhorias identificadas nos estudos.
- Criar soluções para o acondicionamento adequado (não visual) de resíduos nas principais vias comerciais da cidade.
- Ampliação dos esforços de combate às enchentes.
- Revitalização dos parques, praças e áreas verdes, com aumento de espécies arbóreas nativas, com vistas às características de cada local.
- Estimular a arborização de locais privados .
- Criação de crematório municipal e revitalização dos cemitérios.
- Utilização de materiais ecológicos e estruturas de fácil substituição e manutenção para as calçadas.
- Integração com os projetos regionais de melhorias, especialmente nos locais de fronteiras entre as cidades.
- Realizar o ocultamento do cabeamento das linhas de transmissão elétrica e de comunicação dos principais corredores comerciais e de serviços.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Vias comerciais da cidade (vias a serem indicadas em estudo detalhado), com sistemática implantada de acondicionamento adequado, ecologicamente correto e não visual dos resíduos, nos horários de maior fluxo de pessoas.

CONTINUA...

MACRO INDICADORES (Continuação...)

- Realizar projeto junto à propriedades privadas, ampliando a arborização das áreas verdes disponíveis nestes locais, aumentando o número de árvores (preferencialmente nativas, com vistas às características do local).
- Obras de melhorias de impacto ao desenvolvimento econômico local, para revitalização de corredores comerciais, polos industriais e outros pontos identificados nos estudos detalhados.
- Bairros atendidos por obras de melhorias de impacto no desenvolvimento econômico local.
- Ampliação da arborização da cidade, em vistas às características e vocação de cada um dos espaços que sofrerão intervenção.
- Áreas verdes públicas da cidade em vias abertas (praças, canteiros centrais de avenidas, rotatórias, etc) tendo sua preservação e manutenção realizada por empresas e instituições privadas em operação na cidade, com contrapartida publicitária no local.

EIXO E03 - CRIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA E AMBIENTE INSTITUCIONAL E LEGAL ATRAENTE PARA ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Modernização da Mobilidade Urbana (EE)

OBJETIVO

Aumentar a eficiência da mobilidade urbana na cidade, tanto do transporte coletivo como individual, facilitando o fluxo de pessoas e produtos internamente e na integração com a região

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Estudos e implantação de sistema de transporte coletivo eficiente e limpo (VLT/ monorail).
- Estudos e implantação de ciclovias e ciclofaixas.
- Revisão das linhas de ônibus e modernização do sistema (GPS, utilização de Apps).
- Integração inteligente dos modais.
- Instalação de sistema semafórico inteligente.
- Revitalização dos pontos de ônibus e possibilidade de publicidade nos locais.
- Modernização do sistema de gestão, centro de monitoramento e de atendimento da mobilidade urbana.
- Ampliar a oferta de estacionamentos nos principais centros empresariais.
- Organização do fluxo de caminhões nos locais industriais da cidade (organização, sensibilização, sinalização, etc).
- Integração com os sistemas regionais de transporte público e controles de fluxo de veículos.
- Estimular a adoção, em todo o transporte público municipal, de instalação de wifi, ferramentas de localização e monitoramento remoto (câmeras dentro dos veículos e com a possibilidade de acompanhar em tempo real a localização dos mesmos).
- Instalar em pontos de ônibus e/ou disponibilizar sistemas de acesso gratuito que informem ao usuário do transporte coletivo, em tempo real, da chegada de novos veículos.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado
- Aumentar os quilômetros de vias atendidas pelo modal bicicleta, integrado com outros modais.

CONTINUA...

MACRO INDICADORES (Continuação...)

- Frota de transporte público rastreada por GPS (municipais e intermunicipais), com disponibilização dos dados para os usuários nos pontos de espera localizados em vias principais (em locais revitalizados, com design moderno e com possibilidade de realização de publicidade privada paga).
- Frota do transporte público equipada com recursos wif e outros, com disponibilidade de sistema de localização de veículos instalados.
- Novo sistema de sinalização do transporte público implementado.
- Sistemas informatizados de gestão da mobilidade urbana, com interfaces de acesso ao público para informações (horário do transporte, áreas de trânsito, entre outros), com ferramentas para amparar mudanças de sentidos de rua, tempos semafóricos, entre outras questões ligadas à mobilidade.
- Reestruturação das linhas de transporte e integração dos modais.
- Ampliar o número de vagas disponibilizadas por estacionamentos privados nos principais centros empresariais da cidade.
- Implantação de sistema conhecido como “Zona Azul”, com interfaces diretas com os motoristas (tablets, smartphone ou outras tecnologias disponíveis) para: possibilitar diferentes formas de pagamento, rastrear e indicar os locais das vagas disponíveis, pagamento somente pelo uso, além de outras funcionalidades permitidas pelo incremento tecnológico à época; ampliando a capacidade de fiscalização (em especial das vagas especiais) com menor custo operacional e maior repasse de recursos para a Prefeitura.
- Sistema semafórico das principais vias da cidade com utilização de equipamentos inteligentes.
- Aumento da velocidade média do transporte público em vias (sem contar trem e monotrilho) da cidade.
- Aumentar o número de usuários dos sistemas públicos de transporte e do modal bicicleta.
- Reestruturação e modernização dos acessos viários da cidade de São Caetano do Sul junto às cidades vizinhas.

Ponto de Intervenção 4/3

EIXO 03 - CRIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA E AMBIENTE INSTITUCIONAL E LEGAL ATRAENTE PARA ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Modernização dos códigos tributários ligados às atividades empresariais

OBJETIVO

Ordenamento tributário claro, transparente e simplificado, que seja instrumento para a atração e o fortalecimento das atividades empresariais na cidade, fomentando o desenvolvimento

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Implantação de código tributário claro e moderno (consolidação de legislações antigas), que seja instrumento para fomento ao desenvolvimento econômico (fácil entendimento, garanta segurança jurídica das atividades econômicas, contemple os temas de forma ampla e sem possibilidade de duplo sentido, garanta processos desburocratizados e estabeleça custo competitivo para operação das empresas), adequado às novas demandas exigidas pelas esferas estaduais e federais.
- Criação de leis de incentivo para atração de ramos de atividades estratégicos para a cidade – estimular a vocação do município (EIXO ESPECIAL) e os nichos comerciais estratégicos (PI 6/2).
- Ordenar juridicamente a questão dos Uniprofissionais e da cobrança de ISS Fixo.
- Revisão do quadro das alíquotas de ISS do município, a fim de criar estímulos para atração de novas empresas de serviço para a cidade.
- Unificar os códigos de atividade com códigos tributários, para viabilizar integração via sistemas informatizados.
- Implantação da Nota Fiscal de São Caetano (para estímulo ao consumidor solicitar nota fiscal de serviços).

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado
- Novo Código tributário aprovado e regulamentado, seguindo preceitos de modernidade e de fomento ao desenvolvimento econômico do município.
- Lei de incentivo fiscal aprovada e regulamentada, para atração e fortalecimento de empresas estratégicas para a cidade conforme estabelecido no PMDE.
- Nota Fiscal Sul Sancaetanense (aos moldes da Nota Fiscal Paulista) aprovado e regulamentado.
- Empresas contempladas por legislações de incentivo fiscal.
- Revisão e atualização da legislação que regulamenta as alíquotas de ISS do município.

Ponto de Intervenção 5/3

EIXO 03 - CRIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA E AMBIENTE INSTITUCIONAL E LEGAL ATRAENTE PARA ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Modernização do Zoneamento e Código de Obras

OBJETIVO

Fomentar a urbanização da cidade de modo sustentável e a distribuição empresarial em São Caetano do Sul de forma eficiente, moderna e harmoniosa com os residentes, atraindo e fortalecendo as atividades empresariais de alto valor agregado para geração de renda e tributos para a cidade.

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Implantação de novo código de zoneamento (residencial e empresarial) que consolide todas as legislações antigas, e que seja instrumento para fomento ao desenvolvimento econômico (potencialize a atração de empresas, fácil entendimento, garanta segurança jurídica das atividades econômicas, contemple os temas de forma ampla e sem possibilidade de duplo sentido, garanta processos desburocratizados e garanta que o potencial econômico da cidade seja explorado de forma harmoniosa com os moradores), adequado às novas demandas exigidas pelas esferas estaduais e federais, assim como adequado aos preceitos que garantam um ordenamento urbano sustentável e inovador.
- Implantação de novo código de obras (residencial e empresarial) que consolide todas as legislações antigas, que seja instrumento para fomento ao desenvolvimento econômico (possibilite a atração de empresas, fácil entendimento, contemple os temas de forma ampla e sem possibilidade de duplo sentido, garanta processos desburocratizados e garanta que o potencial econômico da cidade seja explorado de forma harmoniosa com os moradores), adequado às novas demandas exigidas pelas esferas estaduais e federais, assim como adequado aos preceitos que garantam um ordenamento urbano focado na sustentabilidade, reaproveitamento energético e respeito ao meio ambiente.
- Alterar o Código de Obras exigindo que todas as novas edificações coletivas (edifícios e condomínios residenciais e comerciais) tenham infraestrutura organizada e adequada aos padrões de sustentabilidade, contemplando oferta de vagas, permeabilidade, captação e reuso de água, telhados verdes e outras medidas mitigadoras do impacto das construções.
- Revisão e modernização das legislações que impactam nas atividades empresariais (não tratadas pelos outros eixos estratégicos deste PMDE).
- Criação de áreas empresariais vocacionadas, dentro da nova legislação de zoneamento, com legislações adicionais de estímulo à operação da atividades empresariais que se pretende vocacionar o município (EIXO ESPECIAL).
- Integração com os projetos regionais de distribuição produtiva.

CONTINUA...

CONTINUAÇÃO Ponto de Intervenção 5/3

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado
- Novo Código de zoneamento aprovado e regulamentado, seguindo preceitos de modernidade e de fomento ao desenvolvimento econômico do município.
- Novo Código de obras aprovado e regulamentado, seguindo preceitos de modernidade (estimular práticas para instalação de infraestruturas avançada de dados, oferta wifi nas áreas comuns, câmeras de segurança compartilhadas com o poder público, política para vagas subterrâneas de acordo com o modelo de mobilidade do município) e de fomento à sustentabilidade ambiental (estimular práticas de controle de temperatura de forma limpa, utilização de energia solar, medidores de água individuais, tratamento de água de reuso, coleta seletiva, etc).
- Plano Diretor da cidade atualizado de acordo com as novas legislações e demandas.
- Revisão da política e legislação da atividade de Feiras Livres desenvolvidas na cidade.
- Levantamento, revisão e atualização de todas as demais legislações que impactam na atividade empresarial.
- Cidade coberta por áreas vocacionadas para atividade empresarial, com utilização do instrumento legal de operação urbana consorciada, implantando estruturas físicas, institucionais e legais que amparem a vocação da área, o perfil econômico do local, a configuração de mobilidade urbana e os acessos por transporte público e de carga.
- Atuais áreas da cidade degradadas e/ ou sem utilização social devidamente reurbanizadas, direcionadas para utilização voltada aos objetivos do PMDE.

Ponto de Intervenção 6/3

EIXO 03 - CRIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA E AMBIENTE INSTITUCIONAL E LEGAL ATRAENTE PARA ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Modernização do sistema de água e esgoto para utilização sustentável dos recursos (EE)

OBJETIVO

Modernização dos sistemas de água e esgoto para suporte à demanda futura e utilização sustentável dos recursos disponíveis, garantindo um ambiente favorável para o desenvolvimento sustentável da cidade

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Mapeamento completo das estruturas instaladas.
- Integração harmoniosa com outras estruturas que necessitam das vias subterrâneas da cidade (fiação).
- Troca de equipamentos antigos que impactem na eficiência do sistema.
- Aumento e fomento para maior utilização de água de reuso e outras práticas de economia de água.
- Criação de estruturas de captação de água pluvial para utilização da própria Prefeitura, para rega, limpeza e outros usos possíveis.
- Ações integradas com os esforços regionais para integração dos sistemas de água e esgoto.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado
- Criar estruturas de captação de água pluvial em próprios públicos (municipais, estaduais, federais), para utilização em irrigação, lavagem de ruas e outros serviços prestados pela Prefeitura.
- Diminuir perda global de água nas redes da cidade.
- Sistema informatizado e georreferenciado para organização das vias subterrâneas implantado (em conformidade com o PI 1/3).
- Aumento do fornecimento de água de reuso, para atividades industriais em operação na cidade.

EIXO 03 - CRIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA E AMBIENTE INSTITUCIONAL E LEGAL ATRAENTE PARA ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Modernização tecnológica e intervenções regionais para melhoria da segurança pública (EE)

OBJETIVO

Melhorar o ambiente de segurança no município e sanar as pressões de violência nas cercanias, proporcionando um ambiente atrativo para a operação das atividades empresariais

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Modernização dos sistemas de câmeras, alarmes, canais de denúncia e softwares de monitoramento.
- Modernização, rastreamento e integração das viaturas, rádio comunicadores e outras estruturas de suporte.
- Modernização do sistema de gestão, centro de monitoramento e de atendimento da segurança pública.
- Capacitação continuada do pessoal.
- Ações para sanar as pressões de violência nos acessos à cidade nos municípios vizinhos.
- Participação dos sistemas regionais de segurança.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Cobrir a cidade com câmeras de monitoramento.
- Implantar sistema de segurança integrado, com monitoramento das câmeras e das viaturas em tempo real, sistemas de reconhecimento facial nas câmeras, mapa da criminalidade e outros avanços tecnológicos.
- Melhoria de sistemas de suporte: digitalização dos rádio comunicadores.
- Melhoria de sistemas de suporte: implantação de número de contato direto com a Guarda Municipal, para melhorar o tempo de resposta das ocorrências.
- Melhoria de sistemas de suporte: instalação de alarmes e câmeras em próprios municipais, para liberar efetivo para exercer ronda na cidade.
- Melhoria de sistemas de suporte: sistema de monitoramento por câmeras que possa receber sinais de câmeras particulares, aumentando a cobertura do sistema com apoio da sociedade civil.

CONTINUA...

CONTINUAÇÃO Ponto de Intervenção 7/3

MACRO INDICADORES (Continuação...)

- Melhoria de sistemas de suporte: Tablets com GPS em todas as viaturas, para agilizar os deslocamentos e os acessos aos dados de veículos e indivíduos.
- Aplicativo de smartphone para denúncia de ocorrências em tempo real implementado.
- Diminuir a criminalidade diretamente exercida nas pessoas em trânsito que entram ou saem de São Caetano do Sul pelas cidades do entorno (Palmares, Heliópolis e outros pontos focais de violência).
- Implantação de um Centro de Instruções e capacitações para o efetivo de segurança, com programas de capacitação e aperfeiçoamento continuado.
- Integrar os sistemas locais ao sistema regional de segurança aos sistemas estaduais de segurança (DETECTA).

Ponto de Intervenção 8/3

EIXO 03 - CRIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA E AMBIENTE INSTITUCIONAL E LEGAL ATRAENTE PARA ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Combater a especulação imobiliária incidente sobre imóveis de uso empresarial

OBJETIVO

Criar instrumentos, legislação e procedimentos que induzam ao equilíbrio os preços dos imóveis voltados a atividade empresarial, em relação aos valores da região

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

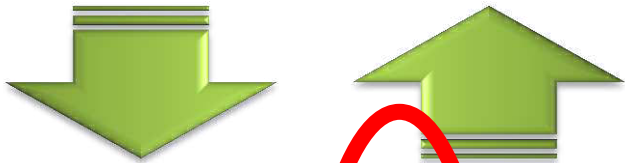
- Implementação do IPTU Progressivo, para garantia da função social do imóvel (comercial, industrial e residencial) e evitar o comportamento especulativo de terras na cidade.
- Parceria com as imobiliárias, para facilitar o acesso de ofertas de imóveis a potenciais interessados.
- Criação de áreas vocacionadas em que o zoneamento forneça exclusividade para atividade empresarial.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado
- Aumentar a porcentagem de áreas exclusivas para atividades empresariais, diminuindo a concorrência residencial e provocando queda no valor do imóvel.
- Implementação do IPTU progressivo, a fim de estimular o uso social do imóvel e dirimir comportamento especulativo.

Estrutura Organizacional do PMDE – EIXOS e PIs

MACRO OBJETIVOS



EIXOS

1
Organização e Participação sociedade Civil

2
Diversificação e Adensamento das Cadeias produtivas (Verticais Econômicas)

3
Criação de infraestrutura urbana e ambiente institucional e legal atraente para atividades empresariais)

4
Modernizar e dar transparência e eficiência à gestão pública

5
Desenvolvimento de Capital Humano e de instrumentos que facilitem o acesso ao emprego e à mão de obra

6
Apoio empresarial para manutenção e atração de empresas para a cidade

(EIXO ESPECIAL)
implantar políticas de estímulo à inovação, desenvolvimento tecnológico e sustentabilidade

PONTOS DE INTERVENÇÃO O – Pí's

↑ ↓
PI 1/1
PI 2/1
PI 3/1
PI 4/1
PI .../1

↑ ↓
PI 1/2
PI 2/2
PI 3/2
PI 4/2
PI .../2

↑ ↓
PI 1/3
PI 2/3
PI 3/3
PI 4/3
PI .../3

↑ ↓
PI 1/4
PI 2/4
PI 3/4
PI 4/4
PI .../4

↑ ↓
PI 1/5
PI 2/5
PI 3/5
PI 4/5
PI .../5

↑ ↓
PI 1/6
PI 2/6
PI 3/6
PI 4/6
PI .../6

↑ ↓
PI 1/E
PI 2/E
PI 3/E
PI 4/E
PI .../E

Modernizar,
dar
transparência
e eficiência à
gestão pública

Modernização e profissionalização da gestão pública, aumentando a eficácia dos programas e projetos, e ampliando o papel da administração municipal de fomentadora do desenvolvimento econômico e social

Ponto de Intervenção 1/4

Infraestrutura e recursos para viabilizar a implantação, monitoramento e revisões do PMDE. (SEDERT, SecGov, Gab)

Ponto de Intervenção 2/4

Criação de estruturas organizadas de prospecção de verbas externas ao tesouro municipal. (SEDERT, SecGov, Gab, SEFAZ, SEPLAG)

Ponto de Intervenção 3/4

Criação de estruturas organizadas para gestão de projetos da Prefeitura e suas autarquias – PMO. (SEDERT, SecGov, Gab, SEFAZ, SEPLAG)

Ponto de Intervenção 4/4

Modernização dos processos e da gestão da Prefeitura – “Business Intelligence”. (EE)
(SEDERT, SecGov, Gab, SEPLAG)

Ponto de Intervenção 5/4

Modernização e eficiência das fiscalizações das atividades econômicas em operação na cidade. (SEDERT, SEPLAG, SECONT, SESAUD, SECOM, SEFAZ)

Ponto de Intervenção 6/4

Modernização das infraestruturas e sistemas tecnológicos da Prefeitura. (EE)
(SEDERT, SEPLAG, SEFAZ)

Ponto de Intervenção 7/4

Setor da administração municipal de concentração de assuntos ligados às relações internacionais. (SEDERT, SecGov)

Ponto de Intervenção 1/4

EIXO 04 – MODERNIZAR, DAR TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA À GESTÃO PÚBLICA

Infraestrutura e recursos para viabilizar a implantação, monitoramento e revisões do PMDE

OBJETIVO

Estruturar, institucional, administrativa e financeiramente setor na Prefeitura para viabilizar a gestão e monitoramento do PMDE de forma integrada, eficiente e transparente

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Contratação, realocação e capacitação de equipe técnica.
- Institucionalizar o Plano nos instrumentos legais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (PPA, LDO, LOA).
- Alocação da equipe técnica dentro da estrutura hierárquica da Prefeitura, com legitimidade para interação junto às Secretarias.
- Mapear e consolidar processos claros e transparentes de solicitação e monitoramento das demandas do PMDE entre as secretarias municipais, equipe técnica, gabinete e Prefeito Municipal.
- Alocação de recursos do tesouro para subsídio das atividades.
- Implantação de sistema transparente de monitoramento do plano, com interface virtual ao cidadão, para acompanhamento dos resultados.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Formalização e operação do Grupo Especial de Trabalho, para execução e monitoramento do PMDE, em até 01 mês da aprovação do PMDE.
- Realização de pesquisa de linha de base (pesquisa cenário inicial), em relação a todos os indicadores do PMDE, em até 03 meses da aprovação do PMDE.
- Implementação de infraestruturas administrativas, legais, financeiras e contratação dos funcionários/ empresas necessárias de suporte para gestão do plano.
- Disponibilizar recursos do tesouro, no PPA e nas LDOs, para o setor responsável pela gestão do PMDE e garantir o lastro para gestão do PMDE.
- Definição valorativa e de prazos dos indicadores dos Pontos de Intervenção, pela Comissão Especial de Trabalho, em até 04 meses da data de aprovação do PMDE.
- Lançar portal de monitoramento do PMDE, com interfaces ao cidadão para acompanhamento da evolução do Plano, em até 05 meses da aprovação do PMDE.

EIXO 04 – MODERNIZAR, DAR TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA À GESTÃO PÚBLICA

Criação de estruturas organizadas de prospecção de verbas externas ao tesouro municipal

OBJETIVO

Aumentar a captação de verbas externas para subsidiar projetos e ações da Prefeitura, aumentando a capacidade de investimentos da administração municipal

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Criação de corpo técnico e processos sistematizados para atração de verbas externas.
- Ampliar o monitoramento da Prefeitura em relação aos repasses estaduais e federais (IPVA, FPM e outros), a fim de garantir o potencial de investimentos da Administração.
- Aproximar contato e articulação com órgãos estratégicos, nos governos estadual e federal, Agência de Desenvolvimento e outras esferas promotoras de acesso a recursos para fomento ao desenvolvimento.
- Implantação do Fundo de Desenvolvimento Econômico.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Estrutura técnica implantada (local, recursos humanos e estruturas físicas, administrativas e legais) e corpo técnico contratado e alocado na estrutura hierárquica da Prefeitura.
- Aumentar o volume de recursos externos para aporte aos projetos da Prefeitura, de projetos voltados ao desenvolvimento econômico da cidade.
- Aumentar o número de projetos executados pela Prefeitura, com suporte de verbas externas, focados em temas relacionados ao desenvolvimento econômico da cidade.
- Implantação e operação efetiva do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico.
- Implantação e operação efetiva de Fundos Municipais, para suporte financeiro aos projetos executados para consecução dos objetivos do PMDE.

EIXO 04 – MODERNIZAR, DAR TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA À GESTÃO PÚBLICA

Criação de estruturas organizadas para gestão de projetos da Prefeitura e suas autarquias - PMO

OBJETIVO

Aumentar a eficiência os controles para o gerenciamento dos projetos executados pela Administração Municipal

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Estudo e posterior implantação e operação de escritório de projetos ou estrutura administrativa dotada desta responsabilidade e meios para gestão eficiente e profissional dos projetos realizados pela prefeitura.
- Contratação, realocação e capacitação de equipe técnica especializada em gestão, monitoramento e avaliação de projetos, nos termos acima.
- Alocação da equipe técnica dentro da estrutura hierárquica da Prefeitura, com legitimidade para interação junto às Secretarias.
- Capacitação sistematizada de funcionários da Prefeitura, para planejar e executar projetos.
- Integração entre os setores da Prefeitura.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Estrutura técnica implantada (local, recursos humanos e estruturas físicas, administrativas e legais) e em operação do escritório de projeto (ou estrutura com finalidade semelhante).
- Possuir projetos executados pela Prefeitura, anualmente, com suporte do escritório de projetos (ou estrutura com finalidade semelhante), focados em temas relacionados ao desenvolvimento econômico da cidade.
- Diminuir a quantidade de valores devolvidos para o agente financiador dos projetos operados pela Prefeitura, por falta de utilização da verba,.

Ponto de Intervenção 4/4

EIXO 04 – MODERNIZAR, DAR TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA À GESTÃO PÚBLICA

Modernização dos processos e da gestão da Prefeitura – “Business Intelligence” (EE)

OBJETIVO

Mapear, revisar e monitorar de forma ampla e sistematizada os processos e a gestão da máquina administrativa municipal, melhorando a qualidade dos serviços prestados e diminuindo os dispêndios da Prefeitura

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Implantação de sistemas de controle de processos e eficiência da Prefeitura nos moldes de sistemas BPM , Big Data e BI.
- Todas as melhorias realizadas com forte premissas de transparência.
- Revisão, modernização e informatização dos fluxos de processos internos.
- Digitalização dos processos e implantação de sistema informatizado de fluxos de informação.
- Implantação de sistemas que fornecem relatórios e total rastreabilidade para monitoramento da eficiência da máquina pública.
- Informatizar o recebimento, conferência e auditoria de todas as compras e aquisições, bem como a adoção de estratégias adequadas para compras públicas e de gerenciamento de estoques e de patrimônio.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Mapeamento e revisão dos processos da Prefeitura, para que se torne organizado e funcional.
- Implantação de sistemas informatizados para organizar, sistematizar e gerenciar os fluxos de processos, estoque e patrimônio da Prefeitura (dentro dos conceitos de Gestão eletrônica de documentos – GED).
- Sistema de monitoramento dos processos embasados em Big Data / BPM /BI, com escalonamento de dados pelas hierarquias da Prefeitura e outros quesitos inerentes ao BI.
- Implantação e operação e processos para estimular e monitorar inovação e melhoria contínua da administração.
- Implantação de melhorias na gestão pública municipal através do suporte da ferramenta GESPUBLICA ou equivalente, operando de forma sistêmica nas estruturas da administração direta da Prefeitura.

EIXO 0 4 – MODERNIZAR, DAR TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA À GESTÃO PÚBLICA

Modernização e eficiência das fiscalizações e atendimento das atividades econômicas em operação na cidade

OBJETIVO

Maior eficiência à fiscalização da Prefeitura às empresas, para que além de aumentar os níveis de controle e arrecadação, seja instrumento para a melhoria da competitividade das empresas da cidade

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Modernização, integração e criação de sistemas informatizados e modernos de gestão da fiscalização, integração com as bases de dados e realização de convênios com entidades estaduais e federais (Bombeiros, CETESB, Receita Federal, Receita Estadual, JUCESP) ligadas ao registro e licenciamento de empresas.
- Reengenharia dos fluxos dos processos de fiscalização, dando eficiência aos processos, evitando retrabalhos, utilizando ferramentas tecnológicas, e se adequando às legislações estaduais e federais (REDESIM, Via Rápida Empresa, Sistema eletrônico único de fiscalização, sistema de licenciamento ambiental, SIVISA, entre outros).
- Adequações legais e administrativas para viabilizar a Prefeitura protestar o nome dos devedores.
- Atualização dos cadastros e dados empresariais.
- Capacitação do atendimento da Prefeitura para com os empresários e cidadãos.
- Modernização das infraestruturas de suporte à fiscalização – carros, certificados digitais, tablets, etc.
- Ampliar a integração dos setores de fiscalização empresarial da Prefeitura – SECONT, SEPLAG, VISA, Meio Ambiente e SEMOB.
- Melhoria dos quadros de fiscalização – contratações, capacitação, regularização dos agentes e criação de manuais e referências para orientação do ato fiscalizatório.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.

CONTINUA...

MACRO INDICADORES (Continuação...)

- Implantação dos sistemas informatizados de gestão da fiscalização, para todos os setores municipais que exercem atos fiscalizatórios sobre as empresas em operação na cidade, já com infraestrutura adequada à operação das atividades (computadores, tablets, carros, câmeras fotográficas, etc), com todas as integrações de banco de dados que sejam permitidas com sistemas estaduais e federais.
- Manuais de orientação à fiscalização interna e externa para os funcionários de todos os órgãos envolvidos.
- Atualização do Banco de dados de Empresas e modernização do sistema de gestão do cadastro municipal de empresas da cidade.
- Agentes de fiscalização da Prefeitura capacitados e passando por processos de capacitações continuadas regularmente, e em plena condição legal para o exercício da atividade fiscalizatória.
- Capacitação dos servidores públicos e profissionais da iniciativa privada no atendimento às pessoas com deficiência. (Observar indicador 1/6 pessoas com deficiência)
- Aumentar o número de empresas que recebem visita de rotina de caráter fiscalizatório e orientador, em cada um dos órgãos envolvidos.
- Diminuir o número de empresas em situação de irregularidade no município (devedores, cadastros desatualizados, com alvarás vencidos).

Ponto de Intervenção 6/4

EIXO 04 – MODERNIZAR, DAR TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA À GESTÃO PÚBLICA

Modernização das infraestruturas e sistemas tecnológicos da Prefeitura (EE)

OBJETIVO

Modernizar tecnologicamente a administração municipal para melhoria da qualidade dos serviços prestados e diminuição de custos

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Implantação de sistemas de controle de dados da cidade amparados em georreferenciamento.
- Implantação de cadastro único do cidadão e de empresas (Cartão Cidadão e Cartão Empresa), de modo abrangente, com múltiplas funcionalidades e gerando relatórios e informações para a Prefeitura, possibilitando acesso a todos os serviços e políticas públicas e a realização da gestão das relações com o cidadão e as empresas por meio de ferramentas tecnológicas e de outras ferramentas acessórias.
- Implantação de infraestruturas tecnológicas entre os próprios, municipais interligando em redes de internet de alta velocidade todos os prédios públicos, de qualquer finalidade, para máxima eficiência dos serviços públicos a partir da gestão remota.
- Integração das infraestruturas físicas aos sistemas de TI&C regionais.
- Modernização e unificação dos serviços de atendimento ao cidadão e empresa: 156 / Atende Fácil, entre outros.
- Utilização de sistemas de celular para ampliar comunicação com o cidadão e empresa.
- Implantar Portal para que todos tenham acesso online aos serviços públicos, reduzindo a burocracia e eliminando e/ou reduzindo a necessidade de presença física do cidadão nos órgãos municipais e garantindo transparência e acesso a serviços públicos de forma virtual (ex: emissão de boletos, acompanhamento de processos e outros procedimentos).
- Compartilhar base de dados médicos gerada e utilizada pelos equipamentos de saúde, centralizada e na nuvem, para exames, consultas, atendimentos, cadastros, fichas médicas e outros procedimentos relativos aos serviços de saúde.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Implantação de ferramenta de georreferenciamento com ampla funcionalidade, versátil e expansível às necessidades da administração (para atendimento a vários setores e atuações da Prefeitura Municipal).

CONTINUAÇÃO...

MACRO INDICADORES (Continuação...)

- Próprios municipais atendidos pela rede de fibras óticas (ou tecnologia superior já disponível) da Prefeitura.
- Redução nos custos de telefonia e internet da Prefeitura, como resultado das melhoras tecnológicas.
- Sistema de telefonia e internet centralizados, rastreados e organizados na Prefeitura.
- Atendimentos realizados ao cidadão serem providos por ferramenta de aplicativo de celular, com respostas na mesma ferramenta.
- Aumentar o número de serviços prestados ao cidadão de forma eletrônica, sem necessidade de atendimento presencial e garantindo a transparência e eficiências dos serviços municipais.
- Implantação de sistema de controle e monitoramento dos serviços disponibilizados para o cidadão através do cartão cidadão e de outras ferramentas, de forma integrada e sistematizada, gerando relatórios gerenciais e monitoramento dos projetos e políticas.
- Cadastro único do cidadão e de empresas (Cartão Cidadão e Cartão Empresa) implantado, possibilitando acesso a todos aos serviços e políticas públicas e a realização da gestão das relações com o cidadão e as empresas por meio de ferramentas tecnológicas e de outras ferramentas acessórias.
- Acesso e notificações de compras da PMSCS disponível online, para estímulo a economia local por meio da habilitação de fornecedores locais de serviços e produtos.

Ponto de Intervenção 7/4

EIXO 04 – MODERNIZAR, DAR TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA À GESTÃO PÚBLICA

Setor da administração municipal para concentração de assuntos ligados às relações internacionais

OBJETIVO

Trazer para a cidade as oportunidades do ambiente internacional, promovendo ações e projetos que integrem a cidade com iniciativas internacionais relevantes e de interesse para o desenvolvimento econômico da cidade

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Estudos e justificativas que amparem o formato a ser implantado do centro de concentração de assuntos internacionais, com desenvolvimento de projeto técnico detalhado.
- Parcerias com entidades e organizações de ilibado saber nas áreas das relações internacionais.
- Alocação de equipe e posicionamento da estrutura no arranjo institucional da Prefeitura.
- Realização de comitivas, visitas e eventos internacionais para aproximação de empresas, oportunidades e negócios.
- Apoiar o fomento ao turismo de negócios e outras ações ligadas à atração de visitas para a cidade.
- Fomentar a atração de projetos e investimentos internacionais para a cidade.
- Integração com as ações regionais de estímulo ao desenvolvimento econômico.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Implementação da estrutura do setor, institucional, administrativa, financeira e legal.
- Realização de ações internacionais (comitivas, eventos, projetos, entre outros), por ano, no âmbito do setor de concentração de assuntos internacionais.
- Beneficiar empresas da cidade através das ações internacionais realizadas pelo setor.
- Participação em instituições e encontros internacionais, para inserção da cidade no meio internacional e busca de investimentos de interesse para o município.

Estrutura Organizacional do PMDE – EIXOS e PIs



Desenvolvimento de Capital Humano e de instrumentos que facilitem o acesso ao emprego e à mão de obra

Potencializar a capacidade de recursos humanos da cidade, facilitar o acesso dos empregadores à mão de obra, qualificar as empresas para melhoria do relacionamento com os empregados, diminuição do movimento pendular de pessoas que trabalham fora da cidade.

Ponto de Intervenção 1/5

Modernização e ampliação da atuação do centro de intermediação de mão de obra municipal – “CEMEQ”. (SEDERT, SEFAZ, SEAIS)

Ponto de Intervenção 2/5

Oferta integrada e eficaz de cursos de qualificação profissional coerentes com a demanda dos empresa da cidade e região. (SEDERT, SEAIS, F.Soc, SECOM)

Ponto de Intervenção 3/5

Educação empreendedora no ensino fundamental e médio. (SEDERT, SEDUC)

Ponto de Intervenção 4/5

Modernização e reforma dos programas de apoio ao emprego ofertados e/ou conveniados pela Prefeitura. (SEDERT, SEPLAG, SEFAZ, SEJUR, SECULT)

Ponto de Intervenção 5/5

Oferta seletiva de serviços públicos municipais a não moradores funcionários de empresas instaladas na cidade. (SEDERT, SEJUR, SEFAZ)

Ponto de Intervenção 6/5

Centro de dados para acompanhamento e gestão da mão de obra, emprego e relações do trabalho da cidade – “Observatório do Emprego”. (SEDERT, SEAIS, SECOM)

Ponto de Intervenção 1/5

EIXO 05 - DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO E DE INSTRUMENTOS QUE FACILITEM O ACESSO AO EMPREGO E À MÃO DE OBRA

Modernização e ampliação da atuação do centro de intermediação de mão de obra municipal – “CEMEQ”

OBJETIVO

Fomentar a empregabilidade de moradores nas empresas da cidade, diminuindo custos para a empresa e melhorando a qualidade de vida do cidadão

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Parcerias com entidades, empresas e outras organizações de ilibado saber nas áreas de emprego e relações do trabalho, para modernização e ampliação da eficiência do CEMEQ.
- Novo sistema informatizado de intermediação e gestão de candidatos e oportunidade de vagas.
- Ampliação da capacidade de atendimento (candidatos e empresas).
- Ampliação do número de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida inclusas no mercado de trabalho, conforme exigência da legislação.
- Ampliação do número de jovens aprendizes incluídos no mercado de trabalho, conforme exigência da legislação.
- Incorporação de programas adicionais de apoio ao candidato às vagas (orientação vocacional, análise de perfil, etc).
- Suporte à empresa para integração e capacitação dos novos funcionários.
- Integração com os projetos e esforços locais e regionais (SERT, Fundo Social de Solidariedade, entre outros).

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado
- Sistema informatizado de gestão de vagas e candidatos implantado.
- Aumentar o número de atendimentos a candidatos (recebimento CVs, orientação profissional e outros serviços ofertados) pela CEMEQ.

CONTINUA...

CONTINUAÇÃO Ponto de Intervenção 1/5

MACRO INDICADORES (Continuação...)

- Aumentar o número de atendimentos a empresas (recebimento de vagas, suporte para contratação e outros serviços ofertados) pela CEMEQ.
- Aumentar o número de encaminhamentos de candidatos às empresas pela CEMEQ.
- Aumentar o número de encaminhamentos de candidatos com deficiência ou mobilidade reduzida às empresas pela CEMEQ.

Ponto de Intervenção 2/5

EIXO 05 - DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO E DE INSTRUMENTOS QUE FACILITEM O ACESSO AO EMPREGO E À MÃO DE OBRA

Oferta integrada e eficaz de cursos de qualificação profissional coerentes com a demanda dos empresa da cidade e região

OBJETIVO

Diminuir os efeitos do “apagão” de mão de obra da economia e capacitar os cidadãos para que ampliem seu potencial de inserção no mercado de trabalho para geração de renda

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Ampliação e integração sistematizada dos programas e cursos de qualificação profissional PRONATEC, SEAIS, SECULT, Comissão Municipal do Emprego (Governo do Estado), SERT e Fundo Social de Solidariedade.
- Potencializar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes de acordo com a demanda local (ETEC, FATEC, Escolas Técnicas Municipais).
- Cursos que contemplem a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- Mapeamento sistematizado das demandas de qualificação junto às empresas.
- Integração com os projetos e esforços locais e regionais de outros parceiros.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado
- Realização cursos de qualificação e capacitação.
- Realização de capacitações de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida para o mercado de trabalho.
- Agenda unificada de cursos de qualificação profissional da Prefeitura de São Caetano (transparência, facilidade de acesso, informação clara e possibilidade de inscrição virtual), integrando todos os setores da administração municipal.
- Estudo da demanda de empregos da cidade e região, para embasar a aplicação dos cursos de qualificação profissional.

Ponto de Intervenção 3/5

EIXO ESTRATÉGICO 5 - DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO E DE INSTRUMENTOS QUE FACILITEM O ACESSO AO EMPREGO E À MÃO DE OBRA

Educação empreendedora no ensino fundamental e médio

OBJETIVO

Fomentar o comportamento empreendedor nos jovens cidadãos de São Caetano do Sul

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Realização de programas de educação empreendedora nas escolas municipais, estaduais e particulares.
- Realização de esforços de integração entre as escolas e as empresas da cidade.
- Realização de projetos e premiações que estimulem o comportamento empreendedor dos alunos.
- Integração com os projetos e esforços locais e regionais de outros parceiros.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado
- Escolas estaduais, municipais e particulares desenvolvendo programas pedagógicos que incentivem a educação empreendedora.
- Alunos, em todo o ensino médio, passando por programas de ensino empreendedor.
- Estímulo ao comportamento empreendedor dos jovens (premiações, festivais, etc).

EIXO 05 - DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO E DE INSTRUMENTOS QUE FACILITEM O ACESSO AO EMPREGO E À MÃO DE OBRA

Modernização e reforma dos programas de apoio ao emprego ofertados e/ou conveniados pela Prefeitura

OBJETIVO

Ampliar a eficiência, transparência e impacto dos programas de apoio ao emprego ofertado pela Prefeitura, para que sejam de fato a porta de entrada dos jovens no mercado de trabalho

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Todos os programas – realizar orientação profissional ao jovem, capacitação, aprendizagem de funções relevantes para o mercado de trabalho, oportunidade para busca de emprego regular, entre outras características que façam dos programas uma preparação efetiva ao jovem para ingressar no mercado de trabalho.
- Revisão e modernização do Programa Jovem Cidadão conforme indicado acima.
- Revisão e Reforma do Programa Patrulheiros Mirins conforme indicado acima.
- Revisão e Reforma do Programa de Estágios CIEE conforme indicado acima.
- Revisão e Reforma do Programa TECMais conforme indicado acima.
- Revisão e Reforma do Programa Frente de Trabalho conforme indicado acima.
- Estudos para implantação de novos programas de apoio à inserção de mão de obra no mercado de trabalho conforme indicado acima.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado
- Programa Jovem Cidadão (ou nome de utilização à época) revisado e operando conforme indicações do Macro Escopo de Atuação deste Ponto de Intervenção.
- Programa Patrulheiros Mirins (ou nome de utilização à época) revisado e operando conforme indicações do Macro Escopo de Atuação deste Ponto de Intervenção.

CONTINUA...

MACRO INDICADORES (Continuação...)

- Programa Estágio CIEE (ou nome de utilização à época) revisado e operando conforme indicações do Macro Escopo de Atuação deste Ponto de Intervenção.
- Programa TECMais (ou nome de utilização à época) revisado e operando, conforme indicações do Macro Escopo de Atuação deste Ponto de Intervenção.
- Programa Frente de Trabalho (ou nome de utilização à época) revisado e operando, conforme indicações do Macro Escopo de Atuação deste Ponto de Intervenção.

Ponto de Intervenção 5/5

EIXO 05 - DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO E DE INSTRUMENTOS QUE FACILITEM O ACESSO AO EMPREGO E À MÃO DE OBRA

Oferta seletiva de serviços públicos municipais a não moradores funcionários de empresas instaladas na cidade

OBJETIVO

Criar ambiente e instrumento diferenciado para atração de empresas, ofertando um leque de serviços públicos para funcionários de empresas que operam na cidade

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Estudos e justificativas que amparem a aplicabilidade da ação (viabilidade técnica, jurídica e financeira), e apresentação de projeto técnico detalhado.
- Implementação e operação da estrutura institucional e legal.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Empresas em operação na cidade atendidas pelo benefício.
- Colaboradores de empresas da cidade que não residem em São Caetano do Sul atendidas pelos serviços municipais.

Ponto de Intervenção 6/5

EIXO 05 - DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO E DE INSTRUMENTOS QUE FACILITEM O ACESSO AO EMPREGO E À MÃO DE OBRA

Centro de dados para acompanhamento e gestão da mão de obra, emprego e relações do trabalho da cidade – “Observatório do Emprego”

OBJETIVO

Produção de dados, informes e previsões que amparem e proporcionem maior eficiência aos esforços e projetos da cidade de impacto à empregabilidade no município

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Estudos e justificativas que amparem a aplicabilidade da ação (viabilidade técnica, jurídica e financeira), e apresentação de projeto técnico detalhado.
- Parcerias com entidades, empresas e outras organizações de ilibado saber nas áreas de emprego e relações do trabalho, para formação e operação da estrutura.
- Implementação e operação da estrutura institucional, legal, administrativa e financeira.
- Divulgação e transparência dos dados produzidos – utilização de tecnologia e métodos inovadores e com disponibilização de dados diretamente para a sociedade civil.
- Geração de dados contemplando a questão de empregabilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Integração com as ações e esforços regionais.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Implementação da estrutura do Observatório do Emprego (ou qualquer outra denominação), administrativa, financeira e legal.
- Estudos realizados com ferramentas para ampla divulgação ao público.
- Projetos e/ou esforços realizados pela Prefeitura e/ou outras entidades relacionadas com o tema amparados pelas informações produzida pelo Observatório.

Estrutura Organizacional do PMDE – EIXOS e PIs

MACRO OBJETIVOS

EIXOS

1
Organização e Participação sociedade Civil

2
Diversificação e Adensamento das Cadeias produtivas (Verticais Econômicas)

3
Criação de infraestrutura urbana e ambiente institucional e legal atraente para atividades empresariais)

4
Modernizar e dar transparência e eficiência à gestão pública

5
Desenvolvimento de Capital Humano e de instrumentos que facilitem o acesso ao emprego e à mão de obra

6
Apoio empresarial para manutenção e atração de empresas para a cidade

(EIXO ESPECIAL)
implantar políticas de estímulo à inovação, desenvolvimento tecnológico e sustentabilidade

PONTOS DE INTERVENÇÃO O – Pí's

PI 1/1
PI 2/1
PI 3/1
PI 4/1
PI .../1

PI 1/2
PI 2/2
PI 3/2
PI 4/2
PI .../2

PI 1/3
PI 2/3
PI 3/3
PI 4/3
PI .../3

PI 1/4
PI 2/4
PI 3/4
PI 4/4
PI .../4

PI 1/5
PI 2/5
PI 3/5
PI 4/5
PI .../5

PI 1/6
PI 2/6
PI 3/6
PI 4/6
PI .../6

PI 1/E
PI 2/E
PI 3/E
PI 4/E
PI .../E



Apoio empresarial para manutenção e atração de empresas para a cidade

Fomentar ambiente propenso para atração e manutenção de empresas para a cidade, dar suporte para os empresários iniciando operação e para os empresários já instalados na cidade, gerar oportunidades de networking e negócios, potencializar os instrumentos de comunicação para atração de investimentos produtivos

Ponto de Intervenção 1/6

Serviços de suporte à atividade empresarial da cidade. **(EE)** (SEDERT, SEPLAG)

Ponto de Intervenção 2/6

Promoção de eventos, premiações, visitas e ações para estímulo às empresas. (SEDERT, SEFAZ)

Ponto de Intervenção 3/6

Compras governamentais como promotor do desenvolvimento econômico. **(EE)** (SEDERT, SEPLAG, SEFAZ, SEJUR)

Ponto de Intervenção 4/6

Ações diretas para atração de infraestruturas e empresas estratégicas. (SEDERT, SEFAZ, SEJUR, SEPLAG, SECONT, SEMOB, SecGov, SESURB)

Ponto de Intervenção 5/6

Acompanhamento e produção de dados para monitoramento da economia da cidade e região – “Observatório Econômico”. (SEDERT, SECOM)

Ponto de Intervenção 1/6

EIXO 06 - APOIO EMPRESARIAL PARA MANUTENÇÃO E ATRAÇÃO DE EMPRESAS PARA A CIDADE

Serviços de suporte à atividade empresarial da cidade (EE)

OBJETIVO

Disponibilizar serviços e suporte para aumentar o nível de competitividade das empresas instaladas na cidade

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Capacitação e programas para suporte à gestão da empresa (parcerias SEBRAE, MEG FNQ, entre outros).
- Programas de apoio e estímulo à exportação.
- Programas de apoio ao atendimento com pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Programas focados ao apoio aos MEIs e MPes – Sala do Empreendedor.
- Plantões itinerantes para levar serviços de apoio às empresas.
- Serviços de apoio às empresas para acesso à verbas governamentais.
- Facilitar oferta de crédito empresarial.
- Fornecimento de serviços e prestação de informações de suporte aos empresários de forma eletrônica.
- Serviços de apoio às empresas para promoção de inovação.
- Projetos de parceria entre empresas e universidades, faculdades e cursos técnicos, para suporte à atividade empresarial através da formação do aluno.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Aumentar o número de empresas capacitadas ou atendidas por palestras de orientação empresarial (em temas como gestão empresarial, inovação, atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, entre outros).
- Portal voltado ao empresário revisado e modernizado, apresentando informações, estudos, serviços e orientações com foco na atividade econômica.

CONTINUA...

CONTINUAÇÃO Ponto de Intervenção 1/6

MACRO INDICADORES (Continuação...)

- Empresas beneficiadas por ações e projetos de estímulo à exportação e parcerias com universidades, faculdades e cursos técnicos.
- Aumentar o número de Micro e Pequenas Empresas atendidas pelos serviços de suporte ao empresário (MEI, plantões itinerantes, crédito empresarial).
- Empresas beneficiadas por projetos de facilitação do acesso às verbas governamentais para empresas.
- Institucionalização de Programas que estimulem a melhoria da gestão nas empresas, suportados pelos Modelos de Excelência em Gestão.

EIXO 06 - APOIO EMPRESARIAL PARA MANUTENÇÃO E ATRAÇÃO DE EMPRESAS PARA A CIDADE

Promoção de eventos, visitas e ações para estímulo às empresas

OBJETIVO

Realizar esforços para aumentar o nível de competitividade das empresas instaladas na cidade, fomentar a economia local e promover a geração de novos negócios

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Promoção de eventos e feiras temáticas empresariais de impacto regional (amparado pelo Centro de Convenções para promoção do turismo de negócios – PI 3/2).
- Realização de premiações para empresas que sejam destaques na cidade.
- Promoção e apoio à realização de rodadas de negócios e outros eventos que gerem 'networking' entre as empresas.
- Sistemas informatizados que aproximem oportunidades de negócios e de networking entre empresas.
- Formação de comitativas empresariais para participação de eventos regionais/ nacionais/ internacionais.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Empresas beneficiadas pelas ações de aproximação entre empresas (networkings, Rodadas de Negócios, etc).
- Realização de eventos empresariais de impacto regional, com participação de empresas da cidade.
- Realização de premiação às empresas da cidade que são referência em seus setores.
- Formação e realização de comitativas para participação em eventos regionais, nacionais ou internacionais, com participação de empresas da cidade.

EIXO 06 - APOIO EMPRESARIAL PARA MANUTENÇÃO E ATRAÇÃO DE EMPRESAS PARA A CIDADE

Compras governamentais como promotor do desenvolvimento econômico (EE)

OBJETIVO

Utilizar o poder de compras da administração municipal para fomentar a economia local, fortalecer as cadeias econômicas instaladas no município e promover a geração de tributos e empregos

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Estudos e justificativas que amparem o formato a ser implantado, com apresentação de projetos técnicos detalhados.
- Alterações de legislação e dos processos licitatórios.
- Inclusão de ferramentas eletrônicas e tecnológicas no processo, tais como o programa Cartão Empresa, permitindo acesso e notificações de compras da PMSCS online, para estímulo a economia local por meio da habilitação de fornecedores locais de serviços e produtos.
- Foco nas Micro e Pequenas Empresas em operação na cidade.
- Fomento de cadeias produtivas.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Alterações legislativas, implementação dos novos processos de compras da Prefeitura (atualização permanente do cadastro de fornecedores, utilização do cartão cidadão como ferramenta de estímulo ao mercado local, entre outros), para que as compras públicas tenham condições de fomentar a economia local através da compra de produtos e serviços de empresas em operação na cidade.
- Aumentar o número de empresas da cidade que participam dos processos de licitação da Prefeitura.
- Aumentar o número de Micro e Pequenas Empresas que participam das compras governamentais da Prefeitura.

Ponto de Intervenção 4/6

EIXO 06 - APOIO EMPRESARIAL PARA MANUTENÇÃO E ATRAÇÃO DE EMPRESAS PARA A CIDADE

Ações diretas para atração e manutenção de infraestruturas e empresas estratégicas

OBJETIVO

Criar estruturas institucionais e legais para atração e fomento de infraestruturas estratégicas e atividades empresariais de alto valor agregado para geração de renda e tributos para a cidade

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Criação de comitê estratégicos entre os setores da Prefeitura para viabilizar a atração de empresas e sanar questões de empresas relevantes da cidade (Obras, Licenciamento, Jurídico, Fazenda, entre outros).
- Constituir equipe técnica direcionada para o propósito de atração de empresas.
- Mapeamento e organização das áreas disponíveis para negócios.
- Ampliar quantitativamente e qualitativamente as ferramentas para atração de novos negócios para a cidade.
- Participação em eventos com potencial de atração de novos negócios.
- Participação constante em premiações e reconhecimentos que alavanquem e certifiquem as qualidades e diferenciais da cidade.
- Modernização das leis que regulamentam propaganda e anúncios.
- Modernização das leis e regulamentos para que a cidade tenha cobertura plena de telefonia celular, com alta capacidade e custo competitivo.
- Criação de legislações e realização de esforços que viabilizem a atração e manutenção de investimentos e empresas para ramos específicos de atividades de interesse estratégico para o município.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Antenas de distribuição de sinal de telefonia celular instaladas na cidade regulamentadas, com cobertura de sinal de todas as operadoras na cidade.
- Equipe técnica exclusiva para atração de empresas, e comitê estratégico para viabilizar a atração e sanar questões de empresas estratégicas, constituídos e em operação.
- Código que regulamenta propaganda e anúncios modernizado e aprovados.

CONTINUA...

CONTINUAÇÃO Ponto de Intervenção 4/6

MACRO INDICADORES (Continuação...)

- Atração de empresas de médio e grande porte, por consequência direta da atuação da nova estrutura de atração de atividades, empresariais para São Caetano do Sul.
- Promoção/ participação em eventos/ visitas técnicas, diretamente relacionados com a possibilidade de atração de empresas e investimentos estratégicos.
- Atividades econômicas estratégicas mapeadas e com esforços realizados para atração de empresas e investimentos.

Ponto de Intervenção 5/6

EIXO 06 - APOIO EMPRESARIAL PARA MANUTENÇÃO E ATRAÇÃO DE EMPRESAS PARA A CIDADE

Acompanhamento e produção de dados para monitoramento da economia da cidade e região – “Observatório Econômico”

OBJETIVO

Produção de dados, informes e previsões que amparem e proporcionem maior eficiência aos esforços e projetos da cidade de impacto sobre a economia da cidade

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

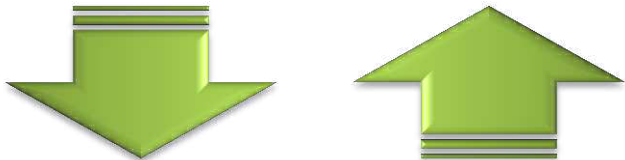
- Parcerias com entidades, empresas e outras organizações de ilibado saber nas áreas correlatas.
- Estudos e justificativas que amparem a aplicabilidade da ação (viabilidade técnica, jurídica e financeira), com apresentação de projetos técnicos detalhados.
- Implementação e operação da estrutura institucional.
- Divulgação e transparência dos dados – utilização de tecnologia e métodos inovadores.
- Integração com as ações e esforços regionais.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Implementação da estrutura do Observatório Econômico (ou qualquer outra denominação), institucional, administrativa, financeira e legal.
- Estudos realizados por ano, com ferramentas para ampla divulgação ao público.
- Projetos e/ou esforços realizados pela Prefeitura e/ou outras entidades relacionadas com o tema amparados pelas informações produzida pelo Observatório.

Estrutura Organizacional do PMDE – EIXOS e PIs

MACRO OBJETIVOS



EIXOS

1
Organização e Participação sociedade Civil

2
Diversificação e Adensamento das Cadeias produtivas (Verticais Econômicas)

3
Criação de infraestrutura urbana e ambiente institucional e legal atraente para atividades empresariais)

4
Modernizar e dar transparência e eficiência à gestão pública

5
Desenvolvimento de Capital Humano e de instrumentos que facilitem o acesso ao emprego e à mão de obra

6
Apoio empresarial para manutenção e atração de empresas para a cidade

EIXO ESPECIAL
implantar políticas de estímulo à inovação, desenvolvimento tecnológico e sustentabilidade

PONTOS DE INTERVENÇÃO O – PIs

↑ ↓
PI 1/1
PI 2/1
PI 3/1
PI 4/1
PI .../1

↑ ↓
PI 1/2
PI 2/2
PI 3/2
PI 4/2
PI .../2

↑ ↓
PI 1/3
PI 2/3
PI 3/3
PI 4/3
PI .../3

↑ ↓
PI 1/4
PI 2/4
PI 3/4
PI 4/4
PI .../4

↑ ↓
PI 1/5
PI 2/5
PI 3/5
PI 4/5
PI .../5

↑ ↓
PI 1/6
PI 2/6
PI 3/6
PI 4/6
PI .../6

↑ ↓
PI 1/E
PI 2/E
PI 3/E
PI 4/E
PI .../E

EIXO ESPECIAL

Implantar políticas de estímulo à inovação e tecnologia, práticas ambientais sustentáveis e eficiência energética

Assegurar que a economia seja estabelecida sobre as bases da alta tecnologia e com respeito ao meio ambiente, assegurando a conservação dos ecossistemas mesmo com crescimento da economia, e induzindo uma vocação econômica para a cidade.

JÁ EM OUTROS EIXOS

Ponto de Intervenção 3/1 - Grupo institucional permanente de Inovação, Ciência e Tecnologia, composto de empresários, entidades e poder público **(EE)**

Ponto de Intervenção 1/2 - Centro de Concentração de Assuntos, Esforços e Projetos de Inovação, Ciência e Tecnologia **(EE)**

Ponto de Intervenção 2/2 - Centro de desenvolvimento de novos negócios tecnológicos/ alto valor agregado – “Incubadora” **(EE)**

Ponto de Intervenção 1/3 - Modernização da infraestrutura de transmissão de dados e elétrica da cidade **(EE)**

Ponto de Intervenção 2/3 - Obras e intervenções para ampliação do potencial econômico dos Bairros **(EE)**

Ponto de Intervenção 3/3 - Modernização da Mobilidade Urbana **(EE)**

Ponto de Intervenção 6/3 - Modernização do sistema de água e esgoto e utilização sustentável dos recursos **(EE)**

Ponto de Intervenção 7/3 - Modernização tecnológica e intervenções regionais para melhoria da segurança pública **(EE)**

Ponto de Intervenção 2/4 - Elevar o setor de TI&C da Prefeitura ao patamar de fomentador das cadeias empresariais tecnológicas cidade **(EE)**

Ponto de Intervenção 5/4 - Modernização dos processos e da gestão da informação da Prefeitura – “Business Intelligence” **(EE)**

Ponto de Intervenção 7/4 - Modernização das infraestruturas e sistemas tecnológicos da Prefeitura **(EE)**

Ponto de Intervenção 1/6 - Serviços de suporte à atividade empresarial da cidade **(EE)**

Ponto de Intervenção 3/6 - Compras governamentais como promotor do desenvolvimento econômico **(EE)**

PI's EXCLUSIVOS DESTE EIXO

Ponto de Intervenção 1/EE
Fomento à utilização de energias limpas e renováveis, práticas de sustentabilidade ambiental e às cadeias produtivas associadas.
(SEDERT, SEPLAG, DAE, SEFAZ, SEJUR)

Ponto de Intervenção 2/EE
Soluções do descarte e criação de sistemas de reaproveitamento de resíduos empresariais. **(SEDERT, SESURB, SEPLAG, DAE, SEFAZ, SEJUR)**

Ponto de Intervenção 1/EE

EIXO EE - IMPLANTAR POLÍTICAS DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO E TECNOLOGIA, PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Fomento à utilização de energias limpas e renováveis, praticas de sustentabilidade ambiental e às cadeias produtivas associadas (EE)

OBJETIVO

Vocacionar a cidade de São Caetano do Sul para os ramos de reaproveitamento energético e sustentabilidade ambiental, estimulando as cadeias produtivas relacionadas e conceituando a cidade como uma referência nestes setores da atividade econômica

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Integração com os preceitos e metas do Plano Municipal de Resíduos Sólidos.
- Estudos e justificativas que amparem a aplicabilidade da ação (viabilidade técnica, jurídica e financeira), com projetos técnicos detalhados.
- Fomentar as cadeias do ramo para estruturarem operação no município.
- Busca das práticas mais modernas e avançadas do mundo em reaproveitamento energético, geração distribuída (pequeno porte), redes elétricas inteligentes e sustentabilidade ambiental.
- Gerenciamento da CIP (contribuição de iluminação pública).
- Melhorar a eficiência do sistema de iluminação pública.
- Criação de parques solares em próprios e praças municipais.
- Ações para se beneficiar dos créditos de carbono.
- Ações para promoção da cidade sobre a ótica da sustentabilidade, com foco na atração de investimentos.
- Prefeitura se modernizar com estruturas de reaproveitamento energético e produção/ utilização de energias limpas, nos mais diversas vertentes e com as tecnologias mais avançadas, para se tornar referência e modelo em sustentabilidade e reaproveitamento energético.
- Integração com as ações e esforços regionais.
- Implementar Pactos Setoriais entre associações representativas de diferentes cadeias do setor produtivo e o Governo local, estabelecendo compromissos voluntários ou vinculantes entre o setor produtivo e a sociedade, visando o alcance dos objetivos de sustentabilidade de Desenvolvimento Sustentável local.

CONTINUA...

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado.
- Pontos de iluminação pública da cidade suportados por estruturas de captação de energia solar (iluminação parcial ou totalmente autossustentada), com tecnologias eficientes.
- Empresas com projetos de inovação ou modernização tecnológica relacionados a eficiência/recuperação energética e reciclagem apresentados/aprovados a instituições de fomento à inovação, pesquisa e desenvolvimento ou crédito produtivo.
- Consumo de energia elétrica da Prefeitura sendo utilizadas por energia limpa (preferencialmente solar).
- Próprios municipais da Prefeitura com instrumentos para autossuficiência energética.
- Imóveis privados da cidade operando com práticas de utilização de energia limpa ou reaproveitamento energético.
- Aumentar o número de empresas diretamente ligadas ao ramo de energia limpa operando na cidade.
- Frota da Prefeitura com utilização de energia limpa ou híbrida.
- Frota de transporte público em operação da cidade (internas e regionais que operam na cidade) utilizando energia limpa ou híbrida.
- Frota privada licenciada na cidade, utilizando energia limpa ou híbrida.
- Pactos setoriais formulados e implantados.
- Domicílios e geradores de pequeno porte com medidores bidirecionais conectados a rede de distribuição.

Ponto de Intervenção 2/EE

EIXO EE - IMPLANTAR POLÍTICAS DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO E TECNOLOGIA, PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Soluções do descarte e criação de sistemas de reaproveitamento de resíduos empresariais (EE)

OBJETIVO

Criar um sistema eficiente ambientalmente sustentável de descarte e reaproveitamento de resíduos empresariais, para fomentar novas cadeias econômicas, gerar empregos e proteger o meio ambiente

MACRO ESCOPO DE ATUAÇÃO

- Integração com os preceitos e metas do Plano Municipal de Resíduos Sólidos por meio da implementação de políticas de limpeza pública inovadoras e criativas.
- Estudos e justificativas que amparem a aplicabilidade da ação (viabilidade técnica, jurídica e financeira), com projetos técnicos detalhados.
- Fomentar e organizar as cadeias do ramo para estruturarem operação no município.
- Busca das práticas mais modernas e avançadas do mundo em reaproveitamento energético e sustentabilidade ambiental.
- Ações para se beneficiar do crédito de carbono.
- Ações para promoção da cidade sobre a ótica da sustentabilidade, com foco na atração de investimentos.
- Prefeitura realizar seus contratos e licitações com prerrogativas para utilização de materiais reciclados.
- Integração com as ações e esforços regionais.
- Implementar Pactos Setoriais entre associações representativas de diferentes cadeias do setor produtivo e o Governo local, estabelecendo compromissos voluntários ou vinculantes entre o setor produtivo e a sociedade.

MACRO INDICADORES

- Recursos alocados para viabilizar as ações nos PPAs, LDOs e LOAs das secretarias envolvidas, nos quadriênios e anos previstos para execução dos esforços, conforme priorização estabelecida no PMDE aprovado
- Empresas em operação na cidade com plano de gerenciamento de resíduos implementado.

CONTINUAÇÃO...

CONTINUAÇÃO Ponto de Intervenção 2/EE

MACRO INDICADORES (Continuação...)

- Novas obras na construção civil aprovadas, incluem uso de material de construção reciclado previsto nos projetos.
- Aumentar o número de empresas diretamente ligadas ao ramo de reaproveitamento energético e de resíduos operando na cidade.
- Contratos vigentes da Prefeitura com prerrogativas para utilização de materiais reciclados, através de critérios claros e consistentes nos editais de aquisição e contratações de materiais e obras.
- Catálogo de materiais sustentáveis da administração municipal para ser utilizado nas especificações das requisições de compras e licitações da Prefeitura.
- Pactos setoriais formulados e implantados.

Matriz de Relacionamento

Segue na tabela a seguir a matriz de relacionamento do PMDE em relação aos Pontos de Intervenção, a fim de legitimar e validar a documentação produzida no âmbito do PMDE.

MACRO OBJETIVO 01

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	ADERÊNCIAS					RELACIONAMENTO DIRETO
	<i>Condicionantes Internas</i>		<i>Condicionantes Externas</i>			<i>Pontos de Intervenção</i>
	Potencialidade	<i>Ricos, estrangulamentos e ameaças</i>	<i>Internacionais</i>	<i>Nacionais e Estadual</i>	<i>Regionais</i>	
Macro Objetivo 01						
01	4.1.1; 4.1.6; 4.1.9; 4.1.10	4.2.3	5.1.1; 5.1.4	5.2.4; 5.2.6; 5.2.7; 5.2.8	5.3.4	1/1; 3/1; 4/1; 5/1; 6/1; 4/2; 1/EE; 2/EE
02	4.1.3; 4.1.6; 4.1.7; 4.1.9	4.2.2; 4.2.6; 4.2.9	5.1.1; 5.1.3; 5.1.7; 5.1.8	5.2.1; 5.2.3; 5.2.5; 5.2.6	5.3.4; 5.3.10	1/3
03	4.1.1; 4.1.4; 4.1.6; 4.1.9	4.2.5; 4.2.6	5.1.1; 5.1.2; 5.1.4	5.2.6; 5.2.7	5.3.5; 5.3.10	5/3; 6/3; 1/EE; 2/EE
04	4.1.1	4.2.7	5.1.4; 5.1.6	5.2.7	5.3.8	2/3
05	4.1.1; 4.1.2; 4.1.4; 4.1.5	4.2.7; 4.2.9; 4.2.11	5.1.4; 5.1.6	5.2.2	5.3.2; 5.3.1; 5.3.7	3/3; 5/3
06	4.1.1; 4.1.2; 4.1.3; 4.1.6	4.2.9	5.1.1; 5.1.3	5.2.5		1/6
07	4.1.1; 4.1.4	4.2.8	5.1.2; 5.1.3	5.2.2; 5.2.8; 5.2.6		2/2; 3/5
08	4.1.1; 4.1.2; 4.1.5; 4.1.7	4.2.1; 4.2.4; 4.2.5; 4.2.7	5.1.2	5.2.1; 5.2.2		5/3
09	4.1.1; 4.1.3; 4.1.9	4.2.9			5.3.2; 5.3.3; 5.3.9	7/3
10	4.1.3; 4.1.4; 4.1.6; 4.1.9	4.2.9	5.1.1; 5.1.3; 5.1.4	5.4.2; 5.2.5; 5.2.6; 5.2.7; 5.2.8	5.3.1; 5.3.4; 5.3.10	1/1; 4/1; ½; 2/2; 1/3; 1/EE; 2/EE

Matriz de Relacionamento

MACRO OBJETIVO 02

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	ADERÊNCIAS					RELACIONAMENTO DIRETO
	Condicionantes Internas		Condicionantes Externas			Pontos de Intervenção
	Potencialidade	Riscos, estrangulamentos e ameaças	Internacionais	Nacionais e Estadual	Regionais	
Macro Objetivo 02						
01	4.1.6; 4.1.7; 4.1.8; 4.1.10	4.2.5; 4.2.6; 4.2.7	5.1.2; 5.1.4; 5.1.5; 5.1.6; 5.1.7	5.2.1; 5.2.2; 5.2.3; 5.2.4	5.3.1; 5.3.4; 5.3.5; 5.3.6; 5.3.7; 5.3.8; 5.3.10	2/1; 1/3; 4/3; 5/3
02	4.1.6; 4.1.7; 4.1.8; 4.1.10	4.2.4; 4.2.3	5.1.2; 5.1.4; 5.1.5; 5.1.6; 5.1.7	5.2.1; 5.2.2; 5.2.3; 5.2.4	5.3.1; 5.3.4; 5.3.5; 5.3.6; 5.3.7; 5.3.10	8/3; 1/EE, 2/EE
03	4.1.6; 4.1.7; 4.1.8; 4.1.10	4.2.3				5/3
04	4.1.7; 4.1.5; 4.1.6	4.2.1; 4.2.24.2.4; 4.2.5; 4.2.6; 4.2.7	5.1.2; 5.1.4; 5.1.5; 5.1.6; 5.1.7	5.2.1; 5.2.2; 5.2.3; 5.2.4	5.3.1; 5.3.4; 5.3.5; 5.3.6; 5.3.7; 5.3.10	5/3
05	4.2.1	4.2.11			5.3.1; 5.3.2; 5.3.3; 5.3.9	3/3
06	4.1.8	4.2.1; 4.2.10	5.1.2	5.2.1; 5.2.2; 5.2.4; 5.2.8		5/4
07	4.1.4	4.2.8			5.3.1; 5.3.4; 5.3.9	1/5; 3/5; 4/5; 6/5
08	4.1.4	4.2.8	5.1.3	5.2.6	5.3.1; 5.3.4; 5.3.9	7/4; 3/5; 1/6
09	4.1.6	4.2.1			5.3.1; 5.3.4	2/1; 1/2
10	4.1.6	4.2.1; 4.2.2; 4.2.11	5.1.2; 5.1.5	5.2.1; 5.2.2	5.3.4; 5.3.10	1/1; 2/2; 4/2; 5/5
11	4.1.6; 4.1.4; 4.1.7	4.2.1; 4.2.2; 4.2.11		5.2.4	5.3.2	1/6
12	4.1.5	4.2.3; 4.2.8; 4.2.11	5.1.2; 5.1.6; 5.1.7; 5.1.8	5.2.1; 5.2.4	5.3.1; 5.3.2; 5.3.3; 5.3.4; 5.3.5; 5.3.6; 5.3.7; 5.3.8; 5.3.9; 5.3.10	2/2; 3/2; 4/2; 3/3; 7/3; 7/4; 2/6; 2/EE
13	4.1.8	4.2.1; 4.2.10	5.1.2	5.2.1; 5.2.2; 5.2.4; 5.2.8		5/4

Matriz de Relacionamento

MACRO OBJETIVO 03

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	ADERÊNCIAS					RELACIONAMENTO DIRETO
	<i>Condicionantes Internas</i>		<i>Condicionantes Externas</i>			<i>Pontos de Intervenção</i>
	<i>Potencialidade</i>	<i>Riscos, estrangulamentos e ameaças</i>	<i>Internacionais</i>	<i>Nacionais e Estadual</i>	<i>Regionais</i>	
Macro Objetivo 03						
01	4.1.6; 4.1.7	4.2.1; 4.2.2		5.2.1; 5.2.2		3/2; 4/2; 6/2; 4/6
02	4.1.8; 4.1.10	4.2.3; 4.2.9; 4.2.10	5.1.3	5.2.5; 5.2.8		2/1; 1/4; 3/4; 4/4; 5/4; 6/4
03	4.1.8; 4.1.10		5.1.3	5.2.5; 5.2.8		2/1; 6/4; 3/3
04	4.1.10	4.2.1		5.2.4; 5.2.8	5.3.4	2/4
05	4.1.9	4.2.3; 4.2.9; 4.2.10		5.2.8	5.3.2	6/4; 1/3
06		4.2.1; 4.2.9		5.2.4; 5.2.8		2/4
07	4.1.6; 4.1.8	4.2.9		5.2.8		4/4; 3/6
08		4.2.1; 4.2.2	5.1.6	5.2.8		1/4; 2/4; 3/4; 5/6; 6/5
09		4.2.1; 4.2.9; 4.2.10		5.2.8		4/4
10	4.1.6; 4.1.9; 4.1.10	4.2.2			5.3.2; 5.3.4; 5.3.5; 5.3.6	3/1; 4/1; 5/1; 6/1; 1/2; 2/2; 3/2; 4/2; 5/2; 6/2; 7/4; 6/5; 2/6; 5/6
11	4.1.9	4.2.3		5.2.8		3/4; 4/4; 5/4; 6/4
12		4.2.3; 4.2.4		5.2.1		4/3; 5/3; 8/3